



**Universidade de Aveiro** Departamento de Educação  
Ano 2011

**JOANA ISABEL  
PINHEIRO PEIXINHO**

**O PROCESSO DE AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO  
DE MANUAIS ESCOLARES**



**JOANA ISABEL  
PINHEIRO PEIXINHO**

**O PROCESSO DE AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE  
MANUAIS ESCOLARES  
ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO  
MEIO DO 1.º ANO DE ESCOLARIDADE**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação – Especialização em Avaliação, realizada sob a orientação científica do Doutor Rui Marques Vieira, Professor Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo incentivo e ajuda ao longo destes anos.

## **o júri**

presidente

Professora Doutora Maria Teresa Bixirão Neto  
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

vogais

Professora Doutora Ana Sofia Cavadas Afonso  
Professora Auxiliar do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho

Professor Doutor Rui Marques Vieira  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro (Orientador)

## **agradecimentos**

Ao Professor Doutor Rui Marques Vieira, pela aprendizagem enriquecedora que me proporcionou ao longo deste trabalho, pelo acompanhamento persistente, pelas suas críticas atempadas e esclarecedoras e pelo seu encorajamento.

A todos os autores e membros das equipas científico-pedagógicas pela cedência da entrevista, um documento fulcral e imprescindível para a concretização deste trabalho.

A Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, particularmente à Doutora Ana e ao Doutor Carlos, pela sua colaboração e disponibilidade na concessão de documentos essenciais à realização deste estudo.

A todos os professores que encontrei neste curso de mestrado, pelo contributo que deram para a minha formação profissional, pessoal e social.

Aos meus pais e irmãos, pelo amor incondicional, pelo incentivo, compreensão e carinho que me deram. Principalmente à minha mãe por ser o meu “porto de abrigo”, pelo apoio não traduzível em palavras e por estar presente em todos os momentos deste percurso, sobretudo os mais difíceis.

Ao Carlos, pelo amor dedicado, pela compreensão e paciência, pelo encorajamento, apoio incondicional e por acreditar e ter orgulho em mim.

À Sofia, pela amizade sincera e desprendida de interesses, por estar sempre presente nos momentos mais críticos, pelo apoio e força e pela sua capacidade de escuta das minhas ansiedades e sonhos.

A todos aqueles que não citando os seus nomes decerto sabem quem são, pelas palavras de ânimo.

## **palavras-chave**

Manual Escolar de Estudo do Meio, Avaliação, Certificação, Qualidade científica e pedagógico-didáctica

## **resumo**

O presente trabalho tem como temática o actual processo de avaliação e certificação de manuais escolares. Os da área curricular de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade foram objecto de avaliação por parte de equipas científico-pedagógicas, com intuito da atribuição da certificação, para serem objecto de adopção pelas escolas/agrupamentos de escolas no ano lectivo 2010/2011.

Este processo, tendo como objectivos centrais o de garantir a qualidade científica e pedagógica, assegurar a sua conformidade com o currículo nacional e programas e atestar que constituem instrumento promotor do sucesso educativo, além da sua novidade não foi, ao que se conhece, estudado. Neste contexto procurou-se averiguar como foi operacionalizado e de que modo contribuiu para a qualidade dos manuais escolares da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade.

Deste modo, este estudo pretendeu dar resposta a três questões: Como se efectua o novo processo de avaliação e certificação dos manuais escolares de Estudo do Meio? Que importância os autores/editores e entidades avaliadoras e certificadoras atribuem a este processo? Qual o impacte da avaliação e certificação dos manuais escolares na sua qualidade?

O estudo é de natureza qualitativa com características de um estudo exploratório descritivo-interpretativo. Para a recolha de dados foram utilizadas duas técnicas: a análise documental e o inquérito por entrevista. A análise documental incidiu na legislação e nos relatórios finais de avaliação realizados pelas equipas científico-pedagógicas; a entrevista, do tipo semi-estruturada, foi efectuada a autores e a membros das equipas científico-pedagógicas que se disponibilizaram a contribuir para este estudo.

Relativamente aos resultados obtidos verificou-se que os relatórios finais de avaliação dos manuais escolares da área disciplinar curricular de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade revelam que a estes manuais foram propostas alterações a vários níveis (nomeadamente, linguísticos, científicos, pedagógico-didácticos e conceptuais); no que diz respeito às entrevistas aos autores e membros das equipas científico-pedagógicas, apesar de concordantes com o processo e apontando diversas mais-valias deste (particularmente a melhoria dos manuais escolares no que concerne à sua qualidade científica e pedagógico-didáctica), evidenciaram algumas falhas que devem ser objecto de reflexão.

**keywords**

Evaluation and certification of school text book

**abstract**

This current work holds as its main theme the current process of evaluation and certification for school text books. Books taken from the national curriculum for Social Studies education at keystage 1 educational level were subject to evaluation by scientific-learning teams, with the aim of certification, in order to be adopted by schools/schools groups for the academic year 2010/2011.

This process, having as a central objective to guarantee scientific and learning qualities, ensures its conformity with the national curriculum and programs to certify that they constitute as a promoting instrument for educational success. Whilst this process is relatively new, it hasn't as yet been subject to any known study. Within this context, the aim was to investigate how this process was implemented and how it has contributed to the general quality of school text books in the curricular subject of Social Studies education at the keystage 1 educational level.

In this way, this study aims to answer three questions: How is the evaluation and certification process for school text books in Social Studies education carried out? What importance do authors/publishers and certifying bodies attribute to this process? What is the impact of the evaluation and certification of school text books in terms of quality?

The study is of a qualitative nature with the characteristics of an exploratory descriptive-interpretative one. For data collection two techniques were used: documental analysis and survey interviews. The documental analysis focused upon current legislation and on the final reports from the evaluation carried out by the scientific-learning teams; the interview, in a semi-structured form, was carried out upon authors and members of the scientific-learning teams who made themselves available for contribution to this study.

In relation to the results obtained it was noted that the final reports for text books in the curricular subject of Social Studies education at the Keystage 1 educational level revealed that these books were subject to a number of alterations (namely in linguistic, scientific, didactic learning and conceptual terms). With regard to the interviews with the evaluation process and outlining the many advantages or pros of said evaluations (in particular the rise in quality of school course books in terms of scientific quality and didactic learning), some faults were uncovered which should be subject to further consideration.

## ÍNDICE

### Capítulo I

1 – Introdução .....	1
1.1 – Contexto do Estudo .....	6
1.2 – Questões e Objectivos de Investigação .....	9
1.3 – Importância do Estudo .....	10

### Capítulo II

2 – Revisão de Literatura .....	15
2.1 – Breve Revisão Histórica sobre o Papel do Manual Escolar .....	15
2.2 – Funções e Estatuto do Manual Escolar .....	21
2.3 – Novo Enquadramento Legal do Regime de Avaliação, Certificação e Adopção dos Manuais Escolares em Portugal.....	28
2.4 – Avaliação e Certificação dos Manuais Escolares – Contributo para uma análise .....	36
2.5 – A Relevância do Ensino das Ciências no 1.º CEB.....	40

### Capítulo III

3 – Metodologia.....	47
3.1 – Natureza da Investigação .....	47
3.2 – Fases do Estudo .....	50
3.3 – Técnicas e Instrumentos da Recolha de Dados.....	54
3.4 – Tratamento e Análise dos Dados.....	58



## **Capítulo IV**

4 – Resultados do Estudo .....	63
4.1 – Apresentação dos Resultados .....	63
4.1.1 – Da Legislação relativa ao processo de avaliação e certificação dos manuais escolares.....	63
4.1.2 – Dos relatórios produzidos pelas equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade .....	67
4.1.3 – Das entrevistas aos autores dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliados e certificados .....	72
4.1.4 – Das entrevistas aos membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos ME da área curricular disciplinar de estudo do meio do 1.º ano de escolaridade .....	83
4.2 – Discussão dos Resultados.....	94

## **Capítulo V**

5 – Conclusões .....	99
5.1 – Síntese conclusiva.....	99
5.2 – Recomendações.....	103
5.3 – Limitações.....	105
5.4 – Sugestões para futuras investigações .....	106
6 – Referências bibliográficas .....	107
7 – Apêndices	

A – Quadro estruturante do guião da entrevista a autores dos manuais escolares avaliados e certificados da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade.....	117
B – Quadro estruturante do guião da entrevista a membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos manuais escolares da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade...	120
C – Guião da entrevista a autores dos manuais escolares avaliados e certificados da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade .....	123
D – Guião da entrevista a membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos manuais escolares da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade.....	125
E – Resumo dos relatórios elaborados pelas equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação, consultados na DGIDC, respeitantes aos ME da Área Curricular Disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade .	128
F – Quadro-Síntese 1: Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto.....	133
G – Quadro-Síntese 2: Decreto-Lei n.º261/2007 de 17 de Julho.....	136
H – Quadro-Síntese 3: Despacho n.º 29864/2007 de 27 de Dezembro .....	139
I – Quadro-Síntese 4: Despacho n.º 29865/2007 de 27 de Dezembro .....	141
J – Quadro-Síntese 5: Decreto-Lei n.º 415/2008 de 04 de Janeiro.....	147
K – Quadro-Síntese 6: Despacho n.º 25190/2009 de 17 de Novembro.....	149
L – Carta remetida aos editores para solicitação de ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano avaliados e certificados e contacto dos respectivos autores .....	150
M – Carta remetida aos autores dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliados e certificados para solicitação de entrevista.....	152

N – Carta remetida às entidades acreditadas dos ME avaliados e certificados da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade para solicitação de entrevista .....	154
O – Carta remetida à DGIDC para solicitação de diversos documentos referentes ao processo de avaliação e certificação dos ME .....	156
P – Carta de agradecimento e resposta ao Ofício S-DGIDC/2010/12 da DGIDC .....	157
Q – Correio Electrónico 1 enviado a 01 de Abril de 2011 à DGIDC para acerto da data para consulta dos relatórios dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliados e certificados .....	158

## 8 – Anexos

Anexo 1 – Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto.....	159
Anexo 2 – Decreto-Lei nº 261/2007 de 17 de Julho .....	165
Anexo 3 - Despacho n.º 29864/2007 de 27 de Dezembro.....	170
Anexo 4 – Ofício S-DGIDC/2010/12 remetido pela DGIDC .....	172
Anexo 5 – Correio Electrónico 1 por parte da DGIDC para acerto da data para consulta dos relatórios dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliados e certificados .....	174
Anexo 6 – Correio Electrónico 2 por parte da DGIDC para confirmação da data para consulta dos relatórios dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliados e certificados .....	175
Anexo 7 – Transcrição da entrevista ao autor 1 do ME da área curricular disciplina de estudo do meio avaliado e certificado e respectivo resumo das ideias transmitidas.....	176
Anexo 8 – Transcrição da entrevista ao autor 2 do ME da área curricular disciplina de estudo do meio avaliado e certificado e respectivo resumo das ideias transmitidas.....	191

Anexo 9 – Transcrição da entrevista ao autor 3 do ME da área curricular disciplina de estudo do meio avaliado e certificado e respectivo resumo das ideias transmitidas .....	206
Anexo 10 – Transcrição da entrevista ao Membro 1 da equipa científico-pedagógica dos ME avaliados e certificados da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade e respectivo resumo das ideias transmitidas.....	222
Anexo 11 – Transcrição da entrevista ao Membro 2 da equipa científico-pedagógica dos ME avaliados e certificados da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade e respectivo resumo das ideias transmitidas.....	252
Anexo 12 – Quadro 2 – Elementos de concepção e avaliação de ME (adaptado, Gérard e Roegiers, 1998) .....	264
Anexo 13 – Quadro 3 – Dimensões de análise na concepção e análise de ME (adaptado, Fernandes, 2001) .....	280
Anexo 14 – Quadro 4 – Notação utilizada nas transcrições das entrevistas (adaptado, Martins, 1989) .....	282

## ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

### Figuras

Figura 1 — Experiências de aprendizagem de acordo com o CNEB .....	42
Figura 2 – Plano geral do estudo .....	53
Figura 3 – Representação esquemática da técnica da análise de conteúdo .....	59

### Quadros

Quadro 1 – Lista dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliados e certificados, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 47/2006.....	8
Quadro 2 – Elementos de concepção e avaliação de ME (adaptado, Gérard e Roegiers, 1998).....	264
Quadro 3 – Dimensões de análise na concepção e análise de ME (adaptado, Fernandes, 2001).....	280
Quadro 4 – Notação utilizada nas transcrições das entrevistas (adaptado, Martins, 1989) .....	282



---

## **CAPITULO I**

### **1 – INTRODUÇÃO**

O Manual Escolar (ME) é, certamente, um dos instrumentos didáctico-pedagógicos mais proveitosos e, no entanto, mais utilizados no nosso Sistema Educativo. Nos dias que decorrem é reconhecido como tendo papéis e funções fulcrais no processo de ensino e de aprendizagem, deliberadamente produzido como suporte a este processo, sendo considerado um instrumento relevante para toda a comunidade educativa. O seu ressaltado é enunciado na Lei de Bases do Sistema Educativo que o considera como um dos “recursos educativos privilegiados, a exigirem especial atenção” (artigo 41.º, referente aos recursos educativos) e pela mais recente Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto, que define o regime de avaliação, certificação e adopção dos ME do ensino básico e do ensino secundário, que reafirma a sua relevância no processo de ensino e de aprendizagem, tornando obrigatória a sua avaliação e certificação prévia por comissões de avaliação ou entidades acreditadas para o efeito.

Ao longo dos tempos, a avaliação e certificação dos ME tem sido defendida e reclamada, mas também recusada e rejeitada por vários investigadores. Esta duplicidade de posições tem sido matéria de alguma discussão.

É declarado por Rego, Gomes e Balula (2010) que o ME numa sociedade que pretende incrementar uma educação de qualidade para todos é um dos meios para atingir este propósito, uma vez que está disponível a todos os intervenientes educativos, nomeadamente os alunos, independentemente do seu estatuto cultural, socioeconómico ou região. Por essa razão, os autores justificam a importância e as preocupações com a garantia da qualidade científica e pedagógico-didáctica dos ME.

Alicerçados na garantia da qualidade científica e pedagógico-didáctica dos ME, os autores supracitados apoiam o actual sistema de avaliação e certificação, mas alegam que, mantendo no essencial o sistema em vigor, coexistem aspectos

---

que podem ser melhorados e a necessitarem de uma reflexão. Afirmam que “o sistema que se encontra em Portugal, [...] apresenta potencialidades bastante significativas para garantir a melhoria da qualidade, procurando a excelência” (Rego, Gomes e Balula, 2010, p. 14).

Relativamente aos aspectos a serem alvo de crítica deste processo, Claudino (2010) expõe alguns. Defende que os critérios de avaliação dos ME desvalorizam a promoção das competências na medida que da totalidade dos critérios estipulados, “apenas dois se lhes referem explicitamente e de uma forma pouco vaga: o manual deve contribuir tanto para o desenvolvimento das competências gerais como das competências específicas definidas no currículo” (p. 73). Ainda cita o facto da actual legislação, ao impedir a realização de actividades nos ME, cria barreiras na relação entre o aluno e o respectivo ME, desvalorizando o conceito deste como instrumento de trabalho. Por fim, sustenta que há uma nítida desvalorização curricular de algumas disciplinas, na medida que identificam *disciplinas científicas* e, portanto, presume a existência de disciplinas não científicas.

Na perspectiva de Santos (2001) é aceite que o ME influencia de forma quase inequívoca o que se ensina na sala de aula e, portanto, se os ME condicionam de forma tão proeminente o que se ensina e a forma como se ensina, apresentando importantes reflexos na qualidade das práticas, é da maior relevância analisar esses recursos educativos, não apenas no que diz respeito às suas dimensões declarativa e processual mas também no que se refere às suas dimensões representativa e axiológica.

A autora supracitada salvaguarda a importância que estas análises aprofundadas têm para os docentes, justificando como uma medida de auxílio para estes, particularmente para poderem levar a cabo, de uma forma mais aplacada, a difícil tarefa de escolha ou adopção dos ME.

Ainda acerca desta tarefa de escolha ou adopção designada aos professores, são repetidos os pedidos insistentes de “grelhas de análise de manuais”. Pedidos que reflectem a necessidade de “guias” para o trabalho de apreciação dos ME “que os professores sabem bem ser fundamental, tal como



---

sabem que não têm condições para o levar a bom termo e que os serviços centrais, à sombra de uma falsa autonomia, se alheiam na responsabilidade dessa área” (Santos, 2001, p. 135). Nesta linha de pensamento, Fernandes (2001) indica que é domínio comum e tem sido comprovado através de investigações noutros países que os professores escolhem os ME baseando-se em critérios pouco científicos e não após um exame minucioso do seu conteúdo ou através da experimentação prévia da sua eficácia com alunos.

Também Cachapuz e Praia (1998) defendem que, tal como fazem noutros países, as editoras deveriam, antes de lançar o ME no mercado, assegurar pareceres detalhados e não vinculativos a especialistas em didáctica de uma dada área disciplinar. Acrescem que este processo deveria seguir uma metodologia isenta e rigorosa, e concluem que pouparia às editoras o frequente lançamento no mercado de produtos que, pela qualidade medíocre, não são bem aceites. Simultaneamente, ajudaria a elevar a qualidade dos ME quer sob o ponto de vista científico, quer sob o ponto de vista pedagógico-didáctico.

É perceptível a profusão dos diversos ME, disponíveis a todos os níveis e em todas as disciplinas, que proliferam no mercado. Deste modo, Brito (1999) e Santos (2001) defendem que é fulcral e pertinente a problematização da sua concepção, avaliação e selecção, em torno de requisitos pedagógicos e didácticos bem alicerçados e fundamentados. Valorizam, deste modo, a apreciação crítica deste instrumento didáctico-pedagógico.

Pelo contrário, Murcho (2006) sustenta que a certificação dos ME é inaceitável num estado democrático pois crê que se trata de um processo de censura na medida que impede a publicação de ME que nunca serão conhecidos, caso não sejam certificados. Reafirma que este processo não é um atestado de garantia, mas sim um modo de evitar a publicação de alguns ME.

Acresce, ainda no dizer do mesmo autor, que este processo de avaliação e certificação não promove, nem aos autores dos ME nem aos professores, uma melhoria nas suas tarefas. Sustenta que este processo não produz qualquer tipo de formação aos autores dos ME com vista a uma melhoria do seu trabalho e pretende apenas a eliminação de erros científicos e didácticos. Nesta linha de

---

ideias refere que a qualidade ou surge organicamente, por força de vários factores, na concepção e produção dos ME, ou não pode ser imposta por decreto nem por comissões, no fim de todo um processo que se desenvolve no tempo.

Através de um estudo elaborado pelo Observatório dos Recursos Educativos, Carvalho e Fadigas (2007) afirmam que o processo de avaliação e certificação dos ME é polémico e não encontra sustentação nos diferentes quadros políticos europeus referentes a este recurso educativo. Não só a grande maioria dos países europeus não tem um sistema de certificação dos ME, como também aqueles que o tiveram procederam entretanto à sua abolição. Defendem que deste modo, Portugal implementa esta medida num contexto de contra ciclo e marcada por justificações para a sua abolição como a liberdade de expressão e o livre exercício da profissão docente.

Apesar das divergências entre investigadores, parece claro a pertinência de uma investigação centrada no ME, reflectindo sobre o actual processo de avaliação e certificação, verificando a sua importância e averiguando o impacte deste no aumento da qualidade científica e pedagógico-didáctica dos mesmos. Assim é de mencionar, citando Santos (2001), alguns argumentos que explicitam a envolvimento dos ME em todo o processo educativo:

- O ME é o principal guia curricular de muitos professores. Influencia, expressivamente, o que se ensina nas aulas e define o currículo em todos os modernos sistemas escolares. Estruturam uma grande parte da instrução, especialmente a nível básico.
- É o elemento mais padronizado na generalização da instrução pública. Deste modo, o ME professa um modelo praticamente uniforme e é utilizado por todos os membros da sociedade escolar.
- Tem um significativo papel nivelador do processo de ensino e de aprendizagem porque, embora o nível de qualificação dos professores seja seguramente um elemento diferenciador, todos – professores, alunos e encarregados de educação – dispõem, em cada estabelecimento de ensino do nosso país, de um mesmo manual escolar para cada disciplina e de hábitos de leitura convergentes.

- 
- É um elemento modelizador do processo de ensino e de aprendizagem. Com efeito, tem um papel primordial como modelo de comunicação de conhecimentos e de métodos para os construir. Tende, assim, a ser determinante quanto à forma como os professores encaminham as suas aulas.

Para além destas relevantes características gerais sobre o impacto do ME no Sistema Educativo é preciso frisar o papel vinculativo que os ME de Ciências, abrangendo os de Estudo do Meio, têm na construção de saberes do aluno (e, com certeza, também do docente). Assim, tal como refere Silva (2001), para além de colaborar para a construção de conceitos, teorias, princípios e para ampliação de técnicas de manipulação e de capacidades de interpretação e reflexão, os ME assumem um papel fulcral na construção de um conceito de ciência, incluindo as dimensões ética e atitudinal.

Apesar do processo de avaliação e certificação ter sido legislado em 2006, tendo com intuito garantir a qualidade científica e pedagógico-didáctica dos ME a adoptar, assegurar a sua conformidade com os documentos curriculares oficiais e atestar que constituem um recurso educativo adequado de apoio ao processo de ensino e de aprendizagem e à promoção do sucesso educativo, não é do nosso conhecimento a existência de estudos sobre como os estes são avaliados, quais os processos, metodologias e fases por que passam. Igualmente, não se conhecem estudos ou investigações que atestem, após a avaliação e certificação, o aumento de qualidade científica e pedagógico-didáctica dos ME, assim como a presença de articulação e envolvimento entre todos os participantes e intervenientes deste processo.

---

## 1.1 – CONTEXTO DO ESTUDO

A Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto define o regime de avaliação, certificação e adopção dos ME do ensino básico e secundário e pretende atribuir a estes uma certificação de qualidade científico-pedagógico. Este regime tem por objectivos gerais “garantir o acesso de todos os alunos em condições de equidade, a um recurso didáctico-pedagógico, sem exclusão de outros, que seja especialmente adequado para o desenvolvimento das competências e aprendizagens do currículo nacional no contexto sócio-educativo específico da escola” – relativamente ao procedimento de adopção dos ME - e “garantir a qualidade científica e pedagógica dos manuais escolares a adoptar, assegurar a sua conformidade com os objectivos e conteúdos do currículo nacional e dos programas ou orientações curriculares em vigor e atestar que constituem instrumento adequado ao apoio ao ensino e à aprendizagem e à promoção do sucesso educativo” – relativamente ao procedimento de avaliação e certificação de ME (Diário da República, Lei 47/2006, Artigo 7.º, p. 6214).

Este processo, no seguimento da referida legislação no artigo 2.º, assenta em quatro princípios orientadores, sendo estes a (1) “liberdade e autonomia científica e pedagógica na concepção e elaboração dos manuais escolares”; (2) “liberdade e autonomia dos agentes educativos, mormente os docentes, na escolha e na utilização dos manuais escolares no contexto do projecto educativo ou do agrupamento de escolas”; (3) “liberdade de mercado e de concorrência na produção, edição e distribuição de manuais escolares e a sua conformidade com os objectivos e conteúdos do currículo nacional e dos programas e orientações curriculares”; (4) “equidade e igualdade de oportunidades no acesso aos recursos didáctico-pedagógicos” (Diário da República, Lei 47/2006, Artigo 2.º, p. 6213).

A avaliação para a certificação dos ME é operacionalizada por comissões de avaliação ou por entidades acreditadas pelo Ministério da Educação para o efeito (confrontar tema 2.3 para averiguar a composição destes organismos e confrontar acerca do processo de acreditação das entidades avaliadoras e certificadoras).

---

De acordo com o Despacho n.º 415/2008 de 4 de Janeiro, este processo de avaliação e certificação começou a ser operacionalizado no ano 2008 com os ME da área curricular de Ciências Físicas e Naturais (disciplinas de Físico-Química e Ciências Naturais) do 9.º ano de escolaridade (que foram sujeitos à adopção no ano lectivo 2008/2009) – com a atribuição da menção *certificado* ou *não certificado* - e, nos termos do artigo 34.º da Lei n.º 47/2006 e do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 261/2007, com a avaliação dos ME já adoptados e utilizados pelas escolas/agrupamentos relativamente a Língua Portuguesa e Estudo do Meio dos 3.º e 4.º anos; Físico-Química e Ciências Naturais dos 7.º e 8.º anos; e Inglês, História e Geografia de todos os anos de escolaridade do 3.º CEB – com a atribuição da menção *favorável* ou *não favorável*.

Ao abrigo do Despacho n.º 22025/2009 de 2 de Outubro, foi aberto o procedimento de avaliação e certificação dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade a serem adoptados pelas escolas/agrupamentos no ano lectivo 2010/2011. As entidades avaliadoras e certificadoras destes ME, de acordo com o Despacho n.º 25190/2009 de 17 de Novembro, variam entre o Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação João de Deus e a Universidade do Minho, tal como pode ser comprovado pelo documento disponibilizado e publicado no site da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC, 2009a). Porém, desconhecendo a razão sobre os critérios de selecção por parte das editoras, a escolha versou por três destas entidades: Escola Superior de Educação de Viseu, Escola Superior de Educação de Setúbal e a Universidade do Minho.

Relativamente aos ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade, e de acordo com a lista publicada pela DGIDC (2009b), foram avaliados e certificados oito ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade (confrontar quadro 1).

Sabe-se que destes oito, apenas sete foram publicados pelas editoras. A editora Educação Nacional pretendeu não publicar o ME, apesar deste ter sido certificado.

Contudo, o número total de ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade que foram objecto de avaliação pelas comissões responsáveis é desconhecido. Não é do nosso conhecimento a existência de algum documento contendo essa informação.

Quadro 1 – Lista dos ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliados e certificados, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 47/2006 (DGIDC, 2009b)

<b>Editoras</b>	<b>Título do ME</b>	<b>Entidade acreditada que procedeu à Avaliação e Certificação</b>
<b>Santillana-Constância</b>	Projecto Desafios	ESE do Instituto Politécnico de Setúbal
<b>Edições Livro Directo</b>	Os Tagarelas	Universidade do Minho
<b>Texto Editores</b>	A Grande Aventura	ESE do Instituto Politécnico de Setúbal
<b>Edições Gailivro</b>	O Mundo da Carochinha	ESE do Instituto Politécnico de Viseu
<b>Lisboa Editora, S.A</b>	Segredos da Vida 1	ESE do Instituto Politécnico de Setúbal
<b>A Educação Nacional</b>	Abre-te Sésamo 1	ESE do Instituto Politécnico de Viseu
<b>Areal Editores, SA</b>	Pasta Mágica	ESE do Instituto Politécnico de Viseu
<b>Porto Editora</b>	Alfa	ESE do Instituto Politécnico de Setúbal

Apesar do processo de certificação e avaliação dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade já ter sido finalizado no ano transacto e já estarem disponibilizados no mercado, tendo sido alvo de adopção das escolas no ano lectivo 2010/2011, não se conhecem quaisquer relatórios públicos ou outros documentos oficiais relativos à conclusão da avaliação e certificação dos ME, nem de estudos sobre este processo que

---

permitam constatar se o objectivo primordial do processo de avaliação e certificação foi obtido: a qualidade científica e pedagógica.

## **1.2– QUESTÕES E OBJECTIVOS DE INVESTIGAÇÃO**

O tema de investigação deste estudo levou à elaboração de três questões em torno das quais se formulam os objectivos que a mesma pretende atingir:

- Como se efectua o novo processo de avaliação e certificação dos manuais escolares de Estudo do Meio?
  - Caracterizar os pontos fortes e fracos do processo de avaliação e certificação dos manuais escolares;
  - Identificar os instrumentos e referenciais afectos à avaliação dos manuais utilizados pelas entidades avaliadoras e certificadoras;
- Que importância os autores/editores e entidades avaliadoras e certificadoras atribuem a este processo?
  - Identificar as concepções que os autores/editores privilegiam na elaboração do seu manual neste novo processo de avaliação e certificação;
  - Identificar as concepções de avaliação pelas quais as entidades certificadoras se regem;
- Qual o impacte da avaliação e certificação dos manuais escolares na sua qualidade?
  - Comparar os pontos fortes e os constrangimentos na articulação entre o processo de concepção dos manuais escolares pelos seus autores e o processo de avaliação na qualidade científica e didáctico-pedagógica dos manuais escolares.

---

### 1.3– IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

As questões colocadas neste estudo importam e interferem com vários intervenientes educativos, na medida que pretendem contribuir para uma reflexão e compreensão do processo avaliação e certificação dos ME. Desde os professores, alunos, encarregados de educação e Ministério da Educação como também aos editores, autores e entidades avaliadoras e certificadoras, o papel do ME é relevante para a sua maioria. Seja pela sua qualidade de utilizadores, produtores, distribuidores e membros reguladores, avaliadores e certificadores, motivados por questões de natureza pedagógica e eficiência educativa, quer por razões relativas à qualidade, características físicas ou, ainda, por questões de orçamento familiar, interessa debater e problematizar o tema em estudo: o processo de avaliação e certificação de ME.

Como já foi referenciado anteriormente, o ME tem um papel preponderante e incontornável enquanto recurso pedagógico-didático e “mesmo com as potencialidades que a Sociedade da Informação e do Conhecimento oferece ao nível do acesso a uma diversidade de recursos, a importância do ME, enquanto ferramenta centralizadora e condutora dos processos de ensino-aprendizagem, é amplamente reconhecida pelos vários actores do contexto educativo” (Rego *et al*, 2010, p. 5). Assumindo o ME como um instrumento detentor desse papel e função no sistema de ensino, é preponderante fazer uma apreciação e uma reflexão acerca das virtudes e vicissitudes deste novo processo de avaliação e certificação de ME, de forma a tentar contribuir para o seu aperfeiçoamento.

A importância deste estudo também se revê na medida em que ao longo dos tempos o ME tem sido um dos instrumentos com maior ênfase no processo de ensino e de aprendizagem, sendo utilizado por toda a comunidade educativa influenciando e orientando, pelo menos em parte, o trabalho do professor e as aprendizagens dos alunos. É uma das fontes de informação dos professores e possui potencialidades de influenciar os alunos ao nível da literacia e mentalidade (Castro e Cachapuz, 2005). Embora seleccionados para os alunos, os ME acabam por configurar e condicionar a prática dos professores que se apoiam



---

neles, uma vez que o consideram como um meio que os auxilia na sua prática profissional (Figueiroa 2001). É, assim, fulcral constatar se este processo de avaliação e certificação dos ME contribuiu para assegurar a qualidade científica e pedagógico-didáctica deste recurso, a sua conformidade com o Currículo Nacional do Ensino Básico, com os programas e/ou orientações curriculares vigentes e se se tem afirmado como instrumento adequado de apoio ao processo de ensino e de aprendizagem; espera-se, ainda, que possibilite a implementação de actividades que conduzam a aprendizagens significativas, de qualidade e que permitam uma melhoria do processo de ensino e da aprendizagem, traduzindo-se no desenvolvimento de competências nos alunos.

Indo ao encontro do que foi atrás referido, sendo o ME visto como um instrumento relevante no processo ensino e de aprendizagem, tido como um recurso curricular com um carácter privilegiado quanto à utilização no âmbito educacional, tendo como uma das suas funções auxiliar de forma satisfatória e plena os objectivos educacionais, interessa averiguar e compreender o modo de consecução do processo de avaliação e certificação dos ME, analisar e comparar as possíveis mudanças dos ME, verificar se todo este processo desenvolve e promove os objectivos estipulados pela Lei n.º 47/2006, sobretudo, se garantem uma qualidade científica e didáctico-pedagógica dos mesmos, tendo sempre presente o aumento desta vertente.

É, deste modo, imprescindível constatar se os ME de Estudo do Meio, já avaliados, certificados e adoptados nas escolas, possuem uma qualidade científica e pedagógico-didáctica, reveladores de metodologias e actividades que permitam aos alunos “[...]analisar, interpretar e compreender a realidade do mundo natural e social” (ME, 2010, Metas de aprendizagem), sendo os mesmos promotores de capacidades de pensamento crítico na medida em que “é uma pedra basilar na formação de indivíduos capazes de enfrentar e lidarem com a alteração contínua dos cada vez mais complexos sistemas que caracterizam o mundo actual” (Tenreiro-Vieira e Vieira, 2000, p.14).

É, sobretudo, necessário tomar percepção do relevo que os ME prestam no Sistema Escolar e, tal como refere Martins (2002), a importância destes no ensino

---

e aprendizagem das ciências, referindo-os como essenciais para a organização do ensino das ciências mas também condicionantes da aprendizagem. Destaca, ainda, o modo como “os manuais determinam o que os professores fazem na sala de aula, pese embora a pouca qualidade, e até erros científicos, de alguns” (Martins, 2002, p. 87). É fulcral, uma vez mais, reiterar a ausência destes erros e a fraca qualidade científica e pedagógico-didáctica dos ME de Estudo do Meio. É importante averiguar até que ponto o processo de avaliação e certificação dos ME contribuiu para que estas lacunas fossem ultrapassadas, e a tão contestada insipiência das Ciências nas escolas, tanto ao nível das metodologias como em termos curriculares, fosse superada.

Nesta linha de razões, e devido à imprescindibilidade das Ciências no percurso escolar dos alunos, é igualmente importante apelar para a inclusão das três componentes da educação em Ciências, nomeadamente nos ME, e que Martins (2002) distingue: (i) a Educação *em* Ciências como o conhecimento substantivo; (ii) Educação *sobre* Ciência que enfatiza os processos metodológicos de questionamento, de experimentação e da validade; (iii) e a Educação *pela* Ciência que contribui para o exercício da cidadania e à promoção de aprendizagens autónomas, participadas e de cooperação

A importância deste estudo também ressalta na medida que a Educação em Ciências é vista como uma mais-valia para o futuro dos cidadãos, tal como no documento National Science Education Standards

*In a world filled with the products of scientific inquiry, scientific literacy has become a necessity for everyone. Everyone needs to use scientific information to make choices that arise every day. Everyone needs to be able to engage intelligently in public discourse and debate about important issues that involve science and technology. And everyone deserves to share in the excitement and personal fulfillment that can come from understanding and learning about the natural world*  
(National Science Education Standards, 1996, p. 1)

As razões de ordem pessoal que levaram à concretização desta investigação prendem-se com o facto da autora deste estudo ser professora do

---

1.º CEB (Ciclo do Ensino Básico) e ter vindo a verificar que os ME são um recurso didáctico amplamente utilizado pelos docentes, ainda que não exclusivos, no decorrer do processo de ensino e de aprendizagem e, deste modo, esta pesquisa ambiciona:

- (1) Promover um maior (auto)conhecimento sobre os ME;
- (2) Verificar se os ME de Estudo do Meio que foram sujeitos ao processo de avaliação e certificação, que proliferam actualmente no mercado e que são usados pelos alunos e professores, são portadores de uma qualidade científica e pedagógico-didáctica superior;
- (3) Melhorar a sua prática didáctico-pedagógica, nomeadamente no que diz respeito ao uso deste recurso educativo;
- (4) Reconhecer e aquilatar o processo de avaliação e certificação dos ME e desenvolver uma atitude crítica em relação a este processo;
- (5) Incrementar uma atitude crítica face à qualidade científica e didáctico-pedagógica dos ME, de forma a proceder à selecção dos mesmos de modo mais fundamentado.

---

---

## **CAPÍTULO II**

### **2 – REVISÃO DE LITERATURA**

Este capítulo está estruturado em quatro secções relacionadas, de forma explícita ou implícita, com o processo de avaliação e certificação dos manuais escolares (ME).

Primeiramente, faz-se uma breve resenha histórica do ME, associando a esta uma evolução do conceito, sem qualquer pretensão de exaustividade. Seguidamente, apresenta-se as funções e o estatuto actual do ME no processo de ensino e de aprendizagem. Na terceira fase contextualiza-se o novo enquadramento legal do regime de avaliação, certificação e adopção dos ME, recorrendo à Lei em vigor em comparação com a anterior. Por último, ambiciona-se contribuir para uma análise dos ME dando especial atenção à utilidade e importância dos mesmos na disciplina de Estudo do Meio no 1.º CEB.

#### **2.1 – BREVE REVISÃO HISTÓRICA SOBRE O PAPEL DO MANUAL ESCOLAR**

A história do ME em Portugal, de acordo com Magalhães (1999), tem-se desenvolvido a partir de três grandes linhas de orientação: uma ligada à história económica e social; uma outra de acordo com uma linha etno-histórica do livro; e a terceira linha de história cultural. De acordo com o mesmo autor, o ME contém “uma informação e uma interpretação da cultura e do imaginário, suas dimensões escolarizáveis e processo de escolarização, bem como das metas e das práticas educativas e culturais” (Magalhães, 1999, p. 282). Acresce ainda que o ME

---

*Por definição estabelece uma valorização de saberes e de objectos científicos, técnicos, valorativos, práticos. Mas o ME é também uma antropologia, uma visão sobre a realidade, uma visão sobre o mundo e do mundo. O ME constrói e substitui o olhar, o pensar e o dizer. O ME mediatiza a interpretação da realidade (Magalhães, 1999, p. 287)*

Neste quadro, Castro e Magalhães (2005) reforçam que os modos de existência do ME num contexto sócio-cultural específico são influenciados por diversos factores, nomeadamente, de ordem científico, ideológico, político, pedagógico e económico. Neste sentido, as características dos ME que vigoram não são resultado da “adopção de perspectivas subjectivas sobre um determinado tópico, através de uma escolha mais ou menos livre de conteúdos e efeitos de estilo” (Castro e Magalhães, 2005, p. 136) são, sobretudo, influenciados e determinados pelos factores mencionados anteriormente. De acordo com os últimos autores citados, o ME encontra-se posicionado num quadro multifactorial que regula o seu modo de concepção, circulação e uso.

Deste modo, e de forma concludente sobre a influência de diversos factores no posicionamento sócio-cultural do ME, Magalhães (2006) acresce que o mesmo “tem uma materialidade; espécime e produto autoral, editorial, mercantil, ele e mercadoria e produto industrializado e comercializado, com características próprias e que cumpre objectivos específicos nos planos científico, social e cultural” (p.7).

A reforma delineada por Jaime Moniz no ano 1894/1895 é marcada pelo fomento do ensino técnico e profissional, pela reforma do ensino liceal e, considerada por Castro e Magalhães (2005), como termo da indagação acerca da existência legal dos ME em Portugal. Esta reforma é ainda descrita por Ramos do Ó (2010) como originária das orientações acerca do trabalho docente e do seu controlo, das competências e dos deveres dos professores e pela estruturação do regime de classes.

A referida reforma revela uma forte regulação estatal e um acentuado controlo sobre a produção e o uso dos ME, sendo a adopção e a estipulação dos preços fixada pelo governo, ficando estabelecido que as escolas e os professores

---

são proibidos de comprar outros ME que não os indicados pelo governo e não podem avaliar conhecimentos que não tenham sido contemplados nos livros oficiais aprovados.

No início do século XX, em 1905, surge o decreto de 29 de Agosto, e que de acordo com Castro e Magalhães (2005) “traria o fim do livro único e uma maior responsabilização dos professores nas decisões pedagógicas e didácticas” (p. 140). Através do referido decreto fica estabelecido que o governo para a aprovação dos ME ouviria uma Comissão Especial e o Conselho Superior da Instrução Pública. Após a aprovação pelo governo, seria publicada uma lista dos ME e seriam adquiridos para cada biblioteca do liceu dois exemplares de cada obra aprovada com o intuito de serem analisados pelos docentes. Posteriormente, o governo decretaria a “adopção dos livros escolhidos pelos professores, podendo adquirir ou por meio de qualquer outro contrato, as obras adoptadas, mandá-las imprimir ou fornecê-las directamente pelo custo e por conta do Estado” (Castro e Magalhães, 2005, p.140) salvaguardando que os docentes não poderiam utilizar quaisquer outros livros para as suas aulas, sendo deste modo, o ME adoptado a única fonte de referência das suas práticas pedagógicas.

Após um período de grande instabilidade política, social e económica sob o regime republicano que perdurou nos anos 1910-1926, seguiu-se uma ditadura militar até ao ano 1933 que teve por consequência a instauração e a consolidação do Estado Novo que vigorou até 1974. Os manuais não escapam a nenhum destes movimentos da sociedade portuguesa sendo objectos de múltiplas referências em vários decretos ao longo dos anos 1927-1935, onde se denotava a tendência de transformar a política do ME num meio de controlo sobre as instâncias da sua produção e recepção.

O regresso ao livro único começa-se a equacionar uma vez mais a partir de um decreto lançado em 1931 na medida em que a vinculação dos ME aos programas surge explicitamente como forma de garantir uma espécie de controlo à distância sobre as práticas dos professores. Docentes e alunos deviam percepcionar o ME aprovado como um intérprete seguro dos programas e o regime de exames deveria ser uniformizado nesta interpretação. Contudo, apesar

---

de vigorar o ME “livre” alega-se a possibilidade neste decreto de que o livro único seria a solução mais adequada (Castro e Magalhães, 2005).

Em 1932 o controlo sobre os conteúdos e a orientação ideológica torna-se mais visível, dado que foi decretado o incremento nos ME de ensinamentos de ordem moral e patriótica, contidos em frases curtas, de fácil compreensão e memorização, de autores portugueses e europeus contemporâneos. Oliveira Salazar, como chefe do governo, era uma presença constante nos ME e o trecho “Na família o chefe é o Pai; na escola o chefe é o Mestre, no Estado o chefe é o Governo” era uma constante.

Com a implementação da política do Estado Novo surgiram dois momentos relevantes para os ME – 1936, aquando do ministro Carneiro Pacheco, estabelece a existência de um livro único no, então, ensino primário para todas as escolas do país; e 1947, a política do livro único foi adoptada, igualmente, no secundário.

Os ME seriam elaborados por iniciativa particular e propostos ao Ministério de Educação para uma aprovação oficial. Contudo, de acordo com Mogarro (2005), chegaram numerosos exemplares ao Ministério da Educação, mas nenhum deles foi oficialmente aprovado para desempenhar o papel de livro único alegando não corresponder aos requisitos delineados. Deste modo, em 1940, o ministro nomeou uma comissão para elaborar e ilustrar o novo manual obrigatório.

Neste contexto, “O Livro da Primeira Classe” entrou em vigor em 1941; “O Livro da Segunda Classe” em 1944; o “Livro de Leitura da Terceira Classe” estreou em 1951; e o “Livro de Leitura da Quarta Classe” foi consagrado apenas em 1955 uma vez que este nível de ensino foi considerado obrigatório para os rapazes em 1956 e em 1960 para ambos os sexos.

Todos estes ME apresentavam uma estrutura semelhante que se manteve globalmente apesar das sucessivas reedições. Continham textos seguidos, imagens em consonância com o conteúdo que o texto apresenta, doutrina cristã e questões de aritmética.

Os ME não anunciavam o nome dos autores e só apenas algumas edições apresentavam o nome da editora. Contudo, no cimo da folha de rosto surgia a



---

referência ao Ministério da Educação Nacional, instituição que definia e fazia cumprir as orientações da política educativa e responsável pelos ME.

A formação religiosa sobre a doutrina cristã era uma presença constante nos textos, mesmo que fosse de forma subliminar, assim como um grande referencial ao patriotismo nacional (salvaguardando sempre a grandiosidade da nação portuguesa e dos seus símbolos – a bandeira, o hino e as autoridades) e a exaltação da vida rural. No ME eram apresentados os papéis sociais a ser desempenhados por cada indivíduo e os valores sociais que eram glorificados e destacados como sendo o ideal do bom português (nomeadamente, o espírito de sacrifício, a frugalidade, o despojamento de bens materiais, o rigor, a pontualidade, a apresentação correcta e asseada). De acordo com esta ideologia, Ramos do Ó (2010), referindo-se à reforma de 1947, menciona que aos professores era incutida a tarefa e o dever de ordem moral, religiosa e nacionalista com o objectivo de uma integração social completa dos alunos.

É deste modo perceptível que durante um vasto período na história do ME em Portugal, este “cumpru uma função enciclopédica, contendo todas as matérias que não apenas constituem a educação básica mas cuja utilidade e pregnância se prolongam pela vida, podendo ser consultado a cada momento” (Magalhães, 2006, p. 13).

A política do ME como livro único esteve presente nas escolas do então território português, como nas colónias africanas e Índia, em Timor Leste e Macau.

A substituição dos livros únicos ocorreu em 1967, altura que se concedeu “capacidade legal ao ministro da Educação Nacional para determinar ou autorizar a realização de experiências pedagógicas, enquadrando assim um conjunto de alterações que a partir de então ocorreram” (Mogarro, 2005, p. 345). Com a modificação dos programas para o ensino primário em 1960 os ME foram considerados desajustados. Porém, só foram abolidos nos finais da década de 60 e início da de 70, quando o regime já agonizava e as alterações no Sistema Educativo se impunham desde o início da década de 60.

---

Em 1974, apesar da emergência do regime democrático, as alterações mais significativas em relação à política dos ME eram centradas basicamente na vertente económica – na medida que o preço dos livros era uma matéria de grande preocupação num contexto em que a crise da economia e a elevada taxa de inflação apareciam no topo da agenda política. No entanto, “progressivamente a intenção de instituir uma política de livro escolar associada à reiteração da recusa de qualquer solução que se pudesse aproximar da ideia de livro único foi-se consolidando” (Castro e Magalhães, 2005, p.145). Em 1976, o Ministério da Educação determina a aprovação prévia dos ME a serem utilizados como livros de base, através do decreto n.º 436-A/76 de 2 de Junho, porém esta intenção é revogada pouco tempo depois (Claudino, 2010).

Com a reforma do Sistema Educativo de 1988, os ME aparecem novamente na agenda política e, de acordo com Castro e Magalhães (2005), a situação foi analisada sob um espectro de crise; foi contemplado o enquadramento legal da questão, designadamente à luz do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo; foram discutidas as hipóteses do “livro único” e do “livre edição”; foi analisado o método a seguir na escolha dos ME, tendo sido optado por uma “escolha descentralizada” – isto é, por escolas – mediante justificação através do preenchimento de uma tabela de avaliação da responsabilidade do Ministério da Educação; e foi proposto a criação de Comissões Especializadas para desaconselhar a adopção de ME que contivessem erros científicos graves.

No seguimento da Lei de Bases do Sistema Educativo e com a entrada em vigor de novos planos curriculares definidos pelo Decreto-Lei n.º 286/89 de 29 de Agosto, foi proposta definição de uma política de ME que surge com o Decreto-Lei n.º 369/90 de 26 de Novembro. Com este Decreto-Lei introduziram-se medidas marcantes, das quais destacamos as comissões científico-pedagógicas para apreciação da qualidade dos ME, com excepção dos de Religião Moral e Católica; ficou estabelecido que a elaboração de critérios de selecção para apreciação dos ME; estes não contemplavam apenas a qualidade científica e a adequação pedagógica mas também a robustez, o peso e a possibilidade de reutilização - os quais eram enviados, posteriormente, às escolas.

---

Actualmente, vigora a Lei n.º 47/2006, que tem por propósito de avaliar e certificar a qualidade científica e pedagógica dos ME, que será temática de reflexão no ponto seguinte.

É conclusivo que, de acordo com Magalhães (2006), “enquanto objecto epistémico, cultural e pedagógico, o livro escolar apresenta um percurso e um tempo histórico próprios, cujo significado, sentido e evolução, representação e apropriação se documentam, compreendem, explicam e narram no quadro da história cultural” (p. 14). Deste modo, constata-se que o papel dos ME tem mudado, quer em função do que era defendido politicamente em cada época, quer em função das perspectivas de aprendizagem que têm predominado.

## **2.2 – FUNÇÕES E ESTATUTO DO MANUAL ESCOLAR**

As preocupações em torno da regulação da qualidade dos ME indicam a indissociável centralidade que estes instrumentos assumem nas actividades de aprendizagem. O ME é um instrumento multifacetado, que tanto os alunos como os professores, assim como outros intervenientes educativos, utilizam no processo de ensino e de aprendizagem.

Porém, apesar desta centralidade que os ME ocupam no Sistema Educativo Português, Leite (2003) reconhece que existe uma dualidade acerca do papel que o ME ocupa no processo de ensino e de aprendizagem. Portanto, a opinião acerca deste instrumento não é unânime entre os investigadores, suscitando posições e reacções muito diversas. Sobre esta dualidade, a autora distingue aqueles que, por um lado, consideram os ME como um meio de normalizadores de saberes, pois ignoram quer as especificidades dos alunos que os utilizam, quer as situações reais dos contextos e dos momentos em que se desenrolam os processos educativos; e por outro lado aqueles que encaram os ME como instrumentos pedagógicos muito importantes para os professores, enquanto meio organizadores do ensino, e para os alunos pelas possibilidades que oferecem de sistematização da informação, pelos hábitos que criam de leitura e de estudo dos

---

assuntos escolares e pelas oportunidades que oferecem de organização dos saberes escolares, associando a estes conteúdos imprescindíveis aos alunos para a construção das suas aprendizagens.

Deste modo apontamos, tal como já foi referido, que apesar de o ME estimular pulsões negativas e positivas, é incontroverso a posição que este ainda ocupa no Sistema Educativo Português, e as funções e papéis que estes comportam, justificando-se deste modo as inquietações em prol da sua qualidade científica e pedagógico-didáctica.

Para sustentar a concepção de que o ME é amplamente essencial e relevante no actual Sistema Educativo, Santo (2006), referindo-se a vários autores, relembra que os ME consomem aproximadamente 85% das despesas mundiais com recursos pedagógicos; representam um negócio que, em cada país, envolve verbas avultadas; auxiliam na preparação das aulas dos professores; representam o principal recurso pedagógico dos alunos; representam aproximadamente 75% do tempo dos estudantes nas aulas dos ensinos básico e secundário; desempenham um papel importante na aprendizagem dos alunos, a longo e a médio prazo.

Os ME são descritos por Choppin (1992) como utilitários polivalentes e complexos que preconizam quatro dimensões, que lhe conferem um estatuto próprio: (1) é um produto, dependente das políticas educativas, da evolução demográfica e da capacidade de produção e difusão das empresas, dos contextos económicos, políticos e legislativos de consumo; (2) um suporte de conhecimentos escolares; (3) um veículo transmissor de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura e (4) um instrumento pedagógico. A consideração destas dimensões permite reconhecer no ME características indispensáveis que lhe atribuem um papel fundamental e um estatuto próprio (Choppin, 1992).

Na opinião de Morgado (2004) é “irrefutável a preponderância que os ME têm tido no quotidiano educativo de docentes e de alunos” (p. 36), para além de um instrumento de trabalho, tem-se revelado um importante auxiliador nas práticas educativas e um meio facilitador de aprendizagem dos alunos. Neste

---

paradigma Tormenta (1996) afirma que o ME “continua a ser o senhor do ensino e a sua não utilização projecta-se no limiar da utopia” (p. 11) e, apesar da deflagração de suportes de ensino conectados com as TIC “, o ME continua a ser, de longe, o suporte de aprendizagem mais difundido e [...] eficaz” (Gérard e Roegiers, 1998, p.15), apesar da ressalva de que devem dar resposta às novas necessidades e realidades dos alunos e dos professores.

Cachapuz e Praia (1998) referem que os ME estão para perdurar no Sistema Educativo, “não com um estatuto e papéis tradicionais, mas sim no quadro de uma perspectiva sistémica de exploração de instrumentos de acesso ao conhecimento” (p. 61). São duas as principais razões que levam a esta exigência na mudança de concepção e por outro lado a avaliação dos ME: a mediatização do saber trazida pelas novas tecnologias de informação e comunicação e a necessidade de uma exploração inovadora do potencial didáctico-pedagógico dos ME.

É de acordo com esta necessidade de adaptação e actualização dos ME à realidade actual do Sistema Educativo, que Santo (2006) salienta novas funções para este instrumento através do qual se tenta incrementar a autonomia pedagógica do aluno estimulando o «aprender a aprender» ao longo da vida. Deste modo, ao nível da sua acção pedagógica, actualmente, o manual desempenha o papel: (1) informativo – pela apresentação de conhecimentos; (2) estruturador e organizador da aprendizagem – indicando uma progressão do processo de ensino e de aprendizagem; (3) guia da aprendizagem – direcciona o aluno no processo de compreensão e percepção da realidade.

O ME, dependendo do utilizador, do contexto e até da natureza da própria disciplina, pode desempenhar diferentes funções e papéis. Nos últimos anos os ME vêm acompanhados com outros recursos didácticos para diferentes utilizadores, nomeadamente o designado livro do professor. Deste modo é fulcral, de acordo com Gérard e Roegiers (1998), fazermos uma distinção entre dois tipos de ME: o manual direccionado ao aluno e o manual vocacionado para professor.

O manual do aluno, de acordo com Santo (2006) está eminentemente vocacionado para as áreas de aprendizagens escolares e preenche funções

---

ligadas tradicionalmente à aprendizagem e aquisição de saberes, que visam o desenvolvimento de competências, e de capacidades e permitem consolidar e avaliar as aquisições dos alunos. Gérard e Roegiers (1998) focalizam sete funções respeitantes ao manual direccionado para o aluno:

1) Função de transmissão de conhecimentos – “The school textbook presents to the pupil the knowledge to be acquired, and does so in a structured manner adapted to the level of his intellectual development” (Hummel, 1988, p. 17) sendo a função mais mediática e polémica, pois muitas vezes é simplesmente traduzida como um instrumento de transmissão de saberes sem terem em consideração o percurso e os interesses dos alunos.

2) Função de desenvolvimento de capacidades e competências - o ME não tem como propósito apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a aprendizagem de métodos e atitudes, e de hábitos de trabalho e de vida. Deste modo, enquanto a transmissão de conhecimentos visa o objecto da aprendizagem, a aquisição de capacidades e competências focaliza-se na actividade, ou seja, pretende-se que o aluno exerça determinada actividade sobre numerosos objectos de aprendizagem;

3) Função de consolidação das aquisições - depois de o aluno ter aprendido determinado conhecimento, “trata-se de o exercer em diferentes situações a fim de lhe assegurar uma certa estabilidade” (Gérard e Roegiers , 1998, p. 80); Castro e Cachapuz (2005) acrescentam que, na construção dos saberes, o ME pode ser utilizado para a aquisição e reflexão das aprendizagens através de exercícios que propõe, contribuindo para o desenvolvimento da inteligência, da capacidade de observação e do sentido crítico.

4) Função de avaliação das aquisições - o ME pode incluir uma avaliação do tipo certificativa ou de auto-avaliação – que visa determinar o nível de saberes adquiridos pelos alunos, ou uma avaliação do tipo formativa – pretende determinar qual a atitude mais apropriada em relação às dificuldades de cada aluno no sentido de o fazer evoluir, localizando de forma mais precisa possível, a origem das suas dificuldades, através da análise e reflexão dos erros;

---

5) Função de ajuda na integração das aquisições - pretende que o aluno utilize os saberes adquiridos numa situação diferente das da escola. De acordo com Gérard e Roegiers (1998) “tentar alcançar objectivos de integração dos saberes adquiridos deveria, pois, ser uma das principais preocupações de qualquer professor, e, logo também, de todo e qualquer autor de ME” (p. 81);

6) Função de referência - o ME como um instrumento que os alunos se servem para referenciar uma informação, ou seja, o ME com uma função de “pedagogia da biblioteca”, o ME como um instrumento de autodidaxia;

7) Função de educação social e cultural - “Um ME pode não pretender, exclusivamente, desenvolver a aquisição do saber e do saber-fazer, e pode também contribuir para o desenvolvimento do saber-ser” (Gérard e Roegiers, 1998, p. 83) possibilitando ao aluno adequar-se no quadro social, cultural e familiar em que está inserido. Os ME, na perspectiva de Leite (2003), quando são bem concebidos podem proporcionar pistas para apoiar os alunos em trabalhos autónomos e abrir caminhos para o desenvolvimento de projectos em que se estabeleça, relações com as situações da vida e dos quotidianos. Além disso, no parecer de Castro e Cachapuz (2005), o ME possibilita ao aluno avaliar as aprendizagens em situações de autogestão do aprendido, funcionando com interface entre a vida quotidiana e o conhecimento científico e promove uma educação social e cultural, constituindo-se, também, como uma referência.

Na perspectiva do relatório do grupo de trabalho dos ME (Neves, Varela, Pereira, Baptista, e Alves, 2005) relativamente à utilidade e funções, os manuais proporcionam uma multiplicidade de actividades, visando estruturar e organizar as aprendizagens, proporcionar a aquisição de conhecimentos, desenvolver outras competências e, em alguns casos, educar social e culturalmente. O manual é um meio que possibilita ao aluno aprender a saber-fazer, a saber-agir e a saber-ser.

Relativamente à utilização dos ME por parte dos professores, Cabral (2005) focaliza três modalidades:

1) estilo envolvente, de cobertura ou de imitação – o ME é para o docente único instrumento de referência, e deste modo o professor apresenta um perfil de consumidor pois centra-se, essencialmente, em transmitir os saberes de acordo

---

com a ordem pré-estabelecida do ME e realizando todas as actividades contidas neste, de uma forma acrítica;

2) estilo de extensão ou de mediação – neste caso o docente apresenta um papel de consumidor e de realizador e, assim, adapta as actividades propostas no ME ao contexto dos alunos (desenvolvendo outras propostas de actividades, invertendo a ordem dos conteúdos, introduzindo novos tópicos), muitas vezes salvaguardando-se em outros ME ou documentos policopiados;

3) estilo reflexivo, crítico ou criativo – o professor apresenta uma postura ponderada e analista do ME e, portanto, o docente detém um papel de realizador uma vez que, para além do ME, utiliza uma panóplia de outros instrumentos e recursos incluindo material da sua autoria, sendo o ME apenas um referente entre outros.

Apesar dos ME poderem ser representados através das modalidades atrás descritas, estes, de forma directa ou indirecta, determinam de forma preponderante o que se passa no interior de cada sala de aula, sobretudo por serem os principais interpretes dos programas oficiais para cada ano e ciclo de escolaridade, apresentando muitas vezes uma função mediadora entre o currículo prescrito e o currículo apresentado (Morgado, 2006). Castro e Cachapuz (2005) realçam que o ME se apresentam no ensino como reflexos dos programas curriculares definidos pelos responsáveis políticos da educação e, nessa medida, eles desempenham um papel fundamental, pois comportam e estruturam um conjunto de informações formais a adquirir.

Os professores encaram o ME como fonte de conhecimento na medida em que, muitas vezes, quando planificam não trabalham directamente com os programas mas sim com os ME que funcionam como guias de estruturação das suas aulas. Deste modo, os ME são utilizados como material curricular predominante na estruturação e condução de uma aula e representam determinadas formas de concretização curricular que transmitem confiança e segurança ao professor (Pacheco, 1995 e Zabalza, 1994). Assim, de forma concludente, Hummel (1988) refere que, “School textbooks determine in large measure what goes on in class” (p.14).



---

É de acordo com este vínculo entre os ME, professores e o processo de ensino e de aprendizagem que Gérard e Roegiers (1998) admitem que o ME deve ter uma função de formação, isto é, que contribua para a melhoria do desempenho profissional no processo de ensino e de aprendizagem, de forma a desenvolver inovações pedagógicas, não limitando uma abordagem linear das aprendizagens e, portanto, fornecendo “uma imensidade de pistas novas, de novos instrumentos e de novas práticas que tenham em conta a evolução dos conhecimentos pedagógicos, a sensibilidade de cada professor e a especificidade dos contextos” (p. 89).

O manual do professor, na opinião de Santo (2006), muitas vezes denominado por “Guia Pedagógico” ou “Livro do Professor” e que está de acordo com o manual do aluno, constitui uma obra de referência e de reflexão para o docente tendo como intuito completar a sua informação científica e pedagógica e emitir propostas relativas à condução da aprendizagem em geral. Genericamente, o manual do professor tem de assegurar 1) Informação científica e geral; 2) Formação pedagógica ligada à disciplina; 3) Ajuda nas aprendizagens e na gestão das aulas; 4) Apoio na avaliação das aquisições.

De forma substanciada, Gérard e Roegiers (1998) mencionam quatro funções que os ME direccionados aos docentes desempenham:

1) Função de informação científica e geral – o ME pode fornecer um conjunto de conhecimentos fundamentais, uma vez que o professor é confrontado sistematicamente com um conjunto de conhecimentos complexos que, algumas vezes, não consegue abarcar na plenitude, tanto mais que os conhecimentos científicos e tecnológicos estão em constante mudança e progresso;

2) Função de formação pedagógica – o ME pode preencher um papel de formação contínua do docente e, tendo em conta a evolução permanente da didáctica das disciplinas, proporcionar-lhe uma série de pistas de trabalho aptas a melhorar ou mesmo a renovar a sua prática pedagógica;

3) Função de ajuda nas aprendizagens e na gestão das aulas – o ME pode fornecer ao docente numerosos instrumentos, actividades e pistas de trabalho que permitam melhorar as aprendizagens;

---

4) Função de ajuda na avaliação das aprendizagens – o ME pode fornecer diferentes aspectos da avaliação, incluindo a prática de uma avaliação formativa.

É assim visível que o ME possui, actualmente, funções e papéis preponderantes no processo de ensino e de aprendizagem, contudo, de forma concludente, Leite (2003) reforça que “os ME podem constituir um bom auxiliar quer do ensino, quer da construção das aprendizagens, desde que sejam usados precisamente como isso, ou seja, como um auxiliar e não como o único meio de ensino, e como a única fonte para a construção dessa aprendizagem” (p.6). É assim fulcral estar atento às novas exigências do Sistema Educativo e por consequência às novas funções e papéis que o ME deve evidenciar.

### **2.3 – NOVO ENQUADRAMENTO LEGAL DO REGIME DE AVALIAÇÃO, CERTIFICAÇÃO PARA ADOPÇÃO DOS MANUAIS ESCOLARES EM PORTUGAL**

A avaliação dos ME não é propriamente uma inovação no Sistema Educativo Português. A actual Lei 47/2006 de 28 de Agosto veio revogar o Decreto-Lei 369/90 de 26 de Novembro que pretendia implementar uma política de controlo de qualidade dos ME. Deste modo, e sendo importante para a compreensão e análise deste novo processo de avaliação e certificação de ME, este ponto vai remeter para uma retrospectiva entre os dois documentos citados, salientando as suas vicissitudes e particularidades. Conjuntamente iremos distinguir, de forma sintética, os conceitos elementares retratados nestes dois documentos de referência.

A avaliação de ME comporta, de acordo com Gérard e Roegiers (1998), dois níveis distintos. O primeiro diz respeito à avaliação da qualidade do ME e da sua utilização, ou seja, sobre o projecto global de elaboração e realização do manual; o segundo refere-se à avaliação das aquisições dos alunos, o espaço que o manual reserva para a avaliação das aquisições dos alunos, tanto para constatar se os saberes estão efectivamente adquiridos, como para possibilitar um processo de (re)aprendizagem. Assim, aquando a avaliação do projecto global de

---

elaboração e execução do manual e para garantir a qualidade científica e pedagógica é imprescindível ter em conta a avaliação do processo de elaboração; a avaliação da sua utilização e a avaliação dos seus efeitos junto dos seus utilizadores.

Os autores supracitados referem que avaliar significa recolher um conjunto de informações pertinentes, válidas e fiáveis e examinar o grau de adequação entre este conjunto de informações e um conjunto de critérios adequados aos objectos definidos à partida ou ajustados no decurso do processo para se tomar uma decisão.

É o facto de implicar a tomada de uma decisão sobre o objecto que diferencia a avaliação de uma apreciação ou de um juízo. A apreciação e o juízo provém de um processo empírico baseado em critérios implícitos e a avaliação é um processo intencional e sistemático baseado em critérios explícitos com o intuito de tomada de decisão (Gérard e Roegiers, 1998).

Relativamente à avaliação do projecto global de elaboração e execução do ME, Gérard e Roegiers (1998), distinguem quatro tipos de avaliação: (1) avaliação do processo de elaboração; (2) avaliação da qualidade do ME; (3) avaliação da sua utilização; e (4) avaliação dos efeitos junto dos seus utilizadores. Assim sendo, pode-se afirmar que estes quatro tipos de avaliação não são mais do que a avaliação do processo e do produto.

Na avaliação do processo distinguem-se dois tipos de avaliação: a de orientação, que se efectua no início do processo e pretende avaliar as hipóteses e a situação com o intuito a determinar a estratégia a adoptar; e a de regulação, que pretende encontrar quais as medidas a tomar para a melhoria do funcionamento do processo.

Na avaliação do produto, que só pode acontecer quando o processo tiver alcançado um resultado, intervém principalmente as avaliações de certificação que pretendem determinar se o produto obtido é de qualidade suficiente para ser reconhecido. Deste modo, pode-se afirmar que a actual Lei n.º 47/2006 encontra-se situada nesta avaliação do produto, pretendendo desta forma certificar promover a qualidade científica e pedagógico-didáctica nos ME.

---

De acordo com Carvalho e Fadigas (2007) entende-se por certificação científico-pedagógica a avaliação dos ME efectuada ao nível dos aspectos científicos e pedagógicos a que eles obedecem e que tem por objectivo uma análise que culmina na sua identificação como “manuais adoptáveis” ou, pelo contrário, no seu indeferimento, que significa a impossibilidade de serem adoptados por qualquer instância ligada aos ensinos básico e secundário.

Tal como se pode constatar no ponto anterior o ME, ao longo dos tempos, foi adquirindo novas funções e, conseqüentemente, obtendo novos conceitos por parte de quem regulamenta.

O Decreto-Lei 369/90 de 26 de Novembro estabelece o sistema de adopção e o período de vigência dos ME correspondentes aos programas de cada uma das disciplinas e áreas disciplinares. Porém, a actual Lei 47/2006, que decreta o regime de avaliação, certificação e adopção aplicável aos ME e outros recursos didáctico-pedagógicos, define os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio sócio-educativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de ME e traz alterações na percepção do ME no processo de ensino e aprendizagem. Destacamos, sobretudo, duas alterações fulcrais: (1) com esta Lei o ME passa de instrumento de trabalho para ser encarado como um recurso didáctico; (2) não é apenas e unicamente estruturado e dirigido ao aluno, mas contempla o ME como guia de trabalho para o professor.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 369/90 pretendendo uma apreciação, já remetia para princípios sobre a avaliação da qualidade científica e pedagógica dos ME. Contudo, existiram algumas dificuldades na plenitude da sua implementação e aplicabilidade, tal como é descrito no anteprojecto de proposta de lei relativo ao sistema de avaliação dos ME para o ensino básico e secundário (n.d.):

---

*Tais dispositivos não encontraram mais do que uma aplicação tímida, efémera e portanto inconsequente. Talvez porque não assegurassem o cumprimento de uma das principais responsabilidades do Estado nesta matéria – qual é a de assegurar que nenhum manual desadequado ao currículo ou aos programas em vigor ou com erros ou deficiências seja instrumento fundamental da aprendizagem de nenhum aluno –, ou por causa da morosidade decorrente das garantias processuais previstas, esses dispositivos caíram em desuso. O Estado demitiu-se assim de acompanhar a avaliação feita nas escolas, do que resultou a mais completa desregulação (p. 2).*

Adita ainda que o acréscimo de ME tornou inexecutável a realização de um trabalho rigoroso de avaliação, no momento de escolha para adopção, por parte das escolas/agrupamento de escolas. No mesmo documento, afirma-se que as decisões de adopção dos ME passaram grande parte das vezes a depender mais das práticas de promoção e comercialização do que da formação de juízos fundamentados sobre a sua qualidade ou a sua correspondência ao projecto educativo da escola, permitindo que ME desadequados fossem adoptados sem que ninguém fosse responsabilizado.

No relatório do grupo de trabalho dos ME (Neves et al, 2005) conclui-se que o processo previsto no Decreto-Lei 369/90 foi de reduzida utilidade, uma vez que as comissões de avaliação dos ME, criadas pelo referido decreto, nunca foram implementadas de forma executável, e que a morosidade dos procedimentos com vista à suspensão do ME não compadecia, muitas vezes, com o período de vigência. Deste modo, os ME com erros ou imprecisões continuavam a circular no mercado e a serem utilizados pelos alunos e professores. Neste mesmo documento, é afirmado que:

*É nossa convicção - baseada no conhecimento da aplicação do diploma até agora em vigor - que, mesmo melhorado em alguns dos seus aspectos, o actual modelo de avaliação jamais impedirá que circulem, sejam adquiridos e manuseados pelos alunos manuais cuja qualidade pedagógica ou rigor científico não os recomendariam. Neste quadro aconselha-se consequentemente a opção por um outro modelo baseado na avaliação prévia dos manuais a disponibilizar para adopção (p. 16).*

---

É através destas alegações que o governo, através do anteprojecto de proposta de lei, propôs à Assembleia da República uma [nova] política de avaliação e certificação de ME, alegando a introdução de “mecanismos efectivos” de avaliação com o intuito de garantir e elevar a sua qualidade científico-pedagógica finalizando que “assim, o Estado assumirá as responsabilidades que lhe cabem, exercendo uma função reguladora que jamais deveria ter abandonado” (p. 3).

Na sequência da proposta de lei é redigida e aprovada a actual Lei n.º 47/2006, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 261/2007 de 17 de Julho. Deste modo, o regime de avaliação e certificação dos ME tem como finalidade “garantir que cumprem de forma adequada a sua função e de proporcionar novas formas de utilização que sejam mais racionais e menos dispendiosas para as famílias” (p. 4543).

Para avaliar e certificar os ME fazem parte as comissões de avaliação e as entidades acreditadas. As comissões de avaliação têm como missão realizar a avaliação para certificação dos ME, dispõem de autonomia científica, técnica e pedagógica e são constituídas por despacho do Ministro da Educação, sob proposta do serviço do Ministério da Educação, responsável pela coordenação pedagógica e curricular. As comissões de avaliação constituem-se por ciclo, por ano de escolaridade, por disciplina ou por área curricular disciplinar e são constituídas por um mínimo de três e um máximo de cinco especialistas de reconhecida competência.

Deste modo as comissões de avaliação são constituídas, comumente, por especialistas de reconhecida competência, nomeadamente docentes e investigadores do ensino superior das áreas científica e pedagógica; docentes do quadro de nomeação definitiva em exercício no mesmo nível de ensino ou do mesmo grupo disciplinar ou especialidade e membros de sociedades ou associações científicas e pedagógicas de área relacionada com a avaliação em causa.

De acordo com o descrito no Decreto-Lei 261/2007 artigo 8.º, podem, de igual forma, candidatar-se à acreditação para avaliação e certificação dos ME as

---

entidades públicas ou privadas que desempenhem o essencial da sua actividade nas áreas científica e pedagógica; aprontem de currículo científico e pedagógico relevante; disponham de, ou constituam especialmente para o efeito, equipas científico-pedagógicas qualificadas com composição idêntica à estabelecida para as comissões de avaliação; não sejam, as entidades ou os seus peritos, autores de ME nem detenham interesses em empresas editoras ou outras ligadas à produção de ME ou de outros recursos didáctico-pedagógicos; estejam regularmente constituídas nos termos da lei. O processo de acreditação das entidades candidatas à avaliação e certificação dos ME consiste na validação técnica e no reconhecimento da capacidade das entidades para intervirem no referido processo.

A apreciação das candidaturas à acreditação para a avaliação e certificação dos ME é efectuada por uma comissão, constituída para o efeito, no âmbito da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), da qual poderão ainda fazer parte, a título pessoal, individualidades de reconhecida competência e idoneidade que exerçam ou tenham exercido funções ou investigação nas áreas da educação, da formação e da certificação. Os resultados finais das candidaturas são tornados públicos no sítio da DGIDC, mediante a divulgação da lista de entidades acreditadas. A acreditação tem um período de validade de três anos, podendo ser renovada por iguais períodos, contados a partir da data da respectiva homologação (DGIDC, 2009d).

No seguimento do Decreto-Lei 261/2007, o artigo 5.º salienta que, existindo simultaneamente mais de uma entidade avaliadora e certificadora por ciclo, ano de escolaridade, disciplina e área curricular disciplinar podem os autores, editores ou outras instituições legalmente habilitadas para o efeito, no acto de candidatura à atribuição de certificação do ME indicar a entidade à qual pretendem que o ME seja submetido para efeitos de avaliação e certificação. Assim, por cada ME as entidades candidatas indicam a entidade avaliadora e certificadora que pretendem.

O resultado da avaliação feita pelas entidades ou comissões de avaliação e certificação expressa-se numa menção de “Certificado” ou “Não certificado”,

---

sendo objecto de homologação pela Directora-Geral da DGIDC. As decisões das comissões de avaliação e a respectiva fundamentação constam de um relatório final. É permitido aos candidatos após a menção pedir recurso, cabendo ao Ministério da Educação determinar a reapreciação do referido relatório.

De acordo com o Despacho n.º 15285-A de 8 de Outubro de 2010, no seu ponto 3, vem aditar ao processo de avaliação e certificação de ME que, previamente à elaboração do relatório final de avaliação, as comissões de avaliação ou as equipas científico-pedagógicas das entidades acreditadas para as diferentes áreas curriculares disciplinares, disciplinas e anos de escolaridade deverão reavaliar/reapreciar as provas finais a cores dos ME em processo de avaliação, visando verificar a inserção correcta e integral das rectificações e recomendações consideradas indispensáveis pelas comissões de avaliação ou pelas equipas científico-pedagógicas respectivas, reapreciação que dará suporte ao relatório final de avaliação do respectivo ME.

O processo de avaliação e certificação de ME efectuado por entidades acreditadas como avaliadoras e certificadoras é objecto de auditoria e controlo por parte da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) e da Inspecção-Geral de Educação (IGE).

Para a avaliação e certificação dos ME as comissões regem-se pelos seguintes critérios, referenciados na Lei n.º 47/2006, e reescritos e especificados no Despacho 29864/2007 de 27 de Dezembro: rigor linguístico, científico e conceptual; adequação ao desenvolvimento das competências; conformidade com os programas e orientações curriculares; qualidade pedagógica e didáctica; valores; possibilidade de reutilização e adequação ao período de vigência previsto; qualidade material, nomeadamente o peso e a robustez.

Sendo a adopção dos ME da competência do respectivo órgão de coordenação e orientação educativa, após a avaliação e certificação por parte das comissões de avaliação, cada escola selecciona de entre os ME certificados aqueles que melhor se adequem aos respectivos projectos educativos, ficando esta opção fundamentada e registada em grelhas de avaliação elaboradas para o efeito pelo Ministério da Educação.



---

Deste modo, pode-se afirmar que este processo passa por duas fases distintas: (1) A primeira, uma fase de avaliação e de certificação dos ME da responsabilidade das comissões de avaliação, que se traduz numa atribuição de uma certificação de qualidade científico-pedagógica; (2) A segunda, uma fase de avaliação e adopção, a realizar pelos docentes nas escolas, tendo em vista a apreciação da adequação dos ME certificados ao projecto educativo.

Com o anterior Decreto-Lei 369/90 o período de vigência dos ME era de 4 anos no 1.º e 2.º ciclos e 5 anos no 3.º ciclo e secundário, com a actual Lei n.º 47/2006 passa para o alargamento de um período de 6 anos para todos os níveis de ensino. De acordo com o Decreto-Lei n.º 261/2007, esta alteração pretende contribuir para a estabilidade da organização pedagógica da escola e para uma reutilização dos ME, tendo como consequência a redução dos encargos das famílias com a sua aquisição.

É ainda de acrescentar que, até que todos os ME adoptados tenham sido avaliados e certificados, de acordo com o disposto no artigo 34.º da Lei 47/2006 podem, por despacho do Ministro da Educação, ser determinada a avaliação de ME já adoptados e utilizados pelas escolas/agrupamentos. Esta avaliação é feita por comissões e pretende averiguar se os ME estão em “conformidade com os respectivos programas, bem como avaliar o rigor e a qualidade científica e pedagógica dos seus conteúdos” e exprime-se numa menção de *Favorável* ou *Não Favorável*.

O processo de avaliação e certificação dos ME – que teve início em 2008 – é descrito pelo Ministério da Educação como um processo progressivo – a cada ano lectivo, são objecto de avaliação e certificação os ME de alguns grupos disciplinares e anos de escolaridade – que, de acordo com documento publicado no site do Governo de Portugal e da autoria do Ministério da Educação (2007), deverá ficar concluído em 2015/16.

---

## **2.4 – AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS MANUAIS ESCOLARES – CONTRIBUTO PARA UMA ANÁLISE**

A avaliação da qualidade de um ME ocupa um lugar essencial dado o impacto deste no processo de ensino e de aprendizagem, conjuntamente, com as funções e papéis que ocupa no Sistema Educativo, tal como reconhecido nas secções anteriores.

Em conformidade com a complexidade da natureza do ME, Cabral (2005) e Choppin (1992) referem que existem três grandes domínios de investigação dos ME: investigações orientadas para o processo de concepção; investigações orientadas para o produto e investigações orientadas para a recepção. Esta investigação centra-se no segundo referido. Porém, independentemente do domínio, os estudos dos ME centram-se, sobretudo, na melhoria da sua qualidade e/ou no acesso de uma perspectiva histórica, social e cultural da educação.

Sendo o ME um objecto que suscita interesse de investigação por parte de diversos membros da comunidade educativa, nomeadamente na crítica do seu conteúdo, forma e estrutura, divide-se em três campos de análise distintos, segundo a óptica de Cabral (2005), de acordo com o sector que a impulsiona. Deste modo a 1) análise feita por leitores externos, designadamente de controlo oficial, têm por objectivo verificar se os ME estão em conformidade com as disposições curriculares em vigor para validar a sua difusão; 2) se for feita por professores possui, grande parte das vezes, o objectivo de uma selecção com vista a uma adopção; 3) por último, a análise de um investigador é orientada pela curiosidade e interesse científico.

Por outro lado, o processo de avaliação de um ME implica determinar os objectivos da avaliação, assim como os respectivos critérios e estratégias a adoptar para estabelecer uma conclusão com vista a uma decisão.

De acordo com Gérard e Roegiers (1998) existem, essencialmente, três decisões/objectivos no fim de uma avaliação: (1) decidir se se deve aprovar ou não o ME visando permitir a sua difusão (avaliação de certificação); (2)

---

seleccionar entre vários ME aquele que é mais conveniente (avaliação de certificação); (3) propor melhoria de um ME (avaliação de regulação).

Após a definição do(s) objectivo(s) a ser(em) atingido(s) é necessário definir os critérios de avaliação. Existem critérios análogos aos três objectivos, nomeadamente, a adequação ao programa (ou a outro documento que regule o processo de ensino e de aprendizagem), a qualidade pedagógica e científica e os critérios relacionados com os aspectos socioculturais.

Contudo, também existem critérios díspares dependendo do objectivo a alcançar. Deste modo, a aprovação de um manual requer uma particular ponderação ao caderno de encargos<sup>1</sup> e à política educativa local; a selecção do ME envolve, por exemplo, critérios económicos e/ou pedagógicos; o melhoramento do ME exige critérios de ordem pedagógico, científico, estrutural e técnico.

As estratégias a adoptar na avaliação de um ME são consequência dos objectivos a atingir e possuem, também, aspectos comuns e diferentes entre si. Deste modo Gérard e Roegiers (1998) admitem, essencialmente, três estratégias colectivas: (1) leitura do ME na comparência de especialistas, inspectores e de professores; (2) uma experimentação ou um ensaio; (3) o uso de uma grelha de avaliação a preencher pelos avaliadores, que deve incluir especialistas de ME, como forma de exame exaustivo de todos os aspectos a considerar. Relativamente às estratégias a adoptar, de acordo com o primeiro objectivo devemos começar por examinar a sua conformidade com o caderno de encargos; com o segundo objectivo devemos recolher opiniões junto de potenciais utilizadores; com o terceiro objectivo devemos investir numa estratégia de investigação das informações relativas à qualidade científica e pedagógico-didáctica e qualidade técnica.

O processo de avaliação de um ME deve terminar na enunciação das conclusões da avaliação, com vista à elaboração de um relatório de avaliação

---

<sup>1</sup> O caderno de encargos é um instrumento que permite determinar, em função de um certo número de parâmetros, os elementos constitutivos do ME do ponto de vista pedagógico e técnico.

---

com o intuito de veicular aos decisores os elementos principais para fundamentar e estabelecer uma decisão.

Relativamente aos elementos que, eventualmente, favorecem um manual escolar, e que devem ser contemplados na sua concepção e avaliação, Gérard e Roegiers (1998) citam vários (cf. Anexo 12), em consonância com as (1) funções de “aquisição” nos ME; (2) funções de “consolidação das aquisições” nos ME; (3) função de “avaliação das aquisições” nos ME; (4) função de “ajuda na integração das aquisições”; (5) função de “referência” nos ME, (6) aspectos gerais a ter em consideração na concepção e avaliação dos ME; (7) e a avaliação dos ME. Contudo, com a cautela que estes devem ser motivo de reflexão e estar em consonância com os objectivos, realidade institucional, nacional, socioeconómica e escolar específica.

Na opinião de Fernandes (2001) para a análise dos ME é imprescindível atender a quatro dimensões: pedagógica, científica, axiológica e material. Estas dimensões estão especificadas no anexo 13.

Para a análise dos ME e consequente recolha e organização de informações sobre este e/ou a formulação e produção de juízo crítico é fulcral, de acordo com Morgado (2004), ter em conta seis objectivos: (1) Averiguar a maior ou menor fidelidade do ME ao programa disciplinar; (2) Identificar o modelo de ensino-aprendizagem subjacente ao ME; (3) Avaliar o tipo de informação veiculada pelo ME; (4) Analisar as formas de selecção do conhecimento; (5) Avaliar a forma de organização do conhecimento; (6) Detectar o modelo profissional implícito.

Por sua vez, Cabral (2005) salienta de forma sistematizada os elementos a considerar na análise de um ME: (1) vertente técnica, que remete para a caracterização geral – formato e dimensões, peso, encadernação, capa, qualidade do papel e paginação – e os aspectos formais – estrutura e *layout*; (2) vertente científica, relacionada com os conteúdos linguísticos, a correcção terminológica e os conteúdos culturais (3) e por último, a vertente didáctica e pedagógica que se destina aos conteúdos – sequencialização, organizadores prévios, facilitadores de motivação, diversidade e interesse, valores e atitudes – as actividades – funções atribuídas aos professores e alunos, níveis cognitivos a

---

que se destina, variedade e tipologia de textos e níveis de leitura – e as ilustrações – conteúdos e funções.

A mesma autora ainda distingue a análise da coerência externa de um ME, relacionada com a conformidade deste com os elementos nucleares do programa, e a análise da coerência interna, que prevê uma articulação entre os objectivos, conteúdos, metodologia e os recursos formais dispostos no ME e delineados pelos autores. Cabral (2005) afirma que é indispensável a presença destes dois aspectos para que o ME seja válido, funcional relativamente ao currículo oficial e que permita uma optimização do processo de ensino e de aprendizagem.

Para finalizar, tal como já foi referenciado no tema 2.3 o Despacho 29864/2007 de 27 de Dezembro publicou os critérios a serem tidos em conta pelas comissões de avaliação e de certificação, que sinteticamente e de acordo com documento publicado no site da DGIDC, enquadram-se em quatro dimensões: (1) Informação; (2) Organização e método; (3) Comunicação (4) e Características materiais.

Relativamente ao Estudo do Meio, a DGIDC (2009c) alerta para uma panóplia de elementos que pretendem contribuir para aprendizagens de “Ciência e sobre Ciência”, imprescindíveis para uma cultura científica: (1) fomentar a curiosidade das crianças por actividades em Ciência; (2) contribuir para a construção de uma imagem reflectida acerca da Ciência; (3) promover capacidades de pensamento (criativo, crítico, metacognitivo) úteis e transferíveis para outros contextos; (4) permitir a construção de conhecimento científico com significado social.

De acordo com o mesmo documento, é fulcral, na aprendizagem das Ciências, actividades de natureza diversificada e com níveis de conhecimento de complexidade crescente que envolvam: (1) conhecimento manipulativo e sensorial; (2) estabelecimento de relações do tipo causal; (3) interpretação de tais relações com base em modelos explicativos. Todas estas actividades têm de ser adequadas do ponto de vista conceptual, procedimental, atitudinal e contextualizadas em temas social e culturalmente relevantes.

---

Para que as crianças adquiram as competências no âmbito do Estudo do Meio é necessário que o trabalho prático no 1º CEB assuma diversos formatos com diferente grau de elaboração, tendo presente experiências sensoriais, de verificação e ilustração, exercícios práticos e actividades investigativas e laboratoriais.

Em síntese, o estudo centrado no ME, e na sua análise e avaliação, envolve uma multiplicidade de factores e de critérios que variam desde a ordem científica, didáctica, pedagógica, material até à axiológica, os quais formam um tecido complexo. Deste modo é fulcral e pertinente estabelecer prioridades e critérios mínimos que o ME deve contemplar para a apreciação das informações relativas ao objectivo inicial que se formulou. É imprescindível que todos os envolventes deste processo tenham a consideração que se trata de um processo complexo, envolvendo um grande número de variáveis.

## **2.5 – A RELEVÂNCIA DO ESTUDO DO MEIO NO 1.º CEB**

A área curricular intimamente ligada ao Estudo do Meio, denominada por *Social Studies*, surgiu na Europa, particularmente nos países anglo-saxónicos e escandinavos, e na América, sobretudo nos Estados Unidos. Roldão (2001) descreve três tradições dos Estudos Sociais que foram desenvolvidas e que predominavam em diferentes fases da evolução do currículo e que, de acordo com a autora ainda estão presentes nos currículos actuais. São estes, os Estudos Sociais entendidos como preparação para a cidadania; os Estudos Sociais assimilados às respectivas disciplinas científicas; e por último, os Estudos Sociais entendidos como investigação reflexiva.

De acordo com o Currículo Nacional do Ensino Básico (CNEB, 2001), o Meio pode ser percepcionado como um “conjunto de elementos, fenómenos, acontecimentos, factores e ou processos de diversa índole que ocorrem no meio envolvente e no qual a vida e a acção das pessoas têm lugar e adquirem significado” (p. 75). De acordo com o mesmo documento, a escola deve

---

proporcionar experiências de aprendizagem capazes de desenvolver competências específicas no âmbito da área de Estudo do Meio, capazes de conduzir os alunos a uma intervenção crítica do mesmo, com o intuito de analisar e conhecer as condições e situações em que somos afectados pelo que acontece, e intervir no sentido de o modificar, de uma forma participativa, de defesa e de respeito.

Segundo a DGIDC (2009c) o Estudo do Meio, de uma forma peculiar, é uma área interdisciplinar e globalizadora na medida em que congrega múltiplos ramos do saber e que, por essa razão, contribuem para uma maior compreensão do que nos rodeia. Assim sendo, deve ser percebido de forma a desenvolver competências que passa pela sua inter-relação com as competências de outras áreas disciplinares e não disciplinares.

O documento atrás referenciado alega que o Estudo do Meio deve propiciar aos alunos competências relacionadas com temáticas ambientais, relacionados com o desenvolvimento sustentável, formas de estar próprias de uma cidadania activa, que envolva conhecimento sobre os seus direitos e responsabilidades sociais a nível local e global, e potenciar uma educação científico-tecnológica, de forma a compreender, ainda que simplificada, o processo e a natureza da ciência, bem como o desenvolvimento de uma atitude científica.

Na opinião de Mata, Bettencourt, Lino e Paiva (2004) o ensino das ciências, entre outros aspectos, permite um melhor conhecimento do mundo, particularmente do que nos rodeia e possibilita desenvolver competências noutras áreas curriculares. De facto, “promove a leitura aquando da pesquisa, estimula o desenho e a escrita aquando da realização de registos e desenvolve o pensamento lógico-matemático quando se estabelecem relações de causa-efeito, condicionais e outras, e se efectuam classificações, seriações, medições e cálculos” (p. 173). Acresce ainda que o ensino das ciências contextualizado numa base sócio-afectiva torna-se uma valia para o desenvolvimento de atitudes, valores e comportamentos sociais, ou seja, promove uma educação cívica.

Ainda de acordo com esta transversalidade da ciência, Sá (2002) afirma que a leitura, a escrita e o cálculo – designadas, muitas vezes, por competências

básicas – desenvolvem-se melhor quando contextualizadas noutras áreas curriculares, nomeadamente a ciência, e quando aplicadas e utilizadas como instrumentos ao serviço das mesmas.

Porém, é necessário clarificar que, de acordo com o CNEB (2001), sendo o Estudo do Meio uma área disciplinar flexível e aberta, não implica só os conhecimentos de uma disciplina ou área disciplinar e, portanto, “pode ter origem em inquietações de carácter pessoal ou social e constrói-se a partir da vivência, pelos alunos, de experiências de aprendizagem que envolvam a resolução de problemas, a concepção e o desenvolvimento de projectos e a realização de actividades investigativas” (p. 78). Estas experiências implicam e potencializam diversas situações e vivências de observação, de análise, de comunicação, de expressão, de intervenção e de trabalho de campo (Figura 1). Através destas experiências de índole pessoal, o aluno desenvolve aprendizagens nos domínios cognitivos e afectivo-social que dão origem a conhecimentos, capacidades e atitudes que resultam em competências de saber, de saber-fazer e saber-ser.

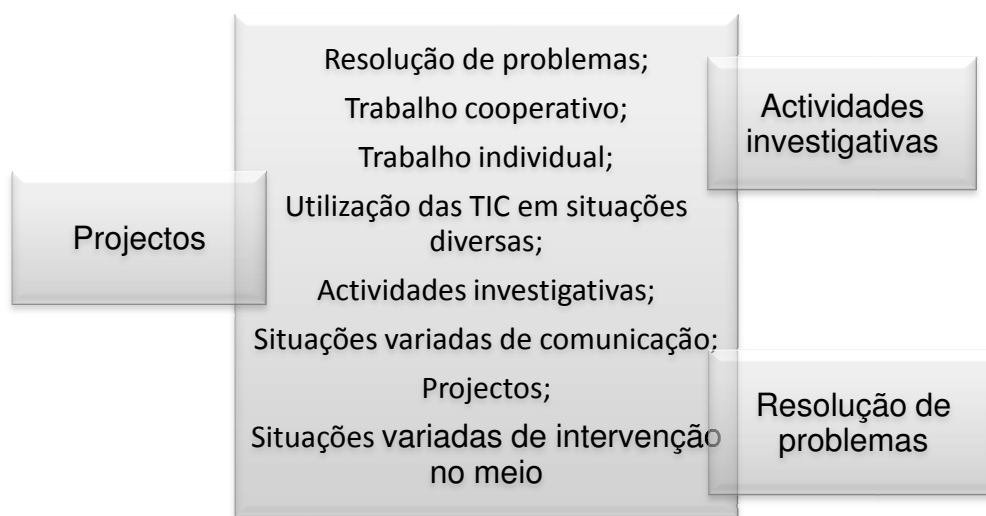


Figura 1 – Experiências de aprendizagem de acordo com o CNEB (2001, p. 78)

Neste sentido Mata et al. (2004) referem que o ensino das ciências no 1.º CEB deve estar intimamente ligado à análise, compreensão e justificação das diversas situações que sucedem no quotidiano e do meio em que os alunos estão envolvidos, ou seja, ajudar a criança a conhecer o que a rodeia. É fulcral que as



---

crianças compreendam que a ciência está no seu cotidiano, em tudo o que a rodeia, e usando recursos/materiais de uso comum e patentes do dia-a-dia será a forma de lhes permitir compreender isso mais facilmente.

De acordo com Leite (2006) o ensino das ciências não pode ignorar esta realidade individual e, mais do que preocupar-se em transmitir conhecimentos científicos, deve ter como finalidade a promoção de uma educação em ciências que permita aos alunos tornarem-se cidadãos capazes de compreender o mundo natural que os rodeia e de interpretar, do modo mais adequado e completo possível, as suas novas manifestações.

Sobre a importância da ciência na educação, Martins, Veiga, Teixeira, Tenreiro-Vieira, Vieira, Rodrigues e Couceiro (2006) aprontam que esta deve ter como finalidades: o desenvolvimento de conhecimentos científicos e tecnológicos que sejam úteis e funcionais no quotidiano dos alunos; a promoção de maneiras de pensar científicas e quadros explicativos da ciência com impacte no ambiente e na cultura; a contribuição para sensibilidade da inter-relação da ciência com a sociedade de forma a colaborar para uma formação democrática e responsável de todos os cidadãos; a promoção de capacidade de pensamento relacionados com a resolução de problemas, aos processos científicos, à tomada de decisão e de posição baseadas em argumentos racionais sobre questões sócio-científicas; e por último impulsionar uma reflexão sobre os valores, atitudes e normas que impregnam o conhecimento científico.

Embora o programa da área curricular de Estudo do Meio esteja decomposto por blocos de conteúdos segundo uma determinada ordem, o próprio documento sugere que os docentes “deverão recriar o programa, de modo a atender aos diversificados pontos de partida e ritmos de aprendizagem dos alunos, aos seus interesses e necessidades e às características do meio [podendo] alterar a ordem dos conteúdos, associá-los a diferentes formas, variar o seu grau de aprofundamento ou mesmo acrescentar outros” (Ministério da Educação, 2004, p. 102). Já o CNEB (2001), relativamente às competências específicas de aprendizagem – com o pressuposto de “À descoberta e conhecimento do meio” -, determina o desenvolvimento de três domínios: 1) a localização no espaço e no

---

tempo; 2) o conhecimento do ambiente natural e social e 3) o dinamismo da inter-relação entre o natural e o social. É de recordar que, o currículo de Estudo do Meio deve ser orientado de forma flexível e aberto com o intuito de ir ao encontro de problemas pessoais, sociais e locais de acordo com os alunos em questão. É neste sentido que Eichler e Del Pino (2010) afirmam que “não basta que os conteúdos sejam apenas ensinados, ainda que bem ensinados; é preciso que se liguem, de forma indissociável, à sua significação humana e social” (p. 649).

Para além da organização por alargamento progressivo, ampliação dos conhecimentos em consonância com o ano de escolaridade, Roldão (2001) refere outras características peculiares desta área.

a) Deste modo, descreve o Estudo do Meio como uma disciplina com um carácter integrador dos temas, isto é, afasta uma abordagem de cariz disciplinarizante optando por conteúdos globais;

b) Permite uma organização dos temas em termos de metodologia por descoberta - e por essa razão a atribuição não causal da expressão “À descoberta de...” no início do título de cada bloco - expedindo para uma filosofia activa de aprendizagem, enfatizando a lógica da descoberta de forma a incentivar o aluno a atitudes de pesquisa, de observação, de busca e selecção de informação, de construção do próprio conhecimento, ou seja, metodologias que valorizam a pesquisa, a observação e a experimentação, “em que o sujeito é agente e construtor dos seus próprios processos de aquisição de saberes e organizador do domínio progressivo das suas competências” (p. 37);

c) Apresentação do programa em forma de objectivos operacionais, ou seja, os conteúdos expressos em forma de comportamentos ou resultados observáveis – esta organização do programa, de acordo com a autora supracitada, tem sido alvo de múltiplos debates, pois se, por um lado, assegura uma leitura mais clara dos programas e permite aos professores situarem-se com mais precisão no nível de aprofundamento que é pedido para o tratamento dos diversos conteúdos, por outro lado conduz inevitavelmente à fragmentação e segmentação dos temas em subunidades de conhecimento que, se forem tomadas literalmente, se tornam descontextualizadas e desprovidas de sentido global;

---

d) Por último, refere a articulação horizontal, ou seja, a forma como se articulam e integram conteúdos de um mesmo ano de escolaridade a diferentes temas ou blocos e a abordagem interdisciplinar que o Estudo do Meio aglutina e flexibiliza; e vertical dos conteúdos, isto é, viabiliza a progressão dos conteúdos ao longo dos quatro anos.

Embora seja evidente a consideração que a ciência manifesta nos currículos, é assumido por Rocard, Csermely, Jorde, Lenzen, Walberg-Henriksson e Hemmo (2007), que o modo como se ensina a ciência deve ser sujeito a alterações, ou seja, a uma mudança na abordagem pedagógica, designadamente na formação dos professores, particularmente nas suas metodologias, tornando-as mais entusiastas e relevantes; nas acções, de forma a estimular a aprendizagem das ciências baseada, sobretudo, na investigação; e a precocidade do ensino das ciências.

Relativamente à precocidade do ensino das ciências nos primeiros anos de escolaridade, é justificado por Martins et al. (2006) e Afonso (2008) pelo facto de proporcionar às crianças o despertar da curiosidade, criando um sentimento de admiração e interesse pela ciência; construção de uma imagem positiva e reflectida da Ciência; fomentar capacidades do pensamento proveitosas noutras áreas do currículo e em diferentes contextos e situações; impulsionar a construção de conhecimento científico útil e com significado social, que permita melhorar a qualidade de interacção com a realidade natural e cultural.

Tal como já foi referência em temas anteriores deste estudo, o ME constitui um instrumento determinante no processo de ensino e de aprendizagem, apresentando peculiaridades em toda a comunidade educativa. Os ME de ciências são descritos e reconhecidos por Mansour (2010) como um dos maiores componentes no processo de ensino e de aprendizagem desta área, influenciando muitas vezes concepções de alunos e de docentes. É neste sentido que Duarte (1999) reitera o ME como um instrumento determinante da natureza da actividade científica desenvolvida na sala de aula, da organização do currículo e da forma como os professores produzem o desenvolvimento da ciência.

---

Apesar desta relevância assumida por alguns destes investigadores, a autora reconhece que existem obstáculos na utilização do ME de Ciências, justificado pela grande divergência entre a forma como os conceitos são apresentados no manual e os objectivos da educação científica. Assim, de uma forma geral, os ME não incluem o raciocínio que sustenta as convicções científicas, e os estudantes não têm o contexto adequado para tirar sentido das ideias fundamentais, aperceberem-se da sua validade e utilidade. Deste modo, Duarte (1999) refere características que os ME devem assumir para se tornarem instrumentos mais úteis na aprendizagem dos alunos, nomeadamente a inclusão de descrições e explicações de fenómenos naturais e a estruturação dos textos tendo em conta potenciais concepções alternativas dos alunos.

São diversos os contributos da educação em ciência nos primeiros anos de escolaridade, tal foi mencionado anteriormente. Os ME, nesta perspectiva poderão ser uma mais-valia para esta cooperação. Contudo, é necessário garantir e prosperar na sua qualidade científica e pedagógico-didáctica.

---

## **CAPÍTULO III**

### **3 – METODOLOGIA**

Este capítulo tem por finalidade primária descrever e justificar o modo como foi orientado este trabalho de investigação, relativamente às técnicas e instrumentos a utilizar para a consecução dos objectivos definidos no primeiro capítulo.

Deste modo, este terceiro capítulo está estruturado em quatro secções. A primeira refere a natureza da investigação; a segunda descreve as fases pelas quais o estudo passou; a terceira esclarece as técnicas e os instrumentos da recolha de dados usados na investigação; e por último descreve o processo de tratamento e de análise dos dados recolhidos.

#### **3.1 – NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO**

Este estudo assumiu uma natureza qualitativa, na medida que procurou a globalidade e a compreensão dos fenómenos, neste caso, relativo ao processo de avaliação e certificação de ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio. Seguidamente descrevem-se as razões desta opção tendo por base a concepção de alguns autores nas quais este estudo se enquadra.

A metodologia qualitativa, na opinião de Almeida e Freire (2000), tende a estudar a realidade sem a fragmentar e sem a descontextualizar, partindo, sobretudo, dos próprios dados e não de teorias prévias, para os compreender ou explicar. Deste modo, possibilita situar o objecto de estudo nas suas particularidades e não na obtenção de leis gerais.

Para Chizzotti (2003) o termo qualitativo implica uma “partilha densa com pessoas, factos e locais que constituem objectos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma

---

atenção sensível” (p. 221) e, após esta etapa, o investigador interpreta e reflecte em forma de texto os significados patentes ou ocultos do seu objecto de estudo.

A investigação qualitativa apresenta cinco características essenciais, de acordo com Bogdan e Biklen (1992): (I) a fonte directa de dados é o ambiente natural; (II) é descritiva; (III) um interesse maior pelo processo do que pelos resultados ou produtos; (IV) analisa os dados de forma indutiva; (V) e por último, o significado é de importância vital na abordagem qualitativa.

Relativamente a este estudo, os dados foram recolhidos através da análise documental, particularmente da legislação afeita a este processo e através dos relatórios finais de avaliação dos ME da área curricular disciplinar e Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade certificados realizados pelas equipas científico-pedagógicas; usou-se também a entrevista dado que se pretendeu descrever e interpretar o processo de avaliação e certificação dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade, apurar qual o impacto deste na garantia da sua qualidade científica e pedagógico-didáctica e retratar as dinâmicas dos autores de ME e equipas científico-pedagógicas neste processo.

De acordo com Deslauriers e Kérisit (2008) a pesquisa qualitativa tem sido muitas vezes utilizada para descrever situações sociais circunscritas ou para explorar determinadas questões, que dificilmente a abordagem quantitativa conseguia alcançar devido à sua imensurabilidade:

*Uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória possibilita familiarizar-se com as pessoas e suas preocupações. [...] Uma pesquisa descritiva colocará a questão dos mecanismos e dos actores (o “como” e o “o quê” dos fenómenos); por meio da precisão dos detalhes, ela fornecerá informações contextuais que poderão servir de base para pesquisas explicativas mais desenvolvidas (p. 130).*

O processo de avaliação e certificação de ME sendo recente e pouco investigado, este estudo pretende compreender e retratar de forma explícita o referido processo, particularmente dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano. Trata-se, assim, de um estudo com características de um estudo descritivo-interpretativo. De forma sucinta, este estudo ambiciona dar a

---

conhecer de forma clara o actual processo; averiguar as concepções que os autores e as entidades avaliadoras e certificadoras manifestam acerca deste; e qual o seu impacte na qualidade científica e pedagógico-didáctica dos ME.

Tendo em conta De Ketele e Roegiers (1993), na investigação exploratória “a finalidade principal não é ver o que se passa, o que é verdadeiro, provar alguma coisa, mas ver o que poderia passar-se, o que poderia ser verdadeiro” (p. 117). Neste sentido, a investigação exploratória possibilita a familiarização e a compreensão da problemática em estudo, deduzindo conclusões e algumas recomendações de melhoria.

Deste modo, tal como referem Bogdan e Biklen (1994), o objectivo deste tipo de estudo consiste na denominação, descrição e compreensão de uma dada situação, da qual existem poucos conhecimentos no domínio do estudo.

Tuckman (2001) acresce que num estudo do tipo exploratório, as pesquisas têm como principal finalidade descrever e esclarecer sem modificar conceitos e ideias, com vista à formulação do problema mais preciso ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

De forma concludente, e como refere Gil (1999), a pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de uma dada temática contribuindo para o esclarecimento desta. A pesquisa descritiva tem por finalidade descrever características de um determinado objecto de estudo. Deste modo, o estudo exploratório permite proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilitar a delimitação do tema de pesquisa; orientar a fixação dos objectivos e a formulação das hipóteses, ou descobrir um novo tipo de enfoque sobre o assunto. A pesquisa descritiva centra-se na observação, registo, análise, classificação e interpretação dos factos.

Assim, o valor deste tipo de estudos está na premissa de que os objectos de estudo podem ser aprofundados e as práticas melhoradas por meio da observação, análise e descrição completas dos fenómenos e das situações.

---

### 3.2 – FASES DO ESTUDO

Para responder às questões deste estudo em torno do actual processo de avaliação e certificação dos ME da Área Curricular Disciplinar de Estudo do Meio do 1.º CEB foram definidos no capítulo 1 os objectivos de investigação. As três questões, e os objectivos vinculados a estas, foram o ponto de partida para a investigação e para a organização geral do estudo, definindo-se, desta forma, o plano de trabalho em consonância com os mesmos. Este plano de trabalho (cf. figura 2) possibilitou seleccionar e organizar a revisão de literatura e a decisão das técnicas e instrumentos de recolha de dados a utilizar.

Inicialmente, com o intuito de uma análise elementar e de uma primeira aproximação com o actual processo de avaliação e certificação dos ME, foi feito um contacto com as editoras para requerer os ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliados e certificados e, também, para solicitar possíveis contactos com os autores dos referidos ME (cf. apêndice L). Apenas algumas editoras perceberam o requerimento e procederam ao envio dos ME solicitados. Contudo, nenhum contacto dos autores foi comunicado por parte das editoras.

Iniciámos a revisão de literatura e, relativamente ao processo de avaliação e certificação dos ME, foram escassos os documentos encontrados acerca deste. Para além da legislação e outros documentos normativos referente a este processo, apenas dispusemos de alguns trabalhos de investigação e relatórios institucionais.

Devido à insuficiência de informação acerca deste actual processo de avaliação e certificação dos ME, assim como também do anterior modelo que deliberava uma apreciação dos mesmos - Decreto-Lei 369/90 de 26 de Novembro - remetemos um pedido de esclarecimento por escrito à DGIDC, no dia 23 de Novembro de 2010, acerca das seguintes questões (cf. apêndice O): (1) Estudo ou relatório sobre o modo como foi sendo operacionalizado o preconizado no Decreto-Lei 369/90; (2) Grelhas de avaliação, disponibilizadas às escolas para a selecção e adopção dos ME de Estudo do Meio do 1.º CEB; (3) Relatórios de



---

avaliação dos ME de Estudo do Meio, particularmente do 1.º ano de escolaridade, desenvolvidos pelas equipas de avaliação e certificação de ME. Este pedido foi respondido por ofício no dia 7 de Janeiro de 2011 (cf. anexo 4) juntamente com o envio de alguns documentos solicitados, nomeadamente o relatório do Grupo de Trabalho Manuais Escolares, datado de 08 de Junho de 2005, e as grelhas destinadas ao “Registo de Apreciação e Adopção” e os respectivos “Critérios de Apreciação/Componentes de Análise”.

Relativamente à consulta dos relatórios finais de avaliação respeitantes aos ME da Área Curricular Disciplinar de Estudo do Meio do 1.º Ano de Escolaridade, submetidos à avaliação prévia no ano lectivo de 2009-2010, esta foi superiormente autorizada. Após alguns meses de ausência de resposta por parte da DGIDC, para confirmação da data a ser estabelecida em comum acordo para a consulta dos referidos relatórios, no dia 31 de Março de 2011 foi, definitivamente, acertada a data da respectiva consulta (cf. apêndices P e Q; cf. anexos 5 e 6). Esta foi concretizada no dia 11 de Abril de 2011 nas instalações da DGIDC em Lisboa.

Após o reconhecimento, através do site da DGIDC, de quais os ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º Ano de Escolaridade avaliados e certificados e de quais as equipas científico-pedagógicas escolhidas pelas editoras para proceder à avaliação e certificação dos respectivos ME, fez-se ao longo do mês de Janeiro o contacto através de carta registada com as equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação e com os autores dos ME para apurar a disponibilidade e interesse em ceder a entrevista (cf. apêndices M e N)

Deste modo, das três equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação obtivemos aceitação por parte de duas. Efectuámos as entrevistas a um membro de cada equipa no fim do mês de Janeiro. Por parte dos autores, dos vinte contactados, auferimos resposta de seis elementos. Porém, um dos autores cancelou a entrevista alegando sobrecarga de trabalho; um outro, após pedido de algumas informações acerca da entrevista via correio electrónico, não confirmou disponibilidade; e um outro autor apenas facultou resposta no final do mês de Abril quando já decorria a análise de conteúdo das entrevistas realizadas até

---

então. As entrevistas aos autores ocorreram ao longo dos meses de Fevereiro e Março de 2011.

Cada entrevista, à excepção de uma, oscilou entre os 30 e 35 minutos, foi realizada individualmente e gravada em áudio, depois de este tipo de gravação ser devidamente autorizada por cada entrevistado e ter sido garantido o anonimato. As entrevistas decorreram em locais sugeridos pelos entrevistados: quatro tiveram lugar nos locais de trabalho e uma na residência do entrevistado. Em todas as entrevistas realizadas houve a preocupação, sempre que possível, de respeitar e seguir a ordem das questões estabelecida no guião, salvo nos casos em que o entrevistado focava antecipadamente, no decorrer da conversa, o conteúdo de alguma questão. Assim, a recolha dos dados revestiu-se da seguinte orientação: (1) após autorização prévia, gravação individual das entrevistas; (2) transcrição integral de cada uma; (3) elaboração de breves comentários (por questão) e resumo de cada uma delas a fim de auxiliar a sua análise de conteúdo.

Para melhor compreensão da forma como este estudo foi operacionalizado, na página seguinte evidencia-se através da figura 2, o plano geral do estudo.

Natureza do Estudo: Qualitativa

Método da Investigação: Estudo exploratório descritivo-interpretativo

Técnicas e instrumentos de recolha de dados: Inquérito por entrevista e análise documental

**Corpus:**

Manuais Escolares da Área Curricular Disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de Escolaridade Avaliados e Certificados

Membros das Equipas científico-pedagógicas de Avaliação e Certificação dos Manuais Escolares da Área Curricular Disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de Escolaridade Avaliados e Certificados

Autores dos Manuais Escolares da Área Curricular Disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de Escolaridade Avaliados e Certificados

**Instrumentos de Investigação:**

Legislação e outros documentos, nomeadamente as grelhas de avaliação e relatórios perscrutados, referentes ao Processo de Avaliação e Certificação dos Manuais Escolares  
Guião da entrevista dos autores dos Manuais Escolares da Área Curricular Disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de Escolaridade Avaliados e Certificados

Guião da entrevista aos membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos Manuais Escolares da Área Curricular Disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de Escolaridade Avaliados e Certificados

**Dados recolhidos:**

Observados através da legislação referentes ao processo de avaliação e certificação dos manuais escolares

Observados através dos relatórios finais dos manuais escolares da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade

Junto dos autores e membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos manuais escolares da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade na entrevista.

**Análise de conteúdo**

**Resultados  
Conclusões  
Limitações**

Figura 2 – Plano geral do estudo

---

### 3.3 – TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DA RECOLHA DE DADOS

Para a recolha de dados utilizámos predominantemente duas técnicas: a análise documental e o inquérito por entrevista.

A primeira, referida à análise documental, foi utilizada para compreender, assimilar e identificar os pressupostos e os ideais assentes a este processo de avaliação e certificação dos ME.

A análise documental é definida por Bardin (2009) citando Chaumier (1988) como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência” (p. 47). Bardin (2009) acresce que o objecto da análise documental reside no facto de representar de outro modo a informação contida no documento, através de procedimentos de transformação.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2008) as duas variantes mais frequentemente utilizadas em investigação social para a recolha de dados documentais enquadram-se: (1) na recolha de dados estatísticos (2) e na recolha de documentos de forma textual provenientes de instituições e de organismos públicos, privados ou de particulares; e (3) documentos audiovisuais. No caso deste estudo, a documentação analisada enquadra-se no segundo ponto.

O documento, na opinião Cellard (2008), é uma fonte de dados muito importante para um investigador nas ciências sociais na medida que é um vestígio, muitas vezes insubstituível, para a reconstituição do passado e como testemunho de actividades ocorridas num passado recente. Deste modo, o documento permite, como descreve o autor supracitado, acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, permitindo a análise de vários aspectos nomeadamente as suas maturações ou evoluções. Cellard (2008) descreve a análise documental como um método de recolha de dados vantajoso na medida que “elimina, pelo menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto de interacções, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a

---

possibilidade de reacção do sujeito à operação de medida” (p. 295). Flick (2009) acresce que a análise documental pode representar um acréscimo bastante instrutivo à entrevista ou à observação.

No entanto, na análise dos documentos também advém algumas limitações. Referenciados por Flick (2009), a limitação de recursos podem forçar o investigador a ser selectivo em vez de usar todos os documentos disponíveis ou necessários (acrescentando que poderá ocorrer que os documentos necessários não estão disponíveis, acessíveis ou perdidos); outra limitação reside na dificuldade de compreensão do conteúdo dos documentos por parte do investigador, por exemplo quando este se encontra danificado ou ilegível.

No uso da análise documental é importante ter em atenção alguns aspectos relativamente aos documentos de análise. Deste modo, para garantir a validade da pesquisa, o investigador deve considerar determinados critérios no documento a analisar (Cellard, 2008; Quivy e Campenhoudt, 2008; Flick 2009): a) Credibilidade, relacionada com a origem do documento; b) Representatividade, referente à exactidão da documentação, à confiabilidade do produtor do documento e à ausência de erros; c) Autenticidade, relacionada com a tipicidade do documento; d) Significação, referida com o conteúdo do documento e a sua utilidade para a investigação (Cellard, 2008; Flick, 2009) e a e) Compreensão e interpretação correcta da mensagem contida no documento por parte do investigador. De forma sumariada, “controlar a credibilidade dos documentos e das informações que eles contêm, bem como a sua adequação aos objectivos e às exigências do trabalho de investigação” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 202) são aspectos que o investigador não deve olvidar.

Deste modo, e tendo em atenção os critérios atrás descritos, tentámos de uma forma exaustiva analisar toda a documentação disponibilizada aferente ao processo de avaliação e certificação, nomeadamente legislação e outros documentos normativos, e a consulta dos relatórios de avaliação dos ME da área curricular de Estudo do Meio do 1.º ano realizados pelas respectivas equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação. Através desta análise documental pretendeu-se dar resposta à primeira questão enunciada: “Como se

---

efectua o novo processo de avaliação e certificação dos manuais escolares de Estudo do Meio?” e também à terceira questão do estudo: “Qual o impacte da avaliação e certificação dos manuais escolares na sua qualidade?”

Relativamente à técnica de inquérito foi usada a entrevista. A tipologia usada foi a semi-estruturada, pois considerou-se ser o formato que melhor serviria a obtenção de dados que permitiriam atingir os objectivos do estudo.

Na opinião de Pardal e Correia (1995), nas entrevistas semi-estruturadas as questões são colocadas de forma tão natural quanto possível e o entrevistado intervém com a finalidade de encaminhar o discurso para os objectivos da entrevista e, naturalmente, suscitando o aprofundamento da informação requerida. Roegiers e De Ketele (1993) referem o facto do entrevistador poder reorientar a entrevista sempre que o discurso do entrevistado não seja linear assim como, o entrevistador, embora tenha previstas todas as intervenções através de um guião ou quadro de referência, possa intervir se pensar ser necessário. Ainda segundo os mesmos autores, as informações a recolher, devido à liberdade dada ao entrevistado, na maneira de se exprimir, reflectem melhor as representações que têm, neste caso sobre o processo de avaliação e certificação dos ME.

Deste modo, as entrevistas apesar de orientadas por um guião apresentavam questões relativamente abertas que foram colocadas não seguindo uma ordem rigorosa (como estas foram concebidas e organizadas *à posteriori*), mas conforme o desencadear da entrevista permitindo que o discurso do entrevistado desenrolasse livremente.

As entrevistas foram operacionalizadas através de quadros estruturantes (apêndice A e B) onde constam o número de questões, os objectivos específicos e gerais e as respectivas questões de investigação. Estes quadros estruturantes tiveram em consideração as questões que a autora deste estudo considerou serem as pertinentes para atingirem os objectivos delineados, tal como Guerra (2008) salienta, “a questão mais importante na construção do guião é a clarificação dos objectivos e dimensões de análise que a entrevista comporta” (p. 53). Deste modo, este instrumento foi importante para a construção dos objectivos

---

decorrentes da problematização e, conseqüentemente das questões a incluir nos guíões de entrevista, tanto dos autores como dos membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos ME. Ambos os guíões encontram-se nos apêndices C e D.

Assim, no que diz respeito à estruturação dos guíões orientadores das entrevistas, estes foram divididos em três grupos. O primeiro relacionado com a formação académica dos autores e dos membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos ME, que pretendia conhecer a formação académica e profissional dos entrevistados; o segundo, relacionado com o papel como autor dos ME ou avaliador e certificador de ME, que ambicionava conhecer a experiência destes nos papéis desempenhados; e o último grupo de questões, o terceiro, focalizado no processo de avaliação e certificação dos ME, que pretendia compreender a importância que os entrevistados atribuíam ao processo, assim como também identificar algumas características e pareceres destes relativamente ao processo em vigor.

A entrevista, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), no estudo qualitativo pode ser utilizado de duas formas: (1) como estratégia dominante para a recolha de dados (2) ou utilizado em conjunto, entre outras técnicas, com a análise de documentos. Deste modo, este estudo utilizou a entrevista como forma para a recolha dados, permitindo desenvolver uma concepção sobre a maneira como os entrevistados interpretavam determinados aspectos do processo de avaliação e certificação dos ME, mas em conjunto com a análise documental.

Dos autores consultados e dos estudos revistos como o de Guerra (2008) as entrevistas detêm três funções: (1) Função exploratória na medida que “pretende descobrir as linhas de força pertinentes, dado o desconhecimento do fenómeno estudado” (p. 33); (2) Função analítica quando se intenciona “estabelecer uma teoria interpretativa geral, isto é, que ultrapasse o contexto particular em que se realiza, o que exige garantir, simultaneamente, a diversidade e a saturação” (p. 33) e (3) Função expressiva, quando o material recolhido não tem o uso de pesquisa, mas de comunicação, ou seja, quando é utilizado extractos significativos da entrevista para exemplificar os resultados da investigação.

---

Na opinião da autora do estudo, as entrevistas realizadas para esta investigação ostentam características das três funções atrás descritas. Assim, Função Exploratória, na medida que são desconhecidos estudos acerca deste processo de avaliação e certificação dos ME e, portanto, permitia descortinar algumas linhas de força; Função Analítica, na medida que pretende analisar o actual modelo de avaliação e certificação dos ME, impondo uma representação do que se passa na realidade social, contendo críticas e sugestões; Função Expressiva, na medida que as entrevistas auxiliaram as várias conclusões do estudo.

A entrevista foi fundamental para a obtenção de informações e o esclarecimento de determinadas concepções que tanto os autores como os membros das equipas científico-pedagógicas têm acerca da operacionalização deste processo de avaliação e certificação dos ME assim como também de alguns aspectos relacionados com a concepção dos ME. Deste modo, as entrevistas serviram para, essencialmente, obter dados para a segunda questão deste estudo “Que importância os autores e entidades avaliadoras e certificadoras atribuem a este processo?”, mas também extrair algumas relações acerca da primeira e da terceira questão do estudo: “Qual o impacto da avaliação e certificação dos manuais escolares na sua qualidade?” e “Como se efectua o novo processo de avaliação e certificação dos manuais escolares de Estudo do Meio?”

### **3.4 – TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS**

Tendo em consideração a natureza da investigação assim como os instrumentos e os dados recolhidos, assumiu-se como técnica fulcral no tratamento dos dados a análise de conteúdo.

Na perspectiva de Bardin (2009), a análise de conteúdo é designada por

*Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de*



---

*conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 44).*

Para Vala (2007) “trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise” (p.104)

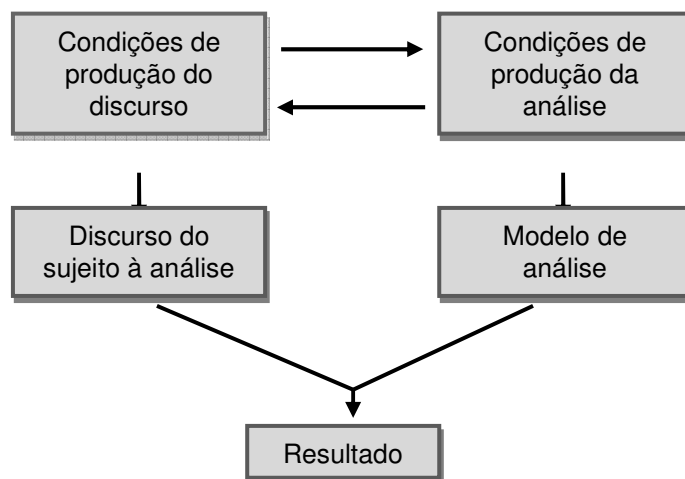


Figura 3 – Representação esquemática da técnica da análise de conteúdo (Vala, 2007, p. 105)

A análise de conteúdo apresenta várias vantagens, as quais se seguiram nos dados obtidos neste estudo: adequada ao estudo do “não dito, do implícito”; obriga o investigador a manter uma certa distância em relação a “interpretações espontâneas” e, em particular, às suas próprias, analisando as “referências ideológicas ou normativas” a partir de critérios que recaem mais sobre a “organização interna do discurso do que sobre o seu conteúdo explícito”; na medida que têm como “objecto uma comunicação reproduzida num suporte material (geralmente um documento escrito), permite um controle posterior do trabalho de investigação” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 230).

O desenho de análise de conteúdo da pesquisa que seguimos foi descrito por Bardin (2009), que compreende três momentos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

---

Relativamente ao primeiro momento (pré-análise) procedemos à recolha do *corpus* documental e a reformulação dos objectivos do estudo. Deste modo, passamos a enumerar os documentos sujeitos a análise:

- Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto (Define o regime de avaliação, certificação e adopção aplicável aos manuais escolares e outros recursos didáctico-pedagógicos do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio sócio-educativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares)

- Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho (Regulamenta a Lei n.º 47/2006);

- Despacho n.º 29 864/2007, de 27 de Dezembro (Regulamenta os procedimentos de acreditação para avaliação dos manuais escolares e de avaliação para certificação);

- Despacho n.º 29 865/2007 de 27 de Dezembro (Aprova o calendário das adopções de manuais escolares, a partir do ano lectivo de 2008/2009, com rectificações através do Despacho n.º 3 063/2008, de 7 de Fevereiro);

- Despacho n.º 415/2008, de 4 de Janeiro (Fixa as condições de entrada em vigor do regime de avaliação e certificação dos manuais escolares a partir do ano lectivo de 2008/2009, alterado pelo Despacho n.º 22025/2009, de 2 de Outubro);

- Despacho n.º 25190/2009, de 17 de Novembro (Lista de entidades acreditadas como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares, para várias áreas curriculares e anos de escolaridade);

- Despacho n.º 15285-A/2010, de 8 de Outubro (Alteração aos despachos n.º 29864/2007, 29865/2007 e 415/2008);

- Resumo dos relatórios das entidades avaliadoras e certificadoras dos ME da área disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade;

- Entrevistas aos autores dos ME da área disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade;

- Entrevistas aos membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos ME da área disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade;

---

A selecção do *corpus* documental obedeceu à “regra da exaustividade” na medida que teve-se em conta todos os elementos do *corpus*; à “regra da representatividade”, o *corpus* usado para a investigação representa o tema de estudo e está de acordo com objectivos definidos; à “regra da homogeneidade”, uma vez que obedecem a critérios precisos de escolha; à “regra da pertinência”, na medida que são adequados enquanto fonte de informação correspondendo aos objectivos que originaram a análise (Bardin, 2007, p. 122-124).

Após a definição das questões e objectivos da pesquisa procedemos à sua fundamentação com o objectivo de construir um quadro de referência teórico orientador da pesquisa e que se concretiza no capítulo I e no II desta dissertação. Tal como sustenta Vala (2007, p. 109), “como qualquer outra prática de pesquisa, a análise de conteúdo pressupõe objectivos e referentes teóricos”.

No que concerte ao segundo momento (exploração do material), e após a “leitura flutuante” (Bardin, 2009, p. 122) dos documentos a analisar, procedemos a quadros-síntese da legislação aferente ao processo de avaliação e certificação de ME (cf. apêndices F, G, H, I, J e K) e do resumo dos relatórios realizados pelas equipas científico-pedagógicas avaliadoras e certificadoras (cf. apêndice E). Relativamente às entrevistas realizadas aos autores e aos membros das equipas científico-pedagógicas dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade, produzimos, após a sua integral transcrição, breves comentários ao longo da entrevista e o seu resumo (cf. anexos 7, 8, 9, 10 e 11).

Os quadros-síntese da legislação (cf. apêndices F, G, H, I, J e K) foram feitos com o intuito de apreender todas as revogações e aditamentos ao procedimento de avaliação e certificação de ME, de modo a que fosse facilitada a sua análise.

Para a exploração dos resultados veiculados pelos relatórios finais de avaliação e certificação relativamente aos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade, baseamo-nos nos critérios estipulados na Lei n.º 47/2006 e especificados no Despacho n.º 29864/2007 (confrontar anexo 1 e 3).

---

A transcrição das gravações das entrevistas foi realizada utilizando uma adaptação das convenções usadas por Martins (1989) e que estão no anexo 14.

Relativamente ao terceiro momento (o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação), “os resultados em bruto são tratados de maneira a serem significativos e válidos” (Bardin, p. 127). Assim, o investigador “tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objectivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas”. (Bardin, 2009, p. 127)

A inferência possibilita a transição entre a descrição e a interpretação, enquanto atribuição de sentido às características do material que foram levantadas, enumeradas e organizadas (Vala, 2007).

No caso deste estudo, os resultados, inferências e consequentes interpretações encontram-se integradas no Capítulo IV e V desta dissertação.

---

## **CAPÍTULO IV**

### **4 – RESULTADOS DO ESTUDO**

Este capítulo está subdividido em duas secções. Na primeira apresentam-se os resultados relativos às questões deste estudo, particularmente os que se referem à legislação, às entrevistas efectuadas a autores e a membros das equipas científico-pedagógicas e aos relatórios finais dos ME da área curricular de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade, sujeitos a avaliação e certificação. Na segunda secção procede-se a uma discussão dos resultados.

#### **4.1 – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

A primeira secção está subdividida em três partes. Na primeira apresentam-se os dados recolhidos da legislação em vigor, referente ao actual processo de avaliação e certificação dos ME; na segunda parte expõem-se os dados recolhidos dos relatórios de avaliação e certificação efectuados pelas equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade; na terceira parte aduz-se os dados obtidos através das entrevistas efectuadas aos autores e aos membros das equipas científico-pedagógicas dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade.

##### **4.1.1 – DA LEGISLAÇÃO RELATIVA AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS MANUAIS ESCOLARES**

A apresentação dos resultados referente à legislação teve como suporte os documentos legais relacionados com o processo de avaliação e certificação, (nomeadamente os anexos 1, 2, 3) como também os quadros-síntese que

---

contemplam as diversas alterações e aditamentos ao processo de avaliação e certificação dos ME (cf. os apêndices F, G, H, I, J e K) que se realizaram no âmbito desta investigação.

A Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto – que define o regime de avaliação, certificação e adopção dos ME do Ensino Básico e do Ensino Secundário – no Artigo 8.º explicita que este processo se desenrola em duas fases distintas: “Uma fase de avaliação e de certificação dos manuais escolares, a cargo de comissões de avaliação, que se traduz na atribuição de uma certificação de qualidade científico-pedagógica” (p. 6214); a outra fase consiste na avaliação e adopção, a realizar pelos professores nas escolas, “tendo em vista a apreciação da adequação dos manuais certificados ao projecto educativo” (p. 6214).

A avaliação para a certificação dos ME pode ser efectuada por comissões de avaliação constituídas pelo Ministério da Educação ou por entidades acreditadas para o efeito. A acreditação das entidades para avaliação e certificação dos ME, da competência da DGIDC, inicia-se com a publicação de um “Aviso” na página electrónica da referida entidade. Deste modo, e como se pode averiguar no ponto 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei 261/2007, compete à DGIDC iniciar, instruir, acompanhar e proferir uma decisão final, relativamente ao processo de acreditação. Podem candidatar-se à acreditação, de acordo com o Despacho 29864/2007, instituições de ensino superior público (ou com reconhecimento público), nomeadamente as suas unidades orgânicas e departamentos que atestem a formação inicial e/ou contínua de docente; as associações profissionais de professores e associações científicas; e por último associações ou consórcios criados para o efeito entre quaisquer das entidades acima mencionadas.

Existindo mais do que uma entidade acreditada para a avaliação e certificação dos ME por ciclo, ano de escolaridade, disciplina e área curricular disciplinar podem os autores, as editoras ou outras instituições legalmente habilitadas para o efeito, optarem por uma entidade à qual pretendem que o ME seja submetido.

O procedimento da avaliação para a certificação dos ME inicia-se com a fixação, no sítio oficial do Ministério da Educação, para a apresentação das

---

candidaturas das entidades. O prazo para a apresentação das candidaturas é não inferior a um mês e com termo de pelo menos seis meses sobre o início do processo de adopção.

Acrescemos que o prazo definido pela Lei 47/2006 para o término do processo de avaliação e certificação dos ME é de doze semanas após a data de comunicação de aceitação da candidatura. Os resultados da avaliação para a certificação expressa-se numa menção de *Certificado* ou *Não Certificado*. Esta decisão é objecto de homologação pelo dirigente máximo do serviço do Ministério da Educação responsável pela coordenação pedagógica e curricular num prazo de dez dias.

As decisões por parte das comissões de avaliação ou pelas entidades acreditadas constam de um relatório final. É de frisar que no decorrer do processo, de acordo com a Lei 47/2006 ponto 3 artigo 12.º e Decreto-Lei 261/2007 ponto 1 artigo 14.º, as comissões de avaliação ou as entidades acreditadas podem proceder a recomendações de alteração de determinados aspectos, promovendo uma audiência prévia com o autor, editor ou instituição legalmente habilitada para o efeito. Deste modo, referindo o ponto 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei nº 261/2007, após audiência o autor, editor ou instituição legalmente habilitada para efeito possui um prazo de dez dias úteis para alegar decisão. A falta de resposta ou resposta negativa ou insuficiente é valorada pela comissão de avaliação ou entidade creditada para efeitos de avaliação e certificação.

É de notar que com o Despacho 15285-A/2010 aditou ao Despacho 29864/2007 um n.º 18 que definiu que “as comissões de avaliação ou equipas científico-pedagógicas das entidades acreditadas [...] deverão reavaliar/reapreciar as provas finais a cores dos manuais escolares em processo de avaliação, visando verificar a inserção correcta e integral das rectificações e recomendações” (p. 50150-(3)).

Além disso, de acordo com o Decreto-Lei 261/2007 ponto 2 artigo 9.º, os autores, editores ou instituições habilitadas para o efeito podem, durante a elaboração e produção dos ME, solicitar às entidades acreditadas pareceres

---

sobre os ME que entendam submeter-lhes. Este pedido de parecer, tal como é referido no ponto 3 do mesmo artigo, não dispensa nem prejudica a necessidade da candidatura dos ME e a tomada de decisão final sobre a certificação.

As comissões de avaliação e as entidades acreditadas para conferir certificação aos ME regem-se pelos critérios definidos pelo artigo 11.º da Lei n.º 47/2006 e especificados em anexo no Despacho 29864/2007. É de referir que a verificação do cumprimento do critério relativo à qualidade material, referente ao peso, robustez, formato e dimensões do ME é da incumbência da DGIDC.

A lista dos ME avaliados e certificados é publicada na página electrónica oficial do Ministério da Educação.

É ainda de frisar que a Lei n.º 47/2006 prevê, para o acompanhamento de todas as matérias alusivas aos ME – nomeadamente temas relacionados com a adopção, avaliação e certificação – a constituição de comissões de acompanhamento constituídas por membros do Conselho Nacional de Educação e por representantes de entidades. Para além desta comissão de acompanhamento, e no que é exposto no Decreto-Lei 261/2007 ponto 4 do artigo 9.º, o processo de avaliação e certificação dos ME é objecto de auditoria e de controlo por parte da DGIDC e da IGE.

Através do Despacho n.º 22025/2009 é designada a avaliação para a atribuição de certificação os ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano para adopção no ano lectivo transacto – 2010/2011. Esta avaliação para certificação foi realizada por entidades acreditadas, nomeadamente pelas suas equipas científico-pedagógicas pertencentes à Escola Superior de Educação de Viseu, Escola Superior de Educação de Setúbal e Universidade do Minho.

Por ser tema desta investigação, torna-se pertinente também referir que para efeitos da Lei n.º 47/2006 e do Decreto-Lei 362/2007, artigo 34.º e 16.º respectivamente, foi aberto, através do Despacho 13841/2008 de 12 de Maio de 2007, publicado em Diário da República 2.ª série a 19 de Maio de 2008, o procedimento de avaliação dos ME adoptados e em utilização de Estudo do Meio dos 3.º e 4.º anos de escolaridade através da avaliação – que se expressa numa menção de favorável ou não favorável - por comissões de avaliação. Tal como



---

dita a referida Lei no seu 34.º artigo, alínea 2, esta avaliação tem como objectivo a verificação dos ME relativamente à conformidade dos programas, avaliar o rigor e qualidade científica e pedagógica veiculada por estes. Porém, voltamos a frisar que os resultados desta avaliação por parte da comissão de avaliação não foram objecto de investigação neste estudo.

#### **4.1.2 – DOS RELATÓRIOS PRODUZIDOS PELAS EQUIPAS CIENTÍFICO-PEDAGÓGICAS DE AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS ME DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO DO 1.º ANO DE ESCOLARIDADE**

A consulta dos relatórios realizados pelas equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos ME da área curricular de Estudo do Meio realizou-se no dia 11 de Abril de 2011 nas instalações da DGIDC em Lisboa.

Os relatórios das diferentes entidades eram distintos. A estruturação dos relatórios de duas das entidades avaliadoras e certificadora seguiu, essencialmente, os critérios estabelecidos pela Lei n.º 47/2006 e especificados pelos Despacho 29864/2007, enquanto a outra entidade fundamentou-se, sobretudo, nos blocos relativos ao programa curricular do 1.º CEB.

Para a recolha de dados relativos aos relatórios de avaliação baseamo-nos nos indicadores respeitantes aos critérios anteriormente referidos, como o rigor linguístico, científico e conceptual, adequação ao desenvolvimento de competências conformidade com os documentos de organização curricular em vigor, qualidade pedagógica e didáctica, presença de valores e qualidade material.

Deste modo, passamos a apresentar os resultados obtidos através da consulta dos relatórios de avaliação (cf. apêndice E):

- Quanto ao rigor linguístico:

Em todos os ME, embora em diferente número, as equipas científico-pedagógicas de avaliação sugeriram alterações.

---

De uma forma geral, as equipas avaliadoras consideram que os **ME3** e **ME5** usam correctamente a língua portuguesa, na medida que é sugerida unicamente uma alteração a realizar respeitante à introdução de um sinal de pontuação e ao uso repetido de um termo. Já aos **ME1**, **ME2**, **ME4**, **M6**, **ME7** e **M8** as equipas científico-pedagógicas de avaliação propuseram a alteração de algumas falhas, nomeadamente respeitante à uniformização de texto, alterações dos tempos verbais, uso correcto dos sinais de pontuação, construção frásica incorrecta e erros ou “gralhas” ortográficas.

- Quanto ao rigor científico e conceptual

Relativamente a estes dois critérios o **ME3** e o **ME5** contemplavam todas as exigências prescritas, não tendo qualquer ressalva por parte das equipas científico-pedagógicas.

Ao **ME1** e **M2** foram sugeridas pequenas alterações. No **ME4** e **M6** existiram algumas recomendações de alteração para evitar concepções científicas erradas ou alternativas.

Respeitante ao **ME7** e **ME8**, ambos apresentavam variadas incorrecções científicas e conceptuais.

Para explicitar as incorrecções científicas e conceptuais ocorridas, passamos a apresentar cinco exemplos concretos:

1) “As plantas necessitam de luz, água, e calor para sobreviver” foi sugerida a alteração para “As plantas precisam de luz, água, ar e de minerais do solo para sobreviver”; 2) relativamente à dieta alimentar do porco “O animal que utiliza na sua dieta alimentar todo o tipo de alimentos” a frase foi recomendada a alteração para “O animal que utiliza na sua dieta alimentar diversos tipos de alimentos”; 3) de modo a evitar a concepção alternativa que o “sol se move em torno da terra” foi recomendada a inclusão do termo “no horizonte” às palavras “aparece” e “desaparece”; 4) aquando das actividades relacionadas com os dias da semana foi recomendada a inclusão do dia da semana respeitante ao sábado e ao domingo; 5) especificar de forma perceptível que as 24 horas dos dias mantêm-se

---

com as estações do ano, apenas varia com as mesmas a duração do tempo diurno e nocturno.

- Quanto a adequar-se ao desenvolvimento das competências gerais inscritas no currículo

À excepção do **ME7**, relatado com pouca mobilização de saberes de outras áreas curriculares, todos os outros promovem a interdisciplinaridade.

- Quanto às competências específicas definidas no currículo do respectivo ano e ou nível de escolaridade

De um modo global, os ME desenvolvem todas ou grande parte das competências prescritas no currículo. Porém, o **ME7** foi descrito pela equipa de avaliação como um ME com pouca abordagem na resolução de problemas, no desenvolvimento de projectos e na realização de actividades de carácter investigativo.

- Quanto à integração transversal da educação para a cidadania

A integração transversal da educação para a cidadania está patente em todos os ME avaliados e certificados. Contudo, é de evidenciar que o **ME5** e o **ME7** contêm uma ressalva relacionada com a intervenção no meio e com a estereotipação de atitudes.

- Quanto a apresentar os conhecimentos da disciplina ou área curricular no respeito pelos programas e orientações curriculares oficiais

Relativamente a este critério houve quatro manuais cuja avaliação constata que respeitavam o programa e as orientações curriculares oficiais. No **ME2** e **ME4**, foi feita uma ressalva para a inclusão de um conteúdo programático (afereente a um dos blocos do programa). Relativamente ao **ME6** foram sugeridas alterações significativas e ao **ME7** a equipa de avaliação descreve como apresentando uma recontextualização pouco satisfatória (o relatório final de avaliação não especifica a razão).

- 
- Quanto a responder de forma integral e equilibrada aos objectivos e conteúdos do programa ou orientações curriculares

No que diz respeito a este critério, à excepção do **M2** e **M4** que foi sugerida a introdução de alguns conteúdos programáticos e ao **M6** que foi definido a inclusão de diversos objectivos e competências da área do saber em questão, todos os outros ME respeitavam o programa e as orientações curriculares em vigor.

- Quanto a facultar a informação adequada e em linguagem adaptada ao nível etário dos alunos a que se destina

O **ME6**, **ME7** e o **ME8** nem sempre estavam adequados ao nível etário dos alunos do 1.º ano de escolaridade. Os outros cinco ME avaliados e certificados estavam de acordo, porém no **ME1** foi apresentado uma sugestão de mudança devido à utilização de um termo considerado demasiado infantil.

- Quanto a apresentar uma organização coerente

Relativamente à organização coerente dos ME, esta nem sempre foi conseguida por parte dos **ME2**, **ME7** e **ME8**. No **ME1** apesar de ter sido considerado como tendo uma organização coerente, a equipa de avaliação e certificação evidenciou um pequeno apontamento de modo a evitar repetições de actividades (o ME apresenta, numa dada tarefa, actividades com os mesmos objectivos e competências).

- Quanto a promover as aprendizagens com base na resolução de problemas e de carácter experimental e nos termos dos programas e orientações curriculares em vigor

Os **ME1**, **M3**, **M4** e **M5**, de acordo com o descrito no relatório de avaliação, promoveram aprendizagens com base na resolução de problemas e de carácter experimental, não ficando limitados ao bloco do programa “À descoberta dos materiais e dos objectos”. Nos outros ME este critério não foi satisfatoriamente contemplado na medida que, de forma geral, são apresentadas aprendizagens

---

com base na resolução de problemas e de carácter experimental num número bastante reduzido, não adequadas ao grupo etário a que se destina, pouco desafiantes e/ou limitadas ao que é veiculado pelo programa.

- Quanto a apresentar as figuras e ilustrações adequadas, sem erros ou sem situações que induzam ao erro

Respeitantes a este critério, à excepção do **ME4**, todos os outros revelaram algum motivo de alteração ou de melhoria por parte das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação. É de referenciar que no **ME7** este critério não foi satisfatoriamente contemplado. De uma forma global, as alterações estavam relacionadas com a inclusão de imagens indispensáveis à assimilação dos conceitos, inserção de imagens adequadas aos temas/conteúdos sem erros ou que induza a concepções erróneas; dimensão e proporcionalidade; e cuidado com a representação gráfica.

- Quanto a não fazer referências a marcas comerciais de serviços e produtos, que possam constituir forma de publicidade

Todos os ME cumpriram este critério.

- Quanto a não fazer ou induzir discriminações de carácter cultural, étnico, racial, religioso e sexual e respeitar o princípio da igualdade de género

Os **M2**, **M5** e **M7** apresentaram uma ressalva por parte das equipas científico-pedagógicas, nomeadamente relacionadas com a igualdade e estereótipos de género e ao catolicismo.

- Quanto a não constituir veículo de evidente propaganda ideológica, política ou religiosa

Nenhum dos ME avaliados e certificados constituíram veículo de evidente propaganda ideológica, política ou religiosa.

- 
- Quanto a apresentar robustez suficiente para resistir à normal utilização

Ressaltamos que uma das equipas científico-pedagógicas não contemplou informação relativa a este critério no relatório. Porém, de acordo com o estabelecido no Despacho 29864/2007, a verificação do cumprimento deste critério fica a cargo da DGIDC. Da restante informação existente todos os ME apresentavam robustez suficiente para resistir à normal utilização.

- Quanto a dispor de formato e conter dimensões e peso

Salientamos que uma das equipas científico-pedagógicas não contemplou informação relativa a este critério no relatório. Porém, de acordo com o estabelecido no Despacho 29864/2007, a verificação do cumprimento deste critério fica a cargo da DGIDC.

Da restante informação existente nos relatórios acerca deste critério, todos os ME obedeciam às normas vigentes. Porém, o **ME3** foi apontado pela equipa de avaliação e certificação com um ME relativamente extenso.

#### **4.1.3 – DAS ENTREVISTAS AOS AUTORES DOS ME DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO DO 1.º ANO DE ESCOLARIDADE AVALIADOS E CERTIFICADOS**

As entrevistas aos autores dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano avaliados e certificados, decorreram no mês de Março do corrente ano, precisamente nos dias catorze, dezasseis e vinte e oito. As entrevistas tiveram a duração média de trinta minutos e foi aceite pelos entrevistados a sua gravação áudio. Esta gravação foi transcrita e posteriormente comentada e resumida pelo entrevistador (cf. anexos 7, 8 e 9).

Para a apresentação dos resultados das entrevistas relativamente aos autores dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano avaliados e certificados, apoiámo-nos, essencialmente, nas questões (em consonância com os objectivos gerais e específicos) delineadas no guião da entrevista (cf. apêndices C e D).

---

Aditamos que algumas palavras aparecem indecifráveis, essa situação surge para salvaguardar a identidade dos entrevistados.

○ A formação académica dos autores dos ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade

O **autor A** tem como formação base o curso do Magistério Primário. Posteriormente licenciou-se em Administração e Gestão Escolar.

O **autor B** refere que como formação base possui o curso do Magistério Primário. Menciona que frequentou outras formações (não especifica quais), mas não possui outros graus académicos.

O **autor C** começou por tirar o curso do Magistério Primário e, posteriormente licenciou-se em Matemática. Para além da licenciatura não possui outros graus académicos.

○ O percurso profissional dos autores dos ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade

O **autor A** leccionou no 1.º CEB durante cerca de vinte anos. Também leccionou no 2.º CEB (designado, pelo autor ensino preparatório) as disciplinas de Português, História e Estudos Sociais. Aquando desta passagem pelo 2.º Ciclo, o autor refere que desempenhou vários cargos, nomeadamente, director de turma e fez parte da direcção do conselho directivo.

Durante o seu percurso militar leccionou nas escolas regimentais onde chegou a desempenhar o cargo de director.

O **autor B** foi docente do 1.º CEB durante vinte e dois anos.

Durante quatro anos escreveu ME para uma editora, contudo após algumas agruras decidiu criar a sua própria editora (que prevalece há vinte e quatro anos).

O **autor C** foi docente do 1.º CEB durante mais de vinte anos (não especifica). Durante três anos trabalhou com crianças portadoras de necessidades educativas especiais. Foi coordenador de departamento e, actualmente possui um cargo na direcção do Agrupamento à qual pertence.

---

Aquando do surgimento do novo Programa de Matemática, e paralelamente a outros cargos que desempenhava, foi também formador de professores na área da Matemática.

○ A experiência dos autores na concepção de ME especificamente da área curricular disciplinar de Estudo do Meio

O **autor A** elabora ME há mais de dez anos. Refere que já concebeu ME de Língua Portuguesa, Matemática e Estudo do Meio do 1.º CEB. Crê que o professor do 1.º CEB detém polivalência disciplinar.

O autor refere que o ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliado e certificado foi o primeiro que usufruiu da colaboração de um outro autor.

O **autor B** elabora ME há vinte e oito anos. Menciona que já elaborou ME de todas áreas curriculares do 1.º CEB, à excepção de Expressão Musical.

O **autor C** elabora ME há cinco anos e já participou em ME das áreas curriculares de Matemática, Estudo do Meio e Língua Portuguesa.

○ As motivações e dificuldades com que os autores se deparam na elaboração do manual escolar

O **autor A** refere que a motivação surgiu devido à sua insatisfação relativamente aos ME existentes no mercado que não correspondiam aos seus critérios de exigência nem à pedagogia de ensino veiculada na sua sala de aula.

Relativamente às principais dificuldades que interferem na elaboração dos ME, o autor cita a imposição das editoras, especificando um número limite e estandardizado de páginas, o comedido nível de exigência na abordagem de conteúdos e o tempo de concepção reduzido. Como solução para as duas primeiras dificuldades, o autor defende a elaboração de dois volumes para um mesmo ME. Porém, admite que não é a solução mais proveitosa para as editoras, mas presume que deste modo consegue ser mais abrangente e profundo na abordagem dos conteúdos e, de igual forma, refere sendo uma vantagem para os alunos na medida que estes transportam menos peso.



---

O **autor B** não especifica concretamente qual a motivação aferente à concretização de ME. No entanto, refere que não sente o mesmo tipo de motivação na elaboração de todos os ME. Justifica-se dizendo que uns estão mais relacionados com o próprio trabalho do professor, como é o caso do livro de fichas, e outros sente-os como sua própria criação, como a gramática.

A este nível atente-se ao episódio seguinte retirado na transcrição da sua entrevista:

*P6 – (...) há uns livros que nós temos que encarar como trabalho . e trabalho que nem sempre é agradável . há outros com os quais cria um entusiasmo muito grande . (...) muitas vezes de noite acordo a pensar agora vou ter que sair da cama e escrever . portanto é uma coisas que entusiasma . outros trabalhos que não . escrever um livro de fichas . um livro de fichas é um trabalho como outro qualquer . é aquilo que um professor faz na sua sala ou em casa para dar depois ao aluno não é? é um trabalho que não é um sonho . não é uma criação*

Relativamente ao programa de Estudo do Meio o autor é da opinião que é necessário a sua reformulação. Alega que não existe uma ligação coesa entre os conteúdos e os diferentes anos de escolaridade. O autor enaltece a formação de professores para o ensino experimental referindo que com este tentou-se essa aproximação e o aprofundamento dos temas.

Este autor reconhece ainda a importância do Programa de Formação em ensino Experimental, que foi implementado no país entre 2006 e 2010, mas parece desconhecer a perspectiva de ensino a que o mesmo estava subjacente – Ensino por Pesquisa – e não o Ensino por Descoberta que refere acima. A sua linguagem aponta também para ausência de formação, pelo menos recente, no domínio da Didáctica das Ciências.

O **autor C** refere que a motivação para a concepção dos ME passou por diferentes fases. Inicialmente era impulsionada pela curiosidade; numa segunda fase descreve o gozo pessoal e a partilha do saber; agora menciona que se sente cansado devido ao elevado número de manuais que participou ao longo dos anos.

---

Como principal dificuldade na concepção dos ME refere o tempo de concretização deste.

o Os documentos curriculares que orientaram os autores dos ME

O **autor A** menciona que para a elaboração do ME utiliza o programa e o currículo nacional do ensino básico. Acresce que não beneficia um em prol do outro. Porém salienta que a sua harmonização não é simples. Evidencia a necessidade de reformulação do programa de Estudo do Meio de forma a tornar os conteúdos adaptáveis ao que o currículo nacional do ensino básico institui.

Relativamente às finalidades que tem em conta na elaboração de um ME, o autor refere a adequação deste ao currículo nacional e ao programa em vigor. Destaca o ensino experimental como um modo de desenvolvimento do saber-observar, saber-intervir e o saber-argumentar.

Afirma que consagra na elaboração do ME as competências que o currículo nacional do ensino básico estipula. Salienta que as competências de Estudo do Meio podem ser um contributo à formação da cidadania nos alunos, saber-ser cidadão.

O **autor B** refere que para a elaboração do ME tem em conta todos os documentos curriculares provindos do Ministério da Educação (não especifica quais). Aponta que, apesar de considerar o currículo nacional do ensino básico um documento importante, privilegia na elaboração do ME o programa nacional do 1.ºCEB. Justifica a sua posição com o facto de considerar que as competências são atingíveis através dos objectivos emanados pelo programa.

*P10 – Privilegio sempre muito mais o currículo escolar do que as próprias competências . embora as competências sejam importantes mas são objectivos a atingir através do programa curricular*

Como finalidade a ter em conta na elaboração do ME o autor menciona o cumprimento rigoroso do programa do 1.º CEB e também tem em atenção as características dos alunos a que se destina o ME, dando como exemplo a linguagem veiculada no ME.

---

Relativamente às competências que tem em conta na concepção do ME o autor menciona que adopta todos os parâmetros veiculados pelo Ministério da Educação (não especifica quais).

O **autor C** menciona que para a elaboração do ME tem em conta as orientações curriculares do ensino básico e o programa do 1.º CEB (a versão actual e também a anterior).

Relativamente às finalidades que tem em conta na elaboração de um ME, o autor refere que pretende partilhar as vivências e os conhecimentos adquiridos enquanto formador do novo programa de Matemática. Acrescentou que também tem especial atenção em incluir nos ME actividades interventivas e motivadoras que potenciem a capacidade de descoberta do aluno (actividades descritas pelo autor como oposta ao ensino tradicional caracterizado por ensino mecanizado e de exposição de conteúdos).

Respeitante às competências, o autor não salienta nenhuma em particular. Destaca as ciências experimentais incluídas no ME de Estudo do Meio avaliado e certificado.

O autor evidencia que é um erro não ter sido lançado um novo programa de Estudo do Meio. Contudo, realça que tiveram orientações para incluir nos ME actividades de carácter experimental.

*P10 – Não foi alterado . pois . mas houve orientações para implementarmos x horas ahm no currículo não é? de actividades experimentais . por isso mesmo o nosso manual em todas as unidades aparecem duas ou três páginas de actividades de experimentação . de ciências experimentais (...)*

○ A posição dos autores relativamente ao actual processo de avaliação e certificação dos manuais escolares

O **autor A**, sem qualquer hesitação, mostrou-se concordante com o actual processo de avaliação e certificação dos ME.

O **autor B** refere ser concordante com o actual processo de avaliação e certificação dos ME. Porém, também evidenciou que anteriormente à sua implementação considerava o processo desnecessário. Esta posição era

---

fundamentada com o facto dos ME, antes de irem para o mercado, terem inúmeras pessoas a avaliarem, nomeadamente os professores através do preenchimento de grelhas de análise via internet, no momento da escolha para adopção do ME. De acordo com o autor, essas grelhas poderiam ter como intuito o Ministério da Educação fazer um balanço e retirar as suas conclusões acerca da qualidade do ME e, portanto, alegar a sua introdução no mercado.

*P7 – (...) eu defendia sempre que de facto ahm era um dinheiro que se ia gastar inutilmente . porque os livros ao irem para a escola para aprovação tinha dezenas de milhares de olhos para ver se o manual era ou não bom se estava ou não em condições . e que tínhamos meios já através da internet . porque os manuais escolares já eram colocados na net uma grelha de autoavaliação para o próprio professor até na escolha . na adopção do manual escolar . por isso qualquer anomalia que surgisse no livro o professor colocaria lá e o Ministério da Educação tinha como fazer o apanhado dessas anomalias e a partir daí a ver se o manual tinha ou não qualidade para estar no mercado . esta era a minha teoria . ahm a verdade é que esta certificação veio fazer com que o manual estivesse fosse mais rigoroso (...)*

*P11 – (...) eu concordo com o processo que está implementado neste momento (...) porque . por aquilo que eu lhe disse se calhar veio trazer um pouco mais de rigor . não muito mas um pouco mais de rigor . se calhar veio fazer com que aquelas deficiências com que o livro chegava ao mercado e depois até era corrigido numa segunda edição agora passassem numa primeira edição já correcta (...)*

O **autor C** é concordante com o actual processo de avaliação e certificação dos ME. Contudo não concorda com a diversidade de entidades de avaliação.

o Os constrangimentos e as vantagens deste processo de avaliação e certificação dos ME

O **autor A** refere que o processo de avaliação e certificação dos ME permite assegurar a qualidade. Alega que os autores não dominam todas as áreas do currículo e, portanto, as equipas científico-pedagógicas permitem um

---

aperfeiçoamento, um enriquecimento dos ME. Afirma que este processo é benéfico para os alunos, para os professores, para os autores e para o ensino em geral.

Apesar da sua favorável posição relativamente ao processo demonstra a sua indignação pelo facto dos ME de Estudo do Meio neste ano corrente (nomeadamente do 2.º ano de escolaridade) não terem sido sujeitos à avaliação e certificação, ou seja, não compreende a falta de continuidade na avaliação e certificação dos ME desta área curricular. Não tendo existido uma avaliação com vista à certificação, o autor solicitou à equipa científico-pedagógica (a mesma que fez a avaliação e certificação do ME do 1.º ano de escolaridade) um parecer relativamente ao ME de Estudo do Meio do 2.º ano de escolaridade.

Aquando questionado acerca dos aspectos menos positivos do actual processo de avaliação e certificação o autor não focalizou nenhum. Sobressai que o trabalho realizado pela equipa científico-pedagógica de avaliação e certificação foi admirável. Salienta que existe diálogo e troca de pareceres entre a equipa de avaliação e certificação e os autores.

Não sugere nenhuma alteração ao processo de avaliação e certificação dos ME, apenas focaliza que o término deste processo é nefasto para o ensino em geral.

*P16 – (...)há regras e quando as pessoas sabem que há regras quando as pessoas sabem que vão ter alguém . não é a fiscalizar . eu não entendo eu não entendo que o trabalha de uma comissão de avaliação e certificação seja fiscalizar . (...) . portanto a única coisa que eu sugeria é que mantivessem a avaliação dos manuais*

*P16 – (...) agora eu tenho medo de como lhe disse que . o país está como nós sabemos com dificuldades financeiras imensas e eu tenho medo que realmente o processo pare . e é mau . é mau para o ensino é mau para a qualidade dos manuais é mau para os próprios alunos é mau para os professores . porque eu penso que ao nível exactamente dos agrupamentos será muito mais fácil escolher o manual se já se sabe que ele foi avaliado e certificado por alguém*

---

Refere que os conselhos pedagógicos das escolas não são alternativa às comissões de avaliação e certificação, uma vez que não têm disponibilidade suficiente para fazerem um crivo rigoroso a todos os ME que surgem. Conclui que comissão de avaliação e certificação coadjuva com os próprios agrupamentos de escolas no momento de adopção, uma vez que estando os ME já avaliados e certificados, estas só têm que optar pelo ME que mais se adapta à realidade daquela comunidade local.

O **autor B** evidencia vantagens e inconvenientes deste processo de avaliação e certificação dos ME. Como vantagens sublinha o facto das editoras tornarem-se mais rigorosas na sua revisão científica e pedagógica. Referiu como inconveniente deste processo, o rigor científico excessivo prescrito pelas equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação, alegando que este não devia ser tão profundo e desfasado da faixa etária a que o ME se destina.

A única mais-valia que o autor apresenta é o rigor que o processo impõe às editoras. Porém, alega que mesmo com este processo de avaliação e certificação os ME vão para o mercado com erros (o autor não justificou tal afirmação).

Focaliza como aspectos menos positivos deste processo os timings reduzidos e, uma vez mais, a discordância entre o rigor científico prescrito pelas equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação e a faixa etárias dos alunos a que os ME se destinam.

Como alteração a este processo defende a introdução de mais professores do 1.º CEB, sobretudo os especializados em ME, nas equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos ME.

O **autor C** aponta como ponto fraco do processo de avaliação e certificação dos ME o facto de existirem mais do que uma entidade a avaliar ME da mesma área curricular disciplinar. Defende que deveria haver apenas uma única entidade avaliadora e certificadora (e equipa) por cada unidade curricular disciplinar. Refere que, deste modo, existiria uma uniformização de exigências e critérios e, conseqüentemente, inexistência de disparidades no modo como os ME são avaliados e certificados.

---

*P14 – (...) mim continuo a achar que por cada manual devia haver uma comissão a nível nacional para certificar . todos os manuais daquela área (...)*

*E14 – Mas tem outros aspectos menos positivos?*

*P14 – Não . para mim é esse (...)*

*E17 – E que alterações sugeria a este processo de avaliação e certificação?*

*P17 – O único . o que já lhe disse . é só aquele . o resto eu acho que tem que ser certificado . tem que ser equipas pequenas que possam avaliar como deve ser . devem ser equipas num só pólo universitário . não tem que haver não sei quantas (...)*

A correcção de erros e algumas alterações sugeridas pelas equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação foram descritas pelo entrevistado como as principais mais-valias deste actual processo.

Acresce que é um processo de diálogo entre os autores e a equipa de avaliação e certificação dos ME.

○ As mudanças que o processo de avaliação e certificação dos ME trouxe à concepção dos manuais escolares na perspectiva dos autores

O **autor A** afirma que o processo de avaliação e certificação importou modificações ao nível da concepção dos ME, uma vez que, sabendo que vão ser sujeitos a crítica, os autores, assim como outros intervenientes, estão mais atentos aquando da realização do ME.

O autor assegura que o seu ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliado e certificado beneficiou com o processo de avaliação e certificação.

O **autor B** refere que para além do maior rigor científico e de um cuidado mais profundo por parte de todos os que elaboram ME, o autor não denota qualquer mudança na concepção dos ME após a entrada em vigor do processo de avaliação e certificação.

Constata que o seu ME não sofreu qualquer mudança com este processo e indica que recebeu mais elogios do que alterações a serem feitas.

---

*E15 – O manual escolar “[REDACTED]” beneficiou em algo com este processo?*

*P15 – Não*

*E15 – A sua versão inicial foi a mesma versão final?*

*P15 – Sim .*

*E15 – Não sofreu alterações?*

*P15 – Não não não. quer dizer . ao nível da certificação (...) evidentemente que há sempre uma ou outra coisas que elas achariam que devíamos fazer de outra maneira . sabe que depois de vir de uma equipa de certificação o manual escolar nós fazemos todas as alterações de acordo com aquela equipa de certificação . se eu mandasse para outra equipa iriam surgir outras alterações (...)*

O **autor C** refere que existe uma mudança na concepção dos ME após a entrada em vigor do actual processo de avaliação e certificação. Com o processo de avaliação e certificação há uma maior atenção, por parte de todos os envolvidos, em averiguar se os ME cumprem ou não os requisitos estipulados pelas entidades superiores.

Refere que o ME de Estudo do Meio avaliado e certificado beneficiou com o processo de avaliação e certificação ao nível das actividades experimentais.



---

#### 4.1.4 – DAS ENTREVISTAS AOS MEMBROS DAS EQUIPAS CIENTÍFICO-PEDAGÓGICAS DE AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS ME DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO DO 1.º ANO DE ESCOLARIDADE

As entrevistas aos membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano, decorreram no mês de Fevereiro do corrente ano, precisamente nos dias vinte e um e vinte e quatro. As entrevistas tiveram durações distintas: cinquenta e trinta minutos aproximadamente. Foi aceite pelos entrevistados a sua gravação áudio. Esta gravação foi transcrita e posteriormente comentada e resumida pelo entrevistador (cf. anexos 10 e 11).

Para a apresentação dos resultados das entrevistas dos membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano apoiámo-nos, essencialmente, nas questões (em consonância com os objectivos gerais e específicos) delineados no guião da entrevista (consultar apêndices C e D).

Acrescemos que algumas palavras estão indecifráveis, essa situação ocorre para salvaguardar a identidade dos entrevistados.

- A formação académica dos membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade

O **membro 1** é licenciado em Ciências Antropológicas e Etnológicas pela Universidade Técnica de Lisboa. Possui o grau de mestre em Social Education pela Universidade de Boston – com equivalência e Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa - e doutoramento em Antropologia da Educação.

O **membro 2** é licenciado em Geologia pela Faculdade de Ciências e Tecnológicas da Universidade de Coimbra. Possui o grau de mestre em Ciências das Zonas Costeiras e grau de doutor em Geociências, ambos os graus académicos obtidos na Universidade de Aveiro.

- 
- O percurso profissional dos membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade

O **membro 1** foi docente do designado Ciclo Preparatório - Ensino Secundário. Posteriormente começou a leccionar no Ensino Superior. Foi presidente do conselho científico e directivo e, actualmente, é coordenador de departamento da área das Ciências Sociais e Pedagogia.

A sua experiência com o 1.º CEB está relacionada com a sua actividade profissional como docente nos cursos de formação de professores, nomeadamente do curso de Educação Básica.

O **membro 2** foi docente no Ensino Secundário. Actualmente exerce funções de docência no Ensino Superior, na área de Ciências da Natureza (Geologia), actividade profissional que desempenha há vinte e um anos.

O seu contacto com o 1.º CEB está relacionado com a sua actividade profissional, na medida que exerce funções docentes no curso de mestrado em 1.º CEB e programa de formação de ensino experimental das Ciências (não especifica qual o seu papel).

- A experiência como avaliadores e certificadores de ME

O **membro 1** refere que sempre fez avaliação de ME numa dinâmica informal, sempre com funções meramente didácticas. Porém formalmente, com o intuito de avaliar e certificar, foi a primeira participação.

O convite para integrar na equipa de avaliação e certificação foi dirigido pela direcção da Escola Superior à qual a equipa pertence.

O **membro 2** nunca tinha participado noutras avaliações anteriores ao processo de avaliação e certificação de ME.

Menciona que o ME é um tema de objecto de estudo que desperta-lhe interesse em termos investigativos e, deste modo, supôs que podia contribuir para a sua melhoria em termos científicos, conceptuais, didácticos e pedagógicos.

---

Através de convite por parte da direcção da escola superior, integrou a equipa de avaliação e certificação dos ME do 1.º ano de escolaridade da área curricular disciplinar de Estudo do Meio.

○ As motivações e dificuldades que os membros se deparam na avaliação e certificação do ME

O **membro 1**, em termos de dificuldades que interferiram no processo de avaliação e certificação dos ME, remete para a parte burocrática (nomeadamente o preenchimento da grelha via internet, pois considera alguns itens repetitivos); o *timing* muito restrito implementado por aquilo a que chama “mundo empresarial” e o facto de considerar que a legislação não levava o processo até ao fim uma vez que não abrangia a obrigatoriedade das editoras comprovarem como incorporaram na última versão do ME as recomendações sugeridas pela equipa de avaliação (contudo, alega que com a alteração da legislação esse aspecto já foi incorporado). Assenta que não é a favor do período de vigência dos ME de 6 anos, uma vez que crê que a questão de reutilização não é válida no actual núcleo familiar e que a constante actualização dos fenómenos não é possível com um período de vigência tão alargado.

*P7 – (...) e nós achamos por bem que depois de temos feito esse parecer . queríamos ver a fase final . apesar do decreto-lei na altura (...) não previa isso . mas nós achamos que devíamos fazer isso . ou seja não fazia sentido que o manual fosse para o mercado . sem que a equipe de avaliação e certificação tivesse a certeza que o seu parecer tinha sido incorporado pelo menos nas questões que eram fundamentais naturalmente . no manual (...) P7 (...). curiosamente a legislação este ano foi alterada e incluiu essa fase e isso acho ótimo (...)para evitar coisas que tenham acontecido . porque houve editoras que puseram os livros fora sem ter incorporado as últimas sugestões que fizeram as equipas de certificação (...)*

*P16 – Exactamente . exactamente . a gente às tantas tem dificuldade em saber se isto é pedagógico se é de ilustração se é disto ou se daquilo (...)fazia muito mais sentido às vezes haver um texto mais global do que ter que andar a preencher não sei quantos tópicos (...) essa parece-me uma grelha demasiado ... ahm parcelar não é?*

---

Aquando interrogado por esta questão o membro começa por discutir sobre quais os critérios utilizados pelas editoras para escolherem as entidades avaliadoras e certificadoras.

*P7 – (...). porque é assim . porque é que uma editora vem aqui e não vai a [ ] ou ao [ ]? Porquê? Porque é que uma [ ] editora que tem o [ ] tão perto vem a [ ]? é uma pergunta que eu não lhe consigo dar resposta*

*E7 – Não consegue dar resposta?*

*P7 – Não . não quero dar resposta . não cabe a mim dar resposta . mas que é estranho é . Porque é que . Portanto poderá haver outras razões que levem a esta escolha (...)*

O membro referiu que antes do arranque do processo de avaliação e certificação houve editoras, através de um protocolo feito com entidade acreditada, que solicitaram um primeiro parecer à equipa de avaliação.

O **membro 2** salientou que os ME apresentavam alguns erros científicos, didáticos, pedagógicos e conceptuais. Refere que as editoras acolheram as recomendações sugeridas contudo, após o término do processo, houve uma inexistência de confirmação de como essas recomendações foram incorporadas na versão final dos ME.

- Os documentos vigentes e as metodologias de trabalho que os membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação se regem

O **membro 1** refere que, para avaliar e certificar os ME, utilizaram a legislação aferente ao processo de avaliação e alguns documentos (não especifica quais) já utilizados na escola superior onde lecciona para fazer a análise apreciativa de ME. Referiu também o Programa do 1.º CEB e o Currículo Nacional do Ensino Básico. Declarou que não privilegiou quaisquer destes documentos.

Refere que não privilegiaram qualquer competência, contudo destaca o ensino experimental e as questões de multiculturalidade, alegando que estavam mais sensibilizados para essas temáticas.

---

*P10 - no ensino experimental das ciências no programa de apoio à formação continua . portanto os professores estavam ligados a isso e estavam muito sensibilizados . nessa área não é? Portanto fizeram uma grande ... talvez uma leitura mais pormenorizada . a outra . mas isso tem a ver com a equipe não é ?. tinha a ver com as questões da diversidade . de género . das questões multiculturais .*

Profere que os erros científicos eram escassos (justificando esse facto com a eventual avaliação anterior através de um assessor científico com elos à editora), mas que as questões de linguagem e a má utilização da imagem eram muito frequentes. Salienta que as questões das opções pedagógicas foram alvo de discórdia entre a equipa e os editores.

*P10 – (...) centramo-nos mais nos erros científicos naturalmente não é? nas questões científicas . que não são muito grandes normalmente os manuais . as pessoas . até porque há uma fase prévia que é um avaliador científico um assessor científico que normalmente eles têm não é? portanto já há aí uma parte que é depurada (...)*

*P10 – os erros não são muito grandes . as questões da linguagem essas sim . o serem explícitas o ser claro o texto ahm o outro tinha a ver com as imagens . fomos muito rigorosos com as imagens*

*P10 – (...) havia soluções pedagógicas que nós . que nós não partilhávamos que nós não achávamos muito interessante mas tínhamos que respeitar porque essa não era o critério para dizermos que certificamos ou não certificamos . e portanto eram . nalguns casos eram debates interessantes em termos de didáctica das metodologias do ensino (...)*

Os primeiros contactos com as editoras foram feitos através da direcção da escola (entidade acreditada) e, posteriormente, esta cedeu à equipa de avaliação e certificação total autonomia e gestão do processo. Usando os critérios oficiais elaboraram uma grelha própria (que não foi fornecida).

Numa primeira fase cada elemento da equipa de avaliação e certificação analisava o ME e, posteriormente, cruzavam e juntavam a informação com os restantes colegas de equipa. Esta troca de pareceres era feita através de correio

---

electrónico e por reunião. Anota que reuniram e trocaram reflexões também com os coordenadores editoriais e com os autores dos ME.

*P16 – Sim nós criamos uma grelha própria a partir do . dos critérios oficiais de avaliação (...)*

*P19 – (...)cada um pega no manual e eu não interfiro com nada . eu acho que essa foi uma opção que nós fizemos . cada um recebe o manual . em versão papel e em versão online . se quiser . e tem um x tempo para o ver . e faz o seu respectivo parecer individualmente (...) a partir daí é que a gente vê onde é que temos posições contrárias onde é que este texto está mais bem completado com aquele porque é que estás a dizer isto desculpa lá é um bocado exagerado . e é nessa versão final que nós depois seguimos para a reunião . portanto na primeira fase ninguém interfere com ninguém (...)*

Expressa que os critérios não têm todos a mesma valia e, aquando questionado se gostaria de introduzir um novo critério para além dos existentes, referiu que as questões pedagógicas podiam ser retratadas de outra forma.

*E19 – ... eu acho que não . quer dizer havia um prazer grande que era pegar nas questões pedagógicas . mas isso não tem nada a ver com isso . quer dizer não posso pegar num carro e dizer que aquele volante devia de ter outro formato mas interessante . é o que é ponto final . eu aqui também não posso . tenho que respeitar as opções pedagógicas não é? (...)*

O **membro 2** refere que a sua equipa teve em atenção o programa do 1.ºCEB, as competências relacionadas com o ensino experimental e os critérios estabelecidos pelo Despacho 29864/2007.

*P11 – Sim . o programa de Estudo do Meio . foi esse que nós fizemos o programa de Estudo do Meio (...) Privilegiamos o programa de estudo do meio ahm . ainda que. estou a pensar por exemplo relativamente ao ensino experimental ... nós procuramos também com base na . nos guiões que tínhamos de ahm . de .do ensino experimental das ciências também que essas competências também fossem tidas em linha de conta*

---

Como finalidade essencial deste processo destacou o aumento da qualidade dos ME. Acresce que procuraram não só que o ME veiculasse aspectos científicos correctos, como também que as actividades incutidas neste permitissem ao aluno uma aprendizagem activa.

*P9 – A nossa finalidade era procurar que os manuais ficassem com maior qualidade . não é? e que ahm fosse de encontro às novas exigências . do ensino aprendizagem . portanto nós procurámos não só veiculassem conceitos científicos correctos como também colocassem ahm em prática ou pelo menos que permitissem ... permitissem que o ... em termos pedagógicos os alunos pudessem trabalhar mais ahm serem mais activos no processo de aprendizagem . portanto que o manual servisse também para o aluno fazer as suas aprendizagens*

Relativamente às competências que teve em conta na avaliação do ME o membro referiu que, fundamentalmente, restringiu-se às do programa.

*P10 – (...) as competências que nós tivemos a ver foram aquelas que ahm estão na dependência dos programas. forma essas fundamentalmente que tivemos em linha de conta (...) grandes reformulações também não podem ser feitas portanto temos que procurar um equilíbrio entre aquilo que é o desejável ahm e e . aquilo que nós . e também que está de acordo com os nossos objectivos*

Cada elemento da equipa preenchia uma grelha, fazia uma análise do ME e, posteriormente, essa leitura era cruzada com a dos restantes colegas da equipa. Ao longo do processo de análise, a equipa ia tendo reuniões para troca de impressões. Alega que a análise que fizeram não era uma leitura estanque, mas sim uma leitura integral do ME. A grelha foi elaborada com base nos critérios do despacho 28974/2007, porém adaptando alguns desses critérios ao 1.º CEB:

---

*P12 – (...) Portanto nós não procuramos em fazer uma avaliação estanque . portanto tu vês a parte mais ligada à física ou mais ligada química ou mais ligada à biologia ou à geologia ou à história todos procuramos . (...) depois partilhávamos essa análise que fizemos . portanto com base nas mesmas grelhas . portanto tínhamos as mesmas grelhas era cruzada a informação e íamos tendo reuniões (...)*

*P17 – não . fizemos . fizemos a adequação de alguns destes critérios para o primeiro ciclo naturalmente e para o primeiro ano (...) portanto não foi o critério em si mas depois a sua adaptação ao primeiro . ao primeiro ano*

- As dinâmicas internas de trabalho dos membros das equipas científico-pedagógicas de Avaliação e Certificação dos ME

A equipa de avaliação e certificação à qual pertencia o **membro 1** era constituída por cinco elementos: dois pertencentes às ciências sociais; dois pertencentes às ciências da natureza e um pertencente ao 1.º CEB (não especifica as áreas).

Relativamente ao **membro 2** a sua equipa de avaliação e certificação era constituída por cinco elementos com áreas de formação distintas: Geologia; Biologia; 1.ºCEB; Física e História.

- A posição dos membros da equipa relativamente ao processo de avaliação e certificação dos ME

O **membro 1** considera o processo de avaliação e certificação positivo. Justifica com o facto de haver muitos potenciais autores de ME e, portanto, uma panóplia de ME sujeitos a adopção pelas escolas. Deste modo, crê que o processo permite uma triagem desta diversidade de ME.

O **membro 2** considera o trabalho feito pela equipa de avaliação e certificação um grande contributo para a melhoria do ensino, uma vez que cooperou para o aperfeiçoamento dos ME.

*P13 –(...) porque eu nunca pensei que os manuais tivessem . tantos erros ahm . erros às vezes subtis . erros que por vezes podem passar por uma figura que pode transmitir e pode vir logo no primeiro ano a criar concepções alternativas (...)*



---

○ Os constrangimentos e as vantagens que este processo desenvolveu na avaliação e certificação dos ME

O **membro 1** apresenta como constrangimentos deste processo a falta de diálogo directo entre o Ministério da Educação e a equipa de avaliação e certificação, a continuidade da avaliação e certificação dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio dos restantes anos de escolaridade e a necessidade de alterar a grelha de avaliação.

*P15 – Não fez não fez . quer dizer o ministério fala connosco por ofícios não é? eu acho que isso devia ser feito . pelo menos com os coordenadores das equipas não são assim tantas não é?*

*E15 – Está-me a falar de um contacto mais directo?*

*P15 – No final do ano . pegar nas pessoas que fizeram este trabalho que não são assim tantas como isso não é? . não é uma questão de uma logística tão grande é uma logística relativamente acessível e ter uma simples reunião de trabalho em que se fizesse com as diferentes equipas algum balanço . porque é assim que se muda a legislação (...)*

Assim sendo, de acordo com as afirmações do membro 1, seria importante haver um acompanhamento (tal como está previsto na legislação) por parte das entidades responsáveis. Esta fiscalização seria fulcral para a partilha, por parte das equipas científico-pedagógicas, de determinados pareceres menos favoráveis do processo para posterior reflexão e possível alteração.

A referida falta de continuidade da avaliação e certificação dos ME da área curricular de Estudo do Meio é apontada, uma vez mais, como uma falha no processo. Uma falha que é incompreendida pelo entrevistado.

Como mais-valias do processo salienta, sobretudo: a melhoria dos ME, o “olhar multifacetado e cruzado” por parte dos membros da equipa de avaliação e certificação; o enriquecimento profissional que advém dessa experiência; a compreensão das lógicas de concepção e o diálogo entre editores, autores e membros avaliadores e certificadores

---

*P13 – (...) se nós não tivéssemos feito qualquer intervenção neste processo o manual tinha ido para o mercado naquela fase . cheio de gralhas cheios de erros como sempre foram (...)*

*P14 – (...) quando arranjam uma equipe que vai fazer um manual escolar a editora tem os seus critérios escolhe-os em função de um perfil que eles é que sabem porquê . mas essas pessoas por muito excelentes professores que sejam e por grandes produtores de manuais que sejam . há uma coisa que a gente na vida tem sempre . nós não somos perfeitos não temos a capacidade de produzir . obras fabulosas não somos génios . e portanto por uma questão de humildade científica e pedagógica . principalmente na pedagogia não há certezas de nada propriamente poucas . (...) porque estamos habituados em educação a trabalhar muito em situação de horizontalidade não é? os diálogos fazem-se de igual para igual e não de ... top down . portanto acho que foi muito interessante para nós e para eles (...). fundamentalmente para quem esteve sempre ligado às questões dos manuais e gostou de fazer isto foi um diálogo entre as editoras e os produtores de manuais não é? perceber as lógicas deles perceber as dificuldades (...)*

Admitindo que os autores não dominam todas as áreas do saber, é fulcral haver um processo de avaliação e certificação para garantir a qualidade científica e pedagógico-didáctica dos ME. Para a concretização deste objectivo, é importante que este processo seja de diálogo harmonioso entre todos os intervenientes.

O **membro 2** aponta como constrangimentos do processo o *timing* reduzido para avaliar e certificar os ME.

*P15 – (...) eu posso-lhe nomear os aspectos menos positivos é que nós temos que continuar a exercer . e temos timings um bocadinho apertados e (...) e temos a nossa vida académica e as nossas aulas para leccionar as nossas reuniões . e por vezes isto é um volume de trabalho que nos retira a possibilidade de fazer outras coisas porque tem que ser feito com muita responsabilidade*

No que concerne às mais-valias do processo de avaliação e certificação dos ME referiu duas valências. A primeira para a própria instituição, uma vez que

---

serve de alerta e de consciencialização desta problemática dos ME aos formandos a professores; e uma segunda que diz respeito ao facto de, actualmente, chegarem às escolas ME actualizados em termos científicos e pedagógicos.

*P14 – olhe eu penso que tem mais-valias até por exemplo para a nossa instituição enquanto . escola de formação de professores (...) que nos permite alertar para os nossos alunos para o cuidado que devem ter quando se adopta um manual e para análise que deve ser feita (...) por outro lado eu penso que tem a mais-valia de permitir que cheguem até às nossas crianças manuais que (...) estejam mais actualizados no que diz respeito aos conceitos científicos que estejam mais actualizados no que diz respeito às pedagogias aos métodos pedagógicos que são actualmente entendidos como os mais ahm enriquecedores e aqueles que desenvolvem um maior número de competências*

○ As mudanças que o processo de avaliação e certificação ME trouxe à avaliação e à concepção de ME

O **membro 1** refere que os ME melhoraram (não refere em que aspectos) após o processo de avaliação e certificação. Contudo, frisa o facto de não ter existido uma continuidade na avaliação e certificação dos ME da área curricular de Estudo do Meio dos restantes anos de escolaridade.

*P21 – (...) não tem sentido que eu avalie e certifique o manual do primeiro avalie e certifique o manual do segundo porquê? porque eles partem. repare normalmente as editores têm sempre as mesmas equipas e tem equipas que fazem por ciclo mas podem não ter . mas podem não ter . e desde quando é que me garante que as equipas incorporaram as . estas correcções que foram feitas e portanto no segundo manual não fazem essas correcções? Não é verdade porque a gente recebeu do segundo ano este ano dessas [redacted] editoras e também têm erros (...) portanto não consigo perceber porque é que um aluno no primeiro ano tem um manual certificado e avaliado e este ano . para o ano que vem vai entrar no segundo ano e vai ter um manual*

---

O **membro 2**, apesar de ter apelidado o processo como recente, atestou que as editoras vão estar mais atentas relativamente à concepção dos ME. Referiu ainda que há, efectivamente, modificações na avaliação dos ME e considerou o decorrer do processo um sucesso: com diálogo entre membros da equipa científico-pedagógica, autores e editores; uma boa orientação por parte do coordenador da equipa científico-pedagógica; e, devido sobretudo a estas duas características anteriormente referidas, houve uma boa aceitação das críticas e sugestões veiculadas no relatório final de avaliação por parte dos autores e editores de ME.

#### **4.2 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A legislação aferente ao processo de avaliação e certificação dos ME, após a publicação da Lei 47/2006 e do Decreto-Lei 261/2007, sofreu várias reformulações e aditamentos (confrontar apêndices F, G, H, I, J, K).

Através do Despacho 15285-A/2010 foi aditado ao Despacho 29864/2007 uma nova alínea que veio incluir que, anteriormente à elaboração do relatório final de avaliação dos ME, as equipas científico-pedagógicas das entidades acreditadas ou as comissões de avaliação deverão reavaliar e reapreciar as provas finais dos ME em avaliação, verificando se as rectificações sugeridas foram acolhidas e inseridas pelos autores, editores ou instituições habilitadas para o efeito. Este aditamento foi um dos pontos reivindicados pelos membros das equipas científico-pedagógicas para ser acrescido ao processo de avaliação e certificação dos ME (relembremos que a legislação anterior não veiculava tal exigência). Deste modo, os ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliados, apesar da sua certificação, foram adoptados sem que as equipas científico-pedagógicas pudessem ter a comprovação da inserção no ME das suas recomendações prescritas no relatório final. É importante referir que este acréscimo foi um aspecto marcante neste processo na medida que vem valorizar ainda mais o trabalho das equipas

---

científico-pedagógicas, dado que permite que todas as recomendações prescritas por estas, assim como das comissões de avaliação, sejam inteiramente acolhidas pelas editoras e, deste modo, seja assegurado o aumento da qualidade dos ME respeitante aos critérios estabelecidos por Lei.

Outro aspecto constatado nas entrevistas remete para o facto dos ME do 2.º ano de escolaridade da área curricular disciplinar de Estudo do Meio não terem sido sujeitos à avaliação e certificação no ano 2011, havendo de acordo com este ponto de vista, uma alegada falta de continuidade do processo de avaliação e certificação. Tendo, no ano de 2010, os ME do 1.º ano de escolaridade sido submetidos a uma avaliação para certificação por parte das entidades acreditadas, nomeadamente pelas equipas científico-pedagógicas, e tendo em 2009 os ME do 3.º e 4.º anos já adoptados e em utilização decretado a sua avaliação – para atribuição da menção de favorável ou não favorável – por parte da comissão de avaliação constituídas pelo Despacho n.º 13841/2008 do Ministério da Educação (ressalva-se que esta avaliação não foi objecto de estudo desta investigação e, portanto, desconhecem-se os seus resultados), pretendia-se que existisse uma avaliação dos ME do 2.º ano de escolaridade uma vez que virão a ser objecto de adopção pelas escolas/agrupamentos de escolas para o ano lectivo 2011/2012.

Não tendo existido a avaliação para certificação dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 2.º ano de escolaridade, e sendo estes objecto de adopção por parte das escolas/agrupamentos de escolas para o ano lectivo vindouro, existiu uma necessidade por parte de algumas editoras em solicitar às respectivas equipas científico-pedagógicas (coincidente com aquelas que fizeram a avaliação e certificação do ME do 1.º ano de escolaridade) um parecer informal acerca da avaliação do respectivo ME. Esta atitude revela a importância do papel do processo de avaliação e certificação atribuído pelos autores e editores para a garantia da qualidade do ME.

Deste modo, porventura fosse essencial haver uma uniformização do processo, e existir uma continuidade na avaliação para certificação de todos os ME de cada área curricular disciplinar e de todos os anos de escolaridade.

---

Através do discurso dos entrevistados e dos resultados inferidos pelos relatórios podemos constatar que todos os ME sofreram alterações a diversos níveis (nomeadamente a nível linguístico, científico, pedagógico e conceptual) de modo a assegurar o melhoramento da sua qualidade.

Porém, apesar do acordo, tanto dos autores como dos membros das equipas científico-pedagógicas, acerca deste asseguramento da qualidade dos ME devido ao processo de avaliação e certificação, houve autores que afirmaram que o seu ME não sofreu qualquer alteração com esta avaliação ou sofreu apenas pequenas modificações. Urge contrapor que todos os ME (sem excepção) sofreram modificações de carácter diversificado, nomeadamente linguístico, científico, pedagógico e conceptual, não existindo nos relatórios ME incólumes.

Respeitante aos relatórios finais de avaliação, apesar das equipas científico-pedagógicas terem fundamentado a respectiva avaliação para certificação nos critérios estabelecidos pela Lei 47/2006 especificados no Despacho 29864/2007, é evidente as discrepâncias relativamente às diferentes formas de apreciação por parte das equipas científico-pedagógicas.

Duas delas estruturaram os relatórios finais com base nos critérios legais, determinando a sua avaliação recorrendo ao programa do 1.º CEB e ao Currículo Nacional do Ensino Básico. Apontamos que estes dois documentos apresentam quadros de referência dissimilares e, portanto, de difícil harmonização. A outra equipa científico-pedagógica baseou-se fundamentalmente nos blocos contemplados no programa do 1.º CEB.

Todavia, é de mencionar que a própria legislação remete para quem avalia a utilização destes documentos curriculares oficiais, não focalizando especial atenção de um em prol de outros. Pode ler-se nos critérios definidos pela legislação relativa ao processo de avaliação e certificação dos ME que estes devem “responder de forma integral e equilibrada aos objectivos e conteúdos do programa ou orientações curriculares” e devem “apresentar os conhecimentos da disciplina ou área curricular no respeito pelos programas e orientações curriculares oficiais”. Desta forma, as equipas científico-pedagógicas tentaram

---

conciliar os dois documentos ou optaram por um deles retratando desta forma diferentes formas de avaliar.

Para uma concordância de critérios seguidos pelas entidades avaliadoras e certificadoras na sua análise de ME urge intervir a este nível, pois tal pode provocar situações de incoerência difíceis de justificar para toda a comunidade educativa. Uma das hipóteses explicativas para estas diferenças de critérios pode estar relacionada com o facto de existirem vários documentos de referência curricular no 1º CEB, que foram desenvolvidos em épocas e referenciais diferentes, como é o caso do Programa do 1º CEB (ME, 1990), do Currículo Nacional do Ensino Básico (ME, 2001) e das Metas de Aprendizagem (ME, 2010). Talvez fosse tempo de, à semelhança do que ocorreu na Matemática e Língua portuguesa, se fazer um novo Programa de Estudo do Meio que plasme todos os princípios e avanços curriculares nesta área.

---



---

## **CAPÍTULO V**

### **5 – CONCLUSÕES**

Este último capítulo inclui quatro secções. Na primeira faz-se uma síntese das conclusões principais. Na segunda referem-se algumas recomendações, tendo em conta os resultados e as conclusões obtidas. Na terceira apontam-se as limitações emergentes deste estudo. Na última, sugerem-se futuras investigações decorrentes desta investigação.

#### **5.1 – SÍNTESE CONCLUSIVA**

A finalidade deste estudo foi, por um lado, ampliar a compreensão sobre o modo como se efectua o processo de avaliação e certificação dos ME, particularmente da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade e, por outro lado, averiguar o impacte deste na qualidade científica, pedagógica e didáctica dos ME.

Para facilitar a síntese conclusiva, relembram-se as questões inerentes a este estudo:

- Como se efectua o novo processo de avaliação e certificação dos manuais escolares de Estudo do Meio?
- Que importância os autores/editores e entidades avaliadoras e certificadoras atribuem a este processo?
- Qual o impacte da avaliação e certificação dos manuais escolares na sua qualidade?

Relativamente à primeira questão verificou-se que a avaliação dos ME não é uma novidade no contexto educativo português. Na década de 80, através do Decreto-Lei n.º 57/87 de 31 de Janeiro, e na década de 90, através do Decreto-Lei 369/90 ambicionou-se uma apreciação dos ME do ensino básico e secundário,

---

através de comissões de avaliação constituídas pelo Ministério da Educação, com vista à qualidade dos mesmos. Porém, como já foi descrito no capítulo 2 referente à revisão de literatura, o anterior processo de apreciação de ME teve algumas dificuldades na sua implementação e aplicabilidade, tendo sido retratado pelo relatório do grupo de trabalho dos ME (Neves et al, 2005) como um processo de reduzida utilidade e que requeria uma reformulação.

É através desta urgência de um novo modelo de avaliação de ME que surge a Lei n.º 47/2006. Com esta Lei implementou-se um novo regime de avaliação e certificação dos ME do ensino básico e secundário com vista à melhoria da qualidade científica e pedagógica destes instrumentos.

A avaliação dos ME é realizada por comissões de avaliação constituídas pelo Ministério da Educação ou por entidades acreditadas para esse efeito. Estas, após avaliação, atribuem uma menção de *Certificado* ou *Não Certificado* ao respectivos ME.

Na avaliação e certificação dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade intervieram, em 2010, as entidades acreditadas, particularmente a Escola Superior de Educação de Viseu, a Escola Superior de Educação de Setúbal e a Universidade do Minho. Esta avaliação para a certificação foi realizada pelas equipas científico-pedagógicas destas entidades.

Para efectuarem a avaliação dos ME da área curricular de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade, as equipas científico-pedagógicas recorreram aos critérios estabelecidos pela Lei n.º 47/2006 e descritos no Despacho n.º 29864/2007, assim como também ao programa do 1.º CEB e ao currículo nacional do ensino básico. Em algumas avaliações é notória a tentativa de conciliação destes dois últimos documentos. A legislação não especifica quais destes documentos deve prevalecer aquando da avaliação dos ME de Estudo do Meio. Tal como foi discutido no capítulo anterior, tudo aponta para a inevitabilidade de se desenvolver um novo Programa nesta área ou, pelo menos, proceder à reformulação do actual programa de Estudo do Meio do 1.º CEB com vista a contemplar todos os princípios e documentos oficiais aferentes a esta área disciplinar.

---

Pelo motivo descrito no parágrafo anterior, os relatórios finais de avaliação dos ME da área curricular disciplinar de Estudo Meio do 1.º ano de escolaridade traduziam modos de avaliação distintos. Desta forma, permite-nos aferir que os critérios de avaliação relativos aos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio devessem ser mais específicos.

No que concerne à segunda questão, é perceptível através dos resultados recolhidos que este processo de avaliação e certificação permite um apoio a autores e editores. Tendo os autores e editores como pretensão o melhoramento e a garantia da qualidade dos seus ME, particularmente em termos científicos, pedagógicos, didáticos e conceptuais, este processo é, no nosso entender, uma mais-valia para atingirem esta plenitude. De acordo com os resultados obtidos, o decorrer deste processo foi harmonioso, executado num ambiente de diálogo e debate entre editores, autores e equipas científico-pedagógicas.

No entanto, existem aspectos que importam ser motivo de reflexão/alteração e que foram referenciados, particularmente pelos membros das equipas científico-pedagógicas.

Deste modo, é de referir que os ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliados e certificados foram sujeitos à adopção, sem que as equipas científico-pedagógicas constatassem se as recomendações prescritas no relatório final foram adoptadas pelos autores e editores (apesar de aceites por estes). Esta situação ocorreu porque não estava estipulado na Lei que regula o processo de avaliação e certificação dos ME tal obrigatoriedade. Após a publicação do Despacho 15285-A/2010, este aspecto foi acrescido e, assim, as equipas científico-pedagógicas passaram a reavaliar e reapreciar as provas finais dos ME em avaliação, apurando se as correcções foram incluídas pelos autores, editores ou instituições habilitadas para o efeito nos ME em questão.

Outro aspecto apontado evidencia que o tempo estabelecido para o término do processo de avaliação por parte das entidades acreditadas ou comissões de avaliação é um aspecto a ter em conta. As doze semanas estabelecidas por Lei

---

poderão não ser o tempo suficiente para uma avaliação com carácter detalhista e exigente como esta.

Um outro ponto a ter em conta neste processo de avaliação e certificação dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio, foi a falta de continuidade do processo, especificamente nesta área disciplinar. Centrando-nos na avaliação com intuito de certificação ou não certificação iniciou-se os ME da área curricular de Estudo do Meio do 1.º ano sujeitos à adopção no ano lectivo 2010/2011. Porém, apesar dos ME do 2.º ano de escolaridade serem sujeitos à adopção no ano lectivo vindouro – 2011/2012 – estes ME não foram avaliados e certificados. De acordo com os resultados obtidos, esperava-se e desejava-se tal ocorrência.

No que diz respeito à terceira questão, através dos dados recolhidos, podemos concluir que a avaliação feita pelas equipas científico-pedagógicas contribuiu para o aumento da qualidade científica e pedagógico-didáctica dos ME, na medida que evocaram alterações e sugestões para o seu melhoramento em diversos níveis, nomeadamente em termos linguísticos, científicos, conceptuais e pedagógico-didácticos. Porém, importa lembrar que não foi verificado por parte das equipas científico-pedagógicas se as recomendações finais contidas no relatório final foram acolhidas pelos editores/autores, uma vez que a legislação anterior ao Despacho 15285-A/2010 não veiculava tal exigência.

Foi concludente que os ME apresentavam diversas falhas e incorrecções de diversa ordem, nomeadamente de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação. Particularmente, no que diz respeito às competências de Estudo do Meio são perceptíveis diversas falhas, nomeadamente na diversificação e inclusão de actividades investigativas, de projectos e de actividade com base na resolução de problemas.

Aprontamos que este processo permitiu que fossem facultados às escola ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade com um número de incorrecção e “gralhas” reduzido (ou mesmo nulo) e com uma qualidade científica e pedagógico-didáctica superior à versão inicial dos autores.

---

Ainda é de salientar que este processo coadjuva com o momento de escolha para adopção do ME por parte da escola/agrupamento de escola. Havendo uma panóplia de ME sujeitos à adopção, este processo através da avaliação e da certificação vem contribuir para a triagem dos ME que efectivamente assumem os critérios estabelecidos como essenciais para ingressarem no mercado escolar. Efectivamente, havendo uma avaliação e certificação de ME, possibilita que a escola/agrupamento de escola centre-se exclusivamente a seleccionar aquele que mais se adapta à sua realidade educativa, nomeadamente o ME que permite desenvolver mais competências em conformidade com o seu projecto educativo.

Importa salientar que os resultados e conclusões são consistentes com os de outros estudos, como o de Alves (2005), na medida que evidencia a fraca qualidade científico-pedagógica dos ME e a urgência de medidas capazes de ultrapassar e melhorar esse aspecto.

Sendo um recurso pedagógico-didáctico amplamente usual no Sistema Educativo Português, o aumento da sua qualidade afecta a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que é muito utilizado por professores e alunos, em particular no 1.º CEB, e portanto a defesa da continuidade deste processo de avaliação e certificação. Porém é, no nosso entender, necessário ter em consideração determinadas situações menos positivas e que devem ser temas de reflexão para o aperfeiçoamento deste processo. Deste modo, na secção seguinte, apontamos algumas dessas recomendações.

## **5.2 – RECOMENDAÇÕES**

O processo de avaliação e certificação dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano trouxe, de acordo com os resultados obtidos neste estudo, benefícios a diversos níveis aos ME. Porém, existem aspectos que devem ser considerados motivo de reflexão para a melhoria e consequente aperfeiçoamento deste actual processo.

---

Deste modo, advertimos algumas recomendações que consideramos serem importantes para o funcionamento pleno deste processo de avaliação e certificação de ME.

Uma das recomendações que urge referir, relaciona-se com o tempo limite para a conclusão da avaliação e certificação dos ME. De acordo com os resultados obtidos o prazo de doze semanas deveria ser alargado para, deste modo, a avaliação por parte das equipas científico-pedagógicas ocorresse sem pressões.

Seria interessante que as equipas científico-pedagógicas, assim como as comissões de avaliação, integrassem na sua constituição elementos com especialização em avaliação educacional. Seria porventura uma mais-valia no desenrolar do processo de avaliação e certificação.

Sendo a avaliação de ME parte da função dos docentes, particularmente no momento de escolha para adopção dos mesmos, é imprescindível a formação continuada e de longo prazo de professores relacionada com esta temática, tanto para enriquecimento pessoal e profissional, como também para suprimir determinadas dificuldades que permanecem nas práticas avaliativas.

Outra recomendação prende-se com os actuais documentos curriculares oficiais que vigoram na disciplina de Estudo do Meio - Programa do 1º CEB (ME, 1990), o Currículo Nacional do Ensino Básico (ME-DE, 2001) e as Metas de Aprendizagem (ME, 2010). Deste modo, seria interessante desenvolver um único documento curricular oficial que contemplasse todas as concepções relevantes desses documentos com intuito de existir uma clareza dos saberes e competências na área disciplinar de Estudo do Meio. Este “novo” programa de Estudo do Meio tornaria os critérios de avaliação dos ME da área curricular disciplinar de estudo do Meio mais uniformes.

Cabe também recomendar o interesse que havia na existência pública de relatórios da parte das entidades a quem compete a fiscalização do processo de avaliação e certificação de ME sobre o desenvolvimento do mesmo.

Para ultimar, urge reforçar o interesse na continuidade da avaliação e certificação de todos os ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio na

---

totalidade dos anos de escolaridade (assim como das outras disciplinas/áreas disciplinares).

### **5.3 – LIMITAÇÕES**

Apesar do empenho, do rigor e da seriedade que o presente estudo foi desenvolvido, admitem-se algumas limitações.

Uma delas resulta da pesquisa documental. A inacessibilidade de determinados documentos oficiais, como os relatórios finais da avaliação realizada pelas equipas científico-pedagógicas dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade, e a falta de artigos científicos acerca deste actual processo de avaliação e certificação dos ME foi evidente.

Uma vez que os relatórios finais de avaliação dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano são documentos restritos, apenas foi permitida a sua consulta, não sendo possível a sua posse em suporte papel ou informático. Apesar da total disponibilidade por parte dos membros da Divisão de Serviços de Desenvolvimento Curricular – Divisão Manuais Escolares, Material Didáctico e Equipamentos Educativos, só foi possível à autora deste estudo a deslocação às instalações da DGIDC em Lisboa durante um dia útil. O respectivo levantamento dos dados contidos nos relatórios ocorreu apenas ao longo da manhã e tarde do dia 11 de Abril através de transcrições manuais feitas pela investigadora. Devido a estas duas situações, é admissível alguma falta de pormenores relativos à avaliação e certificação contidos nos relatórios dos respectivos ME.

Uma outra limitação do estudo prende-se com outra técnica de recolha de dados, o inquérito por entrevista. O guião da entrevista, apesar de ter sido elaborado com base num quadro estruturante composto por objectivos específicos, gerais e questões a colocar aos entrevistados (cf. apêndices A e B),

---

poderão surgir novas questões a outros investigadores que não estejam contempladas no mesmo.

Outro factor limitador deve-se à reduzida experiência da investigadora na implementação deste tipo de instrumento de recolha de dados, nomeadamente na condução das entrevistas podendo ter sido exploradas com mais profundidade algumas das respostas dos entrevistados.

Para ultimar, acrescemos a limitação do número de entrevistados neste estudo. Porventura se o estudo abrangesse mais intervenientes deste processo o resultado do mesmo poderia tornar-se mais rico a nível de informações veiculadas por estes. Porém, devido à limitação de tempo na elaboração do mesmo, esta abrangência de entrevistas tornou-se inexequível.

#### **5.4 – SUGESTÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES**

Atendendo aos resultados, conclusões e processo reflexivo inerentes a este estudo apresentam-se algumas questões que poderão servir como ponto de partida para futuras investigações no âmbito da avaliação, particularmente a avaliação de ME.

Na sequência desta e de outras investigações relacionadas com a temática de ME, e sendo ainda admissível pelos resultados destes estudos o aperfeiçoamento, tanto na concepção como na avaliação científico e pedagógico-didáctica, destes instrumentos (neste caso particular da área curricular disciplinar de Estudo do Meio), importa que se continuem a aprofundar estudos sobre esta temática.

- i. Aprofundar o processo de avaliação e certificação, nomeadamente em outras áreas curriculares disciplinares;
- ii. Analisar o impacte do processo de avaliação e certificação dos ME no momento de escolha para adopção bem como no processo de ensino e de aprendizagem;
- iii. Desenvolvimento de instrumentos de avaliação de ME específicos para a área curricular disciplinar de Estudo do Meio.



---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ✓ Afonso, M. M. (2008). *A educação científica no 1.º ciclo do ensino básico: Das teorias às práticas*. Porto: Porto Editora.
- ✓ Almeida, L., & Freire, T. (2000). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios.
- ✓ Alves, D. (2005). *Manuais Escolares de Estudo do Meio, Educação CTS e Pensamento Crítico*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade de Aveiro.
- ✓ Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- ✓ Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- ✓ Brito, A. P. (1999). A problemática da adopção dos Manuais Escolares: Critérios e Reflexões. In Castro, R. V.; Rodrigues, A.; Silva, J. L.; & Sousa, M. L. (orgs). *Manuais Escolares: Estatuto, funções, história* (pp. 139-148). Actas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: CEEP, Universidade do Minho.
- ✓ Cabral, M. (2005). *Como analisar manuais escolares*. Lisboa: Texto Editores.
- ✓ Cachapuz, A., & Praia, J. (1998). Manuais Escolares : Que papéis para a Escola do século XXI? *Inovação*, 11, 61-73.
- ✓ Carvalho, A. D., & Fadigas, N. (2007). *O manual escolar no século XXI: estudo comparado da realidade portuguesa no contexto de alguns países europeus*. Porto: Observatório dos Recursos Educativos.

- 
- ✓ Castro, C., & Cachapuz, A. (2005). Os manuais escolares na formação inicial de professores de ciências naturais. In Alarcão, I., Cachapuz, A., Medeiros, T., & Jesus, H. P. (orgs) *Supervisão: Investigação em contexto Educativo* (pp. 263-290). Aveiro: Universidade de Aveiro e Açores: Governo Regional de Educação, Direcção regional de Educação, Universidade dos Açores.
  
  - ✓ Castro, R., & Magalhães, J. (2005). Entre a lei e o mercado. Aspectos da existência do manual escolar em Portugal, no século XX. In Guereña, J., Ossenbach, G., & Pozo, M. (dir.) *Manuales Escolares en España, Portugal y América Latina (Siglos XIX y XX)* (pp. 135-153). Madrid: Universidade Nacional de Educación a Distancia - UNED Editores.
  
  - ✓ Cellard, A. (2008). A análise documental. In Poupart, J., Deslauriers, J., Groulx, L.; Laperrière, A., Mayer, R., & Pires, A. (orgs). *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295-316). Petrópolis: Editoras Vozes.
  
  - ✓ Chizzotti, A. (2003). A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, 16 (2), 221-236.
  
  - ✓ Choppin, A. (1992). *Les manuels scolaires: Histoire et actualité*. Paris: Hachette.
  
  - ✓ Claudino, S. (2010). Manuais escolares de Geografia: O esvaziamento dos propósitos pedagógico-didáticos dos programas? In Duarte J. B. (org). *Manuais escolares e dinâmica da aprendizagem: podem os manuais contribuir para a transformação da escola?* (69-102). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
  
  - ✓ De Ketele, J., & Roegiers, X. (1993). *Metodologia da recolha de dados: Fundamentos dos métodos de observações de questionários, de entrevistas, e de estudo de documentos*. Instituto Piaget.

---

✓ Deslauriers, J., & Kérisit, M. (2008). O delineamento da pesquisa qualitativa. In Poupart, J., Deslauriers, J., Groulx, L., Laperrière, A., Mayer, R., & Pires, A. (orgs). *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 127-153). Petrópolis: Editoras Vozes.

✓ DGIDC (2009a). *Lista de Entidades Acreditadas Como Entidades Avaliadoras e Certificadoras de Manuais Escolares*. Consultado a 20 de Outubro de 2010 em [http://www.dgipc.min-edu.pt/manuaisescolares/Documents/acreditacao/Lista\\_entidades\\_acreditadas.pdf](http://www.dgipc.min-edu.pt/manuaisescolares/Documents/acreditacao/Lista_entidades_acreditadas.pdf).

✓ DGIDC (2009b). *Lista de Manuais Escolares Avaliados e Certificados, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 47/2007, de 28 de Agosto*. Consultado a 20 de Outubro de 2010 em <http://sitio.dgipc.min-edu.pt/manuaisescolares/Documents/listaManuaisAvaliadosCertificados201011.pdf>.

✓ DGIDC (2009c). *Princípios e Sugestões para a gestão do currículo do 1º ciclo: Estudo do Meio – Ensino das Ciências*. Consultado a 28 de Dezembro de 2010 em [http://www.dgipc.min-edu.pt/basico/Documents/principios\\_sugestoes\\_EM.pdf](http://www.dgipc.min-edu.pt/basico/Documents/principios_sugestoes_EM.pdf).

✓ DGIDC (2009d). *Acreditação de Entidades Avaliadoras e Certificadoras de Manuais Escolares*. Consultado a 25 de Janeiro de 2011 em <http://www.dgipc.min-edu.pt/manuaisescolares/Paginas/acreditacaoentidades.aspx>.

✓ Duarte, M. C. (1999). Investigação em ensino das ciências: influências ao nível dos manuais escolares. *Revista Portuguesa de Educação*, 12(2), 227-248.

- 
- ✓ Eichler, M. L., & Del Pino, J. C. (2010). A produção de material didático como estratégia de formação permanente de professores de ciências. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, 3, 633-656.
  
  - ✓ Fernandes, J. V. (2001). Relevância dos Manuais Escolares no Processo Educativo. In Almeida, G. (coord.) *Saberes, Competências, Valores e Afectos Necessários ao Bom Desempenho Profissional do/a Professor/a* (pp. 63-79). Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
  
  - ✓ Figueiroa, A. (2001) *Actividades Laboratoriais e Educação em Ciências – Um estudo com manuais escolares de Ciências da Natureza do 5º ano de escolaridade e respectivos autores*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade do Minho.
  
  - ✓ Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed Editora, S. A.
  
  - ✓ Gérard, F., & Roegiers, X. (1998). *Conceber e Avaliar Manuais Escolares*. Porto: Porto Editora.
  
  - ✓ Gil, A. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.
  
  - ✓ Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentido e Formas de Uso*. Cascais: Princípia Editora.
  
  - ✓ Hummel, C. (1988). *School textbooks and lifelong education: an analysis of schoolbooks from three countries*. Hamburg: Unesco Institute for Education.
  
  - ✓ Leite, C. (2003). Que lugar para os manuais escolares na escola de hoje? *Correio da Educação*, 117, 5-6.

- 
- ✓ Leite, C. (2006). Da complexidade das actividades laboratoriais à sua simplificação pelos manuais escolares e às consequências para o ensino e a aprendizagem das Ciências. In *Actas do XIX Congresso de Enciga* (pp.. Póvoa de Varzim: Escola Secundária Eça de Queirós.
  
  - ✓ Magalhães, J. (1999). Um Apontamento para a História do Manual Escolar: entre a produção e a representação. In Castro, R. V., Rodrigues, A., Silva, J. L., & Sousa, M. L. (orgs) *Manuais Escolares: Estatuto, funções, história* (pp. 179-301). Actas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: CEEP, Universidade do Minho.
  
  - ✓ Magalhães, J. (2006). O Manual Escolar no Quadro da História Cultural. Para uma historiografia do manual escolar em Portugal. *Sísifo*, 1, 5-14.
  
  - ✓ Mansour, N. (2010). The representation of scientific literacy in egyptian science textbooks. *Journal of science education*, 2(11), 88-91.
  
  - ✓ Martins, I. P. (1989). *A energia das reacções químicas: modelos interpretativos usados por alunos do ensino secundário*. Tese de doutoramento não publicada, Universidade de Aveiro.
  
  - ✓ Martins, I. P. (2002). *Educação e Educação em Ciências*. Aveiro: Universidade de Aveiro – Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa.
  
  - ✓ Martins, I. P., Veiga, M. L., Teixeira, F., Tenreiro-Vieira, C., Vieira, R. M., Rodrigues, A. V., & Couceiro, F. (2006). *Educação em Ciências e ensino Experimental: Formação de Professores*. Ministério da Educação: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

- 
- ✓ Mata, P., Bettencourt, C., Lino, M. J., & Paiva, M. S. (2004). Cientistas de Palmo e Meio: Uma brincadeira muito séria. *Análise Psicológica*, 1 (XXII), 169-174.
- ✓ Ministério da Educação. (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais*. Departamento da educação Básica.
- ✓ Ministério da Educação. (2004). *Organização Curricular e Programas – 1.º Ciclo* (4.ª ed.). Departamento da Educação Básica.
- ✓ Ministério da Educação. (2007). *Regulamentação do regime de avaliação, certificação e adopção de manuais escolares*. Consultado a 08 de Novembro em [http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/ME/Documentos/Pages/20071214\\_ME\\_Doc\\_Manuais\\_Escolares.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/ME/Documentos/Pages/20071214_ME_Doc_Manuais_Escolares.aspx).
- ✓ Ministério da Educação (2010). *Metas de Aprendizagem*. Consultado a 08 de Novembro de 2010 em <http://www.metasdeaprendizagem.min-edu.pt/ensino-basico/metas-de-aprendizagem/>
- ✓ Mogarro, M. J. (2005). Manuais escolares no Portugal do Estado Novo. In Guereña, J., Ossenbach, G., & Pozo, M. (dir.) *Manuales Escolares en España, Portugal y América Latina (Siglos XIX y XX)* (pp. 189-406). Madrid: Universidade Nacional de Educación a Distancia - UNED Editores.
- ✓ Morgado, J. C. (2004). *Manuais Escolares: Contributo para uma análise*. Porto: Porto Editora.
- ✓ Murcho (2006). *A certificação de Manuais Escolares*. Consultado a 08 de Novembro de 2010 em [http://criticanarede.com/ens\\_certificacao.html](http://criticanarede.com/ens_certificacao.html).

- 
- ✓ National Academy of Science (1996). *National Science Educations Standards*. Consultado a 10 de Janeiro de 2011 em [http://www.nap.edu/openbook.php?record\\_id=4962&page=R10](http://www.nap.edu/openbook.php?record_id=4962&page=R10). Tormenta
- ✓ Neves, A. L., Varela, A. P., Pereira, J. S., Baptista, J. M., & Alves, V. M. (2005). *Relatório Preliminar do Grupo de Trabalho sobre os Manuais Escolares*. Consultado a 25 de Novembro de 2010 em [http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governo/MEd/Relatorio\\_Manuais\\_Escolares.pdf](http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governo/MEd/Relatorio_Manuais_Escolares.pdf).
- ✓ Pacheco, J. (1995). *O pensamento e a acção do professor*. Porto: Porto Editora.
- ✓ Pardal, L., & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.
- ✓ Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- ✓ Ramos do Ó, J. (2010). O Vínculo pedagógico ao regime de classes: Discursos sobre as práticas e a formação de professores do ensino secundário em Portugal na primeira metade do século XX. *Sísifo*, 11, 15-24.
- ✓ Rego, B., Gomes, C. A., & Balula, J. P. (2010). A avaliação e certificação de manuais escolares em Portugal: Um contributo para a excelência. Texto elaborado para o XI Congresso da AEPEC que decorreu de 16 a 18 de Setembro de 2010 na Universidade de Évora.
- ✓ Rocard, M., Csermely, P., Jorde, D., Lenzen, D., Walberg-Henriksson, H., & Hemmo, V. (2007). *Educação da Ciência Agora: Uma pedagogia renovada para o futuro da Europa*. Comissão Europeia: Direcção-Geral de Investigação.

- 
- ✓ Roldão, M. C. (2001). *Estudo do Meio no 1.º Ciclo: fundamentos e estratégias*. Lisboa: Texto Editores.
- ✓ Sá, J. (2002). *Renovas as práticas no 1.º Ciclo pela via das Ciências da Natureza* (2.ª ed.). Porto: Porto Editora.
- ✓ Santo, E. (2006). Os manuais escolares, a construção de saberes e a autonomia do aluno. Auscultação a alunos e professores. *Revista Lusófona de Educação*, 8, 103-115.
- ✓ Santos, M. E. (2001). *A Cidadania na “Voz” dos Manuais Escolares*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ✓ Silva, J. L. (2001). A construção do conhecimento em manuais escolares de ciências. In Silva, B. D., & Almeida, L. S., (ed.). *Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia* (pp. 169-179). Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- ✓ Tenreiro-Vieira, C., & Vieira, R. M. (2000). *Promover o pensamento crítico dos alunos: Propostas concretas para a sala de aula*. Porto: Porto Editora.
- ✓ Tormenta, J. R. (1996). *Manuais Escolares: Inovação ou tradição?* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional - Ministério da Educação.
- ✓ Tuckman, B. (2001). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ✓ Vala, J. (2009). A análise de conteúdo. In Silva, A. S., & Pinto, J. M. (orgs). *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 108-128). Porto: Edições Afrontamento.



---

✓ Zabalza, M. A. (1994). *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola*. Rio Tinto: Edições Asa.

## **LEGISLAÇÃO**

Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro. *Lei de Bases do Sistema Educativo*.

Decreto-Lei n.º 286/89 de 29 de Agosto. *Estabelece os princípios gerais que ordenam a reestruturação curricular prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei de Bases do Sistema Educativo*.

Decreto-Lei 369/90 de 26 de Novembro. *Estabelece o regime de adopção e o período de vigência dos manuais escolares dos ensinos básico e secundário*.

Anteprojecto de proposta de lei (n.d.). Relativo ao Sistema de Avaliação dos Manuais Escolares do Ensino Básico e Secundário.

Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto. *Define o regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio sócio-educativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares*.

Decreto-Lei n.º 261/2007 de 17 de Julho. *Regulamenta a Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto sobre o sistema de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário*.

Despacho n.º 29 864/2007, de 27 de Dezembro. *Regulamenta os procedimentos de acreditação de entidades para avaliação e certificação de manuais escolares*.

Despacho n.º 29865/2007, de 27 de Dezembro. *Aprova o calendário das adopções de manuais escolares a partir do ano lectivo de 2008-2009*.

---

Despacho n.º 415/2008 de 4 de Janeiro. *Fixa as condições de entrada em vigor do regime de avaliação e certificação dos manuais escolares a partir do ano lectivo de 2008/2009.*

Despacho n.º 22025/2009 de 2 de Outubro. *Alteração ao despacho n.º 415/2008 de 4 de Janeiro que fixa as condições de entrada em vigor do regime de avaliação e certificação dos manuais escolares a partir do ano lectivo de 2008/2009.*

Despacho 25190/2009, de 17 de Novembro. *Lista de entidades acreditadas como avaliadores e certificadoras dos manuais escolares.*

Despacho n.º 15285-A/2010, de 8 de Outubro. *Alteração aos despachos números 29864/2007, 29865/2007 e 415/2008.*

## **7 – APÊNDICES**

A – Quadro estruturante do guião da entrevista a autores dos manuais escolares avaliados e certificados da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade

B – Quadro estruturante do guião da entrevista a membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos manuais escolares da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade

C – Guião da entrevista a autores dos manuais escolares avaliados e certificados da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade

D – Guião da entrevista a membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos manuais escolares da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade

E – Resumo dos relatórios elaborados pelas equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação, consultados na DGIDC, respeitantes aos ME da Área Curricular Disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade

F – Quadro-Síntese 1: Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto

G – Quadro-Síntese 2: Decreto-lei n.º 261/2007 de 17 de Julho

H – Quadro-Síntese 3: Despacho n.º 29864/2007 de 27 de Dezembro

I – Quadro-Síntese 4: Despacho n.º 29865/2007 de 27 de Dezembro

J – Quadro-Síntese 5: Decreto-lei n.º 415/2008 de 04 de Janeiro

K – Quadro-Síntese 6: Despacho n.º 25190/2009 de 17 de Novembro

L – Carta remetida aos editores para solicitação de ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano avaliados e certificados e contacto dos respectivos autores

M – Carta remetida aos autores dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliados e certificados para solicitação de entrevista

N – Carta remetida às entidades acreditadas dos ME avaliados e certificados da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade para solicitação de entrevista

O – Carta remetida à DGIDC para solicitação de diversos documentos aferentes ao processo de avaliação e certificação dos ME

P – Carta de agradecimento e resposta ao Ofício S-DGIDC/2010/12 da DGIDC

Q – Correio Electrónico 1 enviado a 01 de Abril de 2011 à DGIDC para acerto da data para consulta dos relatórios dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliados e certificados

## APÊNDICE A

QUADRO ESTRUTURANTE DO GUIÃO DA ENTREVISTA A AUTORES DOS MANUAIS  
ESCOLARES AVALIADOS E CERTIFICADOS DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO  
DO MEIO DO 1.º ANO DE ESCOLARIDADE

N.º DA QUESTÃO	OBJECTIVO ESPECÍFICO	OBJECTIVO GERAL	QUESTÃO
1	Identificar a licenciatura	Conhecer a formação académica e profissional dos autores dos ME de Estudo do Meio	Qual a formação académica dos autores dos ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade?
2	Identificar outros graus académicos		
3	Nomear as instituições de formação		
4	Identificar os anos de docência no 1.º Ciclo do Ensino Básico		Qual o percurso profissional dos autores dos ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade?
5	Explicitar o percurso profissional do autor até à data actual		
6	Identificar o n.º de ME que colaborou/produziu	Conhecer a experiência como autor/colaborador de ME, especificamente de Estudo do Meio	Que experiência têm os autores na concepção de manuais escolares de Estudo do Meio do 1º ciclo?
7	Identificar quais as áreas disciplinares desses ME		
8	Apresentar as suas motivações para tomar a iniciativa da construção de um ME de Estudo do Meio.		Quais as motivações e dificuldades com que os autores se deparam na elaboração do manual escolar?

9	Sumariar que dificuldade sente um autor de ME aquando a produção do manual		
10	Identificar as finalidades que deu mais ênfase na elaboração das actividades		Quais são os documentos curriculares que orientaram os autores dos ME?
11	Identificar as competências que deu mais ênfase na elaboração das actividades		
12	Identificar os documentos curriculares que privilegiou na elaboração do ME		
13	Constatar qual a posição dos autores relativamente a este processo	Conhecer a importância que os autores atribuem ao processo de avaliação e certificação dos ME	Qual a posição do autor relativamente ao actual processo de avaliação e certificação dos manuais escolares?
14	Justificar a posição dos autores relativamente ao processo		Quais os constrangimentos e as vantagens que este processo promoveu na elaboração dos manuais escolares?
15	Identificar pontos fortes e os pontos fracos do processo referenciados pelos autores		
16	Verificar a existência, na elaboração do ME, de dificuldades e constrangimentos		

	sentidos pelo autor, relacionados com este processo		
17	Identificar as mudanças, caso existam, na concepção dos ME após a entrada em vigor deste novo processo		Quais as mudanças que o processo de avaliação e certificação dos manuais escolares trouxe à concepção dos manuais escolares na perspectiva dos autores?
18	Identificar as mudanças, caso existam, na concepção dos ME que elaborou/colaborou após a entrada em vigor deste novo processo		
19	Identificar quais as alterações sugeridas pelo autor a este processo		

## APÊNDICE B

QUADRO ESTRUTURANTE DO GUIÃO DA ENTREVISTA A MEMBROS DAS EQUIPAS  
CIENTÍFICO-PEDAGÓGICAS DE AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS MANUAIS ESCOLARES DA  
ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO DO 1.º ANO DE ESCOLARIDADE

N.º DA QUESTÃO	OBJECTIVO ESPECÍFICO	OBJECTIVO GERAL	QUESTÃO
1	Identificar a licenciatura	Conhecer a formação académica e profissional dos Membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação ME	Qual a formação académica dos membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade?
2	Identificar outros graus académicos		
3	Nomear as instituições		
4	Identificar o percurso profissional do avaliador até à actual data		Qual o percurso profissional dos membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação dos ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade?
5	Relatar a sua experiência profissional no 1.º Ciclo		
6	Expressar a experiência como avaliador de ME	Conhecer a experiência como avaliador e certificador de ME	Que experiência têm como avaliadores e certificadores de manuais escolares de Estudo do Meio?
7	Identificar o n.º de ME que avaliou		



8	Expressar a motivação do membro para esta tarefa		Quais as motivações e dificuldades que os membros se deparam na avaliação e certificação do manual escolar?
9	Sumariar que dificuldade sentiu um avaliador de manuais escolares aquando a avaliação e certificação do ME		
10	Identificar quais as metodologias de trabalho usadas no processo de avaliação e certificação dos manuais escolares		Quais são documentos vigentes e metodologias de trabalho que os membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação se regem?
11	Identificar quais os documentos curriculares privilegiados na avaliação e certificação dos manuais escolares		
12	Explicitar as dinâmicas internas de trabalho dos membros das equipas científico-pedagógicas de Avaliação e Certificação		Quais as dinâmicas internas de trabalho dos membros das equipas científico-pedagógicas de Avaliação e Certificação?
13	Constatar qual a posição relativamente a este processo	Conhecer a importância que os membros das equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação	Qual a posição dos membros da equipa científico-pedagógicas relativamente ao processo de avaliação e certificação dos manuais escolares?
14	Justificar a posição relativamente ao processo		

15	Identificar pontos fortes e os pontos fracos do processo	atribuem ao processo de avaliação e certificação dos ME	Quais os constrangimentos e as vantagens que este processo desenvolveu na avaliação e certificação dos manuais escolares?
16	Constatar quais os critérios utilizados		
17	Identificar quais os critérios privilegiados		
18	Identificar as mudanças na concepção do ME após a entrada em vigor deste novo processo		Quais as mudanças que o processo de avaliação e certificação dos manuais escolares trouxe à avaliação e certificação dos manuais escolares na perspectiva dos membros?
19	Identificar as mudanças na avaliação dos ME após a entrada em vigor deste novo processo		
20	Identificar quais as alterações sugeridas pelos membros a este processo		

## **APÊNDICE C**

### **GUIÃO DA ENTREVISTA A AUTORES DOS MANUAIS ESCOLARES AVALIADOS E CERTIFICADOS DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO DO 1.º ANO DE ESCOLARIDADE**

#### **Apresentação:**

Bom dia (ou Boa tarde)

Chamo-me Joana Peixinho, sou aluna da Universidade de Aveiro do Curso de Mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Avaliação. Frequento o segundo ano e, portanto, neste momento estou realizar a dissertação de mestrado com o tema de estudo “Avaliação e Certificação dos Manuais Escolares de Estudo do Meio do 1.º ano”.

Relembro que todos os dados do entrevistado têm carácter imperativamente anónimo e, portanto, serão salvaguardados. Deste modo, posso gravar em áudio a entrevista com o intuito de recolher e relembrar informações, posteriormente?

#### **Gostaria de saber no respeitante à sua formação:**

1. A designação da sua formação base? A instituição onde a tirou?
2. Possui outros graus académicos? (Em caso afirmativo) Em que área de especialização? A instituição onde tirou?
3. Exerce ou já exerceu funções como docente do 1.º Ciclo do Ensino Básico? Se sim, durante quanto tempo?
4. Qual o seu percurso profissional até à data actual?

#### **Falando agora do seu papel como autor de manuais:**

5. O manual “A Grande Aventura” é o primeiro em cuja elaboração colabora ou já colaborou na realização de outros? Se já colaborou noutros, quais as áreas curriculares desses manuais escolares?
6. O que o motivou para a realização desta tarefa?
7. Quais as dificuldades principais que interferiram na elaboração do seu manual escolar?
8. Que finalidades teve especialmente em conta na elaboração do seu manual escolar?
9. Que competências teve especialmente em conta na elaboração do seu manual escolar?
10. Quais os documentos curriculares que teve em consideração na elaboração do manual escolar? Privilegiou algum? Porquê?

**Focalizando-nos agora, no processo de Avaliação e Certificação dos Manuais Escolares, passamos a um novo grupo de questões.**

11. Qual a sua posição relativamente a este processo? Porquê?
12. Na sua perspectiva este processo apresenta alguma mais-valia? Se sim, qual(ais)? Se não, porquê?
13. Quais os aspectos menos positivos, se existentes, que identificou neste processo?
14. Após a entrada em vigor do processo de avaliação e certificação denota algumas mudanças na concepção dos manuais escolares? Qual(ais)?
15. O seu manual de Estudo do Meio beneficiou em algo com este processo? Se sim, em quê? Se não, porquê?
16. Que alterações sugeria a este processo?

**Agradecimentos e despedidas**

Muito obrigada pela sua colaboração. Caso seja necessário e se for possível gostaria de ficar com o seu contacto mais directo para algum esclarecimento adicional.

## **APÊNDICE D**

### **GUIÃO DA ENTREVISTA A MEMBROS DAS EQUIPAS CIENTÍFICO-PEDAGÓGICAS DE AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS MANUAIS ESCOLARES DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO DO 1.º ANO DE ESCOLARIDADE**

#### **Apresentação:**

Bom dia (ou Boa tarde)

Chamo-me Joana Peixinho, sou aluna da Universidade de Aveiro do Curso de Mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Avaliação. Frequento o segundo ano e, portanto, neste momento estou realizar a dissertação de mestrado com o tema de estudo “Avaliação e Certificação dos Manuais Escolares de Estudo do Meio do 1.º ano.

Relembro que todos os dados do entrevistado têm carácter imperativamente anónimo e, portanto, serão salvaguardados. Deste modo, posso gravar em áudio a entrevista com o intuito de recolher e relembrar informações posteriormente?

#### **Gostaria de saber no respeitante à sua formação:**

1. A designação da sua formação base? A instituição onde o tirou?
2. Que outros graus académicos possui? Em que área de especialização? A instituição onde tirou?
3. Exerce ou já exerceu funções como docente do 1.º Ciclo do Ensino Básico? Se sim, durante quanto tempo?
4. Qual o seu percurso profissional até à data actual?

#### **Falando agora do seu papel como avaliador de manuais:**

5. Para além do manual escolar “X” participou noutras avaliações? Qual(ais)?
6. O que a levou a realizar esta tarefa?

7. Quais as dificuldades que pensa ou considera que possam interferir na avaliação e certificação do manual escolar?
8. Quais as metodologias de trabalho que foram pensadas pela sua equipa? E foram concretizadas? Porquê?
9. Que finalidades teve ou tiveram especialmente em conta avaliação e certificação do manual escolar?
10. Que competências teve especialmente em conta avaliação e certificação do manual escolar?
11. Quais os documentos curriculares que teve em consideração na avaliação e certificação do manual escolar? Privilegiou algum?
12. Como retrata as dinâmicas internas dos membros das comissões de avaliação e certificação?

**Focalizando-nos agora, no processo de Avaliação e Certificação dos Manuais Escolares, passamos a um novo grupo de questões.**

13. Qual a sua posição relativamente a este processo? Porquê?
14. Na sua perspectiva este processo apresenta alguma mais-valia? Se sim, Qual(ais)? Se não, porquê?
15. Quais os aspectos menos positivos, se existentes, que foca neste processo?
16. Quais os instrumentos de avaliação usados pela sua equipa?
17. Quais os critérios que a sua equipa utilizou? Porquê ou como foram estes decididos?
18. Dos critérios que têm em conta há algum ou alguns que privilegia(m) de forma essencial?
19. Existe algum critério específico de gostava(riam) de introduzir? Porquê?
20. Após a entrada em vigor do processo de avaliação e certificação denota algumas mudanças na concepção dos manuais escolares? Se sim, quais? Se não, porquê?
21. E relativamente à avaliação dos ME, há efectivamente modificações com este novo processo?

22. Que alterações sugeria a este processo?

### **Agradecimentos e despedidas**

Caso seja exequível gostaria de lhe pedir se me podia fornecer as grelhas de avaliação utilizadas pela sua equipa na avaliação e certificação dos manuais escolares. É possível ter acesso aos vossos relatórios ou, pelo menos, ao parecer dos ME que produziram?

Muito obrigada pela sua colaboração. Caso seja necessário e se for possível gostaria de ficar com o seu contacto mais directo para algum esclarecimento adicional.

## APÊNDICE E

### RESUMO DOS RELATÓRIOS ELABORADOS PELAS EQUIPAS CIENTÍFICO-PEDAGÓGICAS DE AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO, CONSULTADOS NA DGIDC, RESPEITANTES AOS ME DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO DO 1.º ANO DE ESCOLARIDADE

	Rigor linguístico, científico e conceptual			Adequação ao desenvolvimento das competências			Conformidade com os programas e orientações curriculares	
Critérios <sup>i</sup>	Rigor linguístico	Rigor científico	Rigor conceptual	Adequar-se ao desenvolvimento das competências gerais inscritas no currículo;	Adequar -se às competências específicas definidas no currículo do respectivo ano e ou nível de escolaridade;	Proporcionar a integração transversal da educação para a cidadania	Apresentar os conhecimentos da disciplina ou área curricular no respeito pelos programas e orientações curriculares oficiais	Responder de forma integral e equilibrada aos objectivos e conteúdos do programa ou orientações curriculares.
Manuais Escolares Avaliados e Certificados								
ME 1	Foram indicadas algumas alterações	Foram sugeridas diminutas recomendações	Foram sugeridas diminutos acrescentos	Promove a interdisciplinaridade	Adequa-se às competências definidas no CNEB	Está patente no ME	Respeita o programa e as orientações curriculares oficiais	Respeita o programa e as orientações curriculares
ME 2	Foram indicadas algumas alterações	Foram sugeridas diminutas recomendações	Foram sugeridas diminutos acrescentos	Promove a interdisciplinaridade	Adequa-se às competências definidas no CNEB	Está patente no ME	Respeita o programa e as orientações curriculares oficiais. Foi sugerida a inclusão de um conteúdo programático que o ME que não continha	Respeita o programa e as orientações curriculares oficiais. Foi sugerida a inclusão de um conteúdo programático que o ME não continha
ME 3	Indica apenas uma pequena correcção	Não apresenta irregularidades	Não apresenta irregularidades	Promove a interdisciplinaridade	Adequa-se às competências definidas no CNEB	Está patente no ME	Respeita o programa e as orientações curriculares oficiais	Respeita o programa e as orientações curriculares



ME 4	Foram indicadas algumas alterações	Foram sugeridas algumas alterações	Foram sugeridas algumas alterações	Promove a interdisciplinaridade	Adequa-se às competências definidas no CNEB	Está patente no ME	Respeita o programa e as orientações curriculares oficiais. Foi sugerida a inclusão de um conteúdo programático que o ME que não continha	Respeita o programa e as orientações curriculares oficiais. Foi sugerida a inclusão de um conteúdo programático que o ME não continha
ME 5	Indica apenas uma pequena alteração	Não apresenta irregularidades	Não apresenta irregularidades, apenas indica uma sugestão de enriquecimento	Promove a interdisciplinaridade	Adequa-se às competências definidas no CNEB	Está patente no ME, porém com ressalva	Respeita o programa e as orientações curriculares oficiais	Respeita o programa e as orientações curriculares
ME 6	Foram sugeridas alterações	Foram sugeridas algumas alterações	Foram sugeridas algumas alterações	Promove a interdisciplinaridade	Adequa-se ao desenvolvimento de muitas das competências definidas no CNEB	Está patente no ME	Foram sugeridas alterações	Foram sugeridas alterações
ME 7	Foram sugeridas alterações	Foram sugeridas alterações	Foram sugeridas alterações	Pouca mobilização de saberes de outras áreas disciplinares	Pouca abordagem na resolução de problemas, no desenvolvimento de projectos e na realização de actividades investigativas	Está patente no ME, porém com ressalva	Recontextualização pobre, pouco criativa e desafiante	Respeita o programa e as orientações curriculares
ME 8	Foram sugeridas alterações	Foram sugeridas alterações	Foram sugeridas alterações	Promove a interdisciplinaridade	Adequa-se ao desenvolvimento de muitas das competências definidas no CNEB	Está patente no ME	Respeita o programa e as orientações curriculares oficiais	Respeita o programa e as orientações curriculares

Critérios	Qualidade pedagógica e didáctica				Valores:			Qualidade material	
	Facultar a informação adequada e em linguagem adaptada ao nível etário dos alunos a que se destina;	Apresentar uma organização coerente;	Promover as aprendizagens com base na resolução de problemas e de carácter experimental e nos termos dos programas e das orientações curriculares em vigor	Apresentar as figuras e ilustrações adequadas, sem erros ou sem situações que induzam ao erro.	Não constituir veículo de evidente propaganda ideológica, política ou religiosa	Não fazer ou induzir discriminações de carácter cultural, étnico, racial, religioso e sexual e respeitar o princípio da igualdade de género;	Não fazer referências a marcas comerciais de serviços e produtos, que possam constituir forma de publicidade	Apresentar robustez suficiente para resistir à normal utilização	Dispor de formato e conter dimensões e peso (ou cada um dos seus volumes) adequados ao nível etário do aluno
ME 1	Adequado. Sugere apenas uma pequena sugestão	Coerente. Sugere apenas um pequeno apontamento	Promove aprendizagens com base na resolução de problemas e de carácter experimental, não se limitando apenas ao bloco do programa “À descoberta dos materiais e dos objectos”	Aspecto satisfatoriamente contemplado no ME. Apenas indica algumas sugestões de mudança	Não constitui	Não faz nem induz	Não faz	Obedece às normas vigentes	Obedece às normas vigentes
ME 2	Adequado à faixa etária	Foram sugeridas alterações	Foram sugeridas alterações	Adequadas, apontando pequenas modificações	Não constitui	Com uma ressalva	Não faz	ii <sup>ii</sup>	ii
ME 3	Adequado à faixa etária	Organização coerente	Promove aprendizagens com base na resolução de problemas e de carácter experimental, possibilitando envolvimento das crianças com as tarefas	Foi satisfatoriamente contemplado, porém sugerindo algumas alterações de melhoria	Não constitui	Não faz nem induz	Não faz	Obedece às normas vigentes	Relativamente extenso

			apresentadas ao longo dos vários temas						
ME 4	Adequado à faixa etária	Organização coerente	Promove aprendizagens com base na resolução de problemas e de carácter experimental, a partir de questões-problema e existência de uma correcta manipulação de variáveis	Apresenta as figuras e ilustrações adequadas	Não constitui	Não faz nem induz	Não faz	ii	ii
ME 5	Adequado à faixa etária	Organização coerente	Promove aprendizagens com base na resolução de problemas e de carácter experimental, não se limitando apenas ao bloco do programa “À descoberta dos materiais e dos objectos”	Apresenta as figuras e ilustrações adequadas, porém com uma salvaguarda relativamente à proporcionalidade das mesmas	Não constitui	Com uma ressalva	Não faz	Obedece às normas vigentes	Obedece às normas vigentes
ME 6	Nem sempre adequadas ao nível etário	Organização coerente	Nem sempre adequadas ao nível etário e com ausências de perceptibilidade; Foram sugeridas alterações	Nem sempre adequadas e com falhas na proporcionalidade	Não constitui	Não faz nem induz	Não faz	ii	ii
ME 7	Nem sempre adequadas ao nível etário	Alguma falta de coerência	Não é satisfatória e está circunscrita ao bloco do programa “À descoberta dos	Não foi satisfatoriamente contemplado	Não constitui	Com uma ressalva	Não faz	Obedece às normas vigentes	Obedece às normas vigentes

			materiais e dos objectos"						
ME 8	Nem sempre adequadas ao nível etário	Nem sempre coerente	Foram sugeridas alterações	Nem sempre adequadas	Não constitui	Não faz nem induz	Não faz	Obedece às normas vigentes	Obedece às normas vigentes

<sup>i</sup> O critério relativo à reutilização do ME não foi contemplado, uma vez que é de carácter excepcional nos ME do 1.º e 2.º ano de escolaridade.

<sup>ii</sup> Informação indisponível no relatório, uma vez que de acordo com o estabelecido no Despacho 29864/2007, a verificação do cumprimento deste critério é realizado pela DGIDC.

## APÊNDICE F

### QUADRO-SÍNTESE 1 – LEI N.º 47/2006 DE 28 DE AGOSTO

Fonte	Data	Domínio de Intervenção	Objectivos
Assembleia da República.	Aprovada em 29 de Junho de 2006; Promulgada em 08 de Agosto de 2006; Referendada em 12 de Agosto de 2006.	Manuais do Ensino Básico e Secundário.	Define o regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio sócio-educativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares.
<b>Ideias-chave relativas à Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O procedimento de adopção dos manuais escolares deverá possibilitar o acesso a todos os alunos em condições de equidade, a manuais escolares adequados para o desenvolvimento das competências e aprendizagens do currículo nacional no contexto sócio-educativo específico da escola;</li> <li>• O procedimento de avaliação e certificação de manuais escolares deverá garantir a qualidade científica e pedagógica dos manuais a adoptar, assegurar a sua conformidade com os objectivos e conteúdos do currículo nacional e dos programas ou orientações curriculares em vigor e atestar que constituem instrumento adequado de apoio ao ensino e à aprendizagem e à promoção do sucesso educativo;</li> </ul>		

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nos procedimentos de adopção, avaliação e certificação dos manuais escolares intervêm os docentes, no âmbito dos órgãos de coordenação e orientação educativa das escolas ou dos agrupamentos de escolas, e as comissões de avaliação;</li> <li>• Os procedimentos de adopção, avaliação e certificação desenvolvem-se em duas fases:             <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Uma fase de avaliação e de certificação dos manuais escolares, a cargo de comissões de avaliação, que se traduz na atribuição de uma certificação de qualidade científico-pedagógica;</li> <li>b) Uma fase de avaliação e adopção, a realizar pelos docentes nas escolas, tendo em vista a apreciação da adequação dos manuais certificados ao projecto educativo respectivo.</li> </ul> </li> <li>• As comissões de avaliação têm como missão realizar a avaliação para certificação dos manuais escolares, dispõem de autonomia científica, técnica e pedagógica e são constituídas por despacho do Ministro da Educação, sob proposta do serviço do Ministério da Educação responsável pela coordenação pedagógica e curricular;</li> <li>• As comissões de avaliação organizam-se por ciclo, por ano de escolaridade, por disciplina ou por área curricular disciplinar e são constituídas por um mínimo de três e um máximo de cinco especialistas de reconhecida competência;</li> <li>• Na avaliação para a certificação dos manuais escolares, as comissões consideram obrigatoriamente os seguintes critérios:             <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Rigor científico, linguístico e conceptual;</li> <li>b) Adequação ao desenvolvimento das competências definidas no currículo nacional;</li> </ul> </li> </ul>
--	--

	<p>c) Conformidade com os objectivos e conteúdos dos programas ou orientações curriculares em vigor;</p> <p>d) Qualidade pedagógica e didáctica, designadamente no que se refere ao método, à organização, a informação e a comunicação;</p> <p>e) Possibilidade de reutilização e adequação ao período de vigência previsto;</p> <p>f) A qualidade material, nomeadamente a robustez e o peso;</p> <p>g) Princípios e valores constitucionais, designadamente da não discriminação e da igualdade de género;</p> <p>h) Diversidade social e cultural;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O resultado da avaliação efectuada pelas comissões de avaliação exprime-se numa menção de Certificado ou Não certificado, sendo objecto de homologação pelo dirigente máximo do serviço do Ministério da Educação responsável pela coordenação pedagógica e curricular;</li> <li>• Do despacho de homologação cabe recurso hierárquico facultativo para o Ministro da Educação;</li> <li>• As decisões das comissões de avaliação e a respectiva fundamentação constam de um relatório final;</li> <li>• O período de vigência dos ME é de 6 anos;</li> <li>• Até que todos os manuais adoptados tenham sido objecto de avaliação e certificação, pode, por despacho do Ministro da Educação, ser determinada a avaliação dos manuais já adoptados e em utilização referentes a qualquer ano de escolaridade e disciplina ou área curricular disciplinar. Esta avaliação exprime-se qualitativamente numa menção de Favorável ou Desfavorável.</li> </ul>
--	---

## APÊNDICE G

### QUADRO-SÍNTESE 2 – DECRETO-LEI N.º 261/2007 DE 17 DE JULHO

Fonte	Data	Domínio de Intervenção	Objectivos
Ministério da Educação.	Promulgada em 29 de Junho de 2007; Referendada em 03 de Julho de 2007; Publicada em 17 de Julho de 2007.	Manuais do Ensino Básico e Secundário.	Regulamenta a Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto.
<b>Ideias-chave relativas ao Decreto-lei n.º 261/2007 de 17 de Julho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De acordo com o decreto-lei os manuais escolares continuam a ser na prática instituída um instrumento fundamental do ensino e da aprendizagem;</li> <li>• A retracção da intervenção reguladora do Estado, propiciando a proliferação de manuais escolares, impediu a realização de um trabalho rigoroso de avaliação e conduziu à reprodução de formas pouco razoáveis de utilização, prejudicando de facto a igualdade de oportunidades;</li> <li>• No rigoroso respeito pela liberdade de criação e edição e pela autonomia das escolas e dos docentes, a lei definiu os princípios orientadores e os parâmetros normativos no sentido de garantir a conformidade dos manuais escolares com os objectivos e conteúdos dos programas</li> </ul>		



	<p>ou orientações curriculares, de promover a elevação do seu nível científico-pedagógico e proporcionar às famílias formas de utilização menos dispendiosas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A avaliação e certificação dos manuais escolares, integrada no procedimento conducente à sua adopção pelos estabelecimentos de ensino, constitui um contributo significativo para a promoção da qualidade do ensino e do sucesso educativo, permitindo suprir as deficiências do anterior regime de adopção de manuais e satisfazer uma das principais responsabilidades do Estado na prossecução do interesse público — qual é a de assegurar que nenhum manual desadequado ao currículo ou aos programas em vigor ou com erros ou deficiências seja instrumento da aprendizagem dos alunos;</li> <li>• Com a mudança do enquadramento legal do procedimento da adopção dos manuais criam -se as condições para o exercício efectivo da autonomia dos docentes, no quadro dos órgãos de coordenação pedagógica dos seus estabelecimentos de ensino, permitindo -lhes a selecção de entre os manuais escolares certificados daqueles que melhor se adequem aos respectivos projectos educativos;</li> <li>• A lei alargou também os períodos de vigência da adopção dos manuais escolares, o que, para além de contribuir para a estabilidade da organização pedagógica nas escolas, facultará às famílias, através da possibilidade de reutilização, uma redução dos encargos que suportam com a sua aquisição;</li> <li>• Podem candidatar -se à acreditação para avaliação e certificação dos manuais escolares as entidades públicas ou privadas que obedeçam, designadamente, aos seguintes requisitos:</li> </ul>
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Exerçam o essencial da sua actividade nas áreas científica e pedagógica;</li> <li>b) Disponham de currículo científico e pedagógico relevante;</li> <li>c) Disponham de, ou constituam especialmente para o efeito, equipas científico-pedagógicas qualificadas com composição idêntica à estabelecida para as comissões de avaliação;</li> <li>d) Não sejam, as entidades ou os seus peritos, autores de manuais escolares nem detenham interesses em empresas editoras ou outras ligadas à produção de manuais escolares ou de outros recursos didáctico -pedagógicos;</li> <li>e) Estejam regularmente constituídas nos termos da lei.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os manuais escolares a adoptar são escolhidos de entre os que, em resultado do processo de avaliação, tenham sido objecto da menção de avaliação de Certificado;</li> </ul>
--	---

## APÊNDICE H

### QUADRO-SÍNTESE 3 – DESPACHO N.º 29864/2007 DE 27 DE DEZEMBRO

(Com alterações através do Despacho n.º 15285-A/2010 de 08 de Outubro)

Fonte	Data	Domínio de Intervenção	Objectivos
Ministério da Educação – Gabinete do Secretário de Estado e Adjunto da Educação.	Publicado em 30 de Novembro de 2007.	Manuais do Ensino Básico e Secundário.	Regulamenta os procedimentos de acreditação para avaliação dos manuais escolares e de avaliação para certificação.
<b>Ideias-chave relativas ao Despacho 29864/2007 de 27 de Dezembro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Determina quais as entidades que podem acreditar-se para a avaliação dos manuais escolares:               <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Instituições de ensino superior público ou com reconhecimento público, suas unidades orgânicas e departamentos que assegurem a formação inicial ou contínua de docentes;</li> <li>b) Associações profissionais de professores;</li> <li>c) Sociedades ou associações científicas;</li> </ul> </li> </ul>		

	<p>d) Associações ou consórcios constituídos para o efeito entre quaisquer das entidades referidas anteriormente;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Especifica os critérios estabelecidos na lei 47/2006 de 28 de Agosto.</li> </ul>
<p><b>Alteração com o Despacho n.º 15285-A/2010 de 08 de Outubro</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluído o procedimento de avaliação para certificação, o relatório final de avaliação é enviado, para homologação, à Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, através de carta registada com aviso de recepção, acompanhado do manual avaliado e das respectivas provas finais a cores, onde constem as rectificações e recomendações consideradas indispensáveis pelas comissões de avaliação e equipas científico-pedagógicas e que apresentem as características finais, designadamente quanto ao formato, ao peso, à robustez e à dimensão dos caracteres de impressão e ainda da identificação e do currículo dos elementos que procederam à avaliação;</li> <li>• O dirigente máximo do serviço referido no número anterior deve proferir decisão de homologação ou de não homologação no prazo de 10 dias úteis a contar da data de recepção do processo, dando conhecimento desta decisão aos interessados.</li> </ul>

## APÊNDICE I

### QUADRO-SÍNTESE 4 – DESPACHO N.º 29865/2007 DE 27 DE DEZEMBRO

(Com rectificações pelo Despacho 3063/2008 de 07 de Fevereiro e alterações pelo Despacho n.º 15285-A/2010 de 08 de Outubro)

Fonte	Data	Domínio de Intervenção	Objectivos
Ministério da Educação – Gabinete do Secretário de Estado e Adjunto da Educação.	30 de Novembro de 2007.	Manuais do Ensino Básico e Secundário.	Aprova o calendário das adopções de manuais escolares, a partir do ano lectivo de 2008/2009.
<b>Ideias-chave relativas ao Despacho 29865/2007 de 27 de Dezembro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ano lectivo 2008/2009:               <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Os manuais escolares de todas as disciplinas curriculares do 9.º ano de escolaridade, com excepção dos manuais escolares das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática;</li> <li>b) Os manuais escolares de todas as disciplinas dos cursos científico--humanísticos do 11.º ano, com excepção dos manuais escolares de Português, Matemática A, Matemática B, Matemática</li> </ul> </li> </ul>		

	<p>Aplicada às Ciências Sociais e História da Cultura e das Artes.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ano lectivo 2009/2010: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Os manuais escolares de todas as disciplinas do 12.º ano dos cursos científico - humanísticos, com excepção dos manuais escolares de Português, Matemática A, Matemática B e Matemática Aplicada às Ciências Sociais.</li> </ul> </li> <li>• Ano lectivo 2010/2011: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Os manuais escolares de todas as áreas curriculares do 1.º ano de escolaridade;</li> <li>b) Os manuais escolares da área curricular de Matemática do 3.º ano de escolaridade;</li> <li>c) Os manuais escolares de todas as áreas curriculares disciplinares do 5.º ano de escolaridade;</li> <li>d) Os manuais escolares das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática do 7.º ano de escolaridade;</li> <li>e) Os manuais escolares das disciplinas de Português, Matemática A, Matemática B e Matemática Aplicada às Ciências Sociais do 10.º ano dos cursos científico - humanísticos.</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>Rectificação pelo Despacho 3063/2008 de 07 de Fevereiro</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Onde se lê «Os manuais escolares de todas as disciplinas curriculares do 9.º ano de escolaridade, com excepção dos manuais escolares das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática», deve ler -se «Os manuais escolares de todas as disciplinas curriculares do 9.º ano de escolaridade, com excepção dos manuais escolares das disciplinas de Língua Portuguesa,</li> </ul>

	de Matemática e de Educação Tecnológica».
<b>Alteração com o Despacho n.º 15285-A/2010 de 08 de Outubro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No ano lectivo 2011/2012: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Os manuais escolares da área curricular disciplinar/disciplina de Língua Portuguesa do 1.º ano de escolaridade;</li> <li>b) Os manuais escolares de todas as áreas curriculares disciplinares/disciplinas do 2.º ano de escolaridade, com excepção das áreas curriculares disciplinares/disciplinas de Expressões Artísticas e Físico-Motoras;</li> <li>c) Os manuais escolares da área curricular disciplinar/disciplina de Matemática do 4.º ano de escolaridade;</li> <li>d) Os manuais escolares da área curricular disciplinar/disciplina de Língua Portuguesa do 5.º ano de escolaridade;</li> <li>e) Os manuais escolares das áreas curriculares disciplinares/disciplinas de Língua Estrangeira, História e Geografia de Portugal, Matemática e Ciências da Natureza do 6.º ano de escolaridade;</li> <li>f) Os manuais escolares da área curricular disciplinar/disciplina de Língua Portuguesa do 7.º ano de escolaridade;</li> <li>g) Os manuais escolares da área curricular disciplinar/disciplina de Matemática do 8.º ano de escolaridade;</li> <li>h) Os manuais escolares das disciplinas de Matemática A, Matemática B, Matemática Aplicada</li> </ul> </li> </ul>

às Ciências Sociais e Português dos cursos científico -humanísticos do 11.º ano de escolaridade.

- No ano lectivo 2012/2013:

a) Os manuais escolares das áreas curriculares disciplinares/disciplina de Língua Portuguesa e de Estudo do Meio do 3.º ano de escolaridade;

b) Os manuais escolares das áreas curriculares disciplinares/disciplinas de Educação Física, Educação Musical e Educação Visual e Tecnológica do 5.º ano de escolaridade;

c) Os manuais escolares da área curricular disciplinar/disciplina de Língua Portuguesa do 6.º ano de escolaridade;

d) Os manuais escolares de todas as áreas curriculares disciplinares/disciplinas do 7.º ano de escolaridade, com excepção das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;

e) Os manuais escolares da área curricular disciplinar/disciplina de Língua Portuguesa do 8.º ano de escolaridade;

f) Os manuais escolares da área curricular disciplinar/disciplina de Matemática do 9.º ano de escolaridade;

g) Os manuais escolares das disciplinas de Matemática A, Matemática B e Matemática Aplicada às Ciências Sociais e Português dos cursos científico -humanísticos do 12.º ano de escolaridade.



- No ano lectivo 2013/2014
  - a) Os manuais escolares das áreas curriculares disciplinares/disciplinas de Língua Portuguesa e Estudo do Meio do 4.º ano de escolaridade;
  - b) Os manuais escolares das áreas curriculares disciplinares/disciplinas de Educação Física, Educação Musical e Educação Visual e Tecnológica do 6.º ano de escolaridade;
  - c) Os manuais escolares de todas as áreas curriculares disciplinares/disciplinas do 8.º ano de escolaridade, com excepção das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;
  - d) Os manuais escolares da área curricular disciplinar/disciplina de Língua Portuguesa do 9.º ano de escolaridade;
  - e) Os manuais escolares de todas as disciplinas dos cursos científico-humanísticos do 10.º ano de escolaridade, com excepção dos manuais escolares de Matemática A, Matemática B, Matemática Aplicada às Ciências Sociais e Português.
- No ano lectivo 2014/2015
  - a) Os manuais escolares de todas as áreas curriculares disciplinares/disciplinas do 9.º ano de escolaridade, com excepção das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;
  - b) Os manuais escolares de todas as disciplinas do 11.º ano de escolaridade dos cursos científico -humanísticos, com excepção dos manuais escolares de Matemática A, Matemática B, Matemática Aplicada às Ciências Sociais e Português.

- |  |  |
|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"><li>• No ano lectivo 2015/2016 os manuais escolares de todas as disciplinas do 12.º ano de escolaridade dos cursos científico -humanísticos, com excepção dos manuais escolares de Matemática A, Matemática B, Matemática Aplicada às Ciências Sociais e Português.</li><li>• Nos anos seguintes, desenvolver -se -á o calendário definido pelo período normal de vigência de seis anos lectivos estabelecido pela Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, para a adopção dos manuais escolares, sendo os manuais escolares das áreas curriculares disciplinares de Língua Portuguesa e Matemática dos 1.º e 3.º ciclos do ensino básico, de Educação Física, Educação Musical e Educação Visual e Tecnológica do 2.º ciclo do ensino básico e das disciplinas de Português, Matemática A, Matemática B e Matemática Aplicada às Ciências Sociais dos cursos científico -humanísticos do ensino secundário adoptados nos mesmos anos das demais disciplinas.</li></ul> |
|--|--|

## APÊNDICE J

### QUADRO-SÍNTESE 5 – DECRETO-LEI N.º 415/2008 DE 04 DE JANEIRO

(Com alterações pelo Despacho n.º 22025/2009, de 02 de Outubro e pelo Despacho n.º 15285-A/2010 de 08 de Outubro)

	Fonte	Data	Domínio de Intervenção	Objectivos
	Ministério da Educação – Gabinete do Secretário de Estado e Adjunto da Educação.	30 de Novembro de 2007.	Manuais do Ensino Básico e Secundário.	Fixa as condições de entrada em vigor do regime de avaliação e certificação dos manuais escolares a partir do ano lectivo de 2008/2009.
<b>Ideias-chave relativas ao Decreto-lei n.º 415/2008 de 04 de Janeiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O regime de avaliação e certificação dos manuais escolares entrou em vigor a partir do ano lectivo de 2008/2009;</li> <li>• O regime de avaliação e certificação dos manuais escolares iniciou-se, em 2008, aos manuais da área curricular de Ciências Físicas e Naturais (disciplinas de Físico -Química e Ciências Naturais) do 9.º ano de escolaridade (adoptados no ano lectivo de 2008/2009);</li> <li>• Foi aberto o procedimento de avaliação dos manuais adoptados e em utilização relativo às seguintes áreas curriculares ou disciplinas e anos de escolaridade:</li> </ul>			

	<p>a) Língua Portuguesa e Estudo do Meio dos 3.º e 4.º anos;</p> <p>b) Físico -Química e Ciências Naturais dos 7.º e 8.º anos;</p> <p>c) Inglês, História e Geografia de todos os anos de escolaridade do 3.º ciclo.</p>
<p><b>Alteração pelo Despacho n.º 22025/2009, de 02 de Outubro</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adoptados no ano lectivo 2010-2011, foram sujeitos ao procedimento de avaliação e certificação os seguintes manuais escolares: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Matemática do 1.º, 3.º, 5.º e 7.º ano de escolaridade;</li> <li>b) Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade;</li> <li>c) Língua Estrangeira I (Inglês) do 5.ºano de escolaridade.</li> </ul> </li> <li>• Foram submetidos ao procedimento de avaliação de manuais adoptados, previsto no artigo 34.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, e no artigo 16.º do Decreto -Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho, os manuais escolares das seguintes disciplinas: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Ciências da Natureza do 5.º ano de escolaridade;</li> <li>b) História e Geografia de Portugal do 5.ºano de escolaridade;</li> <li>c) Língua Portuguesa do 1.º, 5.º e 7.º ano de escolaridade;</li> <li>d) Português e Matemática A dos cursos científico – humanísticos do 10.º ano de escolaridade</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>Alteração pelo Despacho nº.15285-A/2010 de 08 de Outubro</b></p>	<p>O regime de avaliação e certificação dos manuais escolares prévio à sua adopção aplica -se aos manuais escolares das seguintes áreas curriculares disciplinares/disciplinas a adoptar no ano lectivo de 2011 -2012:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Matemática dos 2.º, 4.º, 6.º e 8.º anos de escolaridade;</li> <li>b) Língua Estrangeira I (Inglês) do 6.º ano de escolaridade.</li> </ul>

## APÊNDICE K

### QUADRO-SÍNTESE 6 – DESPACHO N.º 25190/2009 DE 17 DE NOVEMBRO

	Fonte	Data	Domínio de Intervenção	Objectivos
	Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular	26 de Outubro de 2009	Manuais do Ensino Básico e Secundário	Lista de entidades acreditadas como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares, para várias áreas curriculares e anos de escolar
<b>Ideias-chave relativas ao Despacho n.º 25190/2009 de 17 de Novembro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Através deste Despacho publica-se a lista de entidades acreditadas como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares, para as áreas curriculares disciplinares/disciplinas e anos de escolaridade, sendo de Estudo do Meio dos 1.º, 2.º e 3.º anos de escolaridade as seguintes entidades:               <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;</li> <li>b) Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal;</li> <li>c) Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu;</li> <li>c) Escola Superior de Educação João de Deus;</li> <li>e) Universidade do Minho.</li> </ul> </li> </ul>			

## APÊNDICE L

### CARTA REMETIDA AOS EDITORES PARA SOLICITAÇÃO DE ME DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO DO 1.º ANO AVALIADOS E CERTIFICADOS E CONTACTO DOS RESPECTIVOS AUTORES

Aveiro, 16 de Novembro de 2010

Ao responsável pelo Departamento de Edições de Manuais Escolares da  
(...).

**Assunto:** solicitação de Manuais Escolares de Estudo do Meio do 1.º ano  
avaliados e certificados e contacto dos respectivos autores.

Exmos. Senhores,

No âmbito do curso de Mestrado em Ciências da Educação – Área de Especialização em Avaliação da Universidade de Aveiro, estou a desenvolver um estudo sobre a “Avaliação e Certificação dos Manuais Escolares de Estudo do Meio do 1.º ano”, com vista à preparação da dissertação.

Como recurso educativo fundamental para a elaboração do meu estudo, agradecia, se tal for permissível, o acesso ao respectivo manual de Estudo do Meio do 1.º ano que foi sujeito ao processo de avaliação e certificação - “(...)” – e ao manual escolar anterior a este (do referido ano de escolaridade, disciplina e, se possível, dos mesmos autores).

Tendo também em vista a realização de uma entrevista aos autores do manual escolar “(...)”, necessária para a concretização de um dos objectivos

deste trabalho, solicito a vossa colaboração no sentido de me facilitarem o contacto com os autores do manual escolar de Estudo do Meio.

Agradeço, desde já, a colaboração que me possam prestar.

Com os melhores cumprimentos,

Joana Pinheiro Peixinho

## **APÊNDICE M**

### **CARTA REMETIDA AOS AUTORES DOS ME DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO DO 1.º ANO DE ESCOLARIDADE AVALIADOS E CERTIFICADOS PARA SOLICITAÇÃO DE ENTREVISTA**

Aveiro, 14 de Fevereiro de 2011

**Assunto:** Solicitação de uma entrevista

Exmo. Senhor (...),

No âmbito do curso de Mestrado em Ciências da Educação – Área de Especialização em Avaliação da Universidade de Aveiro, estamos a desenvolver um estudo sobre a “Avaliação e Certificação dos Manuais Escolares de Estudo do Meio do 1.º ano”, com vista à preparação da dissertação.

Para a concretização de um dos objectivos deste trabalho será imprescindível a realização de uma entrevista aos autores dos manuais escolares de Estudo do Meio do 1.º ano que foram sujeitos ao actual processo de avaliação e certificação. Deste modo, venho solicitar a sua fulcral colaboração.

A entrevista será centrada, fundamentalmente, no referido processo e estimamos que a mesma tenha de duração cerca de 30 minutos

A data e hora da mesma serão por si consideradas as mais convenientes, porém muito gostaríamos que fosse no mês de Fevereiro ou Março de 2011.

Mais acrescentamos que a entrevista tem carácter imperativamente anónimo e, portanto, todos os dados pessoais do entrevistado serão salvaguardados.



Agradecemos, desde já, a colaboração que possa prestar, subscrevemo-nos apresentando os melhores cumprimentos,

## APÊNDICE N

CARTA REMETIDA ÀS ENTIDADES ACREDITADAS DOS ME AVALIADOS E CERTIFICADOS  
DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO DO 1.º ANO DE  
ESCOLARIDADE PARA SOLICITAÇÃO DE ENTREVISTA

Aveiro, 01 de Fevereiro de 2011

À Equipa responsável pelo Processo de Avaliação e Certificação dos  
Manuais Escolares de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade

**Assunto:** Solicitação de uma entrevista a um dos membros da comissão  
de avaliação e certificação dos manuais escolares de estudo do Meio do 1.º  
ano de escolaridade

Exmos. Senhores,

No âmbito do curso de Mestrado em Ciências da Educação – Área de  
Especialização em Avaliação da Universidade de Aveiro, estamos a  
desenvolver um estudo sobre a “Avaliação e Certificação dos Manuais  
Escolares de Estudo do Meio do 1.º ano”, com vista à preparação da  
dissertação.

Para a concretização de um dos objectivos deste trabalho será  
imprescindível a realização de uma entrevista a um dos membros que fez parte  
da comissão de avaliação e certificação dos manuais escolares de Estudo do  
Meio do 1.º ano. Deste modo, vimos solicitar a vossa fulcral colaboração.

A entrevista será centrada, fundamentalmente, no referido processo e  
estimamos que a mesma tenha de duração cerca de 30 minutos

A data e hora da mesma serão por si consideradas as mais convenientes,  
porém muito gostaríamos que fosse no mês de Fevereiro ou Março de 2011.

Mais acrescentamos que a entrevista tem carácter imperativamente anónimo e, portanto, todos os dados pessoais do entrevistado serão salvaguardados.

Agradecemos, desde já, a colaboração que nos possam prestar, subscrevemo-nos apresentando os melhores cumprimentos,

Joana Pinheiro Peixinho

## APÊNDICE O

### CARTA REMETIDA À DGIDC PARA SOLICITAÇÃO DE DIVERSOS DOCUMENTOS AFERENTES AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS ME

Aveiro, 23 de Novembro de 2010

**Assunto:** solicitação de diversos documentos

Exmos. Senhores,

No âmbito do curso de Mestrado em Ciências da Educação – Área de Especialização em Avaliação da Universidade de Aveiro, estou a desenvolver um estudo sobre a “Avaliação e Certificação dos Manuais Escolares de Estudo do Meio do 1.º ano”. Neste âmbito venho solicitar o acesso ou envio de documentos, caso seja possível e permitido, como sejam:

- Estudo ou relatório sobre o modo como foi sendo operacionalizado o preconizado no decreto-lei 369/90;
- Grelhas de avaliação, disponibilizadas às escolas para a selecção e adopção dos manuais escolares de Estudo do Meio do 1.º CEB;
- Relatórios de Avaliação dos Manuais Escolares de Estudo do Meio, particularmente do 1.º ano de escolaridade, desenvolvidos por comissões de avaliação de manuais escolares;

Agradeço desde já a colaboração que me possam prestar, subscrevo-me apresentando os melhores cumprimentos,

Joana Pinheiro Peixinho

## **APÊNDICE P**

### **CARTA DE AGRADECIMENTO E RESPOSTA AO OFÍCIO S-DGIDC/2010/12 DA DGIDC**

Aveiro, 08 de Janeiro de 2011

#### **Assunto: Agradecimento e resposta ao Ofício S-DGIDC/2010/12**

Exmos. Senhores,

Agradeço a prontidão da resposta e o envio dos documentos que serão, com certeza, de extrema importância para o desenvolvimento do meu estudo.

Relativamente ao ponto 3 do ofício S-DGIDC/2010/12, comunico a minha inteira disponibilidade para, em qualquer data a por vós considerada mais conveniente no mês de Janeiro, poder consultar os relatórios de avaliação dos manuais escolares de estudo do meio do 1.º ano.

Após o término do meu estudo, darei, com todo o agrado, conhecimento dos resultados à DGIDC.

Com os melhores cumprimentos,

Joana Pinheiro Peixinho

## **APÊNDICE Q**

CORREIO ELECTRÓNICO 1 ENVIADO A 01 DE ABRIL DE 2011 À DGIDC PARA ACERTO DA DATA PARA CONSULTA DOS RELATÓRIOS DOS ME DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO DO 1.º ANO DE ESCOLARIDADE AVALIADOS E CERTIFICADOS

Exma. Senhora,

Dr.ª Ana Neves

Agradeço o facto do meu pedido de consulta dos Relatórios Finais de Avaliação relativos aos manuais escolares da Área Curricular Disciplinar de Estudo do Meio do 1.º Ano de Escolaridade ter sido autorizado.

Deste modo, proponho a dada 11 de Abril, às 10h30, nas Instalações da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular para efectuar a referida consulta.

Aguardo a vossa confirmação,

Com os melhores cumprimentos,

Joana Pinheiro Peixinho

## **8 – ANEXOS**

Anexo 1 – Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto

Anexo 2 – Decreto-lei nº 261/2007 de 17 de Julho

Anexo 3 - Despacho n.º 29864/2007 de 30 de Novembro

Anexo 4 – Ofício S-DGIDC/2010/12 remetido pela DGIDC

Anexo 5 – Correio Electrónico 1 por parte da DGIDC para acerto da data para consulta dos relatórios dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliados e certificados

Anexo 6 – Correio Electrónico 2 por parte da DGIDC para confirmação da data para consulta dos relatórios dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliados e certificados

Anexo 7 – Transcrição da entrevista ao autor 1 do ME da área curricular disciplina de estudo do meio avaliado e certificado e respectivo resumo das ideias transmitidas

Anexo 8 – Transcrição da entrevista ao autor 2 do ME da área curricular disciplina de estudo do meio avaliado e certificado e respectivo resumo das ideias transmitidas

Anexo 9 – Transcrição da entrevista ao autor 3 do ME da área curricular disciplina de estudo do meio avaliado e certificado e respectivo resumo das ideias transmitidas

Anexo 10 – Transcrição da entrevista ao Membro 1 da equipa científico-pedagógica dos ME avaliados e certificados da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade e respectivo resumo das ideias transmitidas

Anexo 11 – Transcrição da entrevista ao Membro 2 da equipa científico-pedagógica dos ME avaliados e certificados da área curricular disciplinar de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade e respectivo resumo das ideias transmitidas

Anexo 12 – Quadro 2 – Elementos de concepção e avaliação de ME (adaptado, Gérard e Roegiers, 1998)

Anexo 13 – Quadro 3 – Dimensões de análise na concepção e análise de ME (adaptado, Fernandes, 2001)

Anexo 14 – Quadro 4 – Notação utilizada nas transcrições das entrevistas (adaptado, Martins, 1989)



dência orçamental, que entram em vigor com o Orçamento do Estado subsequente à sua aprovação.

Aprovada em 20 de Julho de 2006.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 11 de Agosto de 2006.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 12 de Agosto de 2006.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

## Lei n.º 47/2006

de 28 de Agosto

**Define o regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio sócio-educativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares.**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

##### Objecto

A presente lei define o regime de avaliação, certificação e adopção aplicável aos manuais escolares e outros recursos didáctico-pedagógicos do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio sócio-educativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares.

#### Artigo 2.º

##### Princípios orientadores

1 — O regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares assenta nos seguintes princípios orientadores:

- a) Liberdade e autonomia científica e pedagógica na concepção e na elaboração dos manuais escolares;
- b) Liberdade e autonomia dos agentes educativos, mormente os docentes, na escolha e na utilização dos manuais escolares no contexto do projecto educativo da escola ou do agrupamento de escolas;
- c) Liberdade de mercado e de concorrência na produção, edição e distribuição de manuais escolares;
- d) Qualidade científico-pedagógica dos manuais escolares e sua conformidade com os objectivos e conteúdos do currículo nacional e dos programas e orientações curriculares;
- e) Equidade e igualdade de oportunidades no acesso aos recursos didáctico-pedagógicos.

2 — O papel do Estado na prossecução dos princípios definidos no número anterior concretiza-se nas seguintes linhas de actuação:

- a) Definição do regime de adopção formal dos manuais escolares pelas escolas e pelos agrupamentos de escolas;
- b) Definição do regime de avaliação e certificação dos manuais escolares para efeitos da sua adopção formal pelas escolas e pelos agrupamentos de escolas;
- c) Promoção da qualidade científico-pedagógica dos manuais escolares e dos demais recursos didáctico-pedagógicos;
- d) Promoção da estabilidade dos programas de estudos e dos instrumentos didácticos correspondentes;
- e) Apoio à aquisição e à utilização dos manuais escolares;
- f) Formação dos docentes e responsáveis educativos em avaliação de manuais escolares.

#### Artigo 3.º

##### Conceitos

Para efeitos do disposto na presente lei, entende-se por:

- a) «Programa» o conjunto de orientações curriculares, sujeitas a aprovação nos termos da lei, específicas para uma dada disciplina ou área curricular disciplinar, definidoras de um percurso para alcançar um conjunto de aprendizagens e de competências definidas no currículo nacional do ensino básico ou no currículo nacional do ensino secundário;
- b) «Manual escolar» o recurso didáctico-pedagógico relevante, ainda que não exclusivo, do processo de ensino e aprendizagem, concebido por ano ou ciclo, de apoio ao trabalho autónomo do aluno que visa contribuir para o desenvolvimento das competências e das aprendizagens definidas no currículo nacional para o ensino básico e para o ensino secundário, apresentando informação correspondente aos conteúdos nucleares dos programas em vigor, bem como propostas de actividades didácticas e de avaliação das aprendizagens, podendo incluir orientações de trabalho para o professor;
- c) «Outros recursos didáctico-pedagógicos» os recursos de apoio à acção do professor e à realização de aprendizagens dos alunos, independentemente da forma de que se revistam, do suporte em que são disponibilizados e dos fins para que foram concebidos, apresentados de forma inequivocamente autónoma em relação aos manuais escolares;
- d) «Promoção» o conjunto de actividades, desenvolvidas exclusivamente pelos autores e editores, destinadas a dar a conhecer às escolas e aos professores o conteúdo, a organização e as demais características dos manuais escolares e outros recursos didácticos objecto de procedimento de adopção.

#### Artigo 4.º

##### Vigência dos manuais escolares

- 1 — O período de vigência dos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário é, em regra, de seis anos, devendo ser idêntico ao dos programas das disciplinas a que se referem.
- 2 — Tendo em vista a elaboração, a produção e os demais procedimentos previstos na presente lei relativos aos manuais escolares e a outros recursos didáctico-

-pedagógicos, os programas de cada uma das disciplinas e áreas curriculares disciplinares são divulgados até 20 meses antes do início do ano lectivo a que digam respeito.

3 — Nos casos em que o conhecimento científico evolua de forma célere ou o conteúdo dos programas se revele desfasado relativamente ao conhecimento científico generalizadamente aceite, pode o prazo de vigência para o manual escolar da disciplina afectada ser fixado em período mais curto ou ser determinada a revisão do programa, mediante despacho do Ministro da Educação.

#### Artigo 5.º

##### Elaboração, produção e distribuição

1 — A iniciativa da elaboração, da produção e da distribuição de manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos pertence aos autores, aos editores ou a outras instituições legalmente habilitadas para o efeito.

2 — Na ausência de iniciativas editoriais que assegurem a satisfação da procura, compete ao Estado promover ou providenciar a elaboração, a produção e a distribuição de manuais escolares ou de outros recursos didáctico-pedagógicos.

3 — Os docentes podem elaborar materiais didáctico-pedagógicos próprios, em ordem ao desenvolvimento dos conteúdos programáticos e de acordo com os objectivos pedagógicos definidos nos programas, desde que tal não implique despesas suplementares para os alunos.

#### Artigo 6.º

##### Responsabilidade pelo fornecimento de manuais escolares

1 — Os editores dos manuais escolares adoptados são responsáveis, durante todo o período de vigência da adopção, pelo fornecimento do mercado em tempo útil, respondendo igualmente pelos prejuízos que o atraso, a suspensão ou a interrupção injustificados causem ao regular funcionamento do ano lectivo.

2 — A medida de responsabilidade a que se refere o número anterior determina-se pelas despesas em que o Estado, as escolas e os agrupamentos de escolas ou os alunos hajam de incorrer na obtenção de outros recursos didáctico-pedagógicos.

3 — Não é considerada justificação atendível para suspensão ou interrupção do fornecimento do mercado qualquer factor que releve das relações entre os autores e os editores, designadamente qualquer litígio emergente dos direitos de autor.

4 — Verificando-se interrupção de fornecimento por razões consideradas atendíveis pelo Ministério da Educação, é determinada a abertura de período excepcional de adopção atentas as circunstâncias de cada caso.

## CAPÍTULO II

### Avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos

#### SECÇÃO I

##### Disposições gerais

#### Artigo 7.º

##### Objectivos gerais

1 — É objectivo do procedimento de adopção de manuais escolares garantir o acesso de todos os alunos,

em condições de equidade, a um recurso didáctico-pedagógico, sem exclusão de outros, que seja especialmente adequado para o desenvolvimento das competências e aprendizagens do currículo nacional no contexto sócio-educativo específico da escola.

2 — São objectivos do procedimento de avaliação e certificação de manuais escolares garantir a qualidade científica e pedagógica dos manuais a adoptar, assegurar a sua conformidade com os objectivos e conteúdos do currículo nacional e dos programas ou orientações curriculares em vigor e atestar que constituem instrumento adequado de apoio ao ensino e à aprendizagem e à promoção do sucesso educativo.

#### Artigo 8.º

##### Intervenientes e organização

1 — Nos procedimentos de adopção, avaliação e certificação dos manuais escolares intervêm os docentes, no âmbito dos órgãos de coordenação e orientação educativa das escolas ou dos agrupamentos de escolas, e as comissões de avaliação.

2 — Os procedimentos de adopção, avaliação e certificação desenvolvem-se em duas fases:

a) Uma fase de avaliação e de certificação dos manuais escolares, a cargo de comissões de avaliação, que se traduz na atribuição de uma certificação de qualidade científico-pedagógica;

b) Uma fase de avaliação e adopção, a realizar pelos docentes nas escolas, tendo em vista a apreciação da adequação dos manuais certificados ao projecto educativo respectivo.

3 — Os procedimentos a adoptar para salvaguarda do interesse público quando, por circunstâncias extraordinárias, não seja possível concluir em tempo útil a fase de avaliação e certificação são determinados por decreto-lei.

## SECÇÃO II

### Avaliação e certificação dos manuais escolares

#### Artigo 9.º

##### Comissões de avaliação

1 — As comissões de avaliação têm como missão realizar a avaliação para certificação dos manuais escolares, dispõem de autonomia científica, técnica e pedagógica e são constituídas por despacho do Ministro da Educação, sob proposta do serviço do Ministério da Educação responsável pela coordenação pedagógica e curricular.

2 — As comissões de avaliação organizam-se por ciclo, por ano de escolaridade, por disciplina ou por área curricular disciplinar e são constituídas por um mínimo de três e um máximo de cinco especialistas de reconhecida competência, integrando, designadamente:

a) Docentes e investigadores do ensino superior das áreas científica e pedagógica;

b) Docentes do quadro de nomeação definitiva em exercício no mesmo nível de ensino a que se refere o manual de avaliação no caso do 1.º ciclo do ensino básico, e do mesmo grupo disciplinar ou especialidade no caso dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário;

c) Membros de sociedades ou associações científicas e pedagógicas de área relacionada com a avaliação em causa.

3 — Sempre que se justifique, a título excepcional, podem ainda as comissões de avaliação integrar outros peritos de reconhecida competência.

4 — Sempre que possível, o Ministério da Educação solicitará às instituições de ensino superior e às sociedades ou associações científicas e pedagógicas a indicação dos peritos que integrarão as comissões referidas nos números anteriores.

5 — Os membros das comissões de avaliação não podem ser autores de manuais escolares nem deter quaisquer interesses directos ou indirectos em empresas editoras.

6 — Cabe ao serviço do Ministério da Educação responsável pela coordenação pedagógica e curricular assegurar o apoio técnico e logístico às comissões de avaliação.

7 — A avaliação para a certificação pode ainda ser efectuada por entidades devidamente acreditadas para o efeito pelo serviço do Ministério da Educação responsável pela coordenação pedagógica e curricular, em termos a definir por decreto-lei.

#### Artigo 10.º

##### Candidatura à atribuição de certificação

1 — O procedimento da avaliação para a certificação dos manuais escolares inicia-se com a fixação, pelo dirigente máximo do serviço do Ministério da Educação responsável pela coordenação pedagógica e curricular, de um prazo, não inferior a um mês, para a apresentação de candidaturas por parte das entidades referidas no n.º 1 do artigo 5.º

2 — O termo do prazo definido no número anterior tem a antecedência de pelo menos seis meses sobre o início do processo de adopção de manuais.

3 — A decisão que determina o início do procedimento da avaliação para a certificação dos manuais escolares referida no n.º 1 é publicitada no sítio oficial do Ministério da Educação.

4 — São condições de admissão da candidatura à avaliação de manuais escolares para a certificação da qualidade científica e pedagógica:

a) Terem sido expressamente desenvolvidos para o ensino básico e para o ensino secundário;

b) Apresentarem declaração referente a características materiais, designadamente quanto ao formato, ao peso, à robustez e à dimensão dos caracteres de impressão;

c) Serem acompanhados da atestação de revisão linguística e científica, bem como da conformidade com as normas do sistema internacional de unidades e de escrita;

d) Ter sido efectuado o pagamento do montante definido para a admissão da candidatura.

5 — A decisão sobre aceitação da candidatura de manuais para efeitos de avaliação e de certificação é da competência do dirigente máximo do serviço do Ministério da Educação responsável pela coordenação pedagógica e curricular.

6 — O processo de avaliação para certificação, no seu conjunto, obedece a um calendário com a duração

máxima de 12 semanas, a contar da data de comunicação de aceitação da candidatura.

#### Artigo 11.º

##### Crítérios de avaliação e decisão das comissões

1 — Na avaliação para a certificação dos manuais escolares, as comissões consideram obrigatoriamente os seguintes critérios:

a) Rigor científico, linguístico e conceptual;

b) Adequação ao desenvolvimento das competências definidas no currículo nacional;

c) Conformidade com os objectivos e conteúdos dos programas ou orientações curriculares em vigor;

d) Qualidade pedagógica e didáctica, designadamente no que se refere ao método, à organização, a informação e a comunicação;

e) Possibilidade de reutilização e adequação ao período de vigência previsto;

f) A qualidade material, nomeadamente a robustez e o peso.

2 — As comissões de avaliação atendem também aos princípios e valores constitucionais, designadamente da não discriminação e da igualdade de género.

3 — As comissões de avaliação atendem também à diversidade social e cultural do universo de alunos a que se destinam os manuais escolares, bem como à pluralidade de projectos educativos das escolas.

#### Artigo 12.º

##### Efeitos da avaliação

1 — O resultado da avaliação efectuada pelas comissões de avaliação exprime-se numa menção de *Certificado* ou *Não certificado*, sendo objecto de homologação pelo dirigente máximo do serviço do Ministério da Educação responsável pela coordenação pedagógica e curricular.

2 — As decisões das comissões de avaliação e a respectiva fundamentação constam de um relatório final, o qual é objecto de audiência escrita dos candidatos.

3 — No decurso do processo de avaliação para certificação, as comissões de avaliação podem proceder a uma recomendação de alteração de aspectos pontuais dos manuais, em termos a definir por decreto-lei.

4 — O editor ou autor cujo manual seja objecto de certificação pode publicitá-la pelos meios que entender convenientes, designadamente pela aposição dessa menção na capa ou na contracapa do manual.

#### Artigo 13.º

##### Recurso

1 — Do despacho de homologação a que se refere o n.º 1 do artigo anterior cabe recurso hierárquico facultativo para o Ministro da Educação.

2 — Para formar a sua decisão sobre o recurso previsto no número anterior, pode o Ministro da Educação determinar a reapreciação do relatório pela respectiva comissão de avaliação ou solicitar pareceres a outros peritos de reconhecida competência e idoneidade.

## Artigo 14.º

**Divulgação da lista dos manuais escolares certificados**

A divulgação da lista dos manuais escolares certificados é feita pelo Ministério da Educação, através da publicação da mesma, no seu sítio oficial na Internet.

## SECÇÃO III

**Avaliação e certificação de outros recursos didáctico-pedagógicos**

## Artigo 15.º

**Avaliação e certificação de outros recursos didáctico-pedagógicos**

O Governo pode determinar procedimentos de avaliação e certificação relativamente a outros recursos didáctico-pedagógicos que se configurem adequados para o processo de ensino e aprendizagem, independentemente do tipo de suporte.

## SECÇÃO IV

**Avaliação e adopção dos manuais escolares**

## Artigo 16.º

**Princípios gerais**

1 — A adopção dos manuais escolares é o resultado do processo pelo qual a escola ou o agrupamento de escolas avalia a adequação dos manuais certificados, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º, ao respectivo projecto educativo.

2 — A adopção dos manuais escolares pelas escolas e pelos agrupamentos de escolas é da competência do respectivo órgão de coordenação e orientação educativa, devendo ser devidamente fundamentada e registada em grelhas de avaliação elaboradas para o efeito pelo Ministério da Educação.

3 — O processo de adopção tem a duração de quatro semanas a partir da 2.ª semana do 3.º período do ano lectivo anterior ao início de vigência dos manuais escolares.

## Artigo 17.º

**Decisão de não adopção**

Quando for considerado adequado ao respectivo projecto educativo, o órgão de coordenação e orientação educativa das escolas e dos agrupamentos de escolas pode não proceder à adopção de manuais escolares, devendo, neste caso, ser comunicados os fundamentos desta decisão ao Ministério da Educação.

## Artigo 18.º

**Manuais para alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado**

No processo de adopção de manuais escolares destinados a alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado intervêm obrigatoriamente os professores de educação especial, sendo tida em consideração a existência de manuais disponíveis em formato adaptado, adequado aos alunos em causa.

## Artigo 19.º

**Alterações à lista de manuais escolares adoptados**

1 — A divulgação da lista dos manuais escolares adoptados faz-se pela publicação da mesma no sítio oficial

do Ministério da Educação na Internet e por afixação de edital na própria escola e no agrupamento de escolas.

2 — Após a divulgação da decisão de adopção não são permitidas alterações às listas de manuais escolares adoptados, salvo reconhecida necessidade comprovada pelo Ministério da Educação.

## Artigo 20.º

**Procedimentos de adopção e divulgação**

Os demais procedimentos para a adopção e a divulgação da adopção dos manuais escolares a seguir pelas escolas e pelos agrupamentos de escolas são definidos por portaria do Ministro da Educação.

## SECÇÃO V

**Da promoção de manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos**

## Artigo 21.º

**Princípios gerais**

1 — As actividades de promoção, directa ou indirecta, de manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos dentro dos estabelecimentos de ensino têm a duração de duas semanas, não podendo ir além do fim da 1.ª semana do 3.º período do ano escolar anterior ao início do período de vigência da adopção dos manuais escolares.

2 — Os órgãos de direcção das escolas e dos agrupamentos de escolas garantem a transparência e a publicidade das actividades de promoção de manuais escolares que decorram no seu interior e asseguram a efectiva igualdade de acesso entre todos os promotores.

3 — As actividades de promoção de manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos, a realizar nos termos dos números anteriores, são dirigidas ao órgão competente para a sua adopção, sendo proibida qualquer actividade promocional dirigida aos professores susceptível de condicionar a decisão de adopção, designadamente a que inclua a oferta de manuais escolares, bem como de qualquer outro recurso didáctico-pedagógico.

## Artigo 22.º

**Incompatibilidade das actividades de promoção**

É vedado a qualquer docente, funcionário, agente ou detentor de qualquer outro vínculo laboral ao Ministério da Educação o desenvolvimento de actividades de promoção de manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos dentro do recinto dos estabelecimentos de ensino.

## CAPÍTULO III

**Preço dos manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos**

## Artigo 23.º

**Princípios**

O preço dos manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos para o ensino básico e para o ensino secundário atende aos interesses das famílias e dos editores e assenta nos princípios de liberdade de edição, por um lado, e de equidade social, por outro,

tendo presente a natureza específica do bem público que representam e o imperativo de proporcionar aos cidadãos um nível elevado de educação.

#### Artigo 24.º

##### **Regime do preço dos manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos**

1 — Os preços dos manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos estão sujeitos ao regime de preços convencionados, a fixar por portaria conjunta dos Ministros da Economia e da Inovação e da Educação.

2 — Os preços máximos dos manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos podem ainda ser fixados por portaria conjunta dos Ministros da Economia e da Inovação e da Educação, nos seguintes casos:

- a) Ausência em absoluto de convenção;
- b) Celebração de convenção que não abranja todos os editores.

3 — Nos casos da alínea a) do número anterior, o preço é fixado tendo em consideração, nomeadamente, o nível dos preços dos manuais escolares e a evolução do índice de preços no consumidor.

4 — Nos casos da alínea b) do n.º 2, os preços a fixar são os convencionados.

#### Artigo 25.º

##### **Indicação do preço**

Os manuais escolares e outros recursos didáctico-pedagógicos contêm obrigatoriamente, na capa ou na contracapa, uma única indicação do preço de venda ao público, que tem um carácter de máximo.

### CAPÍTULO IV

#### **Acompanhamento e avaliação**

#### Artigo 26.º

##### **Comissão de acompanhamento dos manuais escolares**

1 — Para o acompanhamento de todas as matérias relativas aos manuais escolares, designadamente do sistema de adopção, avaliação e certificação regulado pela presente lei, é constituída uma comissão de acompanhamento dos manuais escolares.

2 — A comissão de acompanhamento dos manuais escolares constitui-se como comissão especializada permanente no âmbito do Conselho Nacional de Educação, nos termos da sua lei orgânica.

3 — A comissão de acompanhamento dos manuais escolares é constituída pelos membros do Conselho Nacional de Educação designados para o efeito e ainda por representantes de entidades que, em razão da matéria, devam integrá-la, nos termos da Lei Orgânica do Conselho Nacional de Educação, não sendo conferido, a estes últimos, o estatuto de membros daquele Conselho.

### CAPÍTULO V

#### **Ação social escolar**

#### Artigo 27.º

##### **Princípios**

A acção social escolar tem por objectivo a concretização do princípio da equidade e a promoção da igual-

dade de oportunidades no acesso aos recursos didáctico-pedagógicos e nas condições de sucesso dos alunos.

#### Artigo 28.º

##### **Apoios económicos para aquisição de manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos**

1 — A acção social escolar concretiza-se por meio de diversas formas de intervenção no sentido de apoiar as famílias, particularmente as mais carenciadas, no acesso aos manuais e demais recursos formalmente adoptados.

2 — As disposições relativas aos apoios sócio-económicos para aquisição de manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos constam do diploma que regulamenta a acção social escolar.

#### Artigo 29.º

##### **Empréstimo de manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos**

1 — No âmbito da sua autonomia e no quadro dos correspondentes projectos educativos, as escolas e os agrupamentos de escolas devem criar modalidades de empréstimo de manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos.

2 — Os princípios e regras gerais a que deve obedecer o sistema de empréstimo a que se refere o número anterior são definidos por despacho do Ministro da Educação, a publicar no prazo de um ano a contar da data da entrada em vigor da presente lei.

### CAPÍTULO VI

#### **Regime sancionatório**

#### Artigo 30.º

##### **Ilícito de mera ordenação social**

1 — Constitui contra-ordenação punível com coima de € 500 a € 2000 a violação da proibição constante do artigo 22.º

2 — Constituem contra-ordenação punível com coima de € 2500 a € 22 000:

a) O incumprimento dos compromissos decorrentes das declarações apresentadas no âmbito do processo de candidatura à avaliação de manuais escolares previstas na alínea b) do n.º 4 do artigo 10.º;

b) A falsidade na atestação da revisão linguística e científica, nos termos previstos na alínea c) do n.º 4 do artigo 10.º

3 — Constituem contra-ordenação punível com coima de € 5000 a € 44 000:

a) A não indicação do preço de venda ao público na capa ou na contracapa dos manuais escolares ou de outros recursos didáctico-pedagógicos;

b) A substituição, alteração ou violação do carácter máximo do preço de venda ao público indicado em cada manual escolar ou outro recurso didáctico-pedagógico;

c) As actividades de promoção, directa ou indirecta, de manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos dentro dos estabelecimentos de ensino que se prolonguem por mais de duas semanas ou que ocorram após o fim da 1.ª semana do 3.º período do ano

escolar anterior ao início do período de vigência da adopção dos manuais escolares;

d) Qualquer actividade promocional desenvolvida por entidade promotora dirigida a professor individualmente considerado e susceptível de condicionar a decisão de adopção.

4 — A negligência e a tentativa são puníveis, sendo os montantes das coimas previstas reduzidos para metade.

#### Artigo 31.º

##### Instrução dos procedimentos e aplicação de coimas

1 — A instrução dos procedimentos de contra-ordenação relativa às infracções previstas no n.º 1, na alínea b) do n.º 2 e na alínea c) do n.º 3 do artigo anterior cabe à Inspeção-Geral da Educação.

2 — A instrução dos procedimentos de contra-ordenação relativa às infracções previstas na alínea a) do n.º 2 e nas alíneas a), b) e d) do n.º 3 do artigo anterior cabe à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

3 — A aplicação das coimas previstas na presente lei compete:

a) Ao inspector-geral da Educação, no que respeita aos procedimentos relativos às infracções previstas no n.º 1, na alínea b) do n.º 2 e na alínea c) do n.º 3 do artigo anterior;

b) A Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e de Publicidade, no que respeita aos procedimentos relativos às infracções previstas na alínea a) do n.º 2 e nas alíneas a), b) e d) do n.º 3 do artigo anterior.

#### Artigo 32.º

##### Produto das coimas

O produto das coimas aplicadas ao abrigo do disposto nesta lei reverte em:

- a) 60 % para o Estado;
- b) 20 % para a Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular;
- c) 20 % para o serviço que instruir o processo.

#### Artigo 33.º

##### Sanções disciplinares

A violação da proibição constante do artigo 22.º constitui violação grave dos deveres de isenção e lealdade.

### CAPÍTULO VII

#### Disposições finais e transitórias

#### Artigo 34.º

##### Avaliação de manuais já adoptados

1 — Até que todos os manuais adoptados tenham sido objecto de avaliação e certificação, pode, por despacho do Ministro da Educação, ser determinada a avaliação dos manuais já adoptados e em utilização referentes a qualquer ano de escolaridade e disciplina ou área curricular disciplinar.

2 — A avaliação de manuais já adoptados, a efectuar por entidades idênticas às descritas no artigo 9.º, tem como objectivo a verificação da conformidade desses

manuais com os respectivos programas, bem como avaliar o rigor e a qualidade científica e pedagógica dos seus conteúdos.

3 — A avaliação prevista nos números anteriores exprime-se qualitativamente numa menção de *Favorável* ou *Desfavorável*.

4 — Em caso de avaliação desfavorável, o serviço do Ministério da Educação responsável pela coordenação pedagógica e curricular desenvolverá, em termos a regulamentar por decreto-lei, os procedimentos conducentes à correcção pelas editoras das deficiências encontradas e, em caso de não introdução de tais correcções, determinará a caducidade da adopção do manual.

#### Artigo 35.º

##### Calendário de adopções

O calendário de adopções em vigor pode ser alterado, mediante despacho do Ministro da Educação, no sentido de alargar o período de vigência da adopção de manuais, desde que avaliados nos termos do artigo anterior, tendo em vista regularizar no tempo o procedimento de adopção dos manuais escolares.

#### Artigo 36.º

##### Excepções ao regime de avaliação, certificação e adopção de manuais escolares

As condições em que, em determinadas disciplinas ou áreas curriculares disciplinares, não há lugar à adopção formal de manuais escolares ou em que esta tenha um carácter meramente facultativo, bem como aquelas em que os manuais escolares e outros recursos didáctico-pedagógicos não estão sujeitos ao regime de avaliação e certificação de manuais escolares, são definidas por decreto-lei.

#### Artigo 37.º

##### Regulamentação

O Governo regulamentará a presente lei no prazo de 90 dias a contar da data da sua publicação.

#### Artigo 38.º

##### Norma revogatória

São revogados:

- a) O Decreto-Lei n.º 369/90, de 26 de Novembro;
- b) A Portaria n.º 186/91, de 4 de Março, na redacção dada pela Portaria n.º 724/91, de 24 de Julho.

Aprovada em 29 de Junho de 2006.

O Presidente da Assembleia da República, em exercício, *Manuel Alegre de Melo Duarte*.

Promulgada em 8 de Agosto de 2006.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 12 de Agosto de 2006.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Código	<b>55.06</b>	
Doenças ou outras manifestações clínicas e Caracterização (prazo indicativo)	Febres hemorrágicas	1 mês
Lista exemplificativa dos trabalhos susceptíveis de provocar a doença	-Trabalhos em consultórios, hospitais ou outras unidades de saúde e noutros locais em que se prestem cuidados de saúde que impliquem contacto com portadores da doença ou com roupas e outros materiais por eles contaminados (sua recolha, transporte, lavagem, esterilização,...). -Trabalhos de laboratório de análises ou de investigação que impliquem contacto com os agentes das doenças. -Trabalhadores que se deslocam ou permaneçam em países tropicais (trabalhadores da pesca, da marinha mercante, da aviação civil,...).	
Código	<b>55.07</b>	
Factores de risco	Outras doenças tropicais	
Doenças ou outras manifestações clínicas e Caracterização (prazo indicativo)	Outros quadros clínicos de doenças tropicais	15 anos
Lista exemplificativa dos trabalhos susceptíveis de provocar a doença	-Trabalhos em consultórios, hospitais ou outras unidades de saúde e noutros locais em que se prestem cuidados de saúde que impliquem contacto com portadores da doença ou com roupas e outros materiais por eles contaminados (sua recolha, transporte, lavagem, esterilização,...). -Trabalhos de laboratório de análises ou de investigação que impliquem contacto com os agentes das doenças. -Trabalhadores que se deslocam ou permaneçam em países tropicais (trabalhadores da pesca, da marinha mercante, da aviação civil,...).	

(\*) Não incluídas noutros grupos.

(\*\*) Apenas aplicável às situações em que se verifica suspensão da exposição ao factor de risco.

(\*\*\*) Excepto o estreptococo suis.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Decreto-Lei n.º 261/2007

de 17 de Julho

Com a publicação da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, aprovada pela Assembleia da República na sequência de proposta de lei apresentada pelo Governo, satisfaz-se o compromisso assumido no Programa do XVII Governo Constitucional de lançamento de um sistema de avaliação e certificação de manuais escolares com a finalidade de garantir que cumprem de forma adequada a sua função e de proporcionar novas formas de utilização que sejam mais racionais e menos dispendiosas para as famílias.

Esse compromisso fundamentou-se no reconhecimento de que os manuais escolares, apesar da prevalência de uma cultura pedagógica que preconiza a produção e adaptação dos materiais de ensino diferenciados que possam responder à singularidade de cada escola, de cada turma ou mesmo de cada aluno, e da mais recente difusão de recursos didácticos complementares em novos suportes ou por novos meios, continuam a ser na prática instituída um instrumento fundamental do ensino e da aprendizagem. Baseou-se, do mesmo modo, esse compromisso no entendimento de que a retracção da intervenção reguladora do Estado, propiciando a proliferação de manuais escolares, impediu a realização de um trabalho rigoroso de avaliação e conduziu à reprodução de formas pouco razoáveis de utilização, prejudicando de facto a igualdade de oportunidades. Os manuais tornaram-se objectos descartáveis, porque efectivamente impossíveis de reutilizar, mas ao

mesmo tempo dispendiosos, representando um encargo significativo para as famílias, em particular para as de menores recursos, que a comparticipação financeira do Estado e das autarquias locais tem procurado minorar, mas nem sempre tem permitido compensar cabalmente.

A Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, que define o regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares dos ensinos básico e secundário, bem como os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio sócio-educativo relativamente à aquisição e empréstimo de manuais escolares, respondeu a um imperativo social e político, procurando desenvolver os padrões de qualidade e assegurar a estabilidade no sistema educativo. No rigoroso respeito pela liberdade de criação e edição e pela autonomia das escolas e dos docentes, a lei definiu os princípios orientadores e os parâmetros normativos no sentido de garantir a conformidade dos manuais escolares com os objectivos e conteúdos dos programas ou orientações curriculares, de promover a elevação do seu nível científico-pedagógico e proporcionar às famílias formas de utilização menos dispendiosas.

Introduziu-se um regime de avaliação e certificação da qualidade dos manuais escolares, a realizar por comissões de peritos ou por entidades especialmente acreditadas para o efeito e relevando para efeitos da sua adopção formal pelas escolas. A avaliação e certificação dos manuais escolares, integrada no procedimento conducente à sua adopção pelos estabelecimentos de ensino, constitui um contributo significativo para a promoção da qualidade do ensino e do sucesso educativo, permitindo suprir as deficiências do anterior regime de adopção de manuais e satisfazer uma

das principais responsabilidades do Estado na prossecução do interesse público — qual é a de assegurar que nenhum manual desadequado ao currículo ou aos programas em vigor ou com erros ou deficiências seja instrumento da aprendizagem dos alunos.

Com a mudança do enquadramento legal do procedimento da adopção dos manuais criam-se as condições para o exercício efectivo da autonomia dos docentes, no quadro dos órgãos de coordenação pedagógica dos seus estabelecimentos de ensino, permitindo-lhes a selecção de entre os manuais escolares certificados daqueles que melhor se adequem aos respectivos projectos educativos. Nos termos da própria Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, cumpre agora proceder à regulamentação do regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares, que constitui o objecto do presente decreto-lei.

A lei alargou também os períodos de vigência da adopção dos manuais escolares, o que, para além de contribuir para a estabilidade da organização pedagógica nas escolas, facultará às famílias, através da possibilidade de reutilização, uma redução dos encargos que suportam com a sua aquisição. O presente decreto-lei regula os termos em que se definem os períodos de vigência dos manuais escolares. Além disso habilita o membro do Governo responsável pela área da educação a estabelecer normas ou a fazer recomendações relativamente às características materiais dos manuais escolares, no sentido de permitir a sua efectiva reutilização assim como a redução do seu custo e do seu peso.

A política de manuais escolares não pode deixar de guiar-se por critérios de equidade social, designadamente no que se refere ao acesso e às condições da sua utilização por parte dos alunos. A equidade é garantida pelo regime de preços convencionados, alargado a outros recursos didáctico-pedagógicos e ao ensino secundário, e pela adopção complementar de modalidades flexíveis de empréstimo pelas escolas. Contudo, o Governo afasta-se de concepções que aceitam que os manuais escolares sejam um artigo descartável, procurando antes requalificá-los enquanto instrumento educativo mas também enquanto recurso cultural, essencial para muitas crianças e jovens que a nossa sociedade ainda não conseguiu fazer aceder a outros bens culturais.

Assim, com o presente decreto-lei o Governo preferiu assumir o compromisso de reforçar o apoio sócio-económico aos agregados familiares ou aos estudantes economicamente carenciados, assegurando-lhes a progressiva gratuitidade dos manuais escolares no prazo de dois anos após a sua publicação.

Foram ouvidas as entidades representativas dos editores e livreiros. Foi promovida a audição das associações de pais.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## Artigo 1.º

### Objecto

O presente decreto-lei regula a Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, que define o regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares dos ensinos básico e secundário, bem como os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio sócio-educativo relativamente à aquisição e empréstimo de manuais escolares.

## Artigo 2.º

### Vigência da adopção dos manuais escolares

1 — A adopção dos manuais escolares dos ensinos básico e secundário vigora, em regra, por um período de seis anos.

2 — Quando por decisão do membro do Governo responsável pela área da educação seja estabelecido para o programa de uma disciplina um prazo de vigência inferior ao referido no número anterior, designadamente nos casos previstos no n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, a adopção dos manuais escolares vigora pelo mesmo período do programa respectivo.

3 — Quando por decisão do membro do Governo responsável pela área da educação seja determinada a revisão do programa de uma disciplina, dentro do prazo de vigência dos respectivos manuais escolares, designadamente nos casos previstos no n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, a vigência da adopção dos manuais cessa com a entrada em vigor do programa revisado, procedendo-se à abertura de um novo procedimento para a avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares respectivos.

4 — Em casos excepcionais devidamente fundamentados, designadamente por efeito das situações previstas no n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, pode, por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, ser determinada a reavaliação dos manuais escolares durante o período de vigência da sua adopção.

5 — Os manuais escolares elaborados na sequência do processo de reavaliação referido no número anterior são objecto de procedimento de certificação da qualidade científica e pedagógica nos termos a definir pelo despacho mencionado no número anterior.

## Artigo 3.º

### Salvaguarda do interesse público

1 — Nos casos em que não seja possível concluir em tempo útil a fase de avaliação e certificação dos manuais escolares, designadamente quando, independentemente do motivo, os prazos fixados na lei relativos à divulgação de programas, de termo da candidatura à avaliação ou do próprio processo de avaliação não possam ser respeitados, pode o período de vigência dos manuais já adoptados ser alterado por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

2 — Quando a solução referida no número anterior não se mostrar adequada à salvaguarda do interesse público, pode o membro do Governo responsável pela área da educação determinar, por despacho, que, supletiva e transitoriamente, sejam encomendados, produzidos ou co-produzidos os recursos didáctico-pedagógicos necessários até que o aprovisionamento do mercado se encontre devidamente assegurado com manuais escolares certificados de acordo com os mecanismos previstos da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto.

## Artigo 4.º

### Entidades avaliadoras e certificadoras

1 — São entidades avaliadoras e certificadoras de manuais escolares, para os efeitos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, as comis-



sões de avaliação e as entidades acreditadas, nos termos definidos no artigo 9.º da mesma lei.

2 — Em casos devidamente fundamentados, pode o membro do Governo responsável pela área da educação determinar que a avaliação e certificação dos manuais de um ciclo, ano de escolaridade, disciplina ou área curricular disciplinar seja efectuada apenas pelas comissões de avaliação referidas no número anterior.

3 — A constituição das comissões de avaliação previstas no artigo 9.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, pode ser dispensada quando hajam sido acreditadas entidades para a avaliação e certificação de manuais escolares do ciclo, ano de escolaridade, disciplina ou área curricular disciplinar em causa.

#### Artigo 5.º

##### **Opção de avaliação e certificação**

1 — Existindo simultaneamente mais de uma entidade avaliadora e certificadora de manuais escolares por ciclo, ano de escolaridade, disciplina e área curricular disciplinar, podem os autores, editores de manuais escolares ou outras instituições legalmente habilitadas para o efeito, no acto de candidatura à atribuição de certificação do manual escolar, a que se refere o artigo 10.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, indicar a entidade à qual pretendem que o manual seja submetido para efeitos de avaliação e certificação.

2 — Em qualquer caso, para os efeitos do número anterior, os autores, editores de manuais escolares ou outras instituições legalmente habilitadas para o efeito apenas podem indicar uma entidade avaliadora e certificadora por cada manual.

#### Artigo 6.º

##### **Comissões de avaliação e certificação**

1 — As comissões de avaliação constituídas nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, devem integrar, pelo menos, um especialista referido em cada uma das alíneas a) e b) do n.º 2 do citado artigo.

2 — O despacho do membro do Governo responsável pela área da educação previsto no n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, fixa o respectivo prazo de funcionamento.

#### Artigo 7.º

##### **Encargos com os membros das comissões de avaliação**

1 — Os membros das comissões de avaliação têm direito à percepção de uma remuneração em termos e montante a definir por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e da educação, a qual não prejudica o exercício de funções docentes ou de investigação em regime de dedicação exclusiva nos termos dos respectivos estatutos.

2 — Quando se deslocem por motivo de participação nas suas actividades, os membros das comissões de avaliação têm ainda direito ao abono de despesas de transporte, bem como ao pagamento de ajudas de custo, nos termos legais.

#### Artigo 8.º

##### **Acreditação de entidades para a certificação de manuais**

1 — Podem candidatar-se à acreditação para avaliação e certificação dos manuais escolares as entidades públicas ou privadas que obedeçam, designadamente, aos seguintes requisitos:

a) Exerçam o essencial da sua actividade nas áreas científica e pedagógica;

b) Disponham de currículo científico e pedagógico relevante;

c) Disponham de, ou constituam especialmente para o efeito, equipas científico-pedagógicas qualificadas com composição idêntica à estabelecida para as comissões de avaliação;

d) Não sejam, as entidades ou os seus peritos, autores de manuais escolares nem detenham interesses em empresas editoras ou outras ligadas à produção de manuais escolares ou de outros recursos didáctico-pedagógicos;

e) Estejam regularmente constituídas nos termos da lei.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, as entidades nele referidas podem associar-se para apresentarem candidaturas conjuntas à acreditação para avaliação e certificação de manuais escolares.

3 — Compete à Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular iniciar, instruir e acompanhar o processo de acreditação a que se refere o presente artigo, bem como promover a audiência prévia dos candidatos e proferir decisão final, nos termos dos números seguintes.

4 — O processo de acreditação inicia-se com a publicação do respectivo «aviso» no sítio da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular na Internet, devendo este definir, designadamente:

a) Os requisitos para candidatura à acreditação;

b) A área curricular ou disciplina, ciclo e ano de escolaridade para a qual é aberta acreditação;

c) Os documentos que devem instruir a candidatura;

d) Os prazos de apresentação e de avaliação das candidaturas;

e) O prazo de validade da acreditação a conceder.

5 — A audição prévia dos candidatos é feita após a conclusão da instrução do processo de acreditação e antes de ser proferida a decisão final.

6 — O despacho de acreditação, homologado pelo membro do Governo responsável pela área da educação, fixa a respectiva duração, que não pode ser superior a cinco anos, sem prejuízo da possibilidade de renovação mediante avaliação.

7 — A lista de entidades acreditadas será publicitada na página da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular com, pelo menos, 10 dias úteis de antecedência relativamente à data de abertura do período de apresentação de candidaturas à avaliação para a certificação de manuais escolares.

#### Artigo 9.º

##### **Avaliação de manuais por entidades acreditadas**

1 — A organização da avaliação para a certificação de manuais escolares efectuada pelas entidades a que se refere o artigo anterior obedece às regras gerais legalmente estabelecidas para o procedimento de avaliação por comissões de avaliação.

2 — Estando constituídas entidades acreditadas para a avaliação e certificação de manuais escolares, podem os autores, editores ou outras instituições legalmente habilitadas para o efeito, durante o processo de elaboração e produção de manuais escolares, livremente solicitar a

essas entidades pareceres sobre os materiais que entendam submeter-lhes.

3 — Os pareceres referidos no número anterior não dispensam nem prejudicam a necessidade de apresentação da candidatura e a tomada de uma decisão final sobre a certificação nos termos e para os efeitos dos artigos 10.º, 11.º e 12.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto.

4 — O processo de avaliação e de certificação de manuais escolares por entidades devidamente acreditadas é objecto de auditoria e de controlo por parte da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e da Inspeção-Geral de Educação no âmbito das respectivas competências e sem prejuízo das funções da comissão de acompanhamento de manuais escolares prevista no artigo 26.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto.

#### Artigo 10.º

##### Remuneração e responsabilidade das entidades acreditadas

1 — Os montantes máximos da comparticipação do Ministério da Educação nos custos da avaliação e certificação de manuais escolares por entidades acreditadas são fixados por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

2 — As modalidades e os montantes de comparticipação referidos no número anterior podem ser também definidos em protocolos a firmar entre o Ministério da Educação e essas entidades.

3 — Os encargos financeiros decorrentes do disposto no número anterior são suportados por verbas inscritas no orçamento da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, processando-se as respectivas transferências segundo critérios a definir.

4 — A responsabilidade pelo resultado da avaliação e da certificação realizadas por entidades acreditadas após a sua homologação cabe ao Ministério da Educação, salvo em caso de erro grosseiro, de desvio de poder ou de violação dolosa dos princípios, critérios e procedimentos do regime de avaliação e certificação de manuais escolares legalmente definidos.

#### Artigo 11.º

##### Admissão à candidatura

1 — O montante a pagar pela admissão à candidatura para avaliação e certificação de manuais escolares é definido por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação e publicitado no momento da fixação do prazo para a apresentação das candidaturas.

2 — A receita obtida nos termos do número anterior, bem como os respectivos saldos, é afectada, mediante inscrição de dotação com compensação em receita no orçamento da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, ao pagamento das remunerações, ajudas de custo e despesas de transporte dos membros das comissões de avaliação, bem como dos montantes de comparticipação nos custos de avaliação e certificação de manuais escolares por entidades acreditadas.

#### Artigo 12.º

##### Critérios de avaliação

Os termos de referência bem como a especificação dos critérios de avaliação constantes do artigo 11.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, são objecto de documento

técnico a elaborar pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e publicitado no sítio do Ministério da Educação na Internet.

#### Artigo 13.º

##### Características materiais

1 — Por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação, sob proposta da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, assegurada a participação das associações representativas dos editores, podem ser definidas normas ou recomendações sobre as características materiais dos manuais escolares, designadamente sobre o peso, robustez, formato e dimensão.

2 — As normas e recomendações referidas no número anterior podem ser também definidas em protocolos a firmar entre o Ministério da Educação e as associações representativas dos editores de manuais escolares.

#### Artigo 14.º

##### Recomendação de alteração

1 — No decurso do processo de avaliação e certificação, as comissões de avaliação, bem como as entidades acreditadas, podem proceder a recomendações de alteração de aspectos pontuais dos manuais escolares submetidos a avaliação.

2 — Detectado no manual escolar objecto de avaliação que determinado aspecto deve ser alterado no sentido, nomeadamente, da clarificação de determinada matéria ou da coerência interna do próprio manual, a comissão de avaliação ou a entidade acreditada promove a audiência prévia do autor, editor ou instituição legalmente habilitada para o efeito para que se pronuncie sobre o mesmo.

3 — Realizada a audiência prévia nos termos do número anterior, a comissão de avaliação ou a entidade acreditada profere decisão final e, sendo o caso, notifica o autor, editor ou instituição legalmente habilitada para o efeito para, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação, responder se acolhe ou não as recomendações.

4 — A falta de resposta no prazo fixado ou a resposta negativa ou insuficiente é valorada pela comissão de avaliação ou entidade acreditada para efeitos de avaliação e certificação.

#### Artigo 15.º

##### Adopção dos manuais escolares

1 — Os manuais escolares a adoptar são escolhidos de entre os que, em resultado do processo de avaliação, tenham sido objecto da menção de avaliação de *Certificado*.

2 — Em caso de inexistência de manuais avaliados com a menção de *Certificado*, a adopção de manuais escolares para o ciclo, ano de escolaridade, disciplina ou área curricular disciplinar em causa processa-se em termos a definir por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

#### Artigo 16.º

##### Avaliação de manuais já adoptados

1 — Até que se conclua o processo de avaliação, certificação e adopção de manuais escolares previsto na Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, e todos os manuais adoptados tenham sido objecto de avaliação prévia, pode, por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, ser determinada a avaliação dos manuais já

adoptados e em utilização referentes a qualquer ano de escolaridade e disciplina ou área curricular disciplinar.

2 — As entidades avaliadoras podem, na sequência da avaliação realizada, emitir recomendações de alteração dos manuais escolares avaliados que são vinculativas para os editores após a conclusão do procedimento de audiência prévia a que estão sujeitas.

3 — Realizada a audiência prévia nos termos legais, a editora dispõe de um prazo de 10 dias úteis após a notificação da decisão final para informar as entidades avaliadoras da forma como se propõe acolher as recomendações.

4 — A informação prestada pelas editoras é objecto de parecer pelas entidades avaliadoras.

5 — No caso de parecer favorável, a adopção pode manter-se até ao final do período previsto, cabendo à Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular a verificação da introdução das alterações necessárias aos manuais escolares.

6 — No caso de parecer desfavorável ou de ausência de resposta, a adopção caduca, não podendo o manual em causa ser utilizado a partir do início do novo ano lectivo e abrindo-se um novo período de adopção nos estabelecimentos de ensino em que o manual tenha sido adoptado.

7 — Os relatórios de avaliação e as recomendações de alteração são obrigatoriamente enviados aos estabelecimentos de ensino que adoptaram o manual em causa no sentido de, desde logo e independentemente das correcções a introduzir nos manuais pelos editores, se proceder, nos estabelecimentos de ensino, à correcção ou supressão dos erros e omissões.

8 — Os editores são responsáveis pelos encargos emergentes da rectificação dos erros e omissões, bem como pela substituição ou distribuição das indispensáveis erratas aos adquirentes.

#### Artigo 17.º

##### Excepções ao regime de avaliação

Por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação, sob proposta fundamentada da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, são fixadas as disciplinas ou áreas curriculares em que não há lugar à adopção de manuais ou em que esta é meramente facultativa, quando, nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, se verifique uma das seguintes condições:

a) O ensino e a aprendizagem tenha uma forte componente prática ou técnica;

b) A disciplina ou área curricular tenha carácter opcional.

#### Artigo 18.º

##### Individualização da venda

É proibido o condicionamento da venda de manuais escolares à sua compra em conjunto, nomeadamente, com outros manuais escolares ou outros recursos didáctico-pedagógicos.

#### Artigo 19.º

##### Ilícito de mera ordenação social

1 — Constitui contra-ordenação punível com coima de € 2500 a € 44 000:

a) A não promoção das alterações necessárias aos manuais ou em conformidade com o parecer das entidades avaliadoras, nos termos previstos nos n.ºs 2, 4 e 5 do artigo 16.º;

b) O condicionamento da venda de manuais escolares à sua compra em conjunto, nomeadamente com outros manuais escolares ou outros recursos didáctico-pedagógicos, nos termos previstos no artigo anterior.

2 — A instrução dos procedimentos de contra-ordenação e a aplicação das coimas previstas na alínea a) do número anterior regem-se pelo disposto no n.º 1 e na alínea a) do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto.

3 — A instrução dos procedimentos de contra-ordenação e a aplicação das coimas previstas na alínea b) do n.º 1 regem-se pelo disposto no n.º 2 e na alínea b) do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto.

4 — À distribuição do produto das coimas previstas no n.º 1 aplica-se o artigo 32.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto.

#### Artigo 20.º

##### Acção social

No quadro das disposições relativas à acção social escolar e no prazo máximo de dois anos é assegurada às famílias carenciadas, em termos a definir por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, a progressiva gratuitidade dos manuais escolares e outros recursos didáctico-pedagógicos formalmente adoptados para o ensino básico.

#### Artigo 21.º

##### Aplicação

O regime de avaliação, certificação e adopção de manuais escolares previsto na Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, e no presente decreto-lei aplica-se a partir das adopções para o ano lectivo de 2008-2009, em condições a fixar por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, que publicita o calendário de adopções, nos termos e para os efeitos do artigo 35.º da referida lei.

#### Artigo 22.º

##### Publicação no Diário da República

Os despachos com eficácia externa previstos no presente decreto-lei ou na Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, são publicados na 2.ª série do *Diário da República*.

#### Artigo 23.º

##### Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 10 de Maio de 2007. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Emanuel Augusto dos Santos* — *Alberto Bernardes Costa* — *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho* — *Maria de Lurdes Reis Rodrigues* — *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Promulgado em 29 de Junho de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 3 de Julho de 2007.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

## Hospital Psiquiátrico do Lorvão

### Deliberação (extracto) n.º 2508/2007

Por deliberação do Conselho de administração, de 25 de Outubro de 2007:

Abel Ralha Simões, Auxiliar de Acção Médica Principal do quadro de pessoal deste Hospital, autorizada a concessão de licença sem vencimento por um período de 90 dias, com início em 1 de Dezembro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Dezembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Fernando José Ramos Lopes de Almeida*.

### Deliberação (extracto) n.º 2509/2007

Por deliberação do conselho de administração de 25 de Outubro de 2007, foram celebrados contratos de trabalho a termo certo com Ana Raquel Moinho de Oliveira, Bruno Miguel Martins Silva, Fredy da Silva Pereira, Joana Maria Salvador Branco Seco, Sandrina Simões da Costa e Sílvia de Jesus Cruz Martins para exercerem as funções correspondentes à categoria de enfermeiro, nível 1, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 276-A/2007, de 31 de Julho, com início em 2 de Novembro de 2007 e terá a duração de três meses, caducando findo este prazo. O contrato poderá ser eventualmente renovado, até ao máximo de duas vezes, devendo a sua duração global, incluindo renovações, observar o limite de um ano. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Fernando José Ramos Lopes de Almeida*.

2611073717

## Hospital de São Marcos

### Aviso n.º 25936/2007

Devidamente homologada por despacho do Presidente do Conselho de administração deste Hospital de 12 de Novembro de 2007, após ter sido dado cumprimento ao disposto nos artigos 100º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo e obtida a devida confirmação orçamental, a seguir se publica a lista de classificação final do candidato admitido ao concurso interno geral para provimento na categoria de chefe de serviço de neuroradiologia da carreira médica hospitalar, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 7 de Fevereiro de 2007:

Jaime Franco da Rocha — 19,5 valores.

Da homologação cabe recurso hierárquico, com efeito suspensivo, a interpor nos termos do disposto no n.º 67 do Regulamento aprovado pela Portaria n.º 177/97, de 11 de Março, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, devendo o mesmo ser entregue na Secção de Pessoal do Hospital de São Marcos.

15 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Lino Mesquita Machado*.

### Deliberação (extracto) n.º 2510/2007

Por deliberação do Conselho de administração de 15 de Novembro de 2007:

Maria Dolores Perez Garcia, assistente de urologia da carreira médica hospitalar — exonerada, a seu pedido, do lugar que ocupa no quadro de pessoal deste Hospital, com efeitos desde 6 de Novembro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Lino Mesquita Machado*.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação

#### Despacho n.º 29864/2007

A Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, que define o regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares dos ensinos básico e

secundário, bem como os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio socioeducativo relativamente à aquisição e empréstimo dos mesmos, criou a possibilidade, no n.º 7 do artigo 9.º, de a avaliação para certificação ser realizada não apenas por comissões de avaliação para tanto constituídas por despacho do membro do governo responsável pela área da educação, mas também por entidades devidamente acreditadas para o efeito pelo serviço do Ministério da Educação.

O Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho, que regulamenta a Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, estabelece, pelos seus artigos 8.º e 9.º, as normas gerais a que deve obedecer a acreditação daquelas entidades, assim como o procedimento de avaliação para certificação por elas realizado. No sentido da sua concretização, impõe-se uma especificação dessas normas, no sentido de tornar esses procedimentos mais claros e flexíveis.

Considerando a necessidade de promover a acreditação de entidades para a certificação de manuais escolares, bem como a aprovação das especificações técnicas a que estes devem obedecer;

Atendendo ainda à necessidade de fixar o montante a pagar pela admissão à candidatura para avaliação e certificação e os valores máximos da comparticipação do Ministério da Educação nos custos do processo de avaliação e certificação;

Foram ouvidas as entidades representativas dos editores e livreiros. Assim:

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 9.º a 13.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, e nos artigos 8.º a 11.º do Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho, determino o seguinte:

1 — Podem candidatar-se à acreditação para avaliação dos manuais escolares, nos termos do n.º 7 do artigo 9.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto e do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho:

- a) Instituições de ensino superior público ou com reconhecimento público, suas unidades orgânicas e departamentos que assegurem a formação inicial ou contínua de docentes;
- b) Associações profissionais de professores;
- c) Sociedades ou associações científicas;
- d) Associações ou consórcios constituídos para o efeito entre quaisquer das entidades referidas nas alíneas anteriores.

2 — As entidades referidas no número anterior devem reunir os requisitos enunciados no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho.

3 — Para efeitos da alínea d) do n.º 1, aceitam-se associações ou consórcios informais, desde que uma das partes declare assumir a responsabilidade da entidade acreditada pelo processo de avaliação e certificação dos manuais.

4 — O procedimento de acreditação segue as regras definidas no aviso de abertura do procedimento a publicitar pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, nos termos do n.º 4 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho.

5 — Findo o procedimento de acreditação, a Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular publicita a lista das entidades acreditadas para as diferentes áreas curriculares, disciplinas e anos de escolaridade.

6 — Uma vez publicitada a lista das entidades acreditadas, os editores de manuais escolares podem submeter-lhes os manuais escolares para efeitos de parecer ou para efeitos de avaliação e certificação.

7 — As comissões de avaliação e as entidades acreditadas consideram os critérios definidos pelo artigo 11.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, com as especificações constantes do anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

8 — A verificação do cumprimento dos critérios relativos à qualidade material, nomeadamente quanto à robustez e ao peso, é realizada pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

9 — Os critérios referidos no número anterior não se aplicam à avaliação dos manuais escolares em uso.

10 — As entidades acreditadas devem informar o Ministério da Educação de todos os procedimentos de candidatura à avaliação para certificação que sejam interrompidos por iniciativa ou omissão dos editores na sequência de parecer negativo ou recomendação de alteração.

11 — Concluído o procedimento de avaliação, para certificação o relatório final de avaliação é enviado, para homologação, à Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, através de carta registada com aviso de recepção, acompanhado do manual avaliado e da identificação e currículo dos elementos que procederam à avaliação.

12 — O dirigente máximo do serviço referido no número anterior deve proferir decisão de homologação ou de não homologação no prazo de 10 dias seguidos a contar da data de recepção do processo, dando conhecimento aos interessados.

13 — Na ausência de decisão de homologação no prazo previsto no número anterior, esta considera-se tacitamente concedida.

14 — Uma vez homologado, expressa ou tacitamente, o relatório de avaliação e em caso de decisão favorável, as editoras podem iniciar a divulgação e a promoção dos respectivos manuais junto das escolas, respeitados os prazos e limites fixados no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto.

15 — Após a decisão final das comissões de avaliação ou das entidades acreditadas não são admitidas quaisquer alterações aos manuais avaliados, com excepção de simples correcções.

16 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho, é fixado em € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) o montante a pagar pela admissão à candidatura para avaliação e certificação de cada manual escolar.

17 — O valor máximo da comparticipação do Ministério da Educação nos custos da avaliação e certificação de manuais escolares por entidades acreditadas é fixado por protocolo celebrado entre elas e o Ministério da Educação não podendo exceder a quantia de € 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros) por manual escolar.

30 de Novembro de 2007. — Pela Ministra da Educação, o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, *Jorge Miguel de Melo Viana Pedreira*.

#### ANEXO

Especificação dos critérios de avaliação para certificação  
O manual certificado deve:

1) Quanto ao rigor linguístico, científico e conceptual:

a) Quanto ao rigor linguístico:

i) Usar correctamente a Língua Portuguesa (sem erros ou incorrecções de carácter sintáctico ou morfológico e obedecendo às regras consolidadas de funcionamento da Língua);

ii) Usar o vocabulário apropriado e uma linguagem adequada e inteligível;

iii) Construir um discurso articulado e coerente, obedecendo aos princípios da lógica.

b) Quanto ao rigor científico:

i) Transmitir a informação correcta e actualizada correspondendo ao saber consolidado, em particular na área curricular ou na disciplina;

ii) Transmitir a informação sem erros, confusões ou situações que induzam a erros e confusões.

c) Quanto ao rigor conceptual:

i) Não empregar terminologias erradas ou que não sejam de uso corrente das disciplinas e áreas curriculares específicas;

ii) Não usar conceitos incorrectos, imprecisos e em contexto inadequado, no quadro da respectiva disciplina e área curricular.

2) Quanto à adequação ao desenvolvimento das competências:

a) Adequar-se ao desenvolvimento das competências gerais inscritas no currículo;

b) Adequar-se às competências específicas definidas no currículo do respectivo ano e ou nível de escolaridade;

c) Proporcionar a integração transversal da educação para a cidadania.

3) Quanto à conformidade com os programas e orientações curriculares:

a) Apresentar os conhecimentos da disciplina ou área curricular no respeito pelos programas e orientações curriculares oficiais;

b) Responder de forma integral e equilibrada aos objectivos e conteúdos do programa ou orientações curriculares.

4) Quanto à qualidade pedagógica e didáctica:

a) Facultar a informação adequada e em linguagem adaptada ao nível etário dos alunos a que se destina;

b) Apresentar uma organização coerente;

c) Promover as aprendizagens com base na resolução de problemas e de carácter experimental, em particular nas disciplinas científicas, nomeadamente, Estudo do Meio, Ciências da Natureza, Ciências Naturais, Biologia e Geologia, Biologia, Geologia, Ciências Físico-Químicas, Física, Química, Matemática, Matemática A, Matemática B, Matemática Aplicada às Ciências Sociais, e nos termos dos programas e das orientações curriculares em vigor;

d) Apresentar as figuras e ilustrações adequadas, sem erros ou sem situações que induzam ao erro.

5) Quanto aos valores:

a) Não fazer referências a marcas comerciais de serviços e produtos, que possam constituir forma de publicidade, com excepção das informações relativas a produtos e serviços de natureza educativa, próprios do editor e adequados ao nível etário dos alunos a que se destina o manual, que devem em qualquer caso ser claramente separadas do conteúdo didáctico-pedagógico do manual propriamente dito;

b) Não fazer ou induzir discriminações de carácter cultural, étnico, racial, religioso e sexual e respeitar o princípio da igualdade de género;

c) Não constituir veículo de evidente propaganda ideológica, política ou religiosa.

6) Quanto à possibilidade de reutilização e adequação ao período de vigência previsto:

a) Não incluir espaços livres para a realização de actividades e de exercícios, com excepção dos manuais escolares destinados aos 1.º e 2.º anos de escolaridade e os manuais escolares de Língua Estrangeira.

7) Quanto à qualidade material, nomeadamente, a robustez e o peso:

a) Apresentar robustez suficiente para resistir à normal utilização;

b) Dispor de formato e conter dimensões e peso (ou cada um dos seus volumes) adequados ao nível etário do aluno, designadamente:

i) Usar papel com peso entre 70 g/cm<sup>2</sup> e 120 g/cm<sup>2</sup>;

ii) Ter dimensões entre o formato A5 e 25 cm × 31 cm ou 31 cm × 25 cm;

iii) Ter um peso máximo por volume de 550 gramas (para o 1.º ciclo de escolaridade) ou 750 g (para os 2.º e 3.º ciclos de escolaridade).

#### Despacho n.º 29865/2007

A Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, que define o regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares dos ensinos básico e secundário, bem como os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio sócio-educativo relativamente à aquisição e empréstimo dos mesmos, definiu como linhas de actuação do Estado, entre outras, a promoção da estabilidade dos programas de estudos e dos instrumentos didácticos correspondentes, tendo em vista desenvolver os padrões de qualidade e assegurar a estabilidade no sistema educativo.

Para o efeito, a lei alargou os períodos de vigência da adopção dos manuais escolares, o que, além de contribuir para a estabilidade da organização pedagógica nas escolas, visa facultar às famílias, através da possibilidade de reutilização, uma redução dos encargos que suportam com a sua aquisição.

Nos termos do disposto no artigo 35.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, o calendário de adopções pode ser alterado, mediante despacho do Ministro da Educação, tendo em vista alargar o período de vigência da adopção de manuais escolares e regularizar no tempo os procedimentos de adopção.

Foram ouvidas as entidades representativas dos editores e livreiros.

Assim, ao abrigo do artigo 35.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, determino o seguinte:

1 — É aprovado o calendário das adopções de manuais escolares a partir do ano lectivo de 2008/2009, em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante, sendo igualmente disponibilizado na página electrónica da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

2 — Sempre que não haja lugar à adopção de manuais escolares em áreas curriculares ou disciplinas para as quais, de acordo com o calendário de adopções anteriormente aprovado, essa adopção estivesse prevista, é prolongada a sua vigência até à nova adopção, determinada nos termos do calendário a que se refere o presente despacho.

3 — Quando no calendário anexo ao presente despacho se alude a todas as áreas curriculares ou a todas as disciplinas devem considerar-se sempre excluídas aquelas nas quais, nos termos da Portaria prevista no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho, não haja lugar à adopção de manuais escolares.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir da data de assinatura.

30 de Novembro de 2007. — Pela Ministra da Educação, o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, *Jorge Miguel de Melo Viana Pedreira*.

#### ANEXO

#### Calendário de Adopções dos Manuais Escolares

1 — No ano de 2008, serão objecto de adopção para o ano lectivo de 2008/2009:

a) Os manuais escolares de todas as disciplinas curriculares do 9.º ano de escolaridade, com excepção dos manuais escolares das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática;

b) Os manuais escolares de todas as disciplinas dos cursos científico-humanísticos do 11.º ano, com excepção dos manuais escolares de Português, Matemática A, Matemática B, Matemática Aplicada às Ciências Sociais e História da Cultura e das Artes.

2 — No ano de 2009, serão objecto de adopção para o ano lectivo de 2009/2010 os manuais escolares de todas as disciplinas do 12.º ano dos cursos científico-humanísticos, com excepção dos manuais escolares de Português, Matemática A, Matemática B e Matemática Aplicada às Ciências Sociais.

Exma. Senhora  
Dr.<sup>a</sup> Joana Isabel Pinheiro Peixinho  
Rua Bombeiros Novos, 12  
3800-905 SÃO JACINTO – AVEIRO

04. JAN 2011

Sua referência:  
Carta de 13/12/2010

Nossa referência: S- DGIDC/2011/12  
DSDC/DMEMDEE/2011

**Assunto: Pedido de documentação sobre manuais escolares.**

Em referência à carta e ao assunto mencionados em epígrafe, cumpre-me informar V.  
Ex.<sup>a</sup> de que:

1 – O *Relatório do Grupo de Trabalho Manuais Escolares*, datado de 8 de Junho de 2005, contempla explicitamente, no seu n.º 2.1, um “Balanço da aplicação do Decreto-Lei n.º 369/90”. Este *Relatório* está disponibilizado, com a designação acima transcrita, no seguinte endereço electrónico:

[http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governo/MEd/Relatorio Manuais Escolares.pdf](http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governo/MEd/Relatorio_Manuais_Escolares.pdf).

O mesmo ser-lhe-á enviado em formato “pdf”, via e-mail;

2 – Visando a selecção e adopção de manuais escolares, existem dois tipos de grelha de “Registo de Apreciação e Adopção”, com os respectivos “Critérios de Apreciação/Componentes de Análise”: uma relativa à selecção e adopção de manuais escolares que ainda não foram sujeitos à avaliação e certificação prévia e outra relativa à selecção e adopção de manuais submetidos a avaliação e certificação de manuais, prévia à sua adopção. Estas grelhas, a serem preenchidas pelos professores no âmbito do processo de selecção e adopção de manuais escolares, estão disponíveis na Base de Dados de Manuais Escolares/página electrónica desta Direcção-Geral: <http://www.dgidc.min-edu.pt>, de acesso restrito às escolas. Estas grelhas ser-lhe-ão também enviadas em formato “pdf”, via e-mail;

3 – Foi superiormente autorizada a consulta dos Relatórios de Avaliação dos Manuais Escolares de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade, relativos ao ano lectivo de 2010-2011 e que se encontram concluídos e homologados, em data a articular com V. Ex.ª.

4 – Agradecemos que oportunamente seja dado conhecimento da sua dissertação de mestrado, bem como de eventuais resultados parcelares da sua investigação relativos a manuais escolares, a esta Direcção-Geral.

Com os melhores cumprimentos.

A Directora de Serviços da DSDC



Luísa Ucha

## **ANEXO 5**

**CORREIO ELECTRÓNICO 1 POR PARTE DA DGIDC PARA ACERTO DA DATA PARA CONSULTA DOS RELATÓRIOS DOS ME DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO DO 1.º ANO DE ESCOLARIDADE AVALIADOS E CERTIFICADOS**

31 de Março de 2011

Exma. Senhora

Dr.ª Joana Isabel Pinheiro Peixinho

Em referência ao seu pedido de consulta de Relatórios Finais de Avaliação relativos aos manuais escolares da Área Curricular Disciplinar de Estudo do Meio do 1.º Ano de Escolaridade, submetidos à avaliação prévia no ano lectivo de 2009-2010, cumpre-me informar que a mesma foi superiormente autorizada. Assim, deverá V. Ex.ª contactar a Divisão de Manuais Escolares, por esta via, propondo uma data, a partir do próximo dia 6 de Abril, para proceder à referida consulta, a ter lugar nas instalações da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

Com os melhores cumprimentos

A Chefe de Divisão

Ana Neves



## **ANEXO 6**

**CORREIO ELECTRÓNICO 2 POR PARTE DA DGIDC PARA CONFIRMAÇÃO DA DATA PARA CONSULTA DOS RELATÓRIOS DOS ME DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO DO 1.º ANO DE ESCOLARIDADE AVALIADOS E CERTIFICADOS**

06 de Abril de 2011

Exma. Senhora

Dr.ª Joana Isabel Pinheiro Peixinho

Foi aceite a data e a hora propostas por V. Ex.ª. Assim, na recepção da DGIDC deverá solicitar para falar com o técnico da Divisão de Manuais Escolares, Material Didáctico e Equipamentos Educativos (DSDC/DMEMDEE), Sr. Dr. Carlos Caetano, que lhe proporcionará a consulta da documentação solicitada.

Com os melhores cumprimentos

A Chefe de Divisão

Ana Neves

## ANEXO 7

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA, REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 2011, AO AUTOR 1  
DO ME DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINA DE ESTUDO DO MEIO AVALIADO E  
CERTIFICADO E RESPECTIVO RESUMO DAS IDEIAS TRANSMITIDAS

**E1** – Respeitante à sua formação gostava de saber a sua formação base . a sua licenciatura?

**Comentário [Joana1]:** Possui uma licenciatura em administração e gestão escolar pela Escola Superior de Fafe.

**P1** – ahm portanto a licenciatura é exactamente em administração e gestão escolar . tenho naturalmente uma formação base o curso do magistério primário . aliás eu fui para o magistério primário depois de concluir o antigo sétimo ano dos liceus . houve uma situação imprevista da minha vida (risos) que foi a minha mulher . e quando me preparava para ir para Coimbra o curso dos acontecimentos sofreu alteração e fui parar ao curso do magistério primário de Viseu (risos) portanto depois . em termos profissionais dei aulas não só no primeiro ciclo como também na antiga escola preparatória correspondente hoje ao segundo ciclo ahm português, estudos sociais e história

**E1** – Portanto tirou o magistério primário e depois licenciou-se em administração e gestão escolar

**P1** – Exactamente \_ \_ \_

**E1** – Tirada em que instituição?

**P1** – Tirada na Escola . Escola Superior de Fafe

**E2** – Possui outros graus académicos para além da licenciatura?

**Comentário [Joana2]:** Para além da licenciatura não possui outros graus académicos.

**P2** – Tenho exactamente um diploma em ... psicologia mas uma . não é exactamente . é um diploma num curso que havia ahm . em que era enviada . era enviar os documentos informativos para casa e depois íamos fazer um exame . era pedopsicologia se não estou em erro . essa habilitação que efectivamente eu tenho só mais nada e depois tenho .

**E2** – Mas não lhe foi dada equivalência em

**P2** – Não em absolutamente nada . também não é isso que eu procuro (risos) procuro realmente é ... nunca é a perfeição mas procuro tanto quanto possível em actualização permanente

**E3** – Disse-me que tirou o curso do magistério primário

**Comentário [Joana3]:** Deu aulas no 1.º CEB durante, sensivelmente, vinte anos.

**P3** – Em Viseu concretamente . fiz lá o curso complementar dos liceus . aliás toda a minha carreira académica até ao sétimo ano dos liceus e depois fiz lá o curso do magistério primário precisamente

**E3** – Mas exerceu funções docentes no primeiro ciclo?

**P3** – Exerci funções docentes no primeiro ciclo no Marco de Canaveses portanto fui para a \* . depois aqui na Póvoa do Varzim já depois do serviço militar cumprido . que eu cumpri o serviço militar aqui na Póvoa . e depois estive aqui na escola preparatória da Póvoa do Varzim e em Vila Nova de Cerveira também

**E3** – Então exerceu funções docentes no primeiro ciclo durante quanto tempo? Sabe especificar?

**P3** – Ahm foi durante muito anos porque eu depois de ter sido colocado em Vila Nova de Cerveira e como a distância era enorme e eu ia e vinha diariamente e . quando regressada ainda tinha que dar explicações . porque os professores primários deixei-me chamar assim para sobreviver e \* asas aos filhos teriam que trabalhar noutras situações não é? eu dava explicações . e porque me cansei exactamente dessa viagem de ida e volta . então enverguei novamente no primeiro ciclo . eu trabalhei no primeiro ciclo seguramente ... à volta de 20 anos sensivelmente . não lhe posso dizer com precisão mas foi à volta de 20 anos

**E4** – Já falamos um bocadinho mas pode-me descrever o seu percurso profissional?

**Comentário [Joana4]:** Foi docente do 1.º CEB e também na escola preparatória (leccionou as disciplinas: português, história e ciências sociais). Desempenhou cargos de direcção de turma e encarregado de direcção. Aquando do serviço militar foi director e docente nas escolas regimentais.

**P4** – Portanto . trabalhei um ano numa escola primária no concelho de Marco de Canaveses onde a minha mulher já estava a dar aulas . depois interrompi para o serviço militar mas mesmo enquanto prestava serviço militar obrigatório estive ligado ao ensino na medida que fui director das escolas regimentais no \* onde eu prestei serviço. militar . onde digamos . com maior duração que era aqui na Póvoa do Varzim . foi devo dizer um experiência gratificante porque as escolas regimentais não funcionavam . os sargentos que davam aulas não davam . recebiam só o vencimento no final do mês e eu contra tudo e contra todos pus as escolas regimentais a funcionar e muitos . muitos soldados

conseguiram um nível de alfabetização bastante razoável . na altura o quarto ano . de tal forma entusiasmei o comandante de unidade que ele já queria ir para a teleescola também etc etc . portanto mesmo em serviço militar a minha ligação ao ensino manteve-se ... sai entretanto ahm acabei o serviço militar de aulas um ano na escola primária aqui na Póvoa depois fui para a escola preparatória onde fui de tudo . desde professor director de turma encarregado de direcção . na altura em que não se elegeram conselhos directivos após o vinte e cinco de Abril . encarregado de direcção membros dos conselhos directivos . na altura assim se chamavam . ahm e estive como lhe disse como professor de português história e estudos sociais uma disciplina que na altura existia ahm eu sinceramente não sei precisar muito bem mas acho que estive aqui seis ou sete anos aqui na Póvoa na escola preparatória . depois ahm graças a um erro na colocação fui desterrado para Vila Nova de Cerveira onde gostei muito de estar porque fizemos um trabalho meritório . um levantamento sócio cultural e económico de todo o concelho . foi um trabalho de facto notável ahm e depois regressei à Póvoa ao primeiro ciclo . portanto à escola primária .  
\* durante largos anos até à minha aposentação

**E5** – Falando agora do seu papel como autor de manuais escolares . O manual “XXXXXXXXXX” foi o primeiro cuja . foi o primeiro ou já colaborou ou elaborou outros?

**Comentário [Joana5]:** Elaborou vários ME. Contudo, o ME de Estudo do Meio do 1.º ano que foi sujeito à avaliação e certificação foi o primeiro que teve outro autor a colaborar consigo.

**P5** – Não . foi exactamente o primeiro manual que eu tive alguém a colaborar comigo embora todo o manual tivesse sido feito por mim a colaboração limitou-se quase a uma colaboração de revisão e de lhe acrescentar algumas sugestões . quer o manual do primeiro ano quer o do segundo ano que já está \*

**E5** – Mas para além deste já . já

**P5** – ah sim . comecei a publicar manuais há muito tempo . mas sempre sozinho . quer os manuais de Língua Portuguesa quer os de Estudo do Meio quer os de Matemática . \* nós professores primários somos polivalentes (risos) desde que sejamos polivalente com algum sentido de responsabilidade ahm portanto este manual é que eu entendi que devia de ter alguém a colaborar comigo no sentido de qualquer dia a editora ter alguém que pudesse assegurar a continuidade . tive essa colaboração no primeiro ciclo . perdão . no primeiro

ano de Estudo do Meio ahm no segundo ano de Estudo do Meio . tive em matemática também colaboração só que em Língua Portuguesa as colaboradoras que apareceram não trabalharam tanto quanto eu entendi que deviam de trabalhar . ou melhor com o sentido de responsabilidade e de entrega ao serviço \* . para mim é assim todos os actos que nós praticamos na vida tem que ser feito exactamente com amor e com doação absolutamente total . ao contrário é melhor não \* não aceitar responsabilidades porque se é para estar à espera como diz o povo para dormir à sombra da bananeira então é melhor não .

**E6** – uhm E o que o motivou para a realização desta tarefa? Para a elaboração de manuais escolares?

**Comentário [Joana6]:** Considerava que os ME não veiculavam critérios de exigência que pretendia. Começou a elaborar ME há mais de dez anos, através de um convite de uma editora.

**P6** – Olhe foi mais um desafio que foi colocado pela minha mulher (risos) . eu fui arrastado para professor primário pela minha mulher e também com os manuais escolares aconteceu a mesma coisa . eu rejeitava preliminarmente todos os manuais escolares que me apareciam . porque entendia que não . em critérios de exigência não satisfaziam aquilo que eu realizava nas salas de aula . portanto uma postura na sala de aula uma orientação de ensino na sala de aulas de exigência absoluta . normalmente quem exige também dá . isto não é um auto-elogio mas naturalmente que o fazia . e um dia em conversa com um comercial de uma editora . esse comercial disse-me o professor [REDACTED] nunca compra manual nenhum nem livro de fichas nem nada e a minha mulher disse-lhe vá ver como ele trabalha na sala de aula e depois percebe a razão porque ele não compra exactamente esses manuais esse livros complementares . pronto e começou ai . dai surgiu um convite de uma editora que pertence agora ao grupo [REDACTED] . surgiu um convite de uma editora para eu fazer o manual de Língua Portuguesa . e o que custa mais é o primeiro . portanto eu não procurei editora nenhuma a editora procurou-me fiz um primeiro manual de Lingua Portuguesa e depois as coisas arrastaram-se por ai . entretanto formou-se outra editora com funcionários dessa primeira que eu escrevi

**E6** – Sabe precisar o ano em que começou

P6 – Ai não sei . eu em datas sou absolutamente . absolutamente desligado delas . não sei . mas há mais de dez anos seguramente . mas não sei precisar (risos)

E7 – Quais as dificuldades principais que pensa que interferiram na elaboração do seu manual escolar?

P7 – As principais dificuldades relacionam-se com uma imposição das editoras

E7 – Imposição em que aspecto?

P7 – Imposição no aspecto . números de páginas ... ahm . queriam as tradicionais cento e quarenta e quatro páginas . e eu informei que realmente ahm o meu poder de elaboração e eventual criatividade não estava subjugado ao número de páginas que a editora me \* . foi terrível . uma luta terrível para eu conseguir eliminar essa barreira das cento e quarenta e quatro páginas . ahm . depois impuseram que . eu teria que ser menos exigente na abordagem dos conteúdos . menos exigente menos profundo . coisa que contrariava plenamente aquilo que eu pretendia . ainda em relação ao número de páginas essa exigência venci recentemente uma guerra que é apresentar dois volumes para o mesmo manual . porque me permite a mim ser mais profundo na abordagem dos vários conteúdos por um lado e por outro lado reduz significativamente o peso que o aluno transporta para a sala de aula . consegui isso . não queriam . eu compreendo . uma empresa tem por objectivo imediato o lucro . quanto mais páginas tiver mais ilustração há . mais tem que pagar ao ilustrador mais tem que pagar à gráfica e menos lucro advém para a editora . compreendo que são campos de actuação completamente diferentes . o meu que pretende exactamente o livro . critérios pedagógicos . e o da editora cujo objectivo imediato são exactamente os lucros . portanto as maiores dificuldades residiram efectivamente aí . depois prazos que eu gostei sempre de respeitar prazos . mas às vezes os prazos . lembravam-se de me pedir determinada obra mas lembravam-se tardiamente e isso obrigavam-me a trabalhar dia e noite que eu se sou escravo de alguma coisa sou escravo de horários escravo da pontualidade e escravo de também . de cumprir realmente aquilo que eu me comprometo a fazer . portanto digamos que forma esse três campos as

**Comentário [Joana7]:** Destaca com principais dificuldades na elaboração de ME, o número limite e estandardizado de páginas; o timing reduzido; e o moderado nível de exigência na abordagem de conteúdos exigido pela editora. Apresenta como solução destas dificuldades a elaboração de dois volumes para o mesmo manual. Reconhece que não é uma solução vantajosa para as editoras, mas crê que assim pode ser mais abrangente na abordagem dos conteúdos e, de igual modo, é uma vantagem para os alunos pois transportam menos peso para a sala de aula.

maiores dificuldades . de resto não . não porque enfim . tenho alguma capacidade de trabalho . de trabalho duro não é?

**E8** – E que finalidades teve em conta na elaboração do seu manual escolar?

**P8** – ... ora bem . está-se a referir concretamente ao manual

**E8** – Sim ao manual . especificamente ao manual de Estudo do Meio do 1.<sup>o</sup> ano

**P8** – Primeiro lugar o cumprimento daquilo que está . no currículo nacional do ensino básico e nos novos programas efectivamente impõem que é . tornar o ensino quanto mais o possível mais experimental não é? bastante experimental . partir de questões problema para a análise da realidade circundante e . portanto . e obviamente permitir que os alunos ahm . desenvolvessem competências linguísticas também . ao nível oral ao nível escrito e competências de argumentação portanto de observação da realidade de . de .de tirar conclusões de generalizar e portanto como lhe disse também de ser capaz de argumentar . é fundamental isso . o saber observar o saber intervir também no meio o saber argumentar são finalidades que me parecem de facto notórios . o próprio currículo nacional do ensino básico vem assim dizer . consagra nos seus princípios

**E9** – E que competências? Quais são as competências que tem especialmente em conta na elaboração do manual escolar?

**P9** – Ora bem são também aquelas que o currículo nacional do ensino básico efectivamente consagra não é? as competências específicas as competências transversais . ao fim ao cabo o Estudo do Meio tem que contribuir de uma forma séria . de uma forma insistente para a formação da cidadania . todos os conteúdos podem ser orientados \* para esse sentido . eu não pretendo exactamente que o manual . eu digo frequentemente a vários colegas o manual aponta apenas pistas não é uma bíblia ao serviço dos professores . não é um guia . aponta pistas e o professor é que tem que depois exactamente aproveitar essas pistas para efectivamente fazer a formação ahm da cidadania . ou formar o aluno nesse aspecto que eu disse observação . saber observar saber interpretar saber concluir saber generalizar e saber actuar . e uma das

**Comentário [Joana8]:** Na elaboração do ME tem por finalidade a adequação deste ao currículo nacional e aos programas.  
Salienta a importância do ensino experimental, assim com do saber-observar, saber-argumentar e o saber-intervir.

**Comentário [Joana9]:** Afirma que consagra na elaboração do ME as competências que o currículo nacional do ensino básico estipula.  
No entanto, salienta que as competências de Estudo do Meio podem ser um contributo à formação da cidadania nos alunos.

competências fundamentais no estudo do meio é exactamente essa . saber ser cidadão . contribuir para a cidadania

**E10** – E que quais os documentos curriculares que teve em consideração na elaboração do manual escolar?

**P10** – Exactamente os programas e o currículo nacional do ensino básico

**E10** – uhm e privilegiou algum?

**P10** – Não . tentei misturá-los . tentei conciliá-los harmoniosamente

**E10** – E é uma tarefa fácil? harmonizar

**P10** – Fazer um casamento feliz . Não. Não porque como sabe no estudo do meio ahm . eu penso que havia necessidade de reformular os conteúdos programáticos ... a sociedade evoluiu . as tecnologias evoluíram embora nós procuremos exactamente tanto quanto possível efectivamente apelar à utilização das novas tecnologias . mas há certos conteúdos que me parece que podiam ser remodelados . na língua portuguesa houve uma reformulação dos programas em matemática houve uma reformulação dos programas eu estava à espera que efectivamente no estudo do meio também houvesse uma reformulação dos programas tornando-os adequáveis e adaptáveis àquilo que o currículo nacional do ensino básico preconiza . mas não . os programas mantêm-se como sabe não é? . o currículo nacional é que veio colorir um bocadinho mais exactamente aquilo que já existe . mas na minha opinião não é suficiente

**E11** – Focalizando-nos agora no processo de avaliação e certificação dos manuais escolares ahm qual é a sua posição relativamente ao processo?

**P11** – De absoluta concordância

**E11** – Porquê?

**P11** – Aplauso mesmo . na medida em que ... não pode um autor elaborar manuais segundo . exclusivamente segundo a sua própria perspectiva ... há situações ahm que precisam ser mais desenvolvidas . há situações que precisam exactamente de ser corrigidas mesmo . não só ao nível do texto como ao nível da ilustração . nós notámos isso . notámos exactamente que . devo dizer-lhe que ao nível da ilustração eu ahm pronto . satisfaço-me com pouco porque eu se fosse ilustrador era um péssimo ilustrador e portanto não

**Comentário [Joana10]:** Para elaborar o ME o entrevistado utiliza o programa e o currículo nacional do ensino básico, não privilegiando um em prol do outro. Afirma que não é fácil harmonizar os dois documentos. Acresce que o programa de Estudo do Meio necessitava de uma reformulação.

**Comentário [Joana11]:** Relativamente ao actual processo de avaliação e certificação dos ME o autor afirma que é de absoluta concordância. Justifica essa sua posição com o facto das comissões de avaliação e certificação enriquecerem o ME, tornando-o com maior qualidade. Relata que o autor não domina todas as áreas curriculares e, portanto, a equipa de avaliação e certificação traduz-se numa mais-valia para enriquecer o ME. Afirma que existe diálogo entre a equipa científico-pedagógica de avaliação e certificação e o autor.



tenho sentido crítico suficiente para a ilustração . e ahm . a comissão de avaliação e certificação que foi da [REDACTED] . a presidente foi a [REDACTED] ahm foi realmente muito criteriosa até na análise da própria ilustração . portanto aquilo que passa às vezes ao autor quer a nível do texto . se calhar às vezes não está bem actualizado, não bem ahm conforme com a cientificidade que se pretende . na abordagem das questões na . na digamos na informação que é prestada no manual e a comissão de avaliação e certificação vem repor um bocadinho de ... digamos critérios mais exigentes ainda em certos manuais . e não me custa nada a mim que a comissão de avaliação e certificação diga que este aspecto podia ser abordado desta forma e daquela forma . nós depois da comissão de avaliação e certificação avaliar os manuais escolares temos uma reunião para sabermos o feedback dessa comissão e dialogamos naturalmente . colocamos exactamente na mesa as nossas perspectivas concordantes ou discordantes da avaliação que foi efectivamente feita e das sugestões que foram adiantadas . e não me custa nada a mim aceitar que algumas sugestões avançadas estão correctamente avançadas . portanto a avaliação dos manuais vem tornar o manual digamos melhor . se é possível falar nisso . o manual fica enriquecido com a actuação com o desempenho dessa comissão de avaliação e certificação seja ela qual for . há comissões de avaliação e certificação mais exigentes menos exigentes . eu direi que tive a sorte de encontrar uma comissão de avaliação e certificação quer em matemática quer em estudo do meio . \* os manuais de língua portuguesa não foram ainda avaliados e certificados . avaliados foram já pela Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular os terceiros e quartos anos mas não foi avaliado ainda o primeiro e o segundo ano . o que eu também [estranho e discordo] . portanto só para lhe dizer uma pincelada que eu concordo inteiramente com a avaliação . só foi avaliado infelizmente o primeiro ano de estudo do meio este ano o estudo do meio não foi avaliado . mas de tal forma eu entendi que era necessário uma avaliação que pedi à editora que contactasse a [REDACTED] [REDACTED] no sentido de ver se ela estaria disponível para fazer a revisão científica do manual

**Comentário [Joana12]:** Não compreende porque é que não houve uma continuidade na avaliação e certificação dos ME de Estudo do Meio dos anos escolares seguintes.

**E11** – Uma avaliação mais informal . sem o intuito de certificar?

**Comentário [Joana13]:** Recorreu novamente à equipa científico-pedagógica para avaliar o ME de Estudo do Meio do 2.º ano de escolaridade.

**P11** – Exactamente . sem o intuito de certificar . mas de qualquer maneira podia ser outro revisor qualquer mas entendi que não . que deveria de ser exactamente alguém exigente . e esse alguém exigente foi a Professora que coordenou a equipa o ano passado na avaliação de estudo do meio do primeiro ano . é só para lhe dizer que todo este fio discursivo (risos) comprova claramente que eu sou claramente a favor da avaliação e certificação dos manuais . vem trazer maior qualidade ao manual e tudo o que é implementar maior qualidade no manual é bem-vindo . o autor não domina todas as áreas . ao autor escapa quantas vezes algo que abre a boca na avaliação . como é que eu deixei passar isso? como é que eu? acontece efectivamente isso . e portanto há alguém que está atento há alguém que realmente . não é o corrigir é sugerir exactamente a melhoria que é . é bom e nós temos que ter o espírito aberto para de facto aceitar que isso é bom para o ensino . é bom para os alunos . é bom até para o próprio autor

**Comentário [Joana14]:** Refere que o processo de avaliação e certificação dos ME é benéfico para o ensino, para os alunos e para o próprio autor.

**E12** – uhm já me focalizou algumas . mas na sua perspectiva este processo apresenta alguma mais-valia?

**Comentário [Joana15]:** A mais-valia deste processo é a melhoria da qualidade dos ME.

**P12** – Obviamente . a grande mais-valia é a melhoria exactamente da qualidade dos manuais e . estando efectivamente assegurada essa melhoria da qualidade dos manuais está necessariamente assegurada também ahm a melhoria da qualidade do ensino e desse facto resulta naturalmente ... portanto é efectivamente isso melhora a qualidade . a mim mais do que estar lá revisão científica ou . avaliação e certificação . importa-me é que o manual efectivamente tenha qualidade

**E13** – E quais os aspectos menos positivos . se existentes?

**Comentário [Joana16]:** Não destaca nenhum aspecto menos positivo. Sobressai que o trabalho realizado pela equipa científico-pedagógica de avaliação e certificação, foi admirável.

**P13** – Não vejo aspectos menos positivos na avaliação e certificação dos manuais escolares . todos os aspectos são positivos . desde que a comissão trabalhe com sentido construtivo . quando alguém trabalho com sentido construtivo não tem efectivamente

---

**E13** – Mas neste processo que decorreu o ano passado não destaca nenhum aspecto

**P13** – Nenhum aspecto negativo . pelo contrário tudo o que eu possa dizer é no sentido de enaltecer o trabalho . só posso falar nesta comissão de avaliação e certificação da [REDACTED] é a única que eu conheço . mas de facto eles foram \* soberbos na forma como avaliaram o manual e naturalmente eu generalizo todas as comissões de avaliação e certificação terão como objectivos imediatos exactamente os mesmos que teve a [REDACTED]

**E14** – Após a entrada em vigor do processo de avaliação e certificação dos manuais escolares denota alguma modificação na concepção dos manuais escolares?

**Comentário [Joana17]:** Denota modificações na concepção dos ME. Afirma que o processo de avaliação e certificação fez com que os autores, assim como outros intervenientes na concepção de ME, estivessem mais atentos aquando a realização dos mesmos.

**P14** – Com certeza . com certeza . falei há pouco do ilustrador . noto por exemplo que o ilustrado tem mais cuidado com a ilustração . mesmo da minha parte naturalmente vou tentar estar atento que . numa elaboração de um outro manual pós certificação do anterior eu vou evitar cometer exactamente os mesmos erros . porque tem erros todo o nosso trabalho tem erros . seja qual for a área . há erros em casa no trabalho doméstico há erros na rua ao atravessar a rua erramos não é? quantas vezes? ahm . às vezes queremos simplificar demasiado as coisas e acabamos exactamente por complicá-las e esses erros efectivamente existem . a autor o ilustrador . fazem de facto uma aprendizagem . ou pelo menos são despertados para situações que não podem repetir em manuais sequentes àquele que foi avaliado . portanto essa grande vantagem . há efectivamente essa preocupação . não repetir erros não repetir ahm ... eventuais situações menos adequadas

**E15** – O seu manual de estudo do meio beneficiou em algo com este processo?

**Comentário [Joana18]:** O autor afirma que o seu ME de Estudo do Meio beneficiou com o processo de avaliação e certificação.

**P15** – Para mim sim . beneficiou com certeza

**E15** – Em quê?

**P15** – Olhe concretamente beneficiou até ahm na metodologia de abordagem ... das experiências . eu se calhar estava a ser demasiado exigente . demasiado . e graças ao trabalho da comissão de avaliação e certificação eu convenci-me que realmente que devia de ser menos exigente na metodologia a seguir para abordar as experiências não é?

**E15** – Mas estava a ser muito exigente em que aspecto?

**P15** – Estava a ser sobretudo na elaboração dos relatórios ... portanto estaria talvez demasiado exigente . utilizar às vezes terminologia ahm não adequada á faixa etária . não totalmente adequada à faixa etária a que se destinava . se bem que . como lhe disse há bocadinho o manual é . um instrumento ao serviço do professor não é guião . é mais um instrumento e obviamente entre o manual e o aluno existe o professor para obviamente desbloquear determinadas situações . essencialmente na exigência que eu colocava e portanto ao nível da terminologia ao nível da elaboração de relatórios etc etc que eu tive que reformular um bocadinho esses meus critérios

**E15** – Então o seu manual melhorou

**P15** – Melhorou com certeza . estou absolutamente convencido disso . sem me preocupar com os resultados lá fora de quem o adopta exactamente mas na minha opinião melhorou sensivelmente

**E16** – E que alterações sugeria a este processo?

**P16** – Nenhuma . nenhuma . acho que o processo funciona bem . só tenho pena é se por uma questão económica . \* não sei se foi por uma questão económica sei que os manuais do segundo ano de estudo do meio não foram avaliados e certificados . não foram avaliados e certificados os manuais de língua portuguesa dos primeiros e dos segundos anos o único que se manteve a avaliação foi o manual de matemática do segundo ano . e eu tenho pena que efectivamente isto acabe ... há regras e quando as pessoas sabem que há regras quando as pessoas sabem que vão ter alguém . não é a fiscalizar . eu não entendo eu não entendo que o trabalha de uma comissão de avaliação e certificação seja fiscalizar, não é . é o de ajudar . eu entendo isto como mais ahm alguns membros que surgiram neste processo para ajudarem a melhorar o manual e portanto tudo o que contribui para isso é bem-vindo . portanto a única coisa que eu sugeria é que mantivessem a avaliação dos manuais

**E16** – E então que houvesse uma continuidade?

**P16** – Absolutamente . absolutamente . agora eu tenho medo de como lhe disse que . o país está como nós sabemos com dificuldades financeiras imensas e eu tenho medo que realmente o processo pare . e é mau . é mau

**Comentário [Joana19]:** Não sugere nenhuma alteração ao processo de avaliação e certificação dos ME. Salaria uma vez mais a utilidade do processo de avaliação e certificação dos ME no aumento da qualidade dos mesmos.

**Comentário [Joana20]:** Ressalta a importância de uma continuidade na avaliação e certificação dos ME. Defende que o término deste processo não é benéfico para o ensino em geral.

para o ensino é mau para a qualidade dos manuais é mau para os próprios alunos é mau para os professores . porque eu penso que ao nível exactamente dos agrupamentos será muito mais fácil escolher o manual se já se sabe que ele foi avaliado e certificado por alguém

E16 – Uhm

P16 – Se o manual não é avaliado e certificado ahm tem que ser os conselhos pedagógicos a fazer todo esse trabalho e às vezes fazem-no um bocadinho aceleradamente . também não têm tempo para analisar todos os manuais que aparecem . portanto até nesse aspecto a comissão de avaliação e certificação facilita o trabalho também às próprias escolas aos próprios agrupamentos . porque já houve um crivo e agora é só escolher um manual que se adapta mais à realidade que nós temos efectivamente na escola . é essa a minha opinião . discutível contestável mas volto a dizer-lhe é uma opinião que eu assumo frontalmente . não estou a fazer favor nenhum às comissões de avaliação e certificação estou a prestar-lhes justiça

**Comentário [Joana21]:** Refere que os conselhos pedagógicos das escolas não apresentam condições para avaliar os ME.

## RESUMO DAS PRINCIPAIS IDEIAS TRANSMITIDAS PELO AUTOR 1

No que concerne à sua formação o autor tirou o curso do magistério primário em Viseu e, posteriormente, licenciou-se pela Escola Superior de Fafe em administração e gestão escolar.

Relativamente ao seu percurso profissional foi docente no 1.ºCEB, cerca de vinte anos, e leccionou as disciplinas de Português, História e Estudos Sociais na escola preparatória (onde também desempenhou cargos de direcção de turma e encarregado de direcção). Refere que ao longo do serviço militar leccionou nas escolas regimentais onde foi director.

Elabora ME há mais de dez anos. Afirmo que já concebeu ME da área curricular de Língua Portuguesa, Matemática e Estudo do Meio. O ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliado e certificado foi o primeiro a receber a colaboração de um outro autor.

Declara que a motivação para começar a elaborar ME surgiu devido à proliferação destes, os quais não satisfaziam nem os seus critérios de exigência, nem iam ao encontro da sua pedagogia veiculada na sala de aula. Assim, após convite de uma editora começou a elaborar ME.

Destaca três dificuldades na preparação de um ME: (1) a imposição por parte da editora de um número limite e estandardizado de páginas; (2) o comedido nível de exigência na abordagem de conteúdos prescrito pela editora; (3) e o *timing* de elaboração reduzido. Como solução para as duas primeiras dificuldades, o autor defende a elaboração de dois volumes para um mesmo ME. Reconhece, porém, que não é uma solução vantajosa para as editoras, mas presume que deste modo consegue ser mais abrangente e profundo na abordagem dos conteúdos. De igual modo, é uma mais-valia para os alunos, pois transportam menos peso para a sala de aula.

Aquando da elaboração do ME de Estudo do Meio do 1.º ano, o autor refere que teve como finalidade a adequação deste ao currículo nacional e ao programa em vigor. Destaca o ensino experimental como um modo de desenvolvimento do saber-observar, saber-intervir e o saber-argumentar.

Afirma que consagra na elaboração do ME as competências que o currículo nacional do ensino básico estipula. Salienta que as competências de Estudo do Meio podem ser um contributo à formação da cidadania nos alunos, saber-ser cidadão.

Como é perceptível em afirmações anteriores, o autor para a elaboração do ME utiliza o programa do 1.º CEB e o currículo nacional do ensino básico, esclarecendo que não privilegia um em prol do outro. Contudo, salienta que a sua harmonização não é simples. Acresce a necessidade de uma reformulação do programa de Estudo do Meio de forma a tornar os conteúdos adaptáveis ao que o currículo nacional do ensino básico institui.

Refere, sem qualquer hesitação, que é absolutamente concordante com o processo de avaliação e certificação de ME, uma vez que assegura a qualidade dos mesmos. Alega que os autores não dominam todas as áreas do currículo e, portanto, as equipas de avaliação e de certificação permitem um aperfeiçoamento e um enriquecimento dos ME. Afirma que este processo é benéfico para o ensino, para os alunos, para os professores e também para os autores.

Apesar da sua favorável posição relativamente ao processo de avaliação e certificação de ME, refere a sua indignação pelo facto dos ME de Estudo do Meio não terem sido sujeitos, novamente, à avaliação e certificação, ou seja, não compreende a falta de continuidade na avaliação e certificação dos ME desta área curricular disciplinar. Porém, solicitou, neste presente ano, à mesma equipa científico-pedagógica de avaliação e certificação uma apreciação do ME de Estudo do Meio do 2.º ano de escolaridade, apesar de esta se traduzir numa avaliação de carácter informal.

Não focaliza nenhum aspecto menos positivo. Classifica como admirável o trabalho realizado pela equipa científico-pedagógica de avaliação e certificação. Salienta que existe diálogo e troca de pareceres entre a equipa de avaliação e certificação e os autores.

O autor é da opinião que o processo de avaliação e certificação importou modificações ao nível da concepção dos ME, uma vez que, sabendo que vão

ser sujeitos a crítica, os autores, assim como outros intervenientes, estão mais atentos aquando da realização do ME.

O autor assegura que o seu ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade avaliado e certificado beneficiou com o processo de avaliação e certificação.

Não sugere nenhuma alteração ao processo de avaliação e certificação dos ME, apenas focaliza que o término deste processo é prejudicial para o ensino em geral.

Refere que os conselhos pedagógicos das escolas não são alternativa às comissões de avaliação e certificação, uma vez que não têm disponibilidade suficiente para fazerem um crivo rigoroso a todos os ME que surgem para adopção. Deste modo, conclui que as comissões de avaliação e certificação coadjuvam com os próprios agrupamentos de escolas no momento de adopção, uma vez que estando os ME já avaliados e certificados, estas só têm que optar pelo ME que mais se adapta à realidade daquela comunidade local.



## ANEXO 8

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2011, AO AUTOR 2 DO ME DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINA DE ESTUDO DO MEIO AVALIADO E CERTIFICADO E RESPECTIVO RESUMO DAS IDEIAS TRANSMITIDAS

**E1** – Respeitante à sua formação gostava de saber a sua formação base?

**P1** – A minha formação base é professor do primeiro ciclo . antigo curso do magistério primário

**Comentário [Joana1]:** Tirou o curso do magistério primário de Vila Real.

**E1** – Em que instituição é que tirou?

**P1** – Magistério primário de Vila Real

**E2** – E possui outros graus académicos?

**Comentário [Joana2]:** Não possui outros graus académicos.

**P2** – Não . outras formações . várias . mas grau académico não

**E3** – Disse-me que tirou o curso do magistério primário . exerceu

**Comentário [Joana3]:** Durante vinte e dois anos leccionou como docente do 1.º CEB.

**P3** – tenho se a memória não me atraiça vinte e dois anos de serviço como professor do primeiro ciclo ahm mais? pronto depois houve uma ocasião em que . já agora vou falar um pouco da história

**E4** – Sim eu gostava de saber um pouco do seu percurso profissional

**Comentário [Joana4]:** Começou o seu percurso profissional como docente do 1.º CEB. Durante quatro anos escreveu livros para uma editora, contudo após esse tempo decidiu abrir a sua própria empresa editorial.

**P4** – Eu fui sempre assim um bocadinho . motivado pelas coisas do ensino . ao ponto de que um dia vim dar aulas para a Vila da Feira para a delegação escolar . na altura havia delegações escolares em vários sítios . todos os concelhos tinha uma delegação escolar . e havia concelhos como na Vila da Feira que tinha duas delegações escolares norte e sul nomeadamente Fiães e Feira . e um dia inicialmente quando comecei a dar aulas fazia-se formação professores do primeiro ciclo . sempre antes de cada ano lectivo no inicio de cada ano lectivo havia formação que agora não existe . quando sai um programa novo uma teoria nova e faz-se uma formação de professores que raramente por dificuldades económicas e tempo não atinge nem cinquenta por cento dos professores como é o caso agora dos novos programas de matemática entraram sem que todos os professores tivessem tido formação . o novo programa de português entrou . vai entrar no próximo ano sem que nem trinta por cento se calhar os professores tiveram formação sobre o novo

programa . que é um absurdo completo . pronto . na altura recuando atrás . eu vim dar aulas para aqui . para a delegação de Fiães . porque vim . comecei a dar aulas em Boticas de Boticas fui para o Pinhão e do Pinhão vim para aqui para a escola de Guizande pertencia a Fiães perto das Caldas de são Jorge . na altura num ano lectivo qualquer o delegado escolar veio ter comigo com um montão de folhas A4 a dizer-me olhe para a semana quem vai dar formação és tu . porque o formador tinha adoecido qualquer coisa do género já não me lembro bem . bom aquilo foi uma aflição não é? Para mim \* alguma quinhentas folhas a4 disse-me agora vais tu dar formação . e dava-se formação ahm quarenta cinquenta professores por sala não é? \* preparei-me para fazer a formação eu que na altura ainda me considerava um catraio autentico (risos) . bom isto para lhe dizer que sempre gostei muito . sempre motivado para o ensino em todos os aspectos . um dia surgiu a hipótese de escrever uns livros para uma editora . e escrevi . umas gramáticas uns livros de avaliação uns livros de leitura durante quatro anos . escrevi para outra editora e o meu nome não apareceu em lado nenhum como autor . inclusivamente em alguns textos interiores dos manuais escolares

E4 – Não aparecia o seu nome como autor?

P4 – Não . não . o autor era outra pessoa não . que se calhar nem lia ou até leria . ahm . na altura o meu nome só aparecia como autor de alguns textos que eu escrevi para colocar dentro dos livros de leitura . e quando eu disse a esse cavalheiro para pôr um ponto final nisso essa situação não gratifica ninguém eu vou criar uma editora nova e vou arrancar como autor . no ano seguinte esse cavalheiro até o nome do autor nos textos retirou dos livros dele . o meu nome deixou de aparecer . tudo bem águas passadas não movem moinhos . pronto arranquei com a [REDACTED] isto há cerca de vinte e quatro anos que existe a [REDACTED] ahm eu tive muito receio quando comecei com a [REDACTED] porque é um investimento económico muito grande e eu não passada de um mero professor do primeiro ciclo a começar a sua carreira . a minha mulher ia a começar a dar aulas pela primeira vez em matemática e deixou de dar aulas para me apoiar no escritório da editora . e arrancamos . no primeiro ano eu fiz cálculos a perder uns largos milhares de contos no arranque . a verdade é que

ganhei dinheiro no primeiro ano e no segundo ano perdi dinheiro . porque não fiz publicidade confiando que os professores já sabiam já conheciam os livros não precisa de publicitar só que entretanto a concorrência outros editores fizeram livros semelhantes e que fizeram sua publicidade . \* ficou esquecido e pronto tive que trabalhar um bocadinho e cheguei a uma situação que disse assim olha vou fazer a experiencia mais um ano se voltar a perder no ano seguinte vou ter que parar . felizmente correu bem . a [REDACTED] foi tendo um crescimento de sempre vinte trinta por cento por ano e chegou ao ponto que foi . eu quando vendi a [REDACTED] \* agora na criação do Grupo [REDACTED] a [REDACTED] já tinha sensivelmente sessenta e oito funcionários não é? e uma das coisas que eu me orgulhava todo era da formação que dávamos ao professores e uma das coisas que eu tinha muito em conta era que eu queria estar muito de perto dos professores com a formação e muitas coisas que eu ditava primeiro tinha em vista o necessário para o ensino e o lucro vinha sempre a seguir . isto um ponto de historial . como historial posso dizer-lhe que a [REDACTED] começou na garagem de minha casa onde os meus carros ficavam na rua . o meu e o da minha mulher . ficavam na rua para que a garagem estivesse ocupada por livros

**E5** – Já me disse que realizou vários manuais escolares mas em termos de áreas curriculares

**Comentário [Joana5]:** Já elaborou ME de todas as áreas curriculares do 1.ºCEB, com excepção da expressão musical

**P5** – Áreas curriculares são aquelas do ensino do primeiro ciclo . matemática língua portuguesa e estudo do meio . e as áreas de expressão principalmente expressão plástica porque na expressão musical nunca me meti

**E6** – E o que o motiva para esta tarefa?

**Comentário [Joana6]:** Afirma que a motivação para a elaboração de ME difere dependendo do género destes.

**P6** – Eu penso que é assim . há uns livros que nós temos que encarar como trabalho . e trabalho que nem sempre é agradável . há outros com os quais cria um entusiasmo muito grande . posso dizer por exemplo quando estamos . quando estou a escrever uma gramática ahm muitas vezes de noite acordo a pensar agora vou ter que sair da cama e escrever . portanto é uma coisas que entusiasmo . outros trabalhos que não . escrever um livro de fichas . um livro de fichas é um trabalho como outro qualquer . é aquilo que um professor faz na sua sala ou em casa para dar depois ao aluno não é? é um trabalho que não é um sonho . não é uma criação

**E7** – E quais são as principais dificuldades que interferem na elaboração de um manual escolar?

**Comentário [Joana7]:** A introdução de novos programas é uma dificuldade quando o autor não compreende a justificação e a natureza da sua inserção no sistema de ensino. Defende que os novos programas de Matemática e de Língua portuguesa foram uma mudança positiva.

**P7** – Hoje em dia estamos a passar uma fase que . não foi fácil para nenhum autor . primeiro porque estamos numa mudança de programas e sempre que há uma mudança de programas . quando houve uma mudança de programas em mil novecentos e oitenta e pouco agora não me lembro bem ahm . eu agora não conhecendo \* o programa sei que fui muito interventivo até na divulgação do novo programa . desta vez foi-me mais difícil não saber o novo programa mas perceber a filosofia daquilo \* no novo programa . o porquê . quando a gente conhece os motivos que levam a pessoa a fazer aquele programa é que consegue \* em condições . devo dizer-lhe que como professor à longa data e como autor já há vinte e quatro mais quatro na outra editora . ahm . posso dizer que este programa é fantástico . então o de matemática enche-me completamente as medidas . acho que os nossos alunos se o programa for bem aplicado vão ter um desenvolvimento muito superior aquilo \*

**Comentário [Joana8]:** Já é autor de ME há vinte e oito anos

**E7** – E o que tem a dizer do programa em vigor de estudo do meio?

**Comentário [Joana9]:** Refere que é necessário reformular o programa de Estudo do Meio, alegando que não existe uma ligação coesa entre os conteúdos e os diferentes anos de escolaridade. O autor menciona que com o ensino experimental tentou-se esta aproximação e o aprofundamento dos temas.

**P7** – ahm . precisamos de uma reformulação muito grande . eu acho que o defeitos do nosso programa de estudo do meio é que não dá nada e aborda tudo

**E7** – Como?

**P7** – Ou seja . há muitos temas que se dão no primeiro ano que se dão no segundo e por vezes até no terceiro e no quarto mas não se aprofundam ... com o ensino experimental tentou-se . outra formação que já foi ao ar . tentou-se de facto levar . levar o aluno mais à descoberta da matéria porque quando o aluno descobre por experiência o aluno \* . não esquece não é? não esquece mais . tentou-se isso só que eu acho que o programa não tem uma ligação coesa entre os vários anos de escolaridade

**E7** – Estávamos a falar das principais dificuldades . falou-me dos programas . na elaboração do manual escolar

**Comentário [Joana10]:** Antes da implementação do processo de avaliação e certificação dos ME, o autor defendia que o mesmo seria inútil. Justifica a sua posição com o facto dos ME, antes de irem para o mercado, terem inúmeras pessoas a avaliarem, nomeadamente os professores através do preenchimento online de grelhas na altura de análise para adoptarem o ME. De acordo com o autor, essas grelhas poderiam servir ao Ministério da Educação para fazer um balanço e retirarem as suas conclusões acerca da qualidade do ME e, portanto, alegar a sua introdução no mercado.

**P7** – Pronto . a elaboração do manual escolar ahm depende sempre do sonho do autor da inspiração do autor etc . quanto à certificação . julgo que é um tema que também lhe interessa . a certificação eu ahm ... como \* da [REDACTED] antes

de pertencer ao grupo [REDACTED] estive sempre em reuniões com o ministério da educação sobre as certificações que ainda estavam em fase de implementação . e eu defendia sempre que de facto ahm era um dinheiro que se ia gastar inutilmente . porque os livros ao irem para a escola para aprovação tinha dezenas de milhares de olhos para ver se o manual era ou não bom se estava ou não em condições . e que tínhamos meios já através da internet . porque os manuais escolares já eram colocados na net uma grelha de autoavaliação para o próprio professor até na escolha . na adopção do manual escolar . por isso qualquer anomalia que surgisse no livro o professor colocaria lá e o Ministério da Educação tinha como fazer o apanhado dessas anomalias e a partir daí a ver se o manual tinha ou não qualidade para estar no mercado . esta era a minha teoria . ahm a verdade é que esta certificação veio fazer com que o manual estivesse fosse mais rigoroso . é a mesma coisa do que dizer assim eu estou bem está tudo bem ahm estou a fazer uma obra está tudo bem . mas se eu souber que a obra vai ser fiscalizada eu tenho pouco de mais cuidado com aquilo que estou a fazer . e isto foi um pouco igual . as equipas certificadoras o factor de serem professores universitários e não professores do primeiro ciclo ahm bom . tem convenientes e inconvenientes . tem inconvenientes que são rigores a mais . por vezes obrigando-nos a colocar termos nos manuais com os quais eu não concordo ahm definições de alguns de algumas coisas a um nível superior da faixa etária

**Comentário [Joana11]:** Apresenta como inconveniente deste processo o rigor excessivo das equipas de avaliação e certificação, sobretudo ao nível do rigor científico; e apresenta com conveniente do processo o facto de tornar as editoras mais rigorosas ao nível científico e pedagógico.

**E7** – Mas há discordância ao nível pedagógico?

**P7** – Ao nível do rigor científico . eu acho que por exemplo ao nível do primeiro ano de escolaridade segundo ano de escolaridade por vezes não se devia descer . de ser tão rigoroso cientificamente . em alguns aspectos . o rigor científico é importante mas tem situações que não vale a pena ir tão profundo porque o aluno a criança não tem capacidade para . ahm sei lá . estou-me a lembrar que uma correcção de um manual meu que veio ... de estudo do meio do terceiro ano . que eu descrevia salvo erro a precipitação . falava no processo da evaporação da água para as nuvens que . as nuvens era constituídas por pequeníssimas minúsculas gotículas de água que por um abaixamento da temperatura se juntavam e como tal ficavam mais pesadas e

caiam . bom . aqui há ... há correcções . não se juntam aglutinam-se . não se tornam mais pesadas aumentam a sua massa . e como tal depois caem e formam a precipitação de chuva granizo neve e tal pronto . este termo aglutinar . para uma criança de seis sete anos não diz nada . mas se eu dizer que se juntam que se misturam . se calhar diz mais percebe? é este tipo de rigor que eu acho que caímos num excesso . já para não falar de coisas que depende da interpretação de cada um . por exemplo ao nível de história de Portugal quando se diz a formação de Portugal eu digo mil cento e quarenta e três . e \* está errado . porque a igreja católica através do papa só em mil cento e setenta e tal é que a bula papal reconheceu o condado portugalense independente . e eu digo . uma coisa é o poder político outra coisa é o poder religioso . e foi pela conferência de Zamora em mil cento e quarenta e três que o rei de Leão reconheceu o condado portugalense independente e aí nasceu Portugal pronto . e esta foi uma discordância que eu tive com eles também . e depois é assim ou o autor ou cede ou entra em discussão e o manual não é certificado

**E7** – Disse-me que havia concordâncias e discordâncias . essa é um dos pontos que discorda e qual é ponto que concorda?

**P7** – A minha concordância é que de facto o . veio fazer com que as editoras fossem muito mais cuidadosas na sua revisão científica e pedagógica dos manuais . e que . embora as editoras já digam nós já éramos rigorosos científica . eram . eram . mas isto veio por . acrescentar mais qualquer coisa de rigor nos manuais escolares

**E8** – E que finalidades tem especialmente em conta na elaboração dos seus manuais escolares?

**P8** – Finalidade ... eu não sei bem o pretende que eu diga sobre isso . é assim eu quando estou a escrever um manual escolar imagino sempre que estou perante uma turma . e a linguagem a usar tem que ser aquela que usaria se estivesse perante o aluno . e tenho sempre que ter o cuidado de ver se aquilo que eu digo ou explico se o aluno que está à minha frente vai perceber aquilo que eu quero que ele saiba . esta é a minha principal finalidade . evidentemente . que a finalidade número um é cumprir rigorosamente o programa . de qualquer manual tem que ser assim

**Comentário [Joana12]:** Para além do cumprimento daquilo que o programa estipula, o autor tem atenção as características dos alunos.

**E9** – E competências? tem especialmente em atenção alguma

**Comentário [Joana13]:** O autor refere que inclui as competências veiculadas pelo Ministério da Educação

**P9** – Sim sim sim . as competências sem duvida alguma . todos aqueles parâmetros obrigatórios do ministério da educação nós temos que incluir no manual escolar não é?

**E10** – E quais são os documentos curriculares que usa para elaborar o seu manual escolar?

**Comentário [Joana14]:** O autor refere que para elaborar os ME tem em conta todos os documentos curriculares providos do Ministério da Educação. Menciona que, apesar de considerar o currículo nacional do ensino básico um documento importante, privilegia na elaboração dos ME o programa do 1.º CEB.

**P10** – Eu baseio-me em tudo aquilo que é emanado pelo Ministério da Educação . todos eles . desde as competências os currículos etc etc etc . tudo

**E10** – Privilegia algum?

**P10** – Privilegio sempre muito mais o currículo escolar do que as próprias competências . embora as competências sejam importantes mas são objectivos a atingir através do programa curricular

**E11** – Focalizando-nos agora um pouco sobre o processo de avaliação e certificação dos manuais escolares . já tivemos a falar um pouco . mas qual é a sua posição relativamente a este processo?

**Comentário [Joana15]:** Actualmente concorda com o processo de avaliação e certificação dos ME, porque afirma que trouxe maior rigor na elaboração e concepção dos ME.

**P11** – ahm eu concordo com o processo . eu concordo com o processo que está implementado neste momento ahm

**E11** – Porquê?

**P11** – ... porque . por aquilo que eu lhe disse se calhar veio trazer um pouco mais de rigor . não muito mas um pouco mais de rigor . se calhar veio fazer com que aquelas deficiências com que o livro chegava ao mercado e depois até era corrigido numa segunda edição agora passassem numa primeira edição já correcta . essencialmente isso

**E12** – Essa é a mais-valia que apresenta?

**Comentário [Joana16]:** A única mais-valia que o autor apresenta é o rigor que o processo impõe às editoras. Porém, afirma que mesmo com este processo de avaliação e certificação os ME vão para o mercado com erros.

**P12** – Sim . só essa . não lhe vou dizer que veio trazer uma mais-valia muito grande . era assim havia algumas imperfeições nem vou dizer erros científicos . não vou dizer . ahm mas haviam algumas imperfeições que podiam ir numa primeira edição principalmente nos manuais escolares que iam para adopção das escolas e não para a edição que vai para o aluno . porque nós fazemos uma edição de oferta para promoção nas escolas . e durante aquele período de promoção junto das escolas e dos agrupamentos nós vamos detectando uma ou outra falha no manual . até porque ao apresentar o manual mesmo nas

escolas vamos detectar essas falhas . e são corrigidas logo a seguir . neste momento isso já não acontece tanto . não vou dizer que os livros mesmo agora que vão para o mercado não tenham erros . têm erros . o erro não se consegue eliminar com a certificação . porque escapa sempre qualquer coisa ... um jardim sem flores não é um jardim e o livro tem que ter sempre um ou outro erros . não há hipóteses nenhuma são milhares e milhares de palavras há sempre qualquer coisa que escapa . há sempre qualquer coisa que escapa . eu costumava dizer que não há uma primeira edição do manual escolar ou de um livro qualquer que não contenha uma gralha . sabe que antigamente para se fazer um livro os tipógrafos trabalhavam letra a letra . tinha uma caixinha e iam com uma pinça e tiravam o A colocavam ali tiram um C e colocava ali . e agora não é tudo trabalhado a computador . basta colocar uma tecla ao lado e vai mais uma letra numa palavra ou vai uma troca de uma letra porque se trocou ao lado de uma letra não é? . a gralha é muito mais fácil neste momento do que era antigamente . por lado

**E12** – Mas agora também há as correcções automáticas

**P12** – Não é tão fácil como as pessoas pensam porque os correctores ortográficos não existem muito . agora já há . mas se recuarmos três anos atrás não existiam correctores ortográficos para manuais escolares . porque os manuais escolares e quase tudo que é impresso é feito num programa . era feito num programa . chamado \* . que não tinha correctores ortográficos . as pessoas diziam deixam isto cheio de erros então não têm correctores ortográficos? (risos) . não havia . agora já há . agora já há . mas mesmo assim há muita coisa que escapa porque os próprios correctores ortográficos por simpatia com outras palavras iam buscar algumas coisas não é? correcções de frases etc

**E13** – Já falámos um pouco mas . principalmente já destacou o rigor científico das entidades certificadores

**P13** – Demasiado muitas vezes

**E13** – Esse é o aspecto menos positivo que apresenta deste processo?

**P13** – Sim . a nossa relação com as entidades certificadoras \_ \_ \_



**E13** – O que eu quero saber são os aspectos menos positivos deste processo?

Se existirem não é?

**P13** – O aspecto menos positivo ... é assim são os timings . acima de tudo os timings com que as coisas foram feitas nestes dois últimos anos . até porque a alteração na mudança do programa os timings são muito curtos e muito apertados . e isto para mim é o problema número um . quanto à existência de uma certificação eu neste momento nem sou contra . algumas coisas menos boas . de facto um rigor por vezes exagerado . o desfasamento do rigor científico para a faixa etária a que o livro se destina . sem dúvida alguma . mas que muitas vezes também eles aceitam a nossa contestação porque nós não aceitamos tudo aquilo que eles dizem . uma ou outra coisa que eu não concordo muito mas que até está bem pode ser a gente deixa seguir . mas quando a gente acha que de facto não deve ser a gente diz calma lá . não deve ser . e muitas vezes . não mais que duas ou três vezes que a equipa certificadora nos dá razão que sim senhora deixa seguir não é? Pronto . não vejo . sabe que quando nós estávamos a discutir este problema da certificação inicialmente dizia-se que nós tínhamos que fazer um livro tal e qual como estava a ir para o mercado . agora as equipas certificadoras já não são rigorosas com isso . mas no ano passado mandámos os livros impressos numa fotocopiadora qualquer . porque uma coisa é mandar imprimir um livro . mandar imprimir um livro é a mesma coisa do que mandar imprimir mil ou dois mil a despesa é quase a mesma . só gasta mais papel . porque as películas as chapas . agora já não se usa película \* agora é chapa . mas a despesa de fazer um livro era quase a mesma de fazer dois mil ou três mil . agora este ano até estamos a utilizar um processo que é umas máquinas digitais . que imprimem o livro unidade a unidade e que pronto não fica barato mas de qualquer maneira fica um livro cem euros ou qualquer coisa do género que é fácil . e o livro chega à mão da entidade certificadora tal e qual já como vai para o \* . no ano passado enviámos numa folha . numa fotocópia ... que antigamente . no tempo do David Justino . quando estávamos a falar em certificação falava-se em produzir um livro novo . produzir um livro tal e qual como vai para o mercado . ora isso era de loucura . eu depois as despesas

**Comentário [Joana17]:** Como aspectos menos positivos deste processo de avaliação e certificação dos ME, o autor destaca os timings restritos e o desfasamento entre o rigor científico exigido pelas equipas de avaliação e certificação e a faixa etária dos alunos a que os ME se destinam.

feitas de chapas . as chapas de um livro novo estamos a falar de oitocentos contos . falando em contos antigamente em que fazíamos contas para as chapas . ora bem era uma loucura então vai-se gastar isto tudo para depois estar a corrigir deitar-se chapas fora para fazer chapas novas para depois de corrigir . não se podia pensar nisso

**E14** – Após a entrada deste processo de avaliação e certificação denota algumas mudanças na concepção de manuais escolares?

**Comentário [Joana18]:** Para além do maior rigor científico de todos os intervenientes na elaboração do ME, o autor não denota qualquer mudança na concepção dos ME após a entrada em vigor do processo de avaliação e certificação.

**P14** – ... não, a única coisa que eu acho é que temos muito mais cuidado . muito mais cuidado tanto nós autores como os nossos coordenadores como os nossos revisores como os nossos editores muito mais cuidado na . nas definições . tudo o que for regra . ter mais cuidado no rigor científico . tentando utilizar frases . uma linguagem acessível para a faixa etária que o manual se destina mas o mais rigoroso possível nos mandatos e nas definições . isso . essencialmente isso

**E15** – O manual escolar “[REDACTED]” beneficiou em algo com este processo?

**Comentário [Joana19]:** O autor refere que o seu ME não beneficiou com este processo. Alega que recebeu mais elogios do que sugestões de alteração a serem feitas.

**P15** – Não

**E15** – A sua versão inicial foi a mesma versão final?

**P15** – Sim .

**E15** – Não sofreu alterações?

**P15** – Não, não, não. quer dizer . ao nível da certificação . não . teve uma certificação muito fácil . recebemos frases como muitos elogios da equipa de certificação . tanto no aspecto gráfico como no da ilustração como na linguagem utilizada para a faixa etária . evidentemente que há sempre uma ou outra coisas que elas achariam que devíamos fazer de outra maneira . sabe que depois de vir de uma equipa de certificação o manual escolar nós fazemos todas as alterações de acordo com aquela equipa de certificação . se eu mandasse para outra equipa iriam surgir outras alterações . porque nem toda a gente gosta do amarelo nem toda a gente gosta do vermelho não é? isso é assim . agora o que eu acho é que ... os elogios que as próprias equipas de certificação deram aos manuais escolares do [REDACTED] foram muito maiores do que qualquer tipo de alteração que pediram que fosse feita

**E16** – E que alterações sugeria a este processo de avaliação e certificação?

**Comentário [Joana20]:** Como alteração a este processo refere a introdução de mais professores do 1.º CEB, sobretudo os especializados em ME, nas equipas científico-pedagógicas de avaliação e certificação.

**P16** – Eu penso que as equipas certificadoras . as equipas certificadoras deviam ser formadas de facto que estejam nas universidades mas deviam de ter pelo menos cinquenta por cento de professores no terreno no primeiro ciclo . para fazer ali um confronto entre o que . falar mais terra a terra \*. usar a linguagem própria para aquela faixa etária a que se destina e não para alunos da faculdade . eles tentam mas não são capazes ... eu sempre vi ao longo da minha vida como autor e como professor livros no mercado que dizia este livro é espectacular . livros da concorrência . este livro é fantástico é espectacular . mas vende . não vende porque está escrito para professores não está escrito para alunos . e isto é o factor número um . o livro não pode ser escrito para o professor mas tem que ser escrito para o aluno . o livro não pode ser escrito para mostrar que o autor sabe muito . mas tem que ter algum conhecimento necessário que o autor queira transmitir ao aluno e que tem que estar rigorosamente de acordo com o programa

**E16** – Essa então seria a alteração que sugere . a introdução de professores do primeiro ciclo nas equipas de avaliação e certificação?

**P16** – E neste momento temos professores do primeiro ciclo formados em . há uma licenciatura qualquer \* sobre manuais escolares . e essas pessoas seriam ideais para corrigir manuais escolares . para verificar manuais escolares. para certificar manuais escolares . aliás o [REDACTED] na primeira vez que saiu para o mercado eles tinham uma certificação de uma [REDACTED] que era formada em Licenciaturas do Português não sei quê em manuais escolares . porque isso é o que interessava à editora . e era uma professora do primeiro ciclo . que depois deu aulas no primeiro ciclo deu aulas no segundo ciclo e depois tirou a sua licenciatura . o seu doutoramento em manuais escolares

**E17** – Professor [REDACTED] como sócio-gerente . creio . da [REDACTED] não é?

**P17** – Fui fundador da [REDACTED] e agora

**E17** – Com certeza sabe responder quais foram os critérios que a editora utilizou para escolher . digamos assim . a entidade avaliadora e certificadora? Tinham um rol delas para escolher

P17 – O Ministério da Educação fornece uma lista de pessoas credenciadas para . e nós a partir fizemos uma selecção

E17 – Escolheram a [REDACTED] porquê? Baseada em que critérios?

**Comentário [Joana21]:** Optaram pela entidade de avaliação e certificação baseada em experiências anteriores de avaliação de ME-

P17 – A [REDACTED] porque ao nível de ... .. houve uns livros de estudo do meio que foram enviados pelo próprio Ministério da Educação para certificação sem ninguém nos ter dado conhecimento disso . quer dizer . os primeiros livros que foram avaliados foram livros que já estavam no mercado . que foi o Ministério da Educação que mandou avaliar . e os nossos livros de Estudo do Meio foram certificados pela [REDACTED] e gostamos imenso do trabalho deles . aquilo que eles nos chamaram à atenção nós ate lhes demos razão ahm e foram muito rigorosos e aquilo que nós contestámos eles ouviram-nos e se achavam que deviam dar razão deram se não não deram . mas eu acho que conseguimos dialogar e são pessoas conscientes a fazer a avaliação . a partir daí em Estudo do Meio não hesitamos e fomos para eles . em matemática fomos para a [REDACTED] que eu acho que é a entidade fulcral no sistema do ensino de matemática não é?

## RESUMO DAS PRINCIPAIS IDEIAS TRANSMITIDAS PELO AUTOR 2

No que concerne à sua formação base o autor tirou o curso do magistério primário em Vila Real. Frequentou várias formações, mas não possui outros graus académicos.

Leccionou no 1.º CEB durante vinte e dois anos. O autor refere que sempre esteve motivado para ensino e, portanto, aquando do convite para elaborar ME, aceitou. Concebeu ME para uma editora durante quatro anos. Após essa experiência decidiu criar a sua própria empresa editorial.

Elabora ME de todas as áreas curriculares do 1.ºCEB, à excepção de Expressão Musical. Já se dedica a esta actividade há vinte e oito anos.

Afirma que não sente o mesmo prazer a elaborar todos os ME. Há uns que o motivam mais que outros. Justifica-se dizendo que uns estão mais relacionados com o próprio trabalho diário dos professores, como é o caso do livro de fichas, e outros sente-os como sua própria criação, como a gramática.

Relativamente às dificuldades que interferem na elaboração de um ME, o autor salienta a introdução de novos programas. Refere que para um autor ultrapassar esta dificuldade é fulcral compreender as razões da sua implementação e a filosofia veiculada. Em relação aos novos programas de Língua Portuguesa e Matemática, o autor denomina-os, sobretudo o último, de “fantástico”. Crê que poderão ser uma mais-valia para o sucesso escolar dos alunos. Porém, quanto ao programa de Estudo do Meio, o autor é da opinião que é necessário uma reformulação. Alega que não existe uma ligação coesa entre os conteúdos e os diferentes anos de escolaridade. O autor enaltece o ensino experimental referindo que com este se verificou essa aproximação e o aprofundamento dos temas.

Como finalidade na elaboração do ME o autor refere que, para além do cumprimento daquilo que o programa nacional do ensino básico estipula, tem em atenção as características dos alunos a que o ME se destina. No que concerne às competências que tem em conta na concepção do ME o autor menciona que adopta todos os parâmetros veiculados pelo ME, portanto,

pressupomos que tenha em atenção as competências descritas no currículo nacional do ensino básico.

O autor refere que para elaborar os ME tem em conta todos os documentos curriculares provindos do Ministério da Educação. Indica que, apesar de considerar o currículo nacional do ensino básico um documento importante, privilegia na elaboração dos ME o programa do 1.º CEB.

Antes da implementação do processo de avaliação e certificação dos ME, o autor defendia que o processo seria desnecessário. Esta posição era fundamentada com o facto dos ME, antes de irem para o mercado, terem inúmeras pessoas a avaliarem, nomeadamente os professores através do preenchimento online de grelhas de análise no momento da escolha para adopção do ME. De acordo com o autor, essas grelhas poderiam ter como intuito, para o Ministério da Educação, fazer um balanço e retirarem as suas conclusões acerca da qualidade do ME e, portanto, alegar a sua introdução no mercado.

Respeitante à posição do autor relativamente ao actual processo de avaliação e certificação, este afirmou ser concordante. Justificou destacando como vantagem deste processo, a avaliação científica e pedagógica e o maior rigor por parte de todos os intervenientes na concepção dos ME. Porém, destacou como inconveniente deste processo, o rigor científico excessivo prescrito pelas equipas de avaliação e certificação, alegando que este não devia ser tão profundo e desfasado da faixa etária a que o ME se destina.

Menciona que mesmo com este processo de avaliação e certificação os ME vão para o mercado com erros.

Focaliza como aspectos menos positivos deste processo os *timings* reduzidos e, uma vez mais, a discordância entre o rigor científico prescrito pelas equipas de avaliação e certificação e a faixa etárias dos alunos a que os ME se destinam.

Para além do maior rigor científico e de um cuidado mais profundo por parte de todos os que elaboram o ME, o autor não denota qualquer mudança na concepção dos ME após a entrada em vigor do processo de avaliação e

certificação. Consta que o seu ME não sofreu qualquer mudança com este processo e indica que recebeu mais elogios do que alterações a serem feitas.

Como alteração a este processo defende a introdução de mais professores do 1.ºCEB, sobretudo os especializados em ME, nas equipas de avaliação e certificação dos ME.

Aquando questionado sobre os critérios que a editora utilizou para seleccionar a entidade avaliadora e certificadora do ME de Estudo do Meio, o autor menciona que a mesma foi escolhida tendo por base experiências anteriores na avaliação de ME.

## ANEXO 9

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2011, AO AUTOR 3 DO ME DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINA DE ESTUDO DO MEIO AVALIADO E CERTIFICADO E RESPECTIVO RESUMO DAS IDEIAS TRANSMITIDAS

**E1** – Gostava de saber a designação da sua formação base?

**P1** – Tenho o primeiro ciclo não é? o curso do magistério e depois fiz a licenciatura em matemática

**E1** – Licenciatura em matemática tirar em que instituição?

**P1** – Na ESE de Lisboa

**E2** – E possui outros graus académicos?

**P2** – Não . é a licenciatura

**E3** – Disse-me que tirou o curso do magistério primário . e depois licenciatura em matemática . mas exerceu funções como professora do primeiro ciclo?

**P3** – Como professora do primeiro ciclo? quase sempre como professora

**E3** – Durante quantos anos?

**P3** – Durante vinte e tal anos (risos) . depois a partir daí comecei a fazer outro tipo de trabalhos . fui convidada para trabalhar na educação especial . no concelho aqui ao lado . estive três anos com crianças com deficiência . numa escola que era . que é a Maria Veleza em Santo António dos Cavaleiros . depois daí fui para a formação de professores na área da matemática no novo programa . tive este ano todo . e como a partir de uma certa altura fui obrigada a estar como parte na escola a trabalhar aqui que era o meu agrupamento ahm vim como coordenadora de departamento para cá . e paralelamente fazia formação de professores . depois disso fui convidada para vir para a direcção do agrupamento e deixei a formação no ano passado

**E4** – Este é o seu percurso profissional? la-lhe perguntar qual o seu percurso profissional (risos)

**P4** – Mais ou menos . sim . já está respondido (risos) começo a falar pronto (risos)

---

**Comentário [Joana1]:** Possui o curso do magistério primário e licenciatura em Matemática pela ESE de Lisboa.

**Comentário [Joana2]:** Para além da licenciatura em Matemática, não possui outros graus académicos.

**Comentário [Joana3]:** Foi docente no 1.º CEB durante mais de vinte anos.

**Comentário [Joana4]:** Foi docente no 1.º CEB; trabalhou com crianças com necessidades educativas especiais; foi formador de professores na área de Matemática e, neste momento, possui um cargo na direcção do agrupamento à qual pertence



E5 – falando agora do papel . do seu papel como autora de manuais escolares . a “ ” foi o primeiro o primeiro projecto?

**Comentário [Joana5]:** Elabora ME há cinco anos. Já colaborou em ME de Matemática, Língua Portuguesa e Estudo do Meio.

P5 – Não . foi o “ ” . ainda está em vigor o da língua portuguesa como sabe . só este ano é que vai aparecer um novo manual de língua portuguesa de primeiro ano . primeiro e segundo . vão sair logo os dois . mas neste momento a “ ” não faz parte da língua portuguesa ...

E5 – Não fez?

P5 – Não

E5 – Só estudo do meio do primeiro ano?

P5 – E matemática . porque a matemática este ano vai terminar não é? . já acabámos . já estão na gráfica . portanto manuais de matemática . o projecto “ ” foi o anterior juntamente . se não me engano . o “ ” que é do Porto que é da Alberta e da ... do Manel e agora não me lembro da outra colega (risos) ... ahm que eram os autores dos “ ” .

E5 – uhm

P5 – Pronto . fizeram “ ” e a minha equipa fez “ ” nesse ano

E5 – Já fez manuais de português estudo do meio e matemática?

P5 – Exactamente

E5 – Há quanto tempo participa na elaboração de manuais escolares?

P5 – Há quatro ano . este ano é o quinto

E6 – O que a motiva para a realização desta tarefa?

**Comentário [Joana6]:** Descreve que a motivação passou por diferentes fases: inicialmente a curiosidade; depois por um gozo pessoal e partilha de saber; neste momento refere que está cansado de elaborar ME.

P6 – Olhe agora neste momento ahm a motivação é diferente de quando foi no início . só por curiosidade vou-lhe dizer . eu estava numa formação . a assistir a uma formação na associação de professores de matemática e . havia um grupo que eu não conhecia . porque era quase tudo segundo e terceiro ciclo e estava eu do primeiro ciclo . e naquela de contar um bocado o relato de situações que aconteciam como formadora da ESE eu assisti a algumas coisas na sala de aula . comecei a falar não sei quê . pronto e aquilo ficou por ali . acabei a formação e passado aí duas ou três semanas da formação terminar ligaram-me . uma colega desse grupo . que a colega ate dizia a colega é capaz de não

saber quem eu sou mas eu vou descrever-me (risos) . pronto a convidar-me para fazer parte porque a irmã também já faz manuais para a Texto há muitos anos ahm a nível de segundo e terceiro ciclo . e através da irmã ela conseguiu saber que estavam à procura pronto . elaborámos o projecto mas essa colega acabou por não ficar porque como era segundo e terceiro ciclo disse ai não me identifico muito e não sei quê é melhor arranjar a equipa . e cheguei assim aos manuais . numa de ir experimentar . pronto

E6 – Então aí a motivação

P6 – Inicialmente foi experimentar . e ia para fazer manuais de matemática apesar de saber que . aliás a minha preocupação quando formei a minha primeira equipa foi arranjar alguém especializado na área de estudo do meio e alguém que soubesse alguma coisa de língua portuguesa que era mesmo assim porque nessa altura a formação de língua portuguesa ainda não estava . a nível do ministério da educação . ainda não estava . estava a começar a ser implementada ahm fizemos a equipa e trabalhámos . só que só se fez o de primeiro ano porque entretanto entraram os novos programas e tudo isto foi reformulado não é? e foi isso que aconteceu

E6 – Então e agora? Disse-me que as motivações são diferentes

P6 – Agora já não . é assim . ahm . não é agora . depois dessa fase passei por uma fase de querer fazer porque aquilo estava-me a dar algum gozo pessoal e eu sabia . pelo menos a nível de matemática sabia o que estava a fazer . neste momento estou cansada ... porque fazer quatro manuais de matemática em dois anos é muita coisa . e este ano só estou eu e uma colega a trabalhar matemática . fazer estudo do meio praticamente . apesar da equipa ser de quatro elementos no ano passado . no ano passado era de quatro este ano é de três . estar só duas a fazer porque nós repartimos um bocado tu fazes isto eu faço aquilo e depois junta-se e há uma coordenadora de cada um dos manuais entre nós equipa que faz a ultima supervisão e que organiza e pronto e que altera e pronto estamos um bocado assim . eu neste momento . este ano estive mais na fase de fazer fabricar e enviar para as colegas (risos) . eu faço e mando e depois elas arrumam alteram melhoram recortam acrescentam pronto . funcionou mais assim

**E7** – E que finalidades tem especialmente em atenção na elaboração dos manuais escolares?

**Comentário [Joana7]:** Tem por finalidade na elaboração dos ME a transmissão de saberes que adquiriu enquanto formador de Matemática; pretende implementar aprendizagens interventivas, aprendizagens por descoberta, aprendizagens opostas ao que designa por ensino tradicional.

**P7** – Principalmente transmitir aquilo que aprendi . e toda a vivencia que assisti . porque como formadora de matemática apercebi-me de algumas situações . quer a nível de colegas quer a nível de alunos . o que é que pode fazer mudar um bocado tudo o que é na área de matemática . nem estou a falar bem no novo programa estou a falar em postura de sala de aula . o que é que se passa e o que é que os meninos quando eu transmito . e só um à parte eu estou a dar como estou aqui tenho que fazer cinco horas na escola . estou a dar apoio a turmas . este ano . o ano passado escolhi os primeiros anos este ano escolhi três turmas do terceiro ano e estou a implementar o novo programa . e não há dúvida que os miúdos reagem de uma maneira diferente do ensino tradicional . porque quando eu entro na escola eles dirigem-se a mim e dizem e que bom vem ai hoje vamos aprender matemática como eu gosto . é o que eles dizem

**E7** – Mas porquê . qual é então a distinção?

**P7** – Precisamente porque a actividade é totalmente . é interventiva . não é eu dito e vocês escrevem e fazem não . eles fazem vão ao quadro e apresentam e só depois no fim é que eu trabalho um bocado aquilo que eles estão a fazer . é diferente do método antigo eu exponho . expor os meninos aprendem e depois pratica-se . não . eles chegam lá . agora é assim . eles chegam lá . eu levo uma tarefa ahm construção do metro por exemplo . antigamente o que é que acontecia? os manuais traziam uma barrinhas com uma ...

**E7** – O metro articulado

**P7** – Exacto . e fazíamos o quê? . este ano . este ano e com base no manual . uma tira de nastro os meninos pegam em barras de . do Cuisenaire . a primeira barra fazem divisões . vamos lá ver quantas vezes é que essa barra . a maior . cabe . e eu dou-lhes mais ou menos o tamanho do metro e eles . são eles que me dizem olhe cabe cá dez vezes e só sobrou este bocadinho e eu digo pronto então é assim esse bocadinho agora sobramos e ficamos ai com dez partes iguais . então o que será isto? que dizer vão do metro para o decímetro . e depois com a barra pequenina vão marcar o centímetro

**E7** – Por descoberta?

P7 – Por descoberta . em vez de ser eu olha o metro tem dez barras destas aqui e cada barra é um decímetro e tal tal

E7 – Então tem, por finalidade transmitir essa pedagogia por descoberta no manual escolar?

P7 – Principalmente . eles chegam lá . é uma postura diferente . é . são actividades motivadoras mas que eles sabem o que estão a fazer . eu não . eu falo por mim . quando eu fiz a minha escolaridade . muitas das coisas eu aprendi . mecanizei e mais nada . só mais tarde é que vim a descobrir como é que é . quando eu faço uma operação . o algoritmo . em que eu digo dois vezes sete não é? e depois digo e vai um . e se me perguntarem . ou se me perguntassem até aos vinte anos o que era o e vai um . as pessoas não sabiam . neste momento se perguntar aos miúdos em idade escolar . a estes que estão a trabalhar este tipo de manual . ele sabe que vai um . não é um . é vai uma dezena está a ver? . e se perguntar às suas colegas provavelmente da faculdade muitas delas também e vai um e vai um e vai um e vão dois (risos)

E8 – E a nível de competências

P8 – A nível de competências às vezes as coisas são um bocadinho diferentes não é?

E8 – Porquê?

P8 – Ahm olhe principalmente pela postura do professor titular de turma . que é assim competência competência . os meninos neste momento dentro da sociedade que nós temos . eles estão muito mais aptos para qualquer tipo de competência ... a maior parte das pessoas que temos são professoras muito tradicionais e que há aí uma confusão entre competência e todo o resto do programa . às vezes não sabem bem o que é a competência

E8 – Mas na elaboração do seu manual tem em atenção algumas?

P8 – Eu penso que sim . não conhece o manual? (risos)

E8 – Sim . mas a Professora ■■■ é que deve conhecer melhor do que eu (risos)

— — —

P8 – É que este manual também tem uma curiosidade é que . que é a seguinte . a professora pode pegar e se viu sabe que é . pode pegar em qualquer ponto

do manual e trabalhar aquele manual . enquanto que a maioria dos manuais está feita ter que iniciar ali e ter que fazer aquele percurso porque quando chega a meio não pode ir ao fim trabalhar . não pode ir ao fim trabalhar porque lhe faz falta qualquer coisa que não deu em determinada página . e o nosso não está assim . pode pegar em qualquer sitio . e mesmo em relação às competências e vamos ver por exemplo ao nível do primeiro ciclo . de primeiro ano do primeiro ciclo . eu já estou assim porque já estou com um projecto de outro ciclo . também manual mas noutra área . ahm o que acontece é que aquilo que se atinge no primeiro ano . se atinge essas competências vão-lhe servir ao longo dos quatro anos . se atinge . se . os manuais estão feitos nesse campo . e com esse objectivo mas tem que haver uma ajuda de quem os está a orientar porque este manual tem . talvez não tenha uma das competências que é o menino sozinho conseguia resolver aquela situação . não faz . este manual requer muito trabalho do professor . e os professores cada vez mais não querem este tipo de trabalho . querem pôr os meninos a fazer . olha faz . e a maior parte dos meninos está constantemente a solicitar o professor . e às vezes o professor ai outra vez? mas tu . o manual está feito assim o professor tem que interagir cada vez mais com o aluno . não deixar o aluno . porque as dúvidas surgem . as estratégias de cada aluno são diferentes e tem que ser exploradas . para que cada colega consiga depois servir-se da sua ou do outro . porque até é melhor é mais fácil compreendeu há outra maneira de fazer está a ver? e se olhou para o manual verificou . nós até temos uma curiosidade no manual que é apresentar em determinadas folhas . páginas . determinadas estratégias . esta é do Ulisses está é da Estrela e agora podes optar por uma delas ou então descobre a tua estratégia

**E8** – E essa estratégias optou por fazer em todas as áreas curriculares?

**P8** – Não . matemática . sabe que eu sei um bocadinho mais de matemática do que do resto (risos) . em estudo do meio ligámos muito às ciências experimentais . porque temos na equipa uma colega que estava a dar formação de ciências experimentais na ESE de Lisboa e essa colega acaba por trabalhar . a parte das ciências experimentais como . segundo as orientações que temos . agora este tipo de estratégia é mais para matemática . não há

dúvida nenhuma . por isso é que eu às vezes começo falar e lembro-me só da matemática quando falo esqueço-me um bocados dos outros (risos)

**E9** – E quais as dificuldades principais que interferem na elaboração de um manual escolar?

**Comentário [Joana8]:** Destaca que a organização do tempo é o principal entrave na elaboração de um ME.

**P9** – O tempo ...

**E9** – O tempo?

**P9** – Ou seja . fazer um estudo do meio . ou . e este ano se calhar os autores de língua portuguesa deram conta também porque estão a fazer primeiro e segundo ano . fazer estudo do meio . um manual de estudo do meio é ótimo . a pessoa faz . forma uma equipa boa . faz consulta . porque aquilo dá . a pessoa entra na internet à procura de coisas milhares de vezes . milhões . eu já . bem eu não sei . porque a pessoa a começa . o meu caso chego a casa por volta das seis horas o meu marido geralmente faz o jantar . quando eu estou mais aflita porque tenho que enviar determinadas coisas eu estou até às duas três da manhã a trabalhar ao computador . e depois há dias que não sei nada . porque eu penso quem faz manuais ou se limita a pegar nos manuais existentes no mercado e dá-lhe uma volta ou se quer fazer alguma coisa de novo como nós fizemos em matemática porque é completamente novo com orientações da formação do programa de matemática realmente demora muito tempo . e há dias que não sei nada nada . houve imensas da minha parte e da outra colega que estava mais com a matemática que é a Henriqueta . que eu ligava e dizia olha eu hoje não fiz nada e já estou ali sentada há não sei quanto tempo e ela dizia olha eu no dia tal também não fiz nada . há outros dias que estou a escrever e vai saindo . vai-se pondo as ideias para não se esquecer . outras vezes até num papelinho . ver se não me esqueço de pôr isto . mas é muito complicado

**E10** – Já que falámos dos novos programas o que me tem a dizer sobre a implementação destes novos programas?

**Comentário [Joana9]:** Refere que é um erro não ter sido publicado um novo programa de Estudo do Meio. Destaca que a única alteração foi a implementação das ciências experimentais e assegura que no ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade, estas forma introduzidas em todas as unidades que o ME aborda.

**P10** – Eu estive nele não posso dizer muito mal (risos) . o de matemática não posso dizer muito mal . está . está aceitável

**E10** – Mas estudo do meio não temos um programa novo

P10 – Não foi alterado . pois . mas houve orientações para implementar-mos x horas ahm no currículo não é? de actividades experimentais . por isso mesmo o nosso manual em todas as unidades aparecem duas ou três paginas de actividades de experimentação . de ciências experimentais . ahm eu acho que é um erro . não . quando saiu o de matemática

E10 – E um erro?

P10 – Não ter saído um novo programa . de estudo do meio língua portuguesa e de matemática . o que é que aconteceu? ele saiu de matemática muito antes dos outros como sabe pronto . começou-se a fazer manuais . fez-se de estudo do meio que não saiu o programa novo . implementaram só a questão das ciências experimentais pronto . ahm o de língua portuguesa saiu andou não entrou em vigor anda aqui nesta embaralhada . mas entretanto obrigam a fazer manuais já com o novo programa . estou a falar de língua portuguesa porque matemática a maior parte das pessoas fizeram formação já há poucas gente que . pelo menos um ano não tivesse feito formação e está mais ou menos . senão comprem ou senão fazem é porque não querem . as pessoas também se acomodam é muito mais fácil eu chegar e lembrar-me do que fiz há vinte anos e continuar a fazer do que partir para uma coisa nova . eu tenho aqui professores no agrupamento com alguma idade . umas fazem outras não . mas algumas com idade que me dizem mas que contente que eu ando com este manual de primeiro ano . os miúdos estão totalmente diferentes – lógico . andar ali a aprender um esta semana para a semana o dois daqui por não sei quê o três ou no primeiro dia os meninos contarem até cem . porque havia lá alguns que já sabiam contar . e que a professora . uma professora não um professor aqui me dizia que há uns anos atrás os meninos entravam e aqueles espertalhões diziam o professor eu já sei contar até cem e ele dizia olha está caladinho porque hoje vamos dar o um (risos) . e isto acontece não há duvida nenhuma esperemos é que \*

— — —

E10 – E para o estudo do meio não

P10 – Para o estudo do meio as coisas estão mais . pelo menos por aqui que eu vejo está mais ou menos como estava só com esta alteração . porque não

há novo programa . eu não sei o que vem aí . por isso é uma questão se aparecer um novo programa vamos ter que alterar novamente manuais (risos)

**E11** – E quais os documentos curriculares que tem em consideração?

**Comentário [Joana10]:** Para elaborar um ME tem em consideração as orientações curriculares do ensino básico, a versão anterior e o novo programa do 1.º CEB; e um documento de origem americana (não especifica qual).

**P11** – Todos . as orientações o programa . tudo o que sai . o novo programa e o antigo não é? . eu vou sempre ao antigo porque há coisas que . olhe eu dou-lhe um exemplo ahm por exemplo ao nível de organização e tratamento de dados . não existia no programa antigo a nível de matemática mas existia no estudo do meio antigo . ou seja dizia organizar gráficos ahm explorar interpretar não sei quê . na matemática não estava está a ver? mas não era por isso que já havia aí alguns manuais que . já tinha alguma . já tinham um bocadinho de estatística . agora chama-se organização e tratamento de dados no novo programas . pronto mas não é mais do que estatística e probabilidades . ahm isto para lhe dizer que nós temos que voltar a todos os documentos . e depois há um documento que não é português sobre as normas . americanas que nós pronto demos como base também porque tem muito exemplo de como é que . o percurso dos miúdos . o que é que eles precisam de saber aqui não é? para atingir determinada situação . temos o exemplo do algoritmos da . de qualquer das operações . deixou de ser feito no primeiro e no segundo ano . aparece agora só no terceiro e quarto . os americanos até acham que eles só deviam de aparecer no quinto e no sexto porque é quando os meninos estão preparados para . eu não tenho nenhum documento português nem nas orientações muito menos o programa que me indique qual é altura melhor para eu dar o algoritmo às crianças . de qualquer forma eu sei particularmente que ele está no primeiro ciclo para não ferir os pais e para não revoltar os pais . porque até assim temos pais em casa no primeiro ano e no segundo de escolaridade querem que os meninos aprendam as contas em pé não é? e isto mudar a mentalidade é muito difícil

**E12** – Focalizando-nos agora no processo de avaliação e certificação de manuais escolares . gostava de saber qual é a sua posição? . relativamente a este processo

**Comentário [Joana11]:** Concorda com o actual processo de avaliação e certificação dos ME. Contudo refere que deveria haver apenas uma única entidade avaliadora e certificadora por cada unidade curricular disciplinar. Expõe que, deste modo, existiria uma uniformização de exigências e critérios.

**P12** – Olhe é assim eu concordo com o processo . não concordo com o processo como está a ser feito . e vou-lhe dizer porquê . porque são várias



entidades e eu penso que deveria haver uma entidade . só uma para avaliar todos . porque é diferente eu fazer a avaliação de uma determinada .

E12 – Todos? Mas está a referir-se a todas as áreas curriculares? Todos os manuais? Não percebi

P12 – Não . é cada entidade avaliava determinada área . eu não me importo que o Porto avaliasse matemática que Viseu avaliasse estudo do meio e que Setúbal por exemplo ou Lisboa . mas é Setúbal eu estou a falar mais de Setúbal que por acaso é que está a avaliar os nossos ahm avaliasse outra área . o que eu digo é que todos os manuais de estudo do meio deviam ser avaliados na mesma comissão porquê? porque eu avalio à minha maneira . aquele avalia no Porto à sua maneira e como é que vêm cá para fora manuais certificados que não têm nada do novo programa? e que estão aí . é a minha questão . porque estão a ser avaliados não por alguém que está ligado ao novo programa por . não há dúvida . comissões certificadas pelo ministério . pela DGIDC mas que não tiveram em atenção algumas certificações . eu não acredito que a entidade que avaliou . por exemplo o nosso manual de matemática ao avaliar os outros manuais de matemática tivesse dado certificação a todos . não acredito . porque não estão no novo programa . não estão . continuam . e se pegar num manual dessa editora do ano anterior e comparar vai ver que as diferenças são poucas . é isso que eu digo . por isso para mim . para mim eu não me importava que o meu fosse para qualquer sítio o que eu digo é que quem avaliasse os de matemática deveria avaliar todos . para poder comparar e para se . pensar um bocadinho então se estes põem se o programa é este . porque é assim . o Porto que não avaliou o meu não sabe como é que o meu está . eu sei como está o meu e sei o que recebi . particularmente eu sei que num dos manuais não tive que alterar nem uma linha . \* algumas coisas de imagens teve que ser porque estavam um pouco claras . isso eu sei . num deles . noutro trazia alguns erros que não eram científicos também se alteraram de uma página ou de duas . eu sei que há pessoas que recebem da mesma entidade sessenta e setenta páginas para alterar . alguma coisa se passa .

E12 – Mas os critérios são emanados do Ministério da Educação

P12 – Para as comissões?

E12 – Sim . mas depois crê que há exigências diferentes?

P12 – Diferentes? Há . há de certeza . e é assim quando você está a ser paga ... custa-me um bocado . é assim . se a equipa fosse do ministério . não fosse paga por aquele trabalho . extra . tinha o seu vencimento podiam ser pessoas convidadas que trabalhavam no ministério e em vez de fazer outro trabalho fariam aquele . eu dá-me ideia que as coisas corriam muito mais . eu não acredito . não acredito não . tenho a certeza que muitos manuais certificados não estão segundo as orientações . e vou-lhe dizer porque estou a dizer isto . eu assisti há pouco tempo numa conferência . num seminário em que se falava de manuais escolares e alguém disse que os manuais . que continuam a sair manuais . estavam a falar do primeiro ciclo . que não têm nada a ver com o novo programa . não fui eu que disse . foi alguém

P12 – Mas já avaliados e certificados?

E12 – Já avaliados . de Leiria . uma senhora da ESE de Leiria que estava a fazer uma critica aos manuais e disse muito bonitos muito coloridos . e depois utilizou outro termo que deu logo para identificar qual era o manual . e disse não tem nada do novo programa e está certificado no mercado . alguma coisa está errada ... alguma coisa está errada

E13 – Mas na sua perspectiva este processo apresenta alguma mais-valia?

P13 – É capaz . há sempre erros que são corrigidos . se as outras . eu não sei . se as outras comissões trabalharem o manual como a que trabalhou o nosso faz . de certeza que é uma mais-valia . porque há erros que podem ser alterados e discutidos . porque não sei se conhece o processo . nós mandamos eles mandam um relatório . a seguir a esse relatório nós reunimos com eles . e aí discutimos algumas situações pronto . há coisas que se concordam há outras coisas que no ano passado nós dissemos olhe não . nós não concordamos porque isto está em determinado sitio . aí não é possível . vão ver e foram ver e está . pois mas não devia ser . pois mas algumas coisas são da vossa autoria . quer dizer nem (risos) . situações assim pequenas não é? mas aconteceram . eu acho que é ótimo . mas continuo a achar que deveria ser a mesma entidade . porque assim comparava

**Comentário [Joana12]:** A correcção ou alteração de erros foi descrito pelo entrevistado como uma mais-valia. Salienta que é um processo de diálogo entre os autores e a equipa de avaliação e certificação.

**E13** – Então a mais-valia que apresenta deste processo é haver realmente esse

**P13** – É o reconhecimento . é . é detectar erros . erros porque existem . existem no nosso e existem nos outros . detectar esses erros que era uma coisa que não se fazia . ou seja isso era feito a nível interno não é? a nível das editoras eles lá tinham os seus grupos de revisão e tudo mais . mas há sempre coisas que escapa . até agora eu verifico . sai o manual . aquilo foi visto milhares de vezes por milhares de pessoas . não digo milhares (risos) . mas por uma dezena d pessoas pelo menos foi visto e anda para cá e para lá . e sempre falha alguma coisa . sempre . é impressionante . e eles também vêm . a comissão se vê como deve ser também não deixa passar nada . até um l . até um l ele diz olhe tire o l e passe para não sei quê . ate isso eles se dão ao trabalho . se for visto . agora eu não sei como é que as outras comissões estão a trabalhar . não faço ideia

**E14** – Esse é o aspecto menos positivo que então apresenta deste processo?

**P14** – É . para mim é . para mim continuo a achar que por cada manual devia haver uma comissão a nível nacional para certificar . todos os manuais daquela área . e seja essa comissão de que ESE ou de que faculdade for

**E14** – Mas tem outros aspectos menos positivos?

**P14** – Não . para mim é esse . é esse sem dúvida . porque eu acho que deve haver certificação de manuais . deve haver

**E15** – Após a entrada em vigor do processo de avaliação e certificação denota alguma mudança na concepção dos manuais escolares?

**P15** – Sim . eu até lhe digo uma coisa eu tenho a certeza que “A Grande Aventura” vai revolucionar os outros manuais . porque este ano é que nós nos vamos aperceber . no ano passado o nosso manual ahm foi criticado entre aspas por uma editora . anónimo . mandou mails para os colegas a dizer mal . verdade . parece impossível . aliás dizia mal de todos menos de uma o que quer dizer que a gente deduziu que devia ser essa (risos) deduzimos . uma coisa louca sujo . e o ano passado a [REDACTED] que não estávamos à espera ficámos em primeiro lugar de vendas . também por haver um problema com a [REDACTED] . não sei se teve conhecimento . em que o

**Comentário [Joana13]:** O único aspecto menos positivo frisado é o facto de os ME serem avaliados por equipas diferentes.

**Comentário [Joana14]:** Refere que denota mudanças na concepção dos ME. Através do processo de avaliação e certificação há uma maior atenção, por parte de todos os envolvidos, em relação ao cumprimento dos requisitos estipulados pelas entidades superiores.

manual não foi certificado e eles já tinham o manual ... como é que eu hei-de dizer . o manual foi para certificação . foi-lhe indicado o relatório de . do que era para alterar . eles alteraram algumas coisas se calhar não alteraram , comprometeram-se a alterar e não alteraram tudo . ele foi para as escolas foi escolhido e um dia . segundo o que eu soube . na DGIDC alguém pegou no manual e olhou e disse mas isto aqui . tinha estado na equipa . mas isto aqui ahm era para alterar . começo a ver e começou a ver que havia falhas de coisas que não foram alteradas

**E15** – Mas de matemática?

**P15** – De matemática . isto eu tenho a certeza absoluta . se for verificar não está no mercado . e à própria da hora a DGIDC informou as escolas que o tinham escolhido . porque nós temos que introduzir na plataforma os nomes dos manuais do agrupamento . que tinham que escolher um novo manual . e quando escolheram o manual deu uma subida realmente “ [REDACTED] ” . acho que eles estavam com sete por cento ou não sei quê . mas a dividir pelas outras editoras porque não foi só “ [REDACTED] ” que eles escolheram não é? mas as escolas escolheram e ficou “ [REDACTED] ” ficou líder . não com muita diferença mas ficou . e aquilo que nós temos a certeza é que pelo menos vai mexer com os outros manuais . isso eu tenho a certeza absoluta e este ano estou cá para ver

**E15** – E o processo de avaliação e certificação influenciou nessa

**P15** – Claro. então se não tivesse influenciado está a ver? . ainda bem que foi detectado não é? por um lado porque eu também tive pena porque o autor do manual é nosso amigo (risos) eu e a equipa tínhamos sido convidados pela Santillana para fazer . porque como sabia que eu tinha estado na Texto convidaram . nós até estivemos ali . na dúvida se aceitávamos ou não . mas entretanto a Texto não me deixou sair porque eu tinha . tenho ate aos sessenta e cinco anos de idade (risos) . não posso . posso fazer manuais mas não escolares . estou a fazer outro tipo de manuais . estou a fazer também de religião moral e católica ahm mas não tem nada a ver a editora é o próprio secretariado da educação cristã . não tem nada a ver com isto . eu posso fazer . manuais escolares não posso . então eles não me deixaram sair . e como não

deixaram eu não fui . mas sugeri nome de colegas que também estavam na formação . eram formadores e teriam alterado o manual de certeza se a editora tivesse dito . olha é para alterar . o erro foi da própria editora . mas pronto . ainda bem que as coisas acontecem não é?

**E16** – O “ [REDACTED] ” beneficiou com este processo de avaliação e certificação?

**Comentário [Joana15]:** O ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade apenas beneficiou com a avaliação e certificação ao nível das ciências experimentais.

**P16** – Ahm só sei foi mesmo ao nível da parte experimental . porque eu não sei se teve muito . muito ... se houve muita alteração ao nível de certificação . ou seja . o manual de estudo do meio . o nosso . veio para trás este ano sem ser necessário alterar . não só matemática do segundo ano como de estudo do meio do segundo ahm não tinha alterações a fazer . também a equipa ou a comissão que estava a avaliar era a mesma do ano passado . já sabia como é que era não é? aquele percurso . aquela planificação de manual que é entregue já sabiam mais ou menos . eu não sei se ajudou muito . porque como o programa é o antigo . as dúvidas é quando se muda não é? a nível de . o programa é o mesmo o manual é feito dentro daquilo . a minha . o meu grande desafio vai ser quando vier o novo programa . se vier . de estudo do meio . porque tal como lhe disse a única coisa que há ali de novo é as ciências experimentais . de resto não . é tudo igual o programa é o mesmo . pode ser uma actividade mais interactiva ou não mas de resto é igual

**E17** – E que alterações sugeria a este processo de avaliação e certificação?

**Comentário [Joana16]:** A única alteração que sugeria a este processo é o facto dos ME de cada unidade curricular disciplinar serem avaliados pela mesma equipa de avaliação e certificação.

**P17** – O único . o que já lhe disse . é só aquele . o resto eu acho que tem que ser certificado . tem que ser equipas pequenas que possam avaliar como deve ser . devem ser equipas num só pólo universitário . não tem que haver não sei quantas . eu sei que elas ganham e até sei quanto é que ganham mas eu não quero disso para nada . ou que lhe pague o ministério mas só àquela equipa . àquela equipa para aquela área

### RESUMO DAS PRINCIPAIS IDEIAS TRANSMITIDAS PELO AUTOR 3

Respeitante à sua formação inicial o autor possui o curso do magistério primário. Possui ainda uma licenciatura em Matemática tirada na Escola Superior de Educação de Lisboa. Para além da licenciatura não possui outros graus académicos.

No que concerne à sua experiência profissional, leccionou no 1.º CEB; posteriormente, trabalhou com alunos com necessidades educativas especiais durante três anos; aquando do surgimento do novo programa de Matemática desempenhou a função de formador; foi coordenador de departamento no actual agrupamento de escolas onde actualmente exerce um cargo na direcção.

Elabora ME há cinco anos. Já participou em ME das áreas curriculares disciplinares de Estudo do Meio, Matemática e Língua Portuguesa.

Refere que a motivação para conceber ME abarcou diferentes fases. Inicialmente era impulsionada pela curiosidade; numa segunda fase descreve o gozo pessoal e a partilha do saber; actualmente, refere que se sente cansado devido ao elevado número de ME que participou ao longo dos anos.

Relativamente às finalidades que tem em atenção na elaboração de ME, refere que, devido à formação no novo programa de Matemática e consequente partilha de vivências entre colegas, pretende transmitir os conhecimentos que adquiriu enquanto formador. Tem em especial atenção incluir nos ME actividades interventivas e motivadoras, actividades que potenciem a capacidade de descoberta do aluno, actividades descritas pelo autor, oposta ao ensino tradicional caracterizado por ser um ensino mecanizado e de exposição de conteúdos.

Respeitante às competências, o autor não destacou nenhuma em particular. Destaca, particularmente, as ciências experimentais incluídas no ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade.

Como principal dificuldade na concepção de ME salientou a estruturação temporal.

A não publicação de um novo programa de Estudo do Meio é considerado como uma falha no sistema educativo. Destaca que a única alteração foi a implementação das ciências experimentais. Assegura que no ME de Estudo do Meio do 1.º ano de escolaridade, estas foram introduzidas em todas as unidades de conteúdo que o ME aborda.

Relativamente aos documentos curriculares tidos em consideração para elaborar um ME, salienta as orientações curriculares do ensino básico, a versão anterior e o novo programa do 1.º CEB; e, referindo-se ao ME de Matemática, um documento de origem (norte) americana (não especifica qual).

Respeitante à sua posição quanto ao actual processo de avaliação e certificação dos ME, é concordante. Contudo, faz uma ressalva. Afirma que deveria haver apenas uma única entidade avaliadora e certificadora (e equipa) por cada unidade curricular disciplinar. Refere que, deste modo, existiria uma uniformização de exigências e critérios e inexistência de disparidades no modo como os ME são avaliados e certificados. Esta ressalva é referida pelo entrevistado como ponto franco do processo e como sugestão a ser incrementada.

A correcção de erros e algumas alterações sugeridas pelas equipas de avaliação e certificação foram descritas como as principais mais-valias deste actual processo. Acresce que é um processo de diálogo entre os autores e a equipa de avaliação e certificação.

Aquando do questionamento sobre mudanças na concepção de ME devido à implementação do processo de avaliação e certificação, ressaltou a sua existência. De acordo com o diálogo, podemos afirmar que este processo originou uma maior disputa entre os vários editores e autores de ME. Para além disso difundiu uma maior atenção, por parte de todos os envolvidos, ao facto de os ME cumprirem ou não os requisitos estipulados pelas entidades superiores.

O entrevistado refere que o ME de Estudo do Meio apenas beneficiou com o processo de avaliação e certificação, na temática das ciências experimentais.

## ANEXO 10

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2011, AO MEMBRO 1 DA EQUIPA CIENTÍFICO-PEDAGÓGICA DOS ME AVALIADOS E CERTIFICADOS DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO DO 1.º ANO DE ESCOLARIDADE E RESPECTIVO RESUMO DAS IDEIAS TRANSMITIDAS

E1 – Dr. [REDACTED] gostava de saber a designação da sua licenciatura? . da sua formação base

**Comentário [Joana1]:** Possui licenciatura em Ciências Antropológicas e Etnológicas pela Universidade Técnica de Lisboa.

P1 – Isso já foi há tanto tempo . Ciências Antropológicas e Etnológicas . foi o primeiro cursos de antropologia em Portugal

E2 – E em que instituição é que tirou?

P2 – \* Universidade Técnica de Lisboa

E3 – E que outros graus académicos é que possui?

**Comentário [Joana2]:** Possui mestrado em social education pela Universidade de Boston e doutoramento em Antropologia.

P3 – Depois fiz o mestrado em social education . na Universidade de Boston .

E3 – uhm

P3 – portanto depois teve equivalência em ciências da educação pela faculdade de psicologia e ciências de educação da Universidade de Lisboa . depois fui bolseiro . de doutoramento em antropologia da educação ... e fiquei por ai . fiz provas públicas para professor coordenador . em 2003

E3 – uhm

P3 – ... e portanto neste momento sou professor coordenador . aqui da escola ... sou coordenador do departamento que foi agora criado que se chama Ciências Sociais e pedagogia ... já fui presidente do conselho científico já fui presidente do conselho directivo ... já fui coordenador várias vezes de departamento . duas ou três vezes . e ... saí do conselho directivo há . dois anos e meio

E3 – uhm

P3 – portanto essa coordenação que tive . na área de estudo do meio foi o que o que eu desenvolvi o ano passado e um pouco este ano \*

E4 – Então nunca exerceu funções como professor do 1.º Ciclo?

**Comentário [Joana3]:** Nunca exerceu funções no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Foi professor do secundário; Já foi presidente do conselho executivo e directivo; Lecciona nos cursos de formação de docentes; É coordenador do departamento Ciências Sociais e Pedagogia-



P4 – Sim sim . não primeiro ciclo não . fui professor de . do . antigo ciclo preparatório . foi aí que fiz o meu estágio pedagógico . fiz o meu estágio pedagógico em setenta e nove oitenta . portanto foi nos últimos anos . acho que foi mesmo no último ano em que o estágio era só de um ano ... \* grupos de seis ... um estágio próprio com dois orientadores . portanto fiz o primeiro grupo que era . Português História e Estudos Sociais ... e depois fui para o mestrado em oitenta e três . portanto eu fui professor . primeiro do secundário . comecei a dar aulas em setenta e seis e ... sai depois em oitenta. fui para as ESEs quando elas começaram . \* fazer aquele curso de formação ... na universidade de Boston especificamente para a criação das ESE ... portanto de primeiro ciclo nunca fui professor . nem sequer tinha habilitações para isso nem nunca .

E4 – Claro!

P4 - Agora fui aqui . dei aulas durante muitos anos aqui e dou . formação de professores . e nessa ...

E4 – Sempre aqui na ESE de [REDACTED]?

P4 – Sim . comecei o primeiro ano em Beja porque a ESE de [REDACTED] não existia não é? Portanto a ESE de [REDACTED] foi a última . a ser criada . fazia parte da terceira fase desse projecto nacional das escolas superiores de educação . e quando houve esse concurso nacional onde fomos colocados na altura não havia a ESE [REDACTED] portanto eu estava ligado a Beja . como grande parte dos meus colegas que depois vieram para [REDACTED] quando foi criado . portanto eu vim logo no ano seguinte . tive um ano sem . portanto estou aqui desde que a escola praticamente começou... no segundo ano de funcionamento vim para cá ... ahm aqui dei aulas sempre ao primeiro ciclo...

E4 – Formação de professores?

P4 – Formação de Professores e Educadores de Infância . hoje Educação Básica não é?

E4 – uhm

P4 – Todos os anos fiz . dei formação nessa área ahm e nomeadamente nós fazíamos sempre avaliação e . análise dos manuais escolares . foi uma coisa que eu sempre gostei de fazer . fiz sempre isso com os meus alunos nesses

cursos de formação . sempre . independente por isso quando isto apareceu  
 fiquei encantado porque correspondia um pouco à ... aquilo que eu gostava de  
 fazer e que ... foi portanto foi natural \* coordenação desta . desta equipa

E5 – Então e para além do manual . dos manuais que avaliou pelo processo de  
 avaliação e certificação já tinha avaliado outros manuais?

P5 – Avaliar não no sentido formal não é?

E5 – Não com o sentido de certificar sempre com

---

P5 – Sempre com funções apenas didáticas

E5 – uhm

P5 – As nossa ideia era que os alunos . fossem preparados minimamente para  
 que quando fossem para as escolas . uma das funções que eles têm que ter é  
 escolher o manual . portanto aqui a gente gostava que eles olhassem para os  
 manuais com um olha mais critico . e fazia-se um pouco esse exercício . depois  
 sei que tive uma opção . uma vez fiz uma opção ligada às questões do género  
 e aí concretamente fizemos uma série de trabalhos com alunos . de análise de  
 manuais escolares . vários grupos fizeram até trabalhos finais de avaliação  
 sobre isso . portanto foi sempre uma área que me interessou . que me  
 interessou muito não é? . mas nunca tinha . nem nunca participei em manuais  
 escolares acho que não tenho jeito para fazer manual escolar quer dizer tenho  
 dificuldades não sei . também nunca fui convidado

E5 – como avaliador sim . mas com produtor e

---

P5 – nunca pensei nisso . nunca fui convidado está a ver?. e portanto ... Nunca  
 foi uma coisa que esteve no meu horizonte

E5 – uhm

P5 -se um dia me viessem pedir se calhar era capaz de pensar nisso. mas não  
 . acho que é difícil . acho que é uma tarefa difícil . acho que é bem difícil é mais  
 fácil . eu sou um bocado desconstrutivista e portanto é mais fácil desmontar do  
 que montar não é? mas nunca fiz esse exercício portanto não vale a pena falar  
 nisso .

**Comentário [Joana4]:** Em termos  
 formais nunca tinha participado na  
 avaliação de ME. Contudo, sempre foi uma  
 prática incutida, com funções didáticas,  
 aos seus alunos com o intuito de estes terem  
 um olhar crítico acerca dos ME.

**E6** – E o que levou então a participar neste . neste processo? foi nomeado? foi

**Comentário [Joana5]:** Foi convidado através da direcção da escola.

**P6** – Sim . fui escolhido na altura pelo director \* para ver se eu aceitava e eu disse logo que sim pois sabiam que eu gostava disto não é? . e ... e portanto a primeira fa . a primeira etapa foi criar a equipe e certificar a equipe junto do Ministério de Educação que era a primeira fase não é? ... e portanto eu fiz parte dessa equipe de Estudo do Meio que foi essa a ser certificada . não houve assim muitas escolas que . deve ter acesso a isso não?

**E6** – Pois não, é a ESE de Setúbal, de Viseu e a Universidade do Minho

**P6** – Exactamente . Sei que a gente soube quando foram publicadas em Diário da Republica ... as várias equipes das escolas . e portanto... essa foi o primeiro passo . e depois a seguir veio . o processo . e nós tivemos aqui . quatro manuais escolares do 1.º ano .

**E6** – uhm

**P6** – ahm ... não sei se quer saber os nomes?

**E6** – não . eu tenho . tenho por acaso tenho acesso a isso

**P6** – então pronto . tivemos esses quatro . e este ano inexplicavelmente o processo parou para o Estudo do Meio. vai-se lá saber o porquê . ficou apenas português e matemática . que é uma coisa que não lembra \*

**E6** – Pois, porque fez só o primeiro ano . manuais escolares do primeiro ano . depois

**P6** – mas este ano devia de ser o segundo ano ... bom de tal maneira aquilo correu bem que duas das editoras . portanto a [REDACTED] e a [REDACTED] . voltaram-nos a pedir para este ano dar o parecer sobre os \* . fizemos isso . portanto já . num sistema informal de ter que avaliar e certificar . mas fizemos a avaliação normal . demos um parecer para eles . um trabalho que tinha sido ... que tinha resultado muito bem para nós e pelos vistos para as editoras . que ainda por cima é um trabalho pago por eles não é? \* mas é pago por eles e ... e este ano fizemos para essas duas editoras . ou seja fizemos tudo que fizemos o ano passado só não colocarmos o parecer no site do Ministério . que é a parte final . e eles depois disso não nos deram o manual para ver se estava em condições . de resto fizemos tudo . ahm e foi muito interessante . novamente . porque

**Comentário [Joana6]:** O entrevistado não compreende porque é que ME de Estudo do meio (nomeadamente os ME do segundo ano) não foram sujeitos a avaliação e certificação neste ano lectivo, ou seja, porque é que não houve uma continuidade na avaliação e certificação dos ME desta área curricular disciplinar. Apesar de não ser considerado legalmente, este ano, algumas editoras voltaram a pedir à equipa de avaliação e certificação a apreciação dos ME (contudo sem o intuito de certificar, isto é, num sistema informal de avaliação).

eram editoras que já conhecíamos . o projecto deles . normalmente eles fazem um projecto editorial com alguma coerência não é? e portanto este ano era muito semelhante ao que já tínhamos visto o ano passado portanto . foi capaz de ter sido mais fácil . ainda que este ano eles tenham pedido uma coisa que o ano passado não estava . o ano passado a certificação era só dos manuais e eles têm aqueles livro complementares ... de exercícios . de experiências

**E6** – Outros materiais didácticos não é?

**P6** – Exacto . um que era de experiências . houve uma editora que era de experiências e outro que era de expressão plástica associada ao Estudo do Meio . este ano pediram para fazer isso. e nós fizemos também . portanto no manual não é? mais esse dois ...livros que são trinta e duas páginas mais duas trinta e duas páginas ... e fizemos isso também . portanto essa foi a experiência nova este ano em relação ao ano passado

**E6** – Tornou-se um trabalho continuo . digamos assim

**P6** – sim . Acabou agora . acabou em fins de Fevereiro . não foi em principio de Fevereiro foi quando nós . não . foi no final de Janeiro . vinte e oito de Janeiro mandámos o parecer final para as editoras

**E7** – E quais são as dificuldade que pensa que possam interferir . que interferem . neste . nesta avaliação? Há alguma dificuldade?

**P7** – O processo é muito interessante . eu gosto muito do processo . ainda que ache que ... podia ser melhorado . por exemplo ele acabou por ser melhorado este ano numa das fases que era a fase final . que se calhar podemos falar nisso a seguir . que ahm e que tinha sido uma das críticas que nós tínhamos feito ... ahm ... nós fizemos um processo um pouco ... diferente se calhar das outras escolas e que . e que a nós nos agrada bastante . a pedido das editoras . a primeira questão é assim porque é que as editoras nos escolhem? ... e esse é um processo um bocado polémico . eu percebo que numa sociedade em que hoje tudo se avalie . que tudo se certifica . o que as entidades . neste caso a tutela tem que dizer é quais as entidades que estão em condições de certificar e depois qualquer pessoa neste caso as editoras vão a um sitio . e eu percebo isso . eu também quero levar o meu carro à inspecção eu escolho um sitio para levar o meu carro à inspecção e portanto levo . mas sei que há pessoas que

**Comentário [Joana7]:** O entrevistado questiona sobre quais os critérios utilizados pelas editoras para escolherem as entidades de avaliação e certificação.

dizem ok o carro é só seu o problema é entre si e mais ninguém . ao passo que o manual implica milhares de pessoas . e eu aí admito que poderá haver outro processo ... mas eu aceito mais ou menos isto que é a gente escolhe . ainda que isto seja passível de interferências . para não usar outro nome mais complicado . porque é assim . porque é que uma editora vem aqui e não vai a [REDACTED] ou ao [REDACTED]? Porquê? Porque é que uma [REDACTED] que tem o [REDACTED] tão perto vem a [REDACTED]? é uma pergunta que eu não lhe consigo dar resposta

E7 – Não consegue dar resposta?

P7 – Não . não quero dar resposta . não cabe a mim dar resposta . mas que é estranho é . Porque é que . Portanto poderá haver outras razões que levem a esta escolha ... tal como eu por exemplo que vou levar o carro à inspecção ao autódromo do [REDACTED] em vez de vir aqui a [REDACTED] . por uma razão qualquer . porque fica perto de casa ou porque sei que eles são mais simpáticos ahm menos exigentes se calhar . não sei . cada um tem as suas razões ... e então tivemos quatro editoras . dessas quatro duas fizeram processos muito diferentes . quiseram fazer um protocolo com a escola . a escola aceitou . e antes de entrar propriamente no processo de avaliação eles deram-nos o manual para nós darmos um primeiro parecer... e isso era pago à parte . era um trabalho

E7 – antes do processo?

P7 – antes do processo começar . e isso foi muito interessante . foi muito interessante . porque não fazia parte do processo . portanto formalmente eles não tinham entregue a candidatura para . para o manual mas pediram-nos a nós para fazermos isso . e nós fizemos e . e portanto quando começou o processo grande parte do manual estava podado não é? aquelas coisas . estava limpo . e portanto foi muito mais focalizada . depois o processo foi muito rápido nesse aspecto porque . tínhamos resolvido uma etapa . portanto só duas editoras fizeram isso . e essas resultaram muito bem ahm depois os outros fizeram o processo normal ahm e nesse processo havia em todas elas . depois do nosso parecer escrito . acabámos sempre por reunir com as equipas . as equipas das editoras vinham sempre . o responsável editorial não é? e normalmente um ou dois autores dos manuais escolares . e tinham uma

**Comentário [Joana8]:** Antes do arranque do processo de avaliação e certificação houve editoras que pediram um primeiro parecer à equipa, através de um protocolo que estas fizeram com a escola.

reunião com a equipe e acho muito interessante isso . porque nós fazemos muitas vezes isso . eu fazia muitas vezes nas aulas a análise dos manuais escolares . eu o manual e os meus alunos mas nunca tinha falado nem com os editores nem com autores . ou seja . qual era a lógica deles? Qual era o pensamento deles? Por que optaram por isto e não optaram por aquilo? e essa reunião foi muito interessante . portanto não é uma reunião só onde . há coisas que eles não entendem portanto . é uma reunião de esclarecimento ... mas é uma reunião em que muitas vezes se confrontam opções pedagógicas diferentes e portanto não temos que questionar as opções pedagógicas das pessoas temos que usar os critérios que o Ministério da Educação define para a nossa grelha de análise . mas é muito interessante perceber qual é a . porque é que aquela opção foi escolhida pelos editores e pelos autores . portanto essa achei muito interessante essa fase . e fizemos com todos ... ponta final que é quando foi feita um parecer final . portanto isso . em ambas as editores eles tinham incluído quase tudo o que nós tínhamos dito . sei lá mais de dois terços ... portanto o parecer final para eles mudarem era relativamente curto já ... e nós achamos por bem que depois de termos feito esse parecer . queríamos ver a fase final . apesar do decreto-lei na altura . ou a legislação . já não sei . se era decreto-lei . não previa isso . mas nós achamos que devíamos fazer isso . ou seja não fazia sentido que o manual fosse para o mercado . sem que a equipe de avaliação e certificação tivesse a certeza que o seu parecer tinha sido incorporado pelo menos nas questões que eram fundamentais naturalmente . no manual . houve entendimento entre todas as equipas . por exemplo houve aqui na nossa escola os colegas de matemática não fizeram essa versão final . portanto cingiram-se à legislação . curiosamente a legislação este ano foi alterada e incluiu essa fase e isso acho ótimo

**Comentário [Joana9]:** A equipa de avaliação e certificação, apesar de a legislação não o prever, quiseram averiguar se as suas recomendações foram incorporadas na versão final do ME.

E7 – uhm

P7 – para evitar coisas que tenham acontecido . porque houve editoras que puseram os livros fora sem ter incorporado as últimas sugestões que fizeram as equipas de certificação . houve situações muito desagradáveis . portanto nós não tivemos isso . foi um processo que correu extraordinariamente bem . deu-nos mais trabalho naturalmente porque incorporou uma fase que se calhar

**Comentário [Joana10]:** Admite que houve editoras que colocaram os ME no mercado sem terem incorporado as recomendações feitas pelas equipas de avaliação e certificação (apesar de salvaguardar que isso não aconteceu com a sua equipa).

... legalmente não tínhamos que fazer . mas acho que eticamente a equipe aceitou fazer-lo

E7 – Então mas não apresenta assim uma dificuldade que

P7 – Quer dizer dificuldade era a dificuldade legal . a primeira dificuldade era a parte sempre burocrática daqueles acessos à ... ao site . pôr lá as coisas no site e ... não é muito agradável . é aquela parte mesmo que temos que fazer mas não acha muita graça (riso)... portanto dificuldade legal no ano passado foi essa legalmente . e a gente teve muita discussão aqui com a direcção da escola . porque é que vocês estão a fazer isso? . se a matemática não faz . porque se a legislação não diz porque é que vocês fazem? . portanto esse é um obstáculo . ou seja a legislação não era . não soube levar o ano passado ahm o processo até ao fim . este ano acho que incorporou . fez essa avaliação e pelos vistos incorporou . excelente \* ahm . eu não digo que é dificuldade . vou-lhe dizer alguma . o que é que este processo para nós teve . obrigou as escolas a trabalhar com um mundo . que é um mundo onde as escolas publicas normalmente não fazem . que é o mundo empresarial . das editoras

E7 – uhm

P7 – e isso para nós é . é desafiante . tem coisas boas e tem coisas más . não é? . por exemplo os timings . eles são de uma exigência \* . e nós aqui normalmente somos um pouco mais flexíveis . \* e isso obrigou-nos a ser muito rigorosos e a disciplinar-nos também a nós próprios . portanto esse aspecto foi positivo mas por outro lado eles . sentimos uma grande pressão por parte das editoras ou seja . quando chegava o dia . ou mais dia menos dia . eles começavam logo a dar sinais que estavam à espera das coisas . e eu percebo porque eles tem uma preocupação que nós não temos que é a preocupação de pôr aquilo nas máquinas e imprimir . portanto eu não tenho essa . mas eles têm não é? e percebo que haja uma certa . interferência . que às vezes não sejam muito simpáticas . eles são todos muito simpáticos . sempre foram muito cordatos . não tenho razões de queixa muito pelo contrário . ate que por fim encontramos uma forma muito . rápida de funcionar com eles ou seja . evitamos aqueles canais de ir para a direcção . ou seja eles tinham um responsável editorial que falava directamente comigo como coordenador da

**Comentário [Joana11]:** Apresenta como dificuldade:  
A parte legal (burocrática) do processo, nomeadamente o preenchimento das grelhas no sistema informático do Ministério da Educação;  
O facto de considerar que a legislação não levava o processo até ao fim, uma vez que não compreendia a obrigatoriedade das editoras apresentar a inclusão nos ME as últimas recomendações feitas pela equipa de avaliação e certificação;  
O “mundo” empresarial com timings muito reduzidos e com uma pressão acutilante.

equipa . portanto através de e-mail a gente . resolveu sempre . nesse aspecto foi um processo muito desburocratizado ... ahm mas eu sentia sempre uma pressão de facto . e não estava habituado a isso não é (risos) mas isso não foi propriamente uma dificuldade está a ver? foi uma . uma forma de trabalhar com pessoas que têm lógicas diferentes das nossas não é?

**E8** – Uhm e quais foram as metodologias de trabalho que foram pensadas para a sua equipa?

**P8** – Nós fazíamos assim . eles mandavam-nos os exemplares em papel e algumas delas . pelo menos aquelas que trabalhámos mais desde principio mandavam-nos também em formato digital... e ... muitas vezes por exemplo a versão final eles não ainda tinham incorporada em papel mas já tinham na versão virtual portanto e mandavam-nos isso . era a última versão saber se tinham ou não tinham sido incorporado . nós não vimo-la impressa mas vimo-la através de e-mail e nos PDF que eles enviavam . e que eu . e por e-mail resolveu-se isso ... eles mandavam-nos esses materiais e a gente \* em equipas . os membros da equipa . os membros da equipa na altura eram cinco portanto quatro da escola e uma professora do terreno . do primeiro ciclo . que a legislação previa

**E8** – Quatro da escola incluindo o Dr. [REDACTED]?

**P8** – Exactamente . e uma professora do primeiro ciclo . portanto mal chegavam eu fazia chegar esse . chegavam esses materiais eu fazia-os chegar aos meus colegas . tínhamos um tempo para analisar . depois normalmente eu como coordenador fazia o primeiro arranque não é? mandava um texto com a primeira análise e depois cada um ia colocando os seus acrescentos e deixávamos depois uma reunião formal da equipa as nossas dúvidas os nossos acordos as nossas visões finais . portanto era uma reunião . mais ou menos longa não é? ahm e depois eu fazia como coordenador fazia o parecer final mandava para os meus colegas . certo . e ia para lá não é? E portanto foi esta a metodologia que nós internamente utilizámos . portanto normalmente reuníamos por manual . acabámos por reunir duas vezes . agora o e-mail hoje é a grande vantagem . trabalhamos imenso

**E8** – Através de e-mail

**Comentário [Joana12]:** A equipa era constituída por cinco elementos. Usando os critérios do Ministério da Educação elaboraram uma grelha. Cada elemento analisava de forma individual e, posteriormente, cruzavam e juntavam a informação com os restantes colegas de equipa, através de correio electrónico e nas reuniões.



**P8** – Exactamente . portanto há um formato . encontrámos um formato mais ou menos adequado usando os critérios do ministério não é? aquelas ... dos valores e da cidadania ... bem mas fundamentalmente era o rigor científico e metodológico . e foi feito . a dificuldade . este ano por exemplo já incorporamos a questão que o ministério nos obrigou . apesar de não termos feito a certificação . mas já fizemos isso que é a questão do acordo ortográfico não é? portanto este segundo ano já tem que incorporar o acordo ortográfico

**E8** – O ano passado não?

**Comentário [Joana13]:** Na avaliação e certificação não foi tido em conta o novo acordo ortográfico.

**P8** – O ano passado não . esse ano não havia essa regra . esse ofício do ministério saiu em trinta e um de Dezembro ou mais coisa menos coisa . e portanto já fizemos isso este ano o ano passado não ... que convínhamos não há gente que tenha pensado ao longo não é?. ou seja . este livro . do primeiro ano . vai estar desactualizado em termos ortográficos daqui a dois anos . um prazo que é obrigatório para todos ... estamos a falar?

**E8** – das metodologias

**P8** – O que é que foi interessante? O que é que . nós já nos conhecíamos todos na escola não é? portanto é uma escola . dois professores da área das ciências sociais dois professores das ciências da natureza . aqui era fácil porque essas duas áreas estavam ligadas a um só departamento . na altura chama-se ciências multiculturalidade e desenvolvimento . portanto nós já tínhamos trabalho noutras áreas . a novidade era trabalhar com essa nossa colega . que tinha . que era conhecida só dos nossos colegas de ciências quando tínhamos aqui a variante de ciências da natureza e matemática . portanto ela acompanhava os estágios . era uma professora cooperante

**E8** – uhm cooperante sim sim

**P8** – Sobretudo era conhecida de uma parte dos nossos colegas . este ano a equipe ficou só com quatro porque houve uma colega que foi para o \* . portanto para uma bolsa de doutoramento e portanto a equipe ficou reduzida a quatro . mas mantivemos

**E8** – Então três aqui da escola mais a colega de

— — —

**P8** – o que funcionou mal? funcionou mal o pagamento do ministério . ou seja nós recebemos o pagamento do ministério um ano depois . já estávamos a trabalhar com os manuais deste ano e ainda não tínhamos recebido o do ano passado . eu acho isso uma . uma falta de . portanto o erro é do ministério o erros é da escola do instituto . portanto essa é a parte degradável . portanto como é que . como dizia a nossa colega da . do terreno . quando soube que ia receber ficou tão satisfeita que disse mas eu achava que isto não \* (risos) . é daquelas coisas que a gente faz por gosto . portanto não é o dinheiro que nos mobiliza ... mas um ano depois é tempo a mais . mas pronto . essa foi a parte mais . menos agradável se calhar

**Comentário [Joana14]:** Alega que houve atrasos no pagamento por parte do Ministério da Educação.

**E9** – Um ponto fraco a apontar (riso) houve alguma finalidade na avaliação e certificação que privilegiaram?

**Comentário [Joana15]:** Refere que se cingiram à legislação e não tiveram uma finalidade que tivessem privilegiado.

**P9** – Não, nós não privilegiámos até porque o . a legislação do ministério não diz que esta área vale mais do que aquela não é?

**E9** – uhm

**P9** – aqueles critérios não é? aqueles parâmetros . portanto nós . quer dizer há alguns que são

---

cingimo-nos à legislação até porque .

**E10** – E a nível de competências houve alguma que privilegiaram?

**Comentário [Joana16]:** Não privilegiou qualquer competência, contudo destaca o ensino experimental e as questões da multiculturalidade.

**P10** – Não . a equipa das ciências preocupou-se muito com as questões ligadas ao . às próprias experiências das ciências da natureza não é? . é uma área . ate porque a escola esteve envolvida no projecto

**E10** – No ensino experimental?

**P10** - no ensino experimental das ciências no programa de apoio à formação continua . portanto os professores estavam ligados a isso e estavam muito sensibilizados . nessa área não é? Portanto fizeram uma grande ... talvez uma leitura mais pormenorizada . a outra . mas isso tem a ver com a equipe não é ? . tinha a ver com as questões da diversidade . de género . das questões multiculturais . de facto eles estão ligados a essas áreas . fomos talvez . e essas foi umas das questões que muitas vezes foram discutidas aqui porque não. \* que estávamos a ser às vezes . não digo fundamentalistas porque é um

termo muito forte não é? . nunca nos acusaram disso . mas se calhar éramos capazes de estar a olhar . a gente quando dizia que de \* . portanto ai talvez tenha a ver com a nossa área de preocupação ... de resto onde é que nós nos centramos mais? centramo-nos mais nos erros científicos naturalmente não é? nas questões científicas . que não são muito grandes normalmente os manuais . as pessoas . até porque há uma fase prévia que é um avaliador científico um assessor científico que normalmente eles têm não é? portanto já há ai uma parte que é depurada . portanto quando chega aqui

E10 – uhm

P10 – os erros não são muito grandes . as questões da linguagem essas sim . o serem explicitas o ser claro o texto ahm o outro tinha a ver com as imagens . fomos muito rigorosos com as imagens

**Comentário [Joana17]:** Refere que os erros científicos já chegam depurados, contudo alega erros na linguagem e na utilização da imagem. Salienta que há questões pedagógicas que não são unânimes.

E10 – mas rigor em que

P10 – a imagem é muito importante . imagem . normalmente muitas vezes os manuais . a imagem é muito. é para ilustrar e não tem mais efeitos nenhuns e a gente questionava isso

E10 – Tinham que ter outro objectivo para além de ilustrar

P10 – Tinham que ter outra função . porque é que esta imagem está aqui e tem estes dados e não tem outros? ahm portanto olhamos para a imagem como se fosse um texto e portanto fomos tão rigorosos na imagem como na construção frásica muitas vezes não é? a outra questão mais difícil foram as opções pedagógicas não é? ou seja havia soluções pedagógicas que nós . que nós não partilhávamos que nós não achávamos muito interessante mas tínhamos que respeitar porque essa não era o critério para dizermos que certificamos ou não certificamos . e portanto eram . nalguns casos eram debates interessantes em termos de didáctica das metodologias do ensino mas . não nos coibíamos de dizer muitas vezes . porque não esta situação porque não aquela . portanto na fase . primeira que nós achávamos que ainda podíamos ter algum interferência não é?

E10 – uhm

P10 – Este ano por exemplo como começámos mais cedo . e como não tinha esse efeito de certificação . aí levamos talvez mais longe essa nossa ... não é

bem interferência mas sugestões. a darmos mais sugestões porque sabíamos que iam a tempo de serem incorporadas no manual porque muitas vezes o que os colegas das editoras nos diziam era assim . isso é muito interessante mas já está feito e já não. vai-nos obrigar a mudar muita coisa . e eu percebo . ainda que em alguns caso era muitas vezes uma desculpa para não querer fazer para não mudar . para manter as suas opções pedagógicas . mas desta vez fizemos isso . mas claro a editora é que decide não é? . cabe-lhes a ele as soluções finais não é?

**E11** – Dr. [REDACTED] e quais foram os documentos curriculares que a sua equipa teve em consideração?

**Comentário [Joana18]:** Para além da legislação, utilizaram o programa do 1.º CEB e o currículo nacional do ensino básico.

**P11** – Nós fizemos a legislação fundamentalmente não é? Portanto aqueles critérios que existiam . toda a documentação que apesar de tudo era muito vasta . houve . na altura o ministério reuniu com as direcções das escolas . um seminário em Lisboa e forneceu uma série de documentação para além da legislação que nos foi facultada ahm portanto essas foram as questões centrais . depois usámos muito a . a nossa . os nossos . materiais que já usávamos aqui na escola ligados à análise de manuais e materiais escolares . portanto nomeadamente as questões de análise de conteúdos . naturalmente ...

**E11** – Mas houve algum tipo . por exemplo o programa do 1. ciclo o manual de competências .

**P11** – Isso era fundamental não é?

— — —

**E11** - Privilegiou algum destes?

**P11** – Não uma das coisas que eles nos obrigavam dizer era se os manuais estavam de acordo com os currículos nacionais não é? portanto a gente tinha que sempre por exemplo ir ver se aquele conteúdo estava ou não estava lá . se . ou aquele conteúdo não foi abordado e estando no currículo e principalmente nos usámos muito a questão do currículo para convencer os nossos colegas que produzem os manuais que havia metodologias que já estavam previstas no próprio currículo . portanto o currículo não é só um conjunto de conteúdos e de competências mas dizia em alguns casos que havia metodologias que deviam ser . que eram sugeridas . portanto muitas vezes usávamos essa

documentação para dizer . estes são os documentos legais . portanto uma coisa é a gente ter um autor que goste muito ou corrente que aprecie demasiado . outra coisa são os documentos oficiais . portanto na equipe nós temos posições pedagógicas muito distintas mas isso \* são outros . até não tem nada a ver com a questão de avaliação . isso até são lá olhares cruzados que foram muito positivos . não sabemos o que cada um pensa sobre as questões didáticas e da aprendizagem ... fazemos de certeza vir ao de cima isso mas não . isso não se pode reflectir no parecer final não é? portanto pegámos sempre nos documentos oficiais . o programa o currículo nacional e depois toda a legislação que tinha sido feita em relação aos manuais escolares . foi essa a documentação que usámos essencialmente

**E12** – uhm Dr. [REDACTED] já falámos um bocadinho acerca disto mas não sei se quer acrescentar . relativamente às dinâmicas internas . como é que se organizaram

**P12** – Talvez dizer que no primeiro arranque a direcção da escola é importante . foi essa a sua função primeiro nomear a equipe. escolher . convidar as pessoas a participar . portanto o primeiro processo foi convidou-se as pessoas a participar quem é que está interessado nisto? . e as pessoas enviavam a sua intenção . a direcção criou as equipes . não me pergunte como . não estava lá não me interessa . criou as equipes pediu os currículos e aquelas coisas e enviou o processo para o ministério . portanto a direcção nessa fase foi importante . na fase seguinte que é quando recebe os manuais e faz os primeiro contactos tudo bem . a partir do momento em que nós reunimos com os responsáveis editoriais a direcção fez uma coisa muito engraçada que foi afastar-se . dizer que agora é uma relação entre o coordenador da equipe e o responsável editorial ...

**E12** – Mas quando fala em direcção

**P12** – director da escola direcção da escola e portanto . ou seja . institucionalmente faz o arranque faz o que tem a fazer e depois naturalmente deixa isso para as equipes portanto nós temos uma grande autonomia uma grande liberdade em fazer \* . portanto o nosso timing a nossa forma de trabalhar a equipe geriu isso completamente não é? Portanto nesse aspecto foi óptimo ahm a direcção depois servia também para fazer como a editora não é?

pressionarmos por causa do tempo que estava a chegar . atenção que já chegou atenção para não ultrapassar atenção a isto . portanto era essa a função

**E13** – Portanto focalizando-nos agora no processo em si ahm posso saber qual é a sua posição relativamente ao processo de avaliação e certificação?

**P 13** – Acho muito positivo

**E13** – Porquê?

**P13** – Levou tempo a chegar ao fim . houve pessoas que ...

**E13** – Mas é a favor da avaliação e certificação?

**P13** – Sou a favor da avaliação e certificação dos manuais . porque se hoje tudo é certificado . se eu tenho uma casa que quero vender e tenho que dizer que tenho que certificar energeticamente a minha casa . desculpe lá . não faz mais sentido eu ter que me pronunciar com um olhar de experts sobre os manuais escolares? Porque \* uma situação . é o principio do pêndulo curricular não é? . Passamos do livro único para milhares de livros . \* e este pêndulo nestes dois extremos tem que ganhar algum equilíbrio . e portanto tem que ser disciplinado ou seja ... o principio era qualquer pessoa podia fazer um manual . isto não cabe na cabeça de ninguém . claro que pode fazer um manual . depois diz-se o mercado resolve-se com o \* . porque até ir o manual para a rua gasta-se muito dinheiro e muitas vezes sem grande sentido . não quer dizer que as escolas optem pelos melhores manuais . também sabemos disso . há razões várias para uma escola optar por um manual não é? mais rigor mais consciente menos consciente . as editores \* fazem pressão sobre os professores convidando para seminários oferecendo-lhes dossiers etc . todo esse charme do merchandising associado a isso e portanto há escolhas que a gente não sabe muito bem se são científicas ou pedagógicas nessa escolha . agora entre estes extremos em que todas as pessoas são potenciais produtores de manuais bom . acho que este tema . um ponto de mais ou menos equilíbrio . ou seja o ministério deu às instituições de ensino superior esta função . que é ótimo . acho bem que a faça . e . certificamos as equipes em função do seu currículo do seu trabalho da sua formação . depois criou ali uma série de patamares de qualidade não é? ou seja os editores hoje tem que

**Comentário [Joana19]:** É a favor da avaliação e certificação dos ME, pois veio criar o aumento da qualidade dos ME. É um processo que permite o diálogo entre a equipa de avaliação e certificação e os editores/autores. Possibilita um “olhar multifacetado” de elementos externos à editora.

ter esse tal ... assessor científico ... e depois temos nós . em diálogo . ou seja nós nunca damos o parecer e tomem lá e agora mudem . não . de facto houve . a legislação permite esse diálogo . isso tem sido. e nós aqui levámos até ao máximo . e muitas vezes não reunimos que . dizíamos o parecer . se estão disponíveis venham cá . às vezes vir do Porto até aqui era um bocado desagradável (risos) tem que se pagar mais e portanto eles acabavam por se calhar não vir tantas vezes . mas é um processo de grande diálogo

E13 – uhm

P13 – E eu acho positivo isso porque eu quando vi os manuais finais e na primeira fase . é pá que dife . apesar de tudo que diferença . ou seja nós não mudamos na estrutura do manual na concepção pedagógica que eles têm para ao longo dos quatro anos normalmente fazem aquilo por ciclo não é? . nós não mudamos nisso . não dizemos para o boneco ser este ou ser aquele para a estrutura ser esta ou ser aquela . mas face ao produto a gente hoje dizemos assim . se nós não tivéssemos feito qualquer intervenção neste processo o manual tinha ido para o mercado naquela fase . cheio de gralhas cheios de erros como sempre foram . sou pai e quando os meus filhos traziam os manuais para casa não é? eu trabalhava com eles às vezes arrepiava-me . é pá . ele não percebe não eu percebo dizia-lhes às vezes . nem eu percebo isto esta pergunta não é? (risos) acho que hoje isso não acontece . quando as pessoas pegam nesses manuais que foram certificados . espero que os meus colegas nas outras instituições tenham feito o mesmo . e portanto as pessoas hoje percebem o que lá está . não tem erros . está depurado . ou seja o manual passou a ter um olhar multifacetado das pessoas que pegaram nele . ou seja deixou de ser um problema da editora e das equipas que fazem o manual para ter elementos externos que dão outro olhar sobre o produto e que é . isto só tem vantagens

E14 – É esse olhar multifacetado que apresenta como a mais-valia neste processo?

P14 – Eu acho que sim . é o processo . porque eu percebo que . quando arranjam uma equipa que vai fazer um manual escolar a editora tem os seus critérios escolhe-os em função de um perfil que eles é que sabem porquê . mas

**Comentário [Joana20]:** O olhar “multifacetado e cruzado”, o entender as lógicas de concepção dos ME e a formação profissional que advém desta avaliação, são apresentadas como mais-valias deste processo de avaliação e certificação.

essas pessoas por muito excelentes professores que sejam e por grandes produtores de manuais que sejam . há uma coisa que a gente na vida tem sempre . nós não somos perfeitos não temos a capacidade de produzir . obras fabulosas não somos génios . e portanto por uma questão de humildade científica e pedagógica . principalmente na pedagogia não há certezas de nada propriamente poucas . que a gente oiça a opinião de outras pessoas . que em alguns casos têm tanta experiência como eles numas áreas noutras têm menos noutras têm mais . e este olhar cruzado que não é um olhar hierárquico está a ver? eu acho que . nas reuniões que tivemos nós nunca tivemos esse sentido de hierarquia foi sempre de facto . até porque estamos habituados em educação a trabalhar muito em situação de horizontalidade não é? os diálogos fazem-se de igual para igual e não de ... top down . portanto acho que foi muito interessante para nós e para eles . e tanto interessante foi para eles . que eles este ano sem necessidade legal de certificação vieram fazer esse pedido que para nós acho muito interessante não é? . achei interessante . porque se . qual é a vantagens de vir gastar mais uns cobre não é muito é verdade mas são apesar de tudo é algum dinheiro que se gasta e tempo não é? . ate o parecer não vai eles podem andar com aquilo . e se eles fizeram isso é porque viram que eles próprios tiveram benefícios disso ... pessoalmente . gostámos muito porque para nós . pode dizer assim qual é o seu prazer em . ah está bem ganho uns cobres e . e mais para além disso? . fundamentalmente para quem esteve sempre ligado às questões dos manuais e gostou de fazer isto foi um diálogo entre as editoras e os produtores de manuais não é? perceber as lógicas deles perceber as dificuldades . se a gente mexe aqui isto vai ter que levar uma grande volta o gráfico vai ter dificuldade em encontrar esta solução . isso para nós é muito interessante

E14 – uhm

P14 – ou seja em termos de formação profissional . de certeza que eu hoje olho para o manual com um olhar . se calhar não tão crítico . mais tolerante em alguns casos não é?

— — —



Posso não concordar naturalmente com muitas lógicas que esse mundo empresarial tem . a gente sabe que a grande fonte de riqueza das editoras são os manuais escolares . \* e por isso a grande resistência que eles têm . por exemplo este novo processo de reutilização dos manuais . isso não me tira a clarividência e a lucidez em relação a este empório chamado manuais escolares . nem pergunte se eu sou a favor ou não dos manuais escolares não é? . sou a favor . eu fiz estágio . ainda há bocado lhe estava a dizer eu fiz estágio numa época em que o pensamento dominante era o manual não presta para nada ok? . eu fiz o meu estágio de estudos sociais e de história sem manual escolar . portanto a gente fazia o que na moda na altura fazer fichas dossiers próprios . é uma treta completa . para miúdos pequenos é uma treta completa . porque aquilo . a gente não sabe onde está a folha . com dez anos ainda têm muita dificuldade em organizar dossiers . e portanto acho que o livro é fundamental naquilo que é essencial . portanto eu sou a favor do manual escolar . não sou a favor é daquelas resmas de manuais escolares que os miúdos têm isso é que não faz sentido . mas isso são outras lógicas não é? são lógicas ... uma das lógicas era os livros . as críticas são os livros um grande peso para as crianças não é? . todos os anos se discute as questões dos manuais escolares é cíclico . e este é um dos temas \* . as editoras resolveram o problema .se é muito pesado o manual a gente divide em três . é pior a emenda que o soneto não é? porque em vez de pagar um preço passo a pagar três ainda que desdobrado não é ? é um mundo muito complexo onde há interesses muito grandes e . acho que só se consegue com algum bom senso . eu percebo que as editoras não queiram . vão resistir o mais possível a estas alterações que a assembleia da republica fez não é? que já vem de há muito tempo . já vem do Roberto Carneiro . já vem do Roberto Carneiro aquele que punha a hipótese de se utilizar os manuais escolares dos outros anos . mas eu percebo porque isto é a fonte\*

**Comentário [Joana21]:** Existe, em algumas situações, resistência por parte das editoras.

**E14** – uhm como disse não deixam de ser empresas e precisam de lucro

**P14** – Exactamente . é o lucro que os \* e um lucro muito alto não é? ... eles e depois os livreiros . a gente tem . a gente sabe que há papelarias que facturam num ano em função dos manuais escolares ou seja aquilo que eles facturam

em Setembro e em Outubro é para o resto do ano . porque ai é que ganham \*  
não é? e portanto não é só a questão das editoras

**E15** – Relativamente ao processo . não à dinâmica em si porque nisso já  
falámos . relativamente ao processo há algum . há algum ponto fraco?

**Comentário [Joana22]:** É apresentado como ponto fraco, o escasso diálogo directo entre o Ministério da Educação e as equipas de avaliação e certificação.

**P15** – O ministério é que coordena este processo . e eu por exemplo não sei muito bem . não tenho experiencia nem tenho os dados o seu trabalho vai \* .  
que é as comissões que eles têm não é? que não somos nós são as comissões lá do ministério . bem eu não sei lá muito bem como é que isso se passa . sei que o ministério não sei se interfere muito se interfere pouco . há uma coisa que o ministério devia fazer que é . e eu aqui disse várias vezes à direcção para fazer chegar isso ao ministério . que é era passado um ano de experiencia o ministério tivesse uma forma de auscultar quem fez este trabalho

**E15** – E não existe esse diálogo?

**P15** – Não fez não fez . quer dizer o ministério fala connosco por ofícios não é? eu acho que isso devia ser feito . pelo menos com os coordenadores das equipas não são assim tantas não é?

**E15** – Está-me a falar de um contacto mais directo?

**P15** – No final do ano . pegar nas pessoas que fizeram este trabalho que não são assim tantas como isso não é? . não é uma questão de uma logística tão grande é uma logística relativamente acessível e ter uma simples reunião de trabalho em que se fizesse com as diferentes equipas algum balanço . porque é assim que se muda a legislação acho eu . não é? e isso eu achei que deveria ter sido feito e não foi feito . mas isso são questões que tem a ver com as próprias . o poder é sempre arrogante e acha que faz não precisa de ouvir \*

**E16** – E quais foram os instrumentos que a sua equipa utilizou? Já me falou  
das grelhas . foi unicamente e dos programas

**Comentário [Joana23]:** A equipa de avaliação e certificação criou uma grelha com base nos critérios oficiais.

— — —  
**P16** – Sim nós criamos uma grelha própria a partir do . dos critérios oficiais de avaliação não é? . em que nos sentimos mais ou menos confortáveis ainda que . se me perguntar se aqueles critérios não se repetem eu acho que às vezes se repetem . ou seja aquilo . a versão final do parecer . não é a versão que a gente trabalha com as editoras . mas versão final que se tem que pôr no site do

ministério é uma versão que podia ser mais simplificada porque é tão atomizada

**E16** – Acha que se torna repetitiva?

**Comentário [Joana24]:** Acresce que os critérios oficiais tornam-se repetitivos e que estes podiam ser simplificados.

**P16** – Exactamente . exactamente . a gente às tantas tem dificuldade em saber se isto é pedagógico se é de ilustração se é disto ou se daquilo porque às tantas . fazia muito mais sentido às vezes haver um texto mais global do que ter que andar a preencher não sei quantos tópicos . há ali não sei quantos itens . e a gente desdobra aquilo muitas vezes artificialmente não é? essa parece-me uma grelha demasiado ... ahm parcelar não é?

**E17** – Os critérios utilizados pela sua equipa foram decididos com base no

**P17** – Com base no que estava na legislação

**E18** – E privilegiaram alguns?

**Comentário [Joana25]:** Admite que nem todos os critérios têm o mesmo “peso”.

**P18** – Não para. sei lá. nós olhámos . alguns não têm o mesmo peso . aquele final que era se o manual tem o peso x . a gente nem sequer vê isso não é? . porque isso é redundante . porque a gente só trabalha com cópias portanto a gente nem sabe qual é a versão final . \* não tem muito sentido não é? tem o peso tem o formato . não adianta nada. há outros que estão lá e não tem muito ... que é aquela coisa se tem marcas \* indicador não é? são coisas relativamente simples de se ver não é? e a gente foi de facto muito atento a isso porque muitas vezes faz com que os manuais não usem a fotografia usem mais a ilustração . porque numa fotografia é difícil aparecer a garrafa sem aparecer lá Sumol não é? Seven up . portanto .

**E18** - Questões da publicidade

**P18** – Tal e qual . questões da publicidade em que muitas vezes não é . não creio . que seja de propósito não é? . que se use a fotografia . mas nós tentámos por esse nessas questões das ilustrações jogar e levar as pessoas sempre que possível usarem a fotografia

**E18** – A fotografia?

**P18** – A fotografia . por exemplo havia situações . que eles queriam dar exemplos sei lá . de cidades . a cidade e o mundo rural por exemplo não é? quer dizer duas fotografias são melhores do que qualquer desenho . e são fáceis de fazer e não tem implicações nenhuma de publicidade nem nada .sao

coisas \* . e que em alguns casos . e muitas das editoras tinham essa . porque havia aquela ideia do que o primeiro ciclo . o primeiro ano é bonecos é ilustração é . e não chega . há passos que podem ser dados . por exemplo com os animais . as plantas . quer dizer a fotografia é de maior rigor do que . às vezes havia uns desenhos que a gente dizia mais o que é . um tomateiro? ou o que é isto? um morangueiro? . quer dizer não se conseguia perceber . com a fotografia resolve o problema . ainda por cima eles fazem tudo a cores não é? demasiada cor acho eu . portanto se a fotografia resolve porque é que se há-de usar o desenho não é? portanto aí tivemos algum . até porque aqui temos uma área de comunicação social e de educação para os media e uma das colegas é . e portanto é natural que nós . ahm . nós não fizemos isso e você se calhar no seu trabalho vai fazer esse olhar cruzado . de como é que as diferentes instituições analisaram os manuais . naturalmente que há um referencial que é o referencial legal não é? mas depois há a personalidade e o perfil de trabalho profissional que nós temos e portanto eu percebo isso . aqui eu noto que se tenho uma pessoa ligada à educação para os media e se eu tenho nas equipas pessoas que estão ligadas à . às questões da multiculturalidade é natural que esta . que nós olhemos para os manuais com algum sentido mais crítico nestas áreas . portanto ... o das ciências por estarem envolvidos nos programas da experimentação naturalmente mais ligado a essa questão da parte experimental das ciências

**E19** — Dr. [REDACTED] e pessoalmente houve algum critério que não foi tocado digamos assim . e que gostava gostaria de introduzir?

**P19** — ... eu acho que não . quer dizer havia um prazer grande que era pegar nas questões pedagógicas . mas isso não tem nada a ver com isso . quer dizer não posso pegar num carro e dizer que aquele volante devia de ter outro formato mas interessante . é o que é ponto final . eu aqui também não posso . tenho que respeitar as opções pedagógicas não é? . acho que não acho que ahm um dos trabalhos que gosto muito no manual escolar é que permite-nos uma visão holística sobre os manuais não é? nós não vamos só olha \* para o texto nós não estamos só a olhar para a imagem nós não estamos a olhar só para a . sequência e articulação dos conteúdos . não estamos a olhar a

**Comentário [Joana26]:** O entrevistado alega que as questões metodológicas podiam ser retratadas de outra forma.

perguntar se o texto está adequado ao currículo se o texto está adequado à idade não é? . nós estamos a pensar nisso tudo . e nesse sentido é uma visão muito holística que nós temos . com a vantagem ainda por cima de termos cinco pessoas com percursos profissionais diferentes com áreas profissionais diferentes com habilitações profissionais diferentes . e que sob o mesmo produto fazemos coagir o nosso olhar e eu acho isso muito interessante

**E19** – Lá está os olhares multifacetados

**P19** – Exacto . porque normalmente no ensino superior \* ou faz um trabalho qualquer . e é sempre você sozinho não é? A profissão docente é uma profissão um pouco isolada nós sabemos isso . poucas são as tarefas que nós fazemos esse cruzamento de olhares . e este é muito interessante porque temos um produto em concreto e pomos cinco pessoas a olhar para aquele livro . e é muito interessante porque eu quando faço a primeira análise e mando para os meus colegas e depois aquilo vai correndo cada um põe com a sua cor . portanto o critério é cada um coloca e coloca cores diferentes . portanto nós às tantas temos um parecer de arco-íris não é? (risos) e depois começamos logo a ver onde é . onde aquela posição do meu colega é diferente

**E19** – Vai-me desculpar estar a interromper . mas então a análise era feita de forma individual?

**P19** – Na primeira fase é . ou seja cada um pega . a lógica é . cada um pega no manual e eu não interfiro com nada . eu acho que essa foi uma opção que nós fizemos . cada um recebe o manual . em versão papel e em versão online . se quiser . e tem um x tempo para o ver . e faz o seu respectivo parecer individualmente sem conhecer ninguém . e depois eu só faço . vou despontar o processo . portanto faço o meu parecer ponho na grelha que a gente definiu e mando . e o colega a seguir põe a dele com outras cores e o outro com outras cores e no . roda os cinco . e quando eu recebo o parecer final o \* tal multicolor ahm a partir daí é que a gente vê onde é que temos posições contrárias onde é que este texto está mais bem completado com aquele porque é que estás a dizer isto desculpa lá é um bocado exagerado . e é nessa versão final que nós depois seguimos para a reunião . portanto na primeira fase ninguém interfere

com ninguém . porque eu se \* estou a interferir \* estou a socializar o meu olhar e esse olhar influencia portanto

**E19** – E os critérios dessa grelha foram discutidos entre os cinco?

**P19** – Sim, mas os critérios são a partir do ministério da educação . a gente aí não inventou nada não é? o que nós fazemos é essa tal ... perspectiva um pouco pessoal naturalmente que cada um tem e maior enfoque nisto ou naquilo . se fosse só . imagine . se fosse só eu a ver o manual . eu às tantas . a quantidade de coisas que de repente me passou . para além das coisas normais que nós quando vemos o livro nos passa . não vi a virgula repetida não vi o erro . para além destas coisas . há tanta coisa que nós não vemos . e é curioso que quando nós fazemos passar isso por todos os colegas de repente \* quão parcelar foi a minha visão sob o manual escolar . não é? . não é só parcelar o que os autores fizeram mas como nós quando fazemos uma leitura crítica é tão parcelar . quando de repente vimos cinco olhares sobre o mesmo produto e cada um viu um pouco mais do que a gente não tinha visto . e portanto esse parecer final é muito interessante porque incorpora . e não há ninguém que se demita disso . espero . não há ninguém que esteja na equipe de braços cruzados (risos) para receber no final o cheque no fim . não . toda a gente participa . outros mais outros menos naturalmente não é?. É natural que a pessoa que esteja fora da escola não está todos os dias em contacto connosco e portanto tem um trabalho mais ... através do e-mail e portanto só nas reuniões formais é que nós estamos . portanto os outros colegas cruzam-se aqui no corredor e vão dizendo já viste? ou estás a ver? ou reparaste naquilo não é? . e eu acho que isto é um processo muito interessante e não é muito demorado . ou seja se perguntar se a gente perde uma reunião uma tarde . uma tarde a gente faz isto . há detalhes que a gente gera em casa o seu tempo não é? . e não interfiro em ninguém . ninguém interfere em ninguém . porque todos nós em princípio temos um parecer quando chega ao meu eu só vou juntar porque temos uma data para isso não é? e só vou juntar o meu . ou seja não tenho cinco pareceres mas coloco todo no mesmo documento . para quê? para mais facilmente vermos onde é que nós . página tal . ok na página tal o que é que eu vi e o que é que não é . por exemplo . às vezes apetecia-nos

fazer a análise por paginas porque a página acaba por se repetir não sei quantas vezes . porque naquela página há a ilustração x há o texto y há não sei quê . e isso é a parte demorada e trabalhosa do parecer não é? portanto se fosse uma análise mais corrida . se calhar em alguns casos havia . não havia tantas repetições não sei

**E20** – E após a entrada em vigor deste novo processo de avaliação denota alguma melhoria na concepção dos manuais escolares

**Comentário [Joana27]:** Apenas uma editora forneceu à equipa de avaliação e certificação a versão final do ME.

**P20** – Não sei . falta-me distanciamento não é? há uma coisa que nem sequer foi feita . só houve uma editora que teve a amabilidade de nos mandar o manual depois de sair no mercado não é? \* não tem que o fazer, não é? é uma questão . acho eu simpática . de enviar à escola e a escola tê-lo aqui nos nossos . no centro de recursos e portanto os nossos alunos quando vão usar os manuais poder usar não é? ahm Não faço a mínima ideia, não é?. é ainda muito cedo . eu acho que o processo que aqui fiz creio que os manuais hoje vão ser . vão estar melhores do que estavam se calhar antes deste processo começar . agora com esta marcha atrás já não sei dizer nada . quer dizer aqui em Portugal não se consegue levar . fazer uma consistência mínima do processo seja \* que isto levasse quatro anos . primeiro segundo terceiro e quarto ano de escolaridade não é?

**E20** – Que não houvesse esta quebra

**P20** – Não consigo perceber porque é se parou este ano . quando nós estávamos a pensar . não sei . não sei porque é que se voltou só à matemática

**E21** – Mas há efectivamente modificações na avaliação dos manuais escolares?

**Comentário [Joana28]:** O entrevistado refere que há, efectivamente, modificações na avaliação dos ME.

**P21** – Sim fez . o Ministério fez . mas este ano só se está a certificar o português e a matemática . portanto nós fizemos o estudo do meio a titulo ...

**E21** – Eles todos os anos escolhem . não sei qual é o critério de escolha

**P21** – Não sei não sei . você aí há-de entrevistar alguém no ministério que deve dar a sua razão que a gente desconhece porque não tem muito sentido . não tem muito sentido . não tem sentido que eu avalie e certifique o manual do primeiro avalie e certifique o manual do segundo porquê? porque eles partem. repare normalmente as editores têm sempre as mesmas equipas e tem

equipes que fazem por ciclo mas podem não ter . mas podem não ter . e desde quando é que me garante que as equipes incorporaram as . estas correcções que foram feitas e portanto no segundo manual não fazem essas correcções? Não é verdade porque a gente recebeu do segundo ano este ano dessas duas editoras e também têm erros . acho que o parecer tem tantas páginas . agora \* (risos) tem mais não sei? que a gente entretanto . vai apurando a nossa . o nosso olhar critico que cada parecer que a gente faz as páginas vão aumentando (risos) . vão aumentando porquê? porque cada vez somos mais . acutilantes se calhar naquilo que vemos não é? se calhar à coisas que numa primeira leitura nos passam . e isso pode-se medir (risos) até pode parecer uma forma muito \* que é o numero de paginas dum parecer não é? portanto não consigo perceber porque é que um aluno no primeiro ano tem um manual certificado e avaliado e este ano . para o ano que vem vai entrar no segundo ano e vai ter um manual ...

**E22** – Essa seria então uma das alterações que fazia a este processo?

**P22** – \* esta parece-me do senso comum! senso comum! ainda por cima os manuais vão durar não sei quantos anos . seis anos ou o que é . isso é outra parvoíce não é? . numa altura em que . em que não há filhos . só há um filho . portanto o critério que o livro vai servir para o outro filho não faz sentido . quando demograficamente sabemos que as famílias hoje são três pessoas e portanto há um ponto quatro filhos . e portanto isso não tem qualquer . os que tem muitos filhos é um nicho . demograficamente não há justificação para isso . e portanto porque é que são seis anos? porque é um critério que não tem muito a ver . primeiro se não faz muito mal em algumas áreas disciplinares noutras faz . porque seis anos em certas áreas . biologia ciências da natureza portanto todas essas áreas . está tudo a mudar não é? se calhar não faz na história . pelos vistos até faz no português não é? agora com o acordo ortográfico . e de que maneira não é? mas não faz muito na história não faz muito se calhar nas artes . mas faz os manuais , isto é como os currículos . sempre defendi esta ideias . os currículos não tem que mudar todos ao mesmo tempo porque não se desactualizam todos ao mesmo tempo \* ritmo . há áreas científicas que se desactualizam mais rapidamente natural não é? . novos inventos novos

**Comentário [Joana29]:** A continuidade na avaliação e certificação dos ME de Estudo do Meio; diálogo directo com o Ministério da Educação e as equipas de avaliação e certificação e a alteração da grelha, foram aspectos sugeridos para alteração por parte do entrevistado.



conhecimentos que aparecem . é natural . agora eu não posso dizer assim agora vai mudar tudo . mas porque é que vou mudar estes? não eu vou mudar é os que têm que se mudados . e portanto os manuais é a mesma coisa . há alguns que em seis anos desactualizam-se rapidamente não é?

**E22** – Essas são as alterações que fazia a este processo?

**Comentário [Joana30]:** Não é a favor do período de vigência de 6 anos dos ME.

**P22** – Essa tem a ver com a lei . não tem propriamente a ver com a certificação

**E22** – E com a certificação havia alguma alteração que gostaria

**P22** – Para além daquelas que eu lhe disse . primeiro haver uma continuidade . parece-me que . o caso de estudo do meio . ainda por cima só tem quatro anos não é? . depois não tem sequencia no quinto ano de escolaridade não é? ... o mínimo . tem que haver alguma coerência ... não consigo perceber porque é que não foi feito isso . a outra é . aquela que eu lhe disse há pouco o ministério ter essa capacidade de diálogo com as equipas não é? fazer um \* no final do ano mais simples do que isto não há . ahm . talvez pensar um pouco ... mudar a grelha . incorporou esta versão final do parecer ate ao fim não é? isso foi positivo acho eu . acho que são essas as grandes alterações

RESUMO DAS PRINCIPAIS IDEIAS TRANSMITIDAS PELO MEMBRO DA EQUIPA CIENTÍFICO-  
PEDAGÓGICA 1

No que concerne às suas habilitações académicas o entrevistado é licenciado em Ciências Antropológicas e Etnológicas. Possui mestrado em *Social Education* (com equivalência em Ciências da Educação) e doutoramento em Antropologia da Educação.

Relativamente à sua experiência profissional, foi docente do ensino secundário e, posteriormente, começou a leccionar no ensino superior. Foi presidente do conselho científico e directivo e, actualmente, é coordenador de departamento. A sua experiência com o 1.º Ciclo do Ensino Básico está relacionada com a sua actividade profissional como docente nos cursos de formação de professores (educação básica).

Quanto à avaliação de ME, refere que sempre o fez numa dinâmica informal, sempre com funções meramente didácticas. Formalmente, com o intuito de avaliar e certificar, foi a primeira vez.

A equipa de avaliação e certificação era constituída por cinco elementos, nomeados e convidados pela direcção da escola. Acresce que os primeiros contactos com as editoras foram feitos através da direcção da escola e, posteriormente, esta cedeu-lhes total autonomia e gestão do processo. Usando os critérios oficiais elaboraram uma grelha própria. Expressa que os critérios não têm todos a mesma valia e que as questões pedagógicas podiam ser retratadas de forma diferente.

Numa primeira fase, cada elemento da equipa de avaliação e certificação analisava o ME e, posteriormente, cruzavam e juntavam a informação com os restantes colegas de equipa. Esta troca de pareceres era feita através de correio electrónico e por reunião. Anota que reuniram e trocaram reflexões também com os coordenadores editoriais e com os autores dos ME.

Os documentos curriculares utilizados, para além da legislação, foram o programa do 1.º CEB e o currículo nacional do ensino básico. Declarou que não privilegiou um em prol do outro.

Refere que não privilegiaram qualquer competência, contudo destaca o ensino experimental e as questões de multiculturalidade, alegando que estavam mais sensibilizados para essas temáticas. Profere que os erros científicos eram escassos (justificando esse facto com a eventual avaliação anterior através de um assessor científico com elos à editora), mas que as questões de linguagem e a má utilização da imagem eram muito frequentes. Salaria que as questões pedagógicas foram alvo de discórdia entre a equipa e os editores/autores.

É a favor do processo de avaliação e certificação dos ME, alegando que este contribui para o aumento da qualidade dos mesmos. Menciona que é um processo que contempla bastante o diálogo entre todos os intervenientes do processo e que permite um olhar multifacetado relativamente à avaliação dos ME. Refere que este processo permite uma situação de equilíbrio entre dois pêndulos (do livro único e da panóplia de ME existentes no mercado) que antes do processo era inexistente.

Como mais-valias do processo destaca, sobretudo: o “olhar multifacetado e cruzado” por parte dos membros da equipa de avaliação e certificação; o enriquecimento profissional que advém dessa experiência; a compreensão das lógicas de concepção e o diálogo entre editores, autores e membros avaliadores e certificadores.

Como ponto fraco do processo realça, de forma explícita, a falta de diálogo directo entre o Ministério da Educação e a equipa de avaliação e certificação. Aponta, também, atrasos no pagamento por parte da entidade competente.

No que concerne às alterações sugeridas ao processo de avaliação e certificação, anota uma continuidade na avaliação dos ME de Estudo do Meio (referindo que não compreende a razão do interregno deste ano); uma forma de diálogo directo entre o Ministério da Educação e a equipa de avaliação e certificação (alegando que, pelo menos, uma reunião final de balanço devia ser proveitosa) e a alteração de alguns aspectos da grelha de avaliação (os critérios deviam ser simplificados, pois alega que se tornam repetitivos).

Acresce que o facto do Ministério da Educação ter incorporado na legislação a fase final de averiguação das recomendações por parte das equipas, um feito bastante positivo.

Manifesta que antes do início do processo de avaliação e certificação dos ME houve editoras que, através de um protocolo feito com a escola, sujeitaram-se a uma apreciação dos ME. Após o arranque do processo de avaliação e certificação todas seguiram as mesmas etapas.

Crê que a maior parte das recomendações foram acatadas pelas editoras. Contudo admite que, apesar de a legislação não antever essa fase, a equipa pretendeu verificar se as recomendações tinham sido incorporadas. Admite, porém, que houve editoras que colocaram no mercado as versões dos ME sem apresentarem as alterações sugeridas (contudo, o entrevistado alega que esse caso não aconteceu com os ME que avaliaram e certificaram).

Em termos de dificuldades que interferiram no processo de avaliação e certificação dos ME, remete para a parte burocrática (nomeadamente o preenchimento da grelha online, pois considera alguns itens repetitivos); o *timing* muito restrito implementado por aquilo a que chama “mundo empresarial” e o facto de considerar que a legislação não levava o processo até ao fim, uma vez que não abrangia a obrigatoriedade das editoras comprovarem como incorporaram, na última versão do ME, as recomendações sugeridas pela equipa de avaliação (alega que com a alteração deste ano da legislação esse aspecto já foi compreendido). Assenta que não é a favor do período de vigência dos ME de 6 anos, uma vez que crê que a questão de reutilização não é válida no actual núcleo familiar e que a constante actualização dos fenómenos não é compatível com um período de vigência tão alargado.

No decorrer da entrevista foram colocadas algumas interrogações por parte do entrevistado, às quais ficaram respostas em aberto. A primeira, e já retratada neste resumo, relativamente ao interregno da avaliação e certificação dos ME da área curricular disciplinar de Estudo do Meio; uma outra relativamente à não utilização do acordo ortográfico como critério de avaliação;

e por fim quais os critérios utilizados pelas editoras para optarem pela comissão de avaliação e certificação.

## ANEXO 11

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA, REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2011, AO MEMBRO 2 DA EQUIPA CIENTÍFICO-PEDAGÓGICA DOS ME AVALIADOS E CERTIFICADOS DA ÁREA CURRICULAR DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO DO 1.º ANO DE ESCOLARIDADE E RESPECTIVO RESUMO DAS IDEIAS TRANSMITIDAS

**E1** – Gostava de saber a designação da sua formação base? . licenciatura?

**P1** - A minha licenciatura foi em Geologia. ramo científico

**E2** – Tirada em quer instituição?

**P2** – Tirada na . Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra

**E3** – uhm E possui outros graus académicos?

**P3** – Sim

**E3** – Já me disse (em diálogo antes da entrevista)

**P3** – Sim . tenho . grau de mestre em . ciências das zonas costeiras pela Universidade de Aveiro e tenho o grau de doutor em Geociências pela Universidade de Aveiro. também

**E4** – Também pela Universidade de Aveiro! e já exerceu funções no primeiro ciclo? . só por curiosidade

**P4** – ahm . as funções que exerci no primeiro ciclo ahm . estão . associadas apenas ao programa de formação de ensino experimental ahm das Ciências.. portanto foi o único contacto que eu tive com o primeiro ciclo . o primeiro contacto que tive com o primeiro ciclo . também tenho tido contacto ao nível . do . mestrado em ensino do primeiro ciclo onde vou observar as práticas de ensino supervisionadas

**E5** – uhm Pode descrever de forma resumida o seu percurso profissional?

**P5** - Olhe eu comecei por leccionar no ensino secundário. estive no ensino secundário durante seis anos . e estou há 21 anos na Escola Superior de Educação [REDACTED] como docente da área de Ciências da Natureza mas sempre ligada à Geologia .

**E5** – uhm

**Comentário [Joana1]:** Possui uma licenciatura em Geologia tirada na Faculdade de Ciências e Tecnologias na Universidade de Coimbra.

**Comentário [Joana2]:** O entrevistado é mestre em Ciências das Zonas Costeiras e doutorado em Geociências. Ambos os graus académicos adquiridos na Universidade de Aveiro-

**Comentário [Joana3]:** Foi docente no Ensino Secundário e actualmente exerce funções de docência no Ensino Superior.

P5 – ahm também . portanto para além de dar as unidades curriculares de geologia . leccionei ciências da natureza ecologia ahm também . prática pedagógica ahm ... prática pedagógica associada sempre ao segundo ciclo do ensino básico

E6 – Falando agora do seu papel como avaliadora de Manuais Escolares. como um dos membros. para além do manual . dos manuais já que a escola superior de Educação teve vários manuais escolares . participou noutras avaliações? . Para além desta que decorreu?

**Comentário [Joana4]:** Para além deste processo de avaliação e certificação nunca participou noutras avaliações de ME.

P6 – Não não não não

E7 – Quais as dificuldades pensa que podem interferir na avaliação e certificação dos manuais escolares?

**Comentário [Joana5]:** O entrevistado apresenta como dificuldade que interferem na avaliação e certificação dos ME, a variedade de erros científicos e pedagógicos e a inexistência de confirmação, por parte das editoras, relativamente às alterações recomendadas por parte da equipa de avaliação e certificação (apesar destas terem aceite as recomendações).

P7 - ..... quer-me especificar melhor a sua questão?

E7 – Na avaliação e certificação dos manuais escolares com certeza houve . houve pontos fracos . e algumas dificuldades .

---

P7 – sim, sim portanto que dificuldade que eu notei quando eu estive a avaliar . quais os pontos fracos no material que avalei ... bem .

E7 – e no processo em si. não só no manual escolar . no processo em si

P7 – ahm em todo o processo . olhe por exemplo eu posso-lhe dizer ... ahm se calhar vou começar pelo manual em si . ou pelos manuais . nós detectámos alguns erros científicos. utilizações inadequadas de termos . de conceitos ahm e e essa ahm . essas incorrecções muitas vezes resultava da própria figura das próprias imagens que o manual contempla . portanto imagens que têm erros associados erros científicos associados . portanto quando se coloca uma imagem quando se selecciona um esquema para o manual tem que se pensar que . se ele é claro se ele é objectivo ou se ele é susceptível de confusão por parte ahm das crianças do grupo etário que se destina portanto ahm . foi fundamentalmente esses aspectos . aspectos ao nível dos conceitos . por vezes não correctos ou não actualizados e também ao nível da imagem ou do esquema portanto a parte didáctica e conceptual que tem algumas . apresentava algumas lacunas

E7 – e relativamente ao processo?

P7 – depois relativamente ao processo ahm . portanto nós enviávamos para as editoras e . e tivemos grande aceitação por parte da editora . houve editores que inclusivamente . portanto nós fizemos alguma recomendações de carácter vinculativo . tendo em conta aquele erros que nós achávamos que efectivamente eram erros ahm sérios e e . e que punham em causa a qualidade didáctica e científica do manual e fizemos recomendações de carácter não vinculativo que achávamos que poderiam ahm . tornar ainda melhor . portanto . o manual ahm e curiosamente da parte das editoras da maior parte das editoras não só seguiram as nossas recomendações de carácter não vinculativo como também seguiram as de carácter vinculativo . perdão . de carácter não vinculativo . portanto pareceu-nos que realmente conseguimos um equilíbrio entre ahm a entidade de acreditação . portanto entre o nosso trabalho e a editora . dos manuais

E7 – Mas digamos de acordo com a opinião da Dra. [REDACTED] há alguma entrave para este processo não seguir a avante?

P7 – Agora nós não sabemos como é que. nós vimos algumas provas . não sabemos se todas . nós também não podemos ahm ... nós fizemos a acreditação e a avaliação de três manuais num universo muito grande não é? e portanto houve um manual que vimos as provas e portanto seguiram . outros . dois manuais ahm portanto . houve informação de que iriam proceder às alterações mas não vimos as provas portanto não sabemos se efectivamente este processo terminou e foi . e surtiu efeito . numa sim sabemos que surtiu efeito . nas outras duas não sabemos . portanto temos vinte e cinco por cento de sucesso (risos)

E8- Quais as metodologias de trabalho que foram usadas pela sua equipa?

P8 – Portanto nós utilizámos . servimos como base o despacho vinte e nove mil oitocentos e sessenta e quatro de dois mil e sete . e portanto seguimos todos estes parâmetros (mostra despacho). rigor científico linguístico e conceptual e portanto todos estes critérios . foi com base nestes critérios que nós fizemos a análise . portanto seguimos cada um destes pontos

E8 – uhm

**Comentário [Joana6]:** Utilizaram os critérios do despacho 29864/2007 e o programa do 1.º CEB.



P8 – e tendo por base também as orientações curriculares ahm não é? .  
portanto o programa

E9 – Que finalidades é que teve ou que tiveram . a sua equipa . especialmente  
em conta na avaliação e certificação dos manuais escolares? . houve alguma  
finalidade que finalidade.

**Comentário [Joana7]:** O aumento da qualidade dos ME foi uma finalidade que a equipa de avaliação e certificação dos ME teve especial em conta.

P9 – A nossa finalidade era procurar que os manuais ficassem com maior  
qualidade . não é? e que ahm fosse de encontro às novas exigências . do  
ensino aprendizagem . portanto nós procurámos não só veiculassem conceitos  
científicos correctos como também colocassem ahm em prática ou pelo menos  
que permitissem ... permitissem que o ... em termos pedagógicos os alunos  
pudessem trabalhar mais ahm serem mais activos no processo de  
aprendizagem . portanto que o manual servisse também para o aluno fazer as  
suas aprendizagens

E10 – e a nível de competências tiveram algum . tiveram especial atenção  
alguma competência?

**Comentário [Joana8]:** Relativamente às competências, o entrevistado referiu que fundamentalmente restringiu-se às da dependência do programa.

P10 – ahm ... as competências que nós tivemos a ver foram aquelas que ahm  
estão na dependência dos programas. forma essas fundamentalmente que  
tivemos em linha de conta . portanto não procuramos . não ir muito além sob  
pena de termos algum receio que não fosse aceite não é? porque nós sabemos  
que há um trabalho já por trás . um trabalho ahm e . há ... também em termos  
económicos . grandes reformulações também não podem ser feitas portanto  
temos que procurar um equilíbrio entre aquilo que é o desejável ahm e e .  
aquilo que nós . e também que está de acordo com os nossos objectivos

E11 – Ainda há pouco tocou neste assunto . houve algum documento curricular  
que teve . que tiveram . especialmente em atenção?

**Comentário [Joana9]:** Refere que tiveram em especial atenção o programa de Estudo do Meio. Salientou a importância do desenvolvimento das competências com base no ensino experimental.

P11 – Sim, nós tivemos em atenção os programas

E 11 – O programa?

P11 – Sim . o programa de Estudo do Meio . foi esse que nós fizemos o  
programa de Estudo do Meio

E11 – Então privilegiaram o programa de estudo do meio?

P11 – Privilegiamos o programa de estudo do meio ahm . ainda que. estou a  
pensar por exemplo relativamente ao ensino experimental ... nós procuramos

também com base na . nos guiões que tínhamos de ahm . de .do ensino experimental das ciências também que essas competências também fossem tidas em linha de conta . aliás ainda . estamos actualmente a fazer já do segundo ano de estudo do meio e portanto temos sempre presente essa . a importância do desenvolver competências com base no ensino experimental

**Comentário [Joana10]:** Actualmente, estão a avaliar os ME de Estudo do Meio do 2.º ano de escolaridade

**E12** – Como retrata as dinâmicas internas dos membros das comissões de avaliação e certificação?

**Comentário [Joana11]:** A equipa era constituída por cinco elementos. Cada um fazia a análise, através do preenchimento de uma grelha que foi feita com base no despacho referido, e posteriormente cruzavam informação através de reunião.

**P12** – olhe ahm ...

**E12** – da equipa?

**P12** – da equipa ... olhe eu não sou a directora da equipa . embora a ... porque temos connosco um docente que já participou . noutra avaliação de manuais . portanto noutro programa de avaliação de manuais e portanto já tinha todo o \* ahm e portanto digamos que nós trabalhámos com três manuais e ele já tinha trabalhado com trinta e tal ou quarenta e tal manuais e portanto tinha já todo ahm um esquema de trabalho montado que nos permitiu . digamos . sermos privilegiados relativamente ... portanto eu era a primeira vez que ia avaliar o Professor [REDACTED] já tinha estado noutra comissão de avaliação de manuais . e portanto ele é . ele doutorado na . em ecologia ahm e portanto mais na parte da botânica . portanto cá temos um geólogo uma bióloga . os outros colegas que trabalharam . portanto temos uma docente do primeiro ciclo com mestrado e que também teve formação no ensino experimental das ciências ... temos um colega de história . portanto para a parte das ciências sociais ahm que também já tinha tido experiência na avaliação de manuais portanto digamos que eu seria a que menos habituada a este papel . porque os outros colegas já tinham trabalhado na avaliação ahm ...

**E12** – Portanto eram quatro? e estavam divididos

**P12** – Ah não e temos outro colega . estava-me a esquecer do colega de química que também ... de física peço perdão . um colega de física que ahm também participou e também já tinha . quer dizer já tinha ajudado tinha colaborado com uma colega na avaliação de manuais . portanto éramos cinco elementos e... quer-me perguntar qual a metodologia que seguíamos? Portanto nós não procuramos em fazer uma avaliação estanque . portanto tu

vês a parte mais ligada à física ou mais ligada química ou mais ligada à biologia ou à geologia ou à história todos procuramos . todos fizemos a leitura e a análise do manual . fizemos todos a análise . claro que ahm na parte que nos dizia respeito tínhamos um papel preponderante depois partilhávamos essa análise que fizemos . portanto com base nas mesmas grelhas . portanto tínhamos as mesmas grelhas era cruzada a informação e íamos tendo reuniões sempre que tínhamos alguma duvida se realmente estávamos a ser demasiado rigorosos para o nível etário . porque estamos a falar no primeiro ano e portanto onde os conceitos são . ainda têm que ser . transmitidos de uma forma muito simples não deixando ser rigorosa sob o ponto de vista científico . portanto fomos fazendo sempre esse trabalho . portanto um trabalho sempre não estanque mas uma leitura integral do manual uma análise integral e depois cada um na sua parte específica fazia a sua argumentação e fundamentação desse ... desse ... dos pontos fortes e fracos que os manuais possuíam

E12 – A Dra. [REDACTED] falou-me nas grelhas que cada um dos membros

P12 – E forma feitas com base neste despacho

E13 – Focalizando-nos mesmo no processo em si . posso saber qual a sua posição relativamente à . ao processo de avaliação e certificação?

P13 – Posição como?

E13 – A sua opinião ?

P13 – Ah eu gostei imenso de fazer este trabalho ... acho que é um contributo que podemos dar . enorme . para a melhoria do ensino e fico muito satisfeita por ele estar a ser feito . e . e sinto-me privilegiada por ter sido chamada a contribuir ahm ... eu espero mesmo que isto dê frutos ahm ... porque eu nunca pensei que os manuais tivessem . tantos erros ahm . erros às vezes subtis . erros que por vezes podem passar por uma figura que pode transmitir e pode vir logo no primeiro ano a criar concepções alternativas . e os manuais não podem fazer isso não é? e portanto eu acho que é um papel muito importante estarmos . podermos fazer isto com toda a atenção com todo o rigor científico . acho que é muito importante . eu . foi um trabalho que eu gostei imenso de fazer . que não vou dizer que nos é dado um . um período muito dilatado . não é . temos que fazer isto num curto espaço de tempo ahm mas eu creio . eu

**Comentário [Joana12]:** O entrevistado considera que o processo de avaliação e certificação dos ME é um contributo para a melhoria do ensino.

creio que fizemos um trabalho sério e honesto sem . sem pressões ahm e portanto indo de uma forma imparcial independente e rigorosa

**E14** – Já me focalizou alguns mas pode-me apresentar novamente algumas mais-valias que este processo tem?

**P14** – ahm para ...

**E14** – Na sua opinião tem mais-valias?

---

**P14** – olhe eu penso que tem mais-valias até por exemplo para a nossa instituição enquanto . escola de formação de professores .

**E14** – uhm

**P14** – que nos permite alertar para os nossos alunos para o cuidado que devem ter quando se adopta um manual e para análise que deve ser feita . portanto ver que um manual pode ter fragilidades ahm ahm portanto . tem que estar em alerta não é? têm que estar alertados para esta problemática . portanto isto é uma das mais-valias que tem para nós enquanto docentes de uma escola que forma professores que vão leccionar o primeiro ciclo . por outro lado eu penso que tem a mais-valia de permitir que cheguem até às nossas crianças manuais que sejam . sejam . estejam mais actualizados no que diz respeito aos conceitos científicos que estejam mais actualizados no que diz respeito às pedagogias aos métodos pedagógicos que são actualmente entendidos como os mais ahm enriquecedores e aqueles que desenvolvem um maior número de competências

**E15** – E aspectos menos positivos consegue-me nomear alguns. deste processo?

**P15** – deste processo? (risos) eu posso-lhe nomear os aspectos menos positivos é que nós temos que continuar a exercer . e temos timings um bocadinho apertados e ...

---

e temos a nossa vida académica e as nossas aulas para leccionar as nossas reuniões . e por vezes isto é um volume de trabalho que nos retira a possibilidade de fazer outras coisas porque tem que ser feito com muita responsabilidade

**Comentário [Joana13]:** Salienta que o processo de avaliação e certificação de ME, apresenta mais-valias para a instituição à qual a equipa científico-pedagógica pertence, na medida que serve como alerta para os formandos em ensino básico relativamente à problemática dos ME; e o facto de chegarem às escolas ME actualizados em termos científicos e pedagógicos.

**Comentário [Joana14]:** O aspecto menos positivo apresentado foi o timing restrito.

E 16 – Dra [REDACTED] quais foram os instrumentos que . utilizados pela sua equipa para avaliar? Já me falou das grelhas

P16 – Sim portanto ...

E 16 - Foi o único instrumento?

P16 – Portanto o instrumento que nós utilizámos foram as grelhas e como lhe disse também conjugado . portanto foi ... foram fundamentalmente as grelhas que nós utilizámos porque nessas grelhas já estavam os conteúdos programáticos as competências a desenvolver no primeiro ciclo . as competências de estudo do meio portanto forma as grelhas que nós utilizámos

E17 – se calhar vou-me tornar um bocadinho repetitiva mas . quais os critérios que a sua equipa utilizou? disse-me que foram os do despacho .

P17 – sim sim sim sim

E17 – então foram decididos unicamente esses critérios na

P17 – não . fizemos . fizemos a adequação de alguns destes critérios para o primeiro ciclo naturalmente e para o primeiro ano . portanto não foi o critério em si mas depois a sua adaptação ao primeiro . ao primeiro ano

E18 – desses critérios houve algum que a sua equipa privilegiou?

P18 – ahm ... eu

E 18 – ou algum grupo . digamos assim

P18 – não ... não creio que tenhamos privilegiado algum ... se calhar somos sempre levados um pouco à . à . ao rigor científico e à parte didáctica e pedagógica mas fomos sempre também muito exigentes no que se refere ahm . aos valores da cidadania . de todos esses aspectos . não . não tivemos ahm ... somos . normalmente somos mais ahm temos mais tendência para ir para a parte científica não é? e para a parte didáctica conceptual mas não creio que ahm não tenhamos sido exigentes também quanto aos outros aspectos que temos em análise

E19 – uhm Existe algum critérios específico que gostariam de introduzir? e que não introduziram?

P19 – Não . até agora não .

E19 – Não houve?

**Comentário [Joana15]:** Essencialment e a equipa de avaliação e certificação usou as grelhas (que, de acordo com o entrevistado, já apresentava os conteúdos programáticos e as competências a serem desenvolvidos no 1.º ciclo do ensino básico

**Comentário [Joana16]:** Adequaram os critérios do despacho à sua grelha de avaliação dos ME.

**Comentário [Joana17]:** O entrevistado referiu que não privilegiaram nenhum critério, contudo admite que haja um cuidado acrescido relativamente ao rigor científico, didáctico e conceptual.

**Comentário [Joana18]:** Não sentem a necessidade de reajustamento relativamente aos critérios utilizados.

**P19** – Não houve, não sentimos até pelo feedback que tivemos do nosso trabalho . não sentimos que houvesse a necessidade de proceder a algum reajustamento . mas estamos abertos sempre a . a . caso seja necessário a reajustar

**E20** – Após a entrada em vigor deste processo de avaliação denota alguma melhoria . ou algumas mudanças na concepção dos manuais escolares?

**Comentário [Joana19]:** O entrevistado crê que com este novo processo de avaliação e certificação as editoras vão estar mais atentas relativamente no momento de concepção dos ME.

**P20** – ahm ... eu penso que a nossa experiencia também é . é ainda tão . recente que não dá para nós . para fazer história não é? e como lhe digo nós recebemos as provas . portanto nós recebemos o manual que já tinha as correcções que nós já tínhamos ahm recomendado e portanto parece-me à partida que há esse cuidado . mas eu creio . e acredito que sim que o facto de existir agora esta avaliação que colocou as editoras um bocadinho mais alerta e um bocadinho com mais cuidado na concepção dos manuais . e os próprios autores também

**E21** – E relativamente à avaliação dos manuais escolares há efectivamente modificações com este novo processo? Como estivemos a falar já houve uma tentativa (em diálogo antes da entrevista)

**Comentário [Joana20]:** O entrevistado refere que há efectivamente modificações na avaliação de ME

**P21** – Sim . eu acho que há modificações. não . não teria sentido . se não houvesse modificações (risos) o estado estaria a a . a perder verbas num momento de crise que não se justificam . o objectivo é mesmo produzir modificações

**E22** – Já me falou do timing . Que outras alterações sugeria a este processo Dra [REDACTED]?

**Comentário [Joana21]:** Para além do timing o entrevistado não refere outras alterações a este processo de avaliação e certificação. Salienta que houve diálogo, orientação e aceitação das recomendações por parte das editoras.

**P22** - ... não estou muito ahm . descontente (risos) portanto . não . não tive . talvez pelo volume reduzido de manuais porque . ahm . de resto não tenho . não tenho propostas de mudanças a fazer . Eu também não sou uma pessoa muito exigente no que respeita a condições (risos) quando nós temos que fazer fazemos e abraçamos o trabalho com paixão e acho que isso foi o que esteve subjacente a esta equipa . a equipa funcionou muito bem . acho que todos nos dedicámos muito ao trabalho . tivemos um excelente coordenador . que soube dialogar . que soube respeitar as nossas opiniões e que as soube conjugar no relatório final . e acho que foi dessa boa orientação que também depois da

parte das editoras houve também uma boa aceitação porque não fomos megalómanos nos nossos . poderíamos vir a ser mas não fomos portanto . fizemos as exigências de acordo com um primeiro ano de escolaridade . por isso não tivemos . posso dizer que fomos uma equipa de sucesso . diria . sentimos isso

Por lapso, no decorrer da entrevista, a Dra [REDACTED] não foi interrogada relativamente à questão 6 - O que a levou a realizar esta tarefa? - do guião da entrevista. Posteriormente, enviei-lhe um e-mail a solicitar a resposta à questão.

**Comentário [Joana22]:** Considerou que poderia contribuir para a melhoria dos ME relativamente aos aspectos científicos, conceptuais, didácticos e pedagógicos.

Estimada Joana:

O convite foi-me endereçado pela Exma. Sra. Presidente da Escola Superior de Educação de [REDACTED] e aceitei porque gosto de desafios e o objecto de estudo despertava-me interesse em termos de investigação e percepção dos pontos fortes e fracos dos manuais, por outro lado senti que poderia contribuir para a melhoria da qualidade dos manuais fundamentalmente no que se refere aos aspectos científicos, conceptuais, didácticos e pedagógicos.

Espero ter dado resposta à sua questão.

Com os meus cumprimentos,

[REDACTED]

RESUMO DAS PRINCIPAIS IDEIAS TRANSMITIDAS PELO MEMBRO DA EQUIPA CIENTÍFICO-  
PEDAGÓGICA 2

É licenciado em Geologia pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Possui mestrado em Ciências das Zonas Costeiras e doutoramento em Geociências, ambos obtidos na Universidade de Aveiro.

O seu contacto com o 1.º CEB está relacionado com a sua actividade profissional, uma vez que exerce funções docentes no curso de mestrado em 1.ºCEB.

Foi docente no Ensino Secundário, porém já exerce há vários anos funções de docência no Ensino Superior.

Através de convite por parte da direcção da escola superior integrou na equipa de avaliação e certificação de ME. A problemática dos ME foi sempre um tema do seu interesse e supôs que podia contribuir para a sua melhoria em termos científicos, conceptuais, didácticos e pedagógicos. Porém, para além deste processo ainda não tinha participado noutras avaliações de ME.

Salientou que os ME apresentavam alguns erros científicos, didácticos, pedagógicos e conceptuais. Refere que as editoras acolheram as recomendações sugeridas no entanto, após o término do processo, não houve qualquer confirmação de como essas recomendações foram incorporadas na versão final dos ME.

A equipa de avaliação e certificação era constituída por cinco elementos. Cada elemento, preenchendo uma grelha, fazia uma análise do ME e, posteriormente, essa leitura era cruzada com a dos restantes colegas da equipa. Afirma que, deste modo, não era uma leitura estanque, mas sim uma leitura integral do ME. A grelha foi elaborada com base nos critérios do despacho 29864/2007, porém adaptando alguns desses critérios ao 1.ºCEB. Ainda relativamente aos critérios, pronunciou que não sentiam necessidade de reajustamento. Salienta que também tiveram em atenção as orientações curriculares e o programa de Estudo do Meio. Refere que a equipa está, actualmente, a fazer a avaliação dos ME de Estudo do Meio do 2.º ano.



Como finalidade deste processo destacou o aumento da qualidade dos ME. Como competência essencial, apesar de ter frisado que não privilegiaram umas em prol de outras, avultou a importância do desenvolvimento do ensino experimental.

No que concerne às mais-valias do processo de avaliação e certificação dos ME, o entrevistado referiu duas valências: a primeira para a própria instituição, uma vez que serve de alerta e de consciencialização desta problemática dos ME aos formandos em ensino básico; e uma segunda que diz respeito ao facto de, actualmente, chegarem às escolas ME actualizados em termos científicos e pedagógicos. Alegou que o processo de avaliação e certificação dos ME é um contributo para a melhoria do ensino.

Respeitante aos pontos fracos do processo, referenciou o *timing* reduzido, sendo esta a única alteração ao processo a considerar.

Apesar de ter apelidado o processo como recente, atestou que as editoras vão estar mais atentas relativamente à concepção dos ME.

O entrevistado referiu que há, efectivamente, modificações na avaliação dos ME e considerou o decorrer do processo um sucesso: com diálogo, orientação e aceitação.

## ANEXO 12

QUADRO 2 – ELEMENTOS DE CONCEPÇÃO E AVALIAÇÃO DE ME (ADAPTADO, GÉRARD E ROEGIERS, 1998)

Funções	Referências	Aspectos a ter em conta	Sugestões
Funções de “aquisição” nos ME	<p><b>Coerência pedagógica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Carta dos conteúdos-matéria</b>” - representa o recorte e a organização das noções mínimas das aprendizagens, como é que as diversas partes ou capítulos que compõem o ME se interligam entre si</li> <li>• <b>“Carta dos objectivos”</b> - envolve os objectivos gerais que o ME deve comportar;</li> <li>• <b>Transformação dos conteúdos-matéria em objectivos</b> – exprimir os conteúdos-matéria de maneira operacional em termos de saberes, saber-fazer, saber-ser;</li> </ul>	<p>Deve ter em conta:</p> <p>Progressão pedagógica; Progressão cronológica.</p> <p>Definir as competências e comportamentos que se pretende induzir nos alunos.</p> <p>Transformar cada conteúdo-matéria em um ou vários objectivos comportamentais; Hierarquizar esses objectivos comportamentais de maneira a definir uma progressão; Ver como é que esses objectivos comportamentais completam a carta dos conteúdos-matéria e a carta dos objectivos gerais;</p>	<p>Seleccionar noções mínimas a adquirir e destacá-las com clareza; Organizar os conteúdos-matéria por sequência de aprendizagem ou por tema;</p> <p>Seleccionar os objectivos mínimos a atingir, enuncia-los e salientar a sua importância; Estruturar os objectivos com o apoio da carta dos objectivos;</p> <p>O objectivo deve designar, com precisão, o conteúdo-matéria em que se baseia; O objectivo deve basear-se numa actividade identificável por um comportamento observável; O objectivo deve mencionar as condições materiais em que o aluno será colocado;</p>

	<p>• <b>Coerência formal</b> – conjunto dos aspectos ligados à uniformidade da obra eliminando qualquer contradição interna</p>	<p>Enunciar um objectivo da maneira mais unívoca possível; Os objectivos enunciados preferencialmente por verbos de acção Os objectivos desdobrados em: Apresentação Desenvolvimento Aplicação Integração</p> <p>Coerência formal; Coerência pedagógica.</p>	<p>Proceder de modo a que um termo, que é objecto de uma nova aprendizagem ou definido em determinada sequencia, não seja empregado antes da sequência em que é introduzido; Utilizar o mesmo termo, sempre com o mesmo sentido, ao longo do manual; Evitar introduzir contradições entre a definição de um termo e o uso que se faz desse termo no manual; Respeitar ao longo da obra as convenções relativas ao uso de uma cor, de um símbolo, entre outros; Estabelecer uma correspondência rigorosa entre a organização da obra e o índice; Adoptar a mesma lógica para estruturar a obra;</p>
--	---	--	--

	<p>• <b>As situações de aprendizagem</b> – conjunto de situações que são susceptíveis de favorecer a aprendizagem;</p>	<p>A actividade deve implicar o aluno no processo de aprendizagem;</p> <p>Actividades que fazem aumentar a motivação e produzir “conflitos sócio-cognitivos” adequados a fazerem evoluir as representações mentais dos alunos;</p> <p>A frequência das actividades deve ter em conta a idade do aluno, nível dos alunos, dificuldade da aprendizagem e da etapa metodológica da aprendizagem;</p> <p>As actividades devem fazer o aluno progredir no domínio das competências;</p>	<p>Respeitar a terminologia e os símbolos adoptados pelo sistema internacional</p> <p>Utilizar, quando uma palavra tem várias grafias, a mesma ortografia ao longo do manual;</p> <p>Propor ao aluno uma actividade individual precisa;</p> <p>Evitar que os exercícios se reduzam a simples repetições mecânicas;</p> <p>Variar as actividades;</p> <p>Não hesitar em apresentar estímulos que, por serem uma mudança brusca do status quo, despertem um interesse suplementar;</p> <p>Fazer com que as actividades se aproximem do comportamento final e que estejam adequadas aos objectivos perseguidos;</p> <p>Propor actividades que promovam o trabalho de grupo;</p> <p>Variar a frequência das actividades;</p> <p>Fazer com que o aluno tenha sucesso nas actividades (que se dê conta dos seus progressos e que o faça progredir no domínio das competências);</p>
	<p>• <b>Equilíbrios pedagógicos</b> - equilíbrio que é necessário</p>	<p>Em cada sequência de aprendizagem devem ser desenvolvidas pelo menos duas categorias de</p>	<p>Respeitar o equilíbrio entre as aquisições do saber, do saber-fazer cognitivo, do</p>

	<p>respeitar tendo em conta a variedade de personalidades e sensibilidades dos alunos, assim como a variedade de estímulos necessários ao seu desenvolvimento</p> <p>• <b>Capacidade de aprender a aprender</b> que permitirá abordar autonomamente numerosas aprendizagens</p>	<p>aprendizagem; Deve ter em conta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Actividades funcionais;</li> <li>• Actividades de estruturação.</li> </ul> <p>Actividades de pesquisa e descoberta; Representações gráficas; Actividades de produção convergente e divergente.</p>	<p>saber-fazer gestual e do saber-ser; Respeitar um equilíbrio entre os contributos das informações e as actividades que desenvolvem no aluno a capacidade de aprender a aprender; Respeitar um equilíbrio entre as actividades funcionais e as actividades de estruturação;</p> <p>Encorajar a pesquisa individual por parte do aluno; Encorajar no aluno o sentido da descoberta; Encorajar o aluno a concretizar ideias ou a representá-las por desenhos; Encorajar a criatividade no aluno; Tornar o manual aberto; Encorajar o aluno a recorrer sistematicamente ao dicionário; Encorajar a construção de ficheiros individuais e personalizados;</p>
Valor da Informação	<p><b>Rigor dos conteúdos</b> – deve estar de acordo com as normas científicas da área</p>	<p>Consultar livros de referência Ser analisado por um especialista; Evitar informações incompletas, inexactas e ambíguas; Respeitar as normas nacionais/ internacionais; Resolver e os exercícios abordados;</p>	<p>Garantir a adequação entre o conteúdo-matéria e a obra de referência já consagrada; Evitar as simplificações por generalização abusiva; Fazer com que os conteúdos-matéria sejam sempre de fácil compreensão;</p>

			<p>Garantir a objectividade da informação a transmitir;</p> <p>Respeitar os aspectos formais da escrita;</p> <p>Resolver todos os exercícios do manual;</p>
Adaptação dessa informação ao meio e à situação cultural e social	<p>• <b>Equilíbrios culturais</b> - concretizada numa determinada política educativa</p> <p>• <b>Papel dos exemplos</b> - estes são um meio concreto e fácil para ajudar o aluno a associar, compreender e integrar os novos conhecimentos ao que já conhece e a estabelecer relações entre os seus diferentes saberes</p>	<p>A política educativa tem em conta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Opções fundamentais, que têm em linha de conta as prioridades individuais e sociais;</li> <li>• Valores</li> <li>• Concepção do conhecimento e da cultura</li> </ul> <p>Os exemplos devem ilustrar com clareza a noção, procurando diminuir ao mínimo a informação lateral que possa criar confusão;</p> <p>Varias e introduzir exemplos de diversos tipos;</p> <p>Os exemplos devem ser motivadores;</p>	<p>Ter em conta as exigências da realidade cultural dos alunos;</p> <p>Verificar se foi respeitado um equilíbrio cultural nas situações que são propostas;</p> <p>Apresentar, tanto quanto possível, situações abertas;</p> <p>Evocar, na medida do possível, situações próximas do aluno ou com as quais este se possa confrontar;</p> <p>Diversificar os exemplos para levar o aluno ao entendimento da extensão do campo de significação do objecto de aprendizagem;</p> <p>Atribuir aos exemplos um valor funcional;</p> <p>Variar os tipos de exemplos;</p> <p>Tornar os exemplos vivos;</p>
	<p>• <b>Os facilitadores técnicos e pedagógicos</b> - são os meios que</p>	<p>Ter em conta:</p> <p>Facilitadores técnicos ajudam à utilização do</p>	<p>Destacar, no índice geral, o conteúdo e as divisões do manual;</p>

	<p>o utilizador tem à sua disposição para aceder, da melhor maneira, à informação.</p>	<p>ME; Facilitadores pedagógicos são uma ajuda à aprendizagem;</p>	<p>Tornar o índice o mais explícito possível; Verificar se o índice remete para as páginas do manual; Colocar, se possível, o índice geral no início e não no fim do manual; Reunir, num índice remissivo, as palavras novas; Apresentar uma proposta de correcção dos exercícios; Registar, na bibliografia, todas as obras e artigos a que o manual faz referencia ou outras que podem ser úteis ao aluno e/ou ao professor;</p>
	<p>Acessibilidade</p> <p>• <b>A legibilidade dos textos</b> - aptidão de um texto para ser lido sem esforço e que pode ser integralmente compreendido e memorizado de forma satisfatória.</p>	<p>Ponto de vista do texto: Factores materiais Ideias expressas Forma de exprimir as ideias</p> <p>Ponto de vista do leitor: Inteligência a nível de desenvolvimento; Conhecimentos Aptidão para a leitura Personalidade Condição física Capacidade de atenção</p>	<p>Ponderar, num texto, o número de palavras diferentes em relação ao número total de palavras; Utilizar, preferencialmente, palavras cuja frequência seja significativa na língua falada ou escrita; Utilizar, com frequência, vocabulário activo e metafórico que constitua analogias que os alunos possam compreender imediatamente; Utilizar substantivos concretos e próprios; Privilegiar a palavra mais curta, sempre</p>

	<p>• <b>O papel pedagógico das ilustrações</b> - desempenha um papel pedagógico importante nos ME.</p>	<p>A imagem pode desempenhar quatro níveis quanto ao valor pedagógico relativamente aos objectivos de aprendizagem e à contribuição de informação:</p> <p>Nível 1 – compreensão do conteúdo</p> <p>Nível 2 – informação paralela à informação principal da aprendizagem</p>	<p>que haja palavras de conteúdo semelhante;</p> <p>Privilegiar, nos primeiros anos de escolaridade, a utilização de substantivos e verbos em vez de adjectivos e advérbios;</p> <p>Limitar o número de noções novas por página;</p> <p>Acompanhar cada conceito novo de, pelo menos, dois exemplos e, se possível, de contra-exemplos;</p> <p>Retomar cada conceito novo, pelo menos, duas vezes na sequência do manual;</p> <p>Dar às frases um sentido de uso para lá do sentido utilizado no contexto escolar;</p> <p>Apresentar frases que se aproximem do tamanho ideal;</p> <p>Evitar a sucessão de frases demasiado curtas;</p> <p>Manter o equilíbrio entre a abordagem das noções através da leitura e das ilustrações;</p> <p>Respeitar o equilíbrio entre os diferentes papéis desempenhados pelas ilustrações e as suas legendas;</p>
--	--	---	--



	<p>• <b>A legibilidade da composição gráfica</b> - a forma como os textos é apresentada.</p>	<p>Nível 3 – contribui com determinadas informações que não estão contidas no texto Nível 4 – Tem um papel meramente ilustrativo</p> <p>Ter em conta dois critérios na escolha do tipo de letra: A legibilidade dos caracteres O espaço que ocupa(m) As escolhas efectuadas sejam mantidas ao longo de todo o manual; Ter em atenção à relação entre o tamanho dos caracteres e a idade dos alunos</p>	<p>Fazer com que a ilustração de um processo compreenda tantas imagens separadas quantas as tarefas incluídas nesse processo;</p> <p>Escolher um (ou vários) tipo(s) de letra em função dos critérios; Introduzir espaços, negritos, itálicos, manchas com diversos tipos de letra e outras variações tipográficas; Destacar títulos e parágrafos utilizando diferentes sombreados; Pôr um título, subtítulo ou símbolos sempre que se mudar de assunto ou de tipo de actividade; Prever bem, caso o aluno ter de escrever no manual, o espaçamento necessário para esse efeito, em função do tamanho da letra do aluno e da quantidade de elementos a escrever; Utilizar devidamente a cor; Garantir a legibilidade das ilustrações e seleccionar o tipo de ilustrações em função do objectivo perseguido; Numerar as ilustrações, legendá-las e voltar a apresentar essas informações, no fim do manual, num índice específico;</p>
--	--	--	---

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Os títulos das sequências de aprendizagem</b> - devem incitar com entusiasmo a uma nova aprendizagem proposta</li> </ul>	<p>Os títulos vão resultar de um compromisso entre:</p> <p>Motivação</p> <p>Tamanho</p> <p>Conteúdo</p>	<p>Tornar os títulos vivos;</p> <p>Evitar títulos demasiado longos;</p> <p>Verificar se o título reflecte o conteúdo o mais fielmente possível;</p> <p>Apresentar os títulos hierarquizados;</p> <p>Verificar as constâncias dos títulos; tanto na formulação como na hierarquização ou apresentação</p>
Funções de “consolidação das aquisições” nos ME	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Distribuição dos exercícios</b> - é necessário determinar equilíbrios na distribuição dos exercícios</li> </ul>	<p>Triplo equilíbrio:</p> <p>Equilíbrio em termos de tipo de objectivos</p> <p>Equilíbrio nos níveis de dificuldade dos exercícios</p> <p>Equilíbrio dos tipos de exercícios</p>	<p>Equilibrar os exercícios em termos de saber, do saber-fazer cognitivo e do saber ser;</p> <p>Apresentar os exercícios por ordem de dificuldade crescente;</p> <p>Ter a preocupação que o primeiro exercício de uma sequência dê confiança ao aluno;</p> <p>Propor exercícios de remediação para os alunos com mais dificuldades;</p> <p>Propor exercícios de desenvolvimento para alunos com elevado índice cognitivo;</p> <p>Assinalar com um pequeno símbolo exercícios de diferentes graus de dificuldade;</p> <p>Manter o equilíbrio entre exercícios fechados, abertos e semiabertos;</p>

	<p>• <b>Redacção das instruções</b> - são as formulações das actividades que são pedidas aos alunos e que devem ser redigidas de forma a não provocarem confusão na realização do exercício e devem destacar o essencial</p>		<p>Escrever uma instrução sempre que se pedir ao aluno para realizar uma determinada actividade, mesmo que esta possa parecer evidente;</p> <p>Utilizar um verbo de acção que exprima um comportamento observável;</p> <p>Dar um exemplo do tipo de resposta que se espera;</p> <p>Determinar previamente a forma como se pretende que a resposta seja dada;</p> <p>Especificar os instrumentos e os apoios de que o aluno se pode servir para resolver o exercício;</p> <p>Dirigir-se sempre directamente ao aluno;</p> <p>Variar as instruções dos exercícios;</p> <p>Redigir instruções curtas, privilegiando o estilo directo, mas contendo sempre toda a informação necessária;</p>
	<p><b>Avaliação das aquisições dos alunos</b></p>	<p>Funções directas da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Orientação</li> <li>Formativa</li> <li>Certificativa</li> </ul> <p>Funções indirectas da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reforço da confiança</li> <li>Desenvolvimento da autonomia</li> <li>Integração das aquisições</li> </ul> <p>A avaliação das aquisições dos alunos deve ser</p>	<p>Determinar o nível de explicitação pretendido pelo professor;</p> <p>Precisar a função que se pretende atribuir à avaliação, antes mesmo de designar as suas modalidades;</p> <p>Verificar se os objectivos estão, em cada sequência de aprendizagem, redigidos em termos operacionais;</p> <p>Equilibrar as questões de avaliação de</p>

Função de “avaliação das aquisições” nos ME		<p>feita em estreita interacção com os objectivos da sequência de aprendizagem;</p> <p>Pode centrar-se no aspecto de hetero ou auto avaliação;</p> <p>Grau de explicitação da avaliação do manual:</p> <p>Recolha de informação</p> <p>Critérios de avaliação</p> <p>Tomada de decisão</p> <p>(Quanto mais precisas estas forem, mais garantias temos que a avaliação será conduzida em coerência com os objectivos do manual, mas mais reduzida será também a margem de manobra do professor)</p> <p>Grau de explicitação da avaliação pelo aluno:</p> <p>Implícita</p> <p>Explícita</p>	<p>acordo com os objectivos da sequência;</p> <p>Redigir as questões de avaliação antes de construir o conteúdo da sequência;</p> <p>Apresentar regularmente questões que suscitem uma reflexão sobre a aquisição do saber-ser pelos alunos;</p> <p>Estruturar sempre as questões de avaliação para que o professor as possa explorar de diferentes formas;</p>
	<p>• A integração das aquisições</p>	<p>Valorizar:</p> <p>Metacognição</p> <p>Integração de conhecimentos</p> <p>Interdisciplinaridade</p> <p>Transdisciplinaridade</p>	<p>Partir de uma situação real, funcional e significativa, ainda que complexa;</p> <p>Terminar uma sequência com uma situação de integração;</p> <p>Habituar o aluno a descobrir dados parasitas, isto é, informações não pertinentes;</p> <p>Apresentar e desenvolver um novo objecto de aprendizagem por meio de situações significativas, quer este objecto de aprendizagem seja um facto</p>

<p>Função de “ajuda na integração das aquisições”</p>	<p>• <b>Organizadores cognitivos anteriores</b> – instrumento que é posto á disposição do aluno no início de uma aprendizagem e que permite estabelecer uma relação entre a estrutura cognitiva do aprendente e os novos conhecimentos (estímulo potencialmente significativo)</p>	<p>A aquisição de um novo objecto de aprendizagem só será significativa se o objecto puder ser correctamente classificado e integrado na memória do aprendente e retido a longo prazo; A comunicação dos objectivos aos alunos permite: Que este fique a saber o que se espera dele Em que se vai ter de centrar a sua energia Quais os critérios com que vai ser avaliado O epítome permite introduzir algumas ideias</p>	<p>particular, uma classe, uma relação ou uma estrutura; Explorar, nas actividades, um novo objecto de aprendizagem em situações significativas para o aluno; Relacionar, na fase de apresentação e na de desenvolvimento, o novo objecto de aprendizagem com objectos de aprendizagem anteriormente abordados; Prever, na fase de aplicação, a utilização conjunta de novos objectos de aprendizagem e dos que foram anteriormente adquiridos; Promover o desenvolvimento de competências transversais;</p> <p>Apresentar, no início de uma sequência de aprendizagem, os objectivos que o aluno deve atingir; Apresentar os pré-requisitos antes de se iniciar uma nova aprendizagem; Indicar, por palavras simples, as etapas relevantes da aprendizagem; Apresentar, no princípio de uma sequência, um epítome que indique concretamente os principais objectivos de aprendizagem;</p>
---	--	--	--

	<p>fundamentais e representativas que ajudarão a compreender a essência de todo o conteúdo; O resumo introduz o conteúdo e permite que o aluno se acostume, por exemplo, a termos ou a ideias novas; A analogia é um processo que consiste em comparar objectos de aprendizagem com outro objecto que é concreto e que faz parte do ambiente familiar do aluno;</p> <p>• <b>Organizadores cognitivos posteriores</b> – permitem fixar a ligação entre o estímulo aprendido e a estrutura cognitiva que preexiste no aprendente</p> <p>Devem respeitar os equilíbrios pedagógicos; O resumo consiste na redução de uma unidade de conteúdo a um certo número de frases curtas ou parágrafos curtos que contenham o essencial dos seus pontos importante, sob formas diversificadas e com recurso a diferentes suportes;</p> <p>Apresentar um resumo no início da sequência; Utilizar analogias para apresentar os objectivos da aprendizagem;</p> <p>Convidar o aluno a realizar ou a completar um esquema, um quadro, um resumo, para estruturar a aprendizagem; Convidar o aluno a desmontar uma situação de integração em elementos mais simples associados às aprendizagens anteriores; Convidar o aluno a imaginar uma nova situação de integração e a desmontá-la em elementos mais simples associados às aprendizagens anteriores;</p>
Função de “referência” nos ME	Confrontar, nesta tabela, os aspectos relacionados com o <b>valor da informação e a acessibilidade</b>

Aspectos Gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Adequação do manual ao programa</b></li> <li>• <b>Caderno de encargos</b> – permite determinar, em função de um certo número de parâmetros, os elementos constitutivos do manual.</li> </ul>	<p>Devem estar de acordo com os programas que determinam os objectivos que devem ser atingidos pelos alunos bem como o espírito em que a aquisição se deve desenrolar;</p> <p>Verificar se os conteúdos, tanto ao nível das noções abordadas como dos objectivos perseguidos e dos métodos, está de acordo com os currículos;</p> <p>O caderno de encargos divide-se entre:</p> <p>Caderno de encargos pedagógico</p> <p>Cadernos de encargos técnicos</p>	<p>Verificar a adequação dos conteúdos-matéria ao programa, comparando-o com a carta dos objectivos;</p>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>A construção de uma grelha de avaliação de um ME</b> – inventário de critérios de apreciação</li> </ul>	<p>Distinção entre:</p> <p>Grelha de avaliação em sentido geral</p> <p>Grelha de avaliação em sentido restrito</p>	<p>Determinar as grandes rubricas nas quais os critérios vão ser ordenados</p> <p>Redigir a lista dos critérios de avaliação,</p>

<p>Avaliação dos ME</p>	<p>• <b>Relatório de avaliação</b> – é um documento de síntese que contém as informações recolhidas pelo avaliador, assim como as conclusões por ele emitidas, com fim de apoiar a tomada de uma decisão</p>	<p>Definir os parâmetros de classificação das rubricas das grelhas de avaliação;</p> <p>Cinco partes do relatório de avaliação:</p> <p>Introdução</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estratégia</li> <li>• Riscos</li> <li>• Conceção de avaliação</li> <li>• Critérios de avaliação</li> <li>• Metodologia</li> <li>• Plano do relatório</li> </ul> <p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundamentais</li> <li>• Ligados às funções ou às escolhas pedagógicas</li> <li>• Complementares</li> </ul> <p>Pontos a melhorar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Imperativamente</li> <li>• Obrigatoriamente por fidelidade às funções ou às opções pedagógicas</li> </ul>	<p>uma vez determinadas as rubricas e sub-rubricas;</p> <p>Distinguir os critérios do tipo informativo, dos critérios do tipo apreciativo;</p> <p>Distinguir os critérios condicionais dos critérios absolutos;</p> <p>Identificar os critérios mínimos e os critérios de desenvolvimento;</p>
-------------------------	--	---	--



		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aspectos susceptíveis de serem melhorados</li> <li>• A melhorar se possível</li> </ul> <p>Conclusões</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipo de decisão</li> <li>• Critérios prioritários</li> <li>• Síntese das Informações mais importantes</li> <li>• As decisões sugeridas aos decisores</li> <li>• Reforço positivo</li> </ul> <p>Anexos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grelha completa dos critérios de avaliação</li> <li>• Algumas explicações pormenorizadas sobre as estratégias de avaliação</li> <li>• Instrumentos de recolha de informação</li> <li>• Eventual léxico</li> <li>• Resultados de certas análises quantitativas e/ou qualitativas</li> <li>• Pormenor das sugestões a propor aos autores</li> <li>• Bibliografia de algumas obras que inspiraram o avaliador</li> </ul>	
--	--	---	--

## ANEXO 13

QUADRO 4 – DIMENSÕES DE ANÁLISE NA CONCEPÇÃO E AVALIAÇÃO DE ME (ADAPTADO, FERNANDES, 2001)

Especificações das dimensões de concepção e avaliação	Dimensões de análise na concepção e avaliação de ME:			
	Dimensão pedagógica	Dimensão científica	Dimensão axiológica	Dimensão material
	1) Pressupostos desenvolvimentistas e construtivistas do conhecimento pois são estes que valorizam a assimilação e a acomodação <sup>i</sup> ;	1) O cumprimento do programa a nível dos conteúdos;	1) A equidade entre géneros, raças e etnias, culturas e religiões;	1) A durabilidade,
	2) Os contextos de ensino e de aprendizagem devem ter em conta a multiculturalidade com o intuito de abranger toda a heterogeneidade da população escolar;	2) O cumprimento do programa relativamente à concepção epistemológica da produção de conhecimento e das metodologias de aprendizagem;	2) A presença de valores imprescindíveis ao exercício da cidadania	2) A reutilização,
	(3) A metodologia veiculada deve prevalecer a aprendizagem por descoberta e a interdisciplinaridade com a finalidade principal não só a transmissão de conhecimentos mas também desenvolver capacidades e competências de aplicação, análise e reflexão;	3) O rigor da transmissão dos conteúdos programáticos		3) A manuseamento,
	(4) A existência de facilitadores pedagógicos tanto para professores como para alunos <sup>ii</sup>	4) Actualização científica, artística, linguística.		4) A estética
	(5) A avaliação formativa permitindo a estimulação da autonomia e da criatividade;			5) Aspecto económico
	(6) O nível conceptual que deve ter em conta pressupostos tais como a faixa etária, heterogeneidade cultural e cognitiva dos alunos;			
	(7) A linguagem contemplada no ME deve ser clara, privilegiando o uso de palavras mais correntes, mais concretas e vivas (verbos de acção) <sup>iii</sup> ;			
	(8) A legibilidade do texto <sup>iv</sup>			
	(9) A grossura e dimensão mínima dos caracteres devem ser condicionada à faixa etária dos alunos;			

(10) Correspondência entre as hierarquias pedagógicas e tipográficas; (11) Pertinência das ilustrações <sup>v</sup>			
--	--	--	--

<sup>i</sup> Estes dois pólos são fundamentais para o processo de equilibração cognitiva. Contudo, é necessário salvaguardar que o aluno só é capaz de fazer acomodações dentro de certos limites impostos pela necessidade de preservar as estruturas assimiladoras correspondentes, ou seja, “quando a discrepância entre o conhecimento que o aluno possui e o novo conhecimento a aprender é muito elevada e/ou existe um grande fosso entre as competências cognitivas do sujeito e as requeridas pelo nível de abstracção conceptual pressuposto pelo manual, a assimilação e a acomodação não são possíveis” (Fernandes, 2001, p. 66). Deste modo só quando existe um conflito cognitivo causado entre a nova informação e o conhecimento previamente incorporado na estrutura cognitiva do sujeito, se situam na zona de desenvolvimento próximo são possíveis a equilibração cognitiva – assimilação e acomodação - e somente quando esta se verifica ocorre desenvolvimento cognitivo.

<sup>ii</sup> De forma a aumentarem a acessibilidade e a inteligibilidade e contribuírem para a coerência pedagógica do ME “ao facilitarem a articulação dos conteúdos, ao colocarem em evidência os mais relevantes, bem como ao proporcionarem um equilíbrio entre os conhecimentos, os exercícios e outros instrumentos de controlo da aprendizagem.” (Fernandes, 2001, p. 68);

<sup>iii</sup> Palavras mais curtas possíveis e que induzam a imagens visuais para que exista uma correspondência entre as unidades lexicais do texto e as unidades pertencentes ao repertório memorial e cultural dos alunos; a introdução de palavras novas deve ser doseada e enquadrada com palavras simples já conhecidas; cada palavra ou conceito novo deve ser repetido várias vezes, isto é, fazer o uso da redundância;

<sup>iv</sup> , Isto é, o grau de dificuldade sentido por um leitor na sua compreensão e que depende da legibilidade linguística e tipográfica

<sup>v</sup> As ilustrações podem desempenhar a função indicativa, indutiva, explicativa, avaliativa e motivadora.

## ANEXO 14

QUADRO 3 – NOTAÇÃO UTILIZADA NAS TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS (ADAPTADO, MARTINS, 1989)

Descrição do comportamento verbal gravado	Notação utilizada
Entrevistado a falar	P
Entrevistador a falar	E
Pausa curta	(tempo até 3 s) .
Pausa média	(tempo 3 s a 6 s) ...
Pausa longa	(tempo 6 s a 15 s) .....
Pausa muito longa	(tempo mais que 15 s) .....
Pergunta	?
Falar em simultâneo	- - -
Palavra não identificada	*
Gagueja	ahm
Sinal de que o entrevistador acompanha o discurso do autor	uhm
Espanto ou entendimento óbvio	!
Evitar interpretação ambígua	,
Suspiros, risos e outros sinais	(identificação pelo termo)
Termos indecifráveis para não identificação do entrevistado	██████████